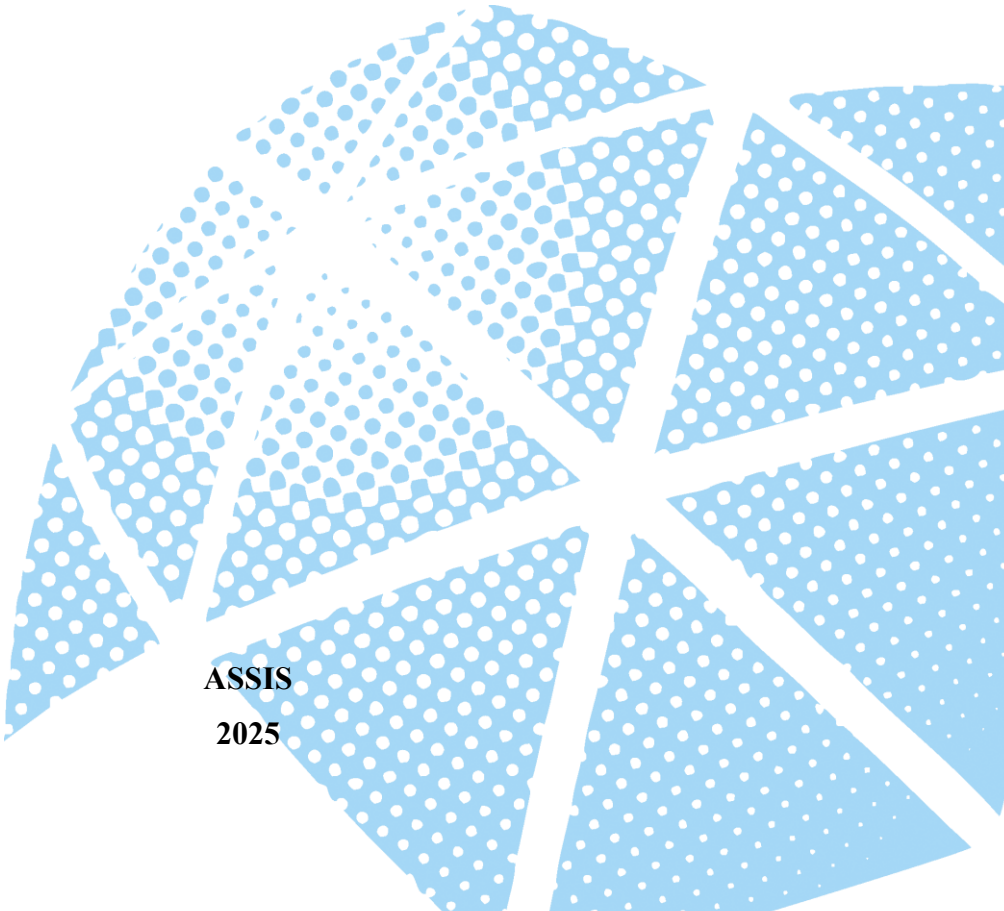


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Assis

RUCHELLI STANZANI ERCOLANO

SER MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA BURGUESA:
diálogos e reflexões com mulheres trabalhadoras

ASSIS
2025



RUCHELLI STANZANI ERCOLANO

**SER MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA BURGUESA:
diálogos e reflexões com mulheres trabalhadoras**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Davis Perez Bispo dos Santos

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

ASSIS

2025

E65s

Ercolano, Ruchelli Stanzani

Ser mulher na sociedade capitalista burguesa: diálogos e reflexões com mulheres trabalhadoras / Ruchelli Stanzani Ercolano. -- Assis, 2025
228 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis

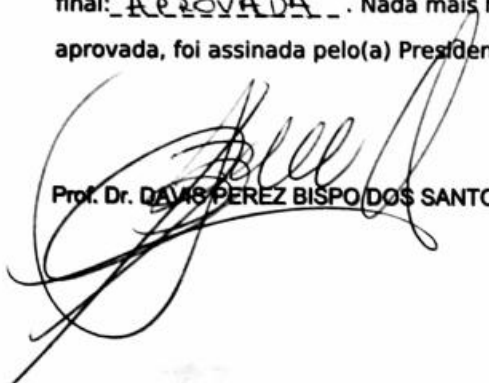
Orientador: Davis Perez Bispo dos Santos

1. Psicologia social. 2. Materialismo dialético. 3. Mulheres. 4.
Feminismo. 5. Capitalismo.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RUCHELLI STANZANI ERCOLANO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 28 dias do mês de maio do ano de 2025, às 14h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/fmw-dpkj-zcj, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de RUCHELLI STANZANI ERCOLANO, intitulada **SER MULHER NA SOCIEDADE CAPITALISTA BURGUESA, que foi alterado para: "Ser mulher na sociedade capitalista burguesa: diálogos e reflexões com mulheres trabalhadoras"** por solicitação da Comissão Examinadora, sob orientação do Prof. Dr. Davis Perez Bispo dos Santos. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. DAVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. CLAUDIA APARECIDA VALDERRAMAS GOMES (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. JAMERSON MURILLO ANUNCIAÇÃO DE SOUZA (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Profa. Dra. LÍVIA GOMES DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Goiás (UFG), Prof. Dr. LUIZ CARLOS DA ROCHA (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. DAVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado com certeza seria outra ou não teria sido concluída sem o apoio e o suporte de pessoas que contribuíram para a sua realização. Expresso a minha imensa gratidão a todos os envolvidos neste trabalho longo, árduo e intenso, por terem me oferecido respaldo teórico, técnico, experiencial, institucional, financeiro e emocional.

Somente quem vivencia o processo da realização de uma pesquisa científica e da produção de trabalho acadêmico sabe como é um trabalho extenuante, solitário e angustiante, o qual muitas vezes parece impossível de se findar e nos sentimos incapazes para tanto. Por essa razão, agradeço a Deus, em primeira instância, por me fortalecer e me encorajar nesta jornada desafiadora.

Também dedico a minha gratidão à minha família, meus pais, Regina e Reinaldo, e meus irmãos, Rúbia e Renan, bem como ao meu noivo Treisson, que buscaram sempre compreender este meu caminho acadêmico e científico, que é pouco conhecido pelas pessoas de forma geral, e que muitas vezes me afastou do convívio junto deles. Muito obrigada por serem pacientes, acolhedores e incentivadores!

Aos meus amigos, que também acabei ficando em falta nos últimos tempos, para poder dar conta da tese dentro do prazo exigido, meu agradecimento por não terem feito cobranças, por torcerem por mim e se fazerem presentes. Especialmente, agradeço às minhas amigas Jéssica Magalhães Andrade, Andrea Bianca Gonzalo, Maria Beatriz Dias Dionísio e Amanda de Andrade, que participaram mais proximamente deste processo.

Ao meu orientador, Davis Perez, que me forneceu os subsídios teóricos, técnicos, empíricos e afetivos. E, além de subsidiar este trabalho com referências bibliográficas e direcionamentos acadêmicos, também me acolheu e me validou em momentos de tensão e insegurança, mostrando-se sempre muito sensível às minhas necessidades. Muito obrigada por acompanhar o meu percurso e contribuir com minha formação acadêmica desde a graduação.

Gratidão especial também aos professores participantes da banca do exame geral de qualificação e da banca de defesa de doutorado, professora Claudia Aparecida Valderramas Gomes, professor Jamerson Murillo Anunciação de Souza, professora Livia Gomes dos Santos e professor Luiz Carlos da Rocha, pelas ricas colaborações com meu trabalho e por toda a empatia expressa por este meu percurso de doutoranda. Ademais, agradeço aos professores suplentes, pela disponibilidade: Lucas Carvalho Peto, Thaís Regina Pavez, Régis de Toledo Souza e Débora Cristina Fonseca.

Não poderia deixar de gratular o importante apoio institucional do Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM), via coordenadora responsável por ele, que autorizou e ofereceu infraestrutura para a realização da intervenção da pesquisa por meio de roda de conversa com mulheres. Também dedico minha gratidão imensa às mulheres que foram voluntárias desta investigação, que se dispuseram a compartilhar suas vivências ao longo de nossos encontros.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Minha gratidão à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), a qual fomentou minha formação a partir de seus eventos, que viabilizaram o compartilhamento de saberes e práticas na Psicologia Social, sendo fundamental em meu percurso, sobretudo no período da pandemia de Covid-19, em que vigorava o isolamento social e se manifestava intenso negacionismo científico.

À Unesp – FCL Assis (Departamento de Psicologia Social), à faculdade ITES e ao Centro Universitário UNIFAFIBE, bem como aos alunos de Psicologia dessas instituições, que contribuíram para a minha formação docente, agregaram e me incentivaram nos estudos.

A todas as mulheres que passaram pela minha vida e que, de alguma forma, deixaram registros, referências e representações em mim, do que se constitui ser mulher nesta sociedade, em especial minha avó, Elisa (*in memoriam*), e minha mãe Regina, mulheres à frente de seu tempo e que confrontaram preconceitos sociais de sua época. Às mulheres que me possibilitaram conhecer suas histórias de luta, conquistas e revolução, bem como seus postulados teóricos por meio de leituras e que inspiraram minha trajetória, especialmente, as feministas de vertente materialista dialética.

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

(Francisco, el Hombre)

RESUMO

A presente pesquisa pretendeu investigar a vivência de mulheres trabalhadoras no cerne da sociedade capitalista burguesa, de modo a (re)conhecer os seus aspectos e movimentos constitutivos. Os dados foram obtidos juntamente a um grupo de mulheres, que trabalham no setor de limpeza de espaços públicos, composto por 21 voluntárias pertencentes ao Programa de Auxílio ao Desemprego - “Frente de Trabalho” em um Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM), por meio do processo dialógico e reflexivo proporcionado por rodas de conversa temáticas fundamentadas nos princípios teóricos e práticos da Psicologia Social de abordagem materialista histórica dialética e nos postulados freirianos. Foram realizados dez encontros de rodas de conversa que abordaram a história de mulheres; a educação e a criação de mulheres; trabalho e profissão; casamento; maternidade e paternidade; corpo e sexualidade; violência doméstica; moral, tradição e costumes; política, militância e protagonismo social; e, ser mulher. Assim sendo, essa investigação teve como objeto o diálogo com mulheres trabalhadoras no marco do capital e oportunizou a promoção de um espaço de escuta e reflexão sobre o que representa ser mulher na sociedade capitalista burguesa, com o intuito de compartilhar vivências, experiências e pensamentos, com a finalidade de desnaturalizar os fenômenos sociais, construir entendimento crítico sobre a realidade, adotar posicionamentos de resistência a discursos, práticas e lógicas opressoras, bem como de desenvolver atitudes no cotidiano que tragam melhorias nas circunstâncias de vida de cada voluntária. Os resultados emergidos das rodas de conversa foram interpretados pela vertente do Materialismo Histórico Dialético e do Feminismo Materialista Dialético, com a Psicologia Social de abordagem Histórico-Cultural comparecendo tanto como referência teórica quanto por meio do instrumento dos núcleos de significação. Nesse sentido, foi identificada a unidade mínima de análise, a essência concreta contraditória e multideterminada, como sendo mulher, compreendida como forma social historicamente resultante das relações capitalistas. Ademais, foram constituídos três núcleos de significação – 1) ser mulher na sociedade capitalista burguesa; 2) família real *versus* patriarcalismo e conservadorismo; e 3) exploração, opressão, vulnerabilidade e violência *versus* revolta, emancipação e libertação – que visaram superar a aparência do fenômeno estudado para alcançar sua essência e compreensão dialética. Portanto, este estudo tencionou contribuir para o desvelamento e a reflexividade dos determinantes históricos e sociais das manifestações de mulheres trabalhadoras no bojo do capital, a fim de romper com a reprodução de lógica social fundamentada no patriarcado, no conservadorismo, no machismo e no capitalismo. Verificou-se a elevada demanda social pelo reconhecimento das problemáticas femininas decorrentes da superexploração e opressão de mulheres no cerne do capital e, conseqüentemente, a necessidade urgente do fortalecimento da luta feminista de perspectiva anticapitalista para a libertação da mulher, a qual só é possível via transformação radical das relações sociais, políticas e produtivas, condição fundamental para a emancipação de toda a humanidade. Essa emancipação, por sua vez, depende da superação do modo de produção capitalista pela classe trabalhadora, rumo à construção de uma sociedade socialista e comunista.

Palavras-chave: Psicologia Social; Materialismo Dialético; mulheres; feminismo; capitalismo.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the living from working women within the core of the bourgeois capitalist society in order to recognize the constitutive aspects and movements. Data were collected from a group of women who work in the cleaning sector of public spaces, made up of 21 volunteers belonging to the Unemployment Assistance Program—"Work Front"—at a Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM, Women's Support and Referral Center in Brazil) through a dialogical and reflective process provided by thematic discussion circles, grounded in the theoretical and practical principles of Social Psychology from a dialectical historical materialist perspective, as well as in Freirean postulates. Ten sessions were conducted addressing the following topics: the history of women; women's education and upbringing; work and profession; marriage; motherhood and fatherhood; body and sexuality; domestic violence; morality, tradition, and customs; politics, activism, and social protagonism; and the experience of being a woman. Thus, this investigation had as its object the dialogue with working women within the framework of capital and provided a space for listening and reflection on what it means to be a woman in bourgeois capitalist society, with the goal of sharing experiences, perspectives and thoughts aiming to denaturalize social phenomena, develop a critical understanding of reality, to adopt stances of resistance against oppressive discourses, practices, and logics as well foster attitudes in everyday life that contribute to improving the living conditions of each volunteer. The data emerged from the sessions were analyzed through the lenses of Dialectical Historical Materialism and Dialectical Materialist Feminism, with Social Psychology from a Historical-Cultural approach serving both as a theoretical reference and as a methodological framework through the instrument of meaning nuclei. In this regard, the minimum unit of analysis—the contradictory and multidetermined concrete essence—was identified as being a woman, understood as a social form historically shaped by capitalist relations. Furthermore, three meaning nuclei were established: 1 - being a woman in bourgeois capitalist society; 2 - real family versus patriarchy and conservatism; and 3 - exploitation, oppression, vulnerability, and violence versus revolt, emancipation, and liberation which intended to move beyond the superficial appearance of the studied phenomenon to reach its essence and dialectical understanding. Therefore, this study aimed to contribute to unveiling and reflexivity of the historical and social determinants of the demonstrations of working women within the capital, with the goal of breaking the reproduction of social logics based on patriarchy, conservatism, sexism, and capitalism. The research identified a significant social demand for recognizing the issues arising from the hyper-exploitation and oppression of women within capitalist structures and, consequently, the urgent need to strengthen feminist struggle from an anti-capitalist perspective for women's liberation that is only achievable through a radical transformation of social, political, and productive relations - a fundamental condition for the emancipation of all humanity. Such emancipation ultimately depends on the working class overcoming the capitalist mode of production and advancing toward the construction of a socialist and communist society.

Keywords: Social Psychology; Dialectical Materialism; women; feminism; capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	- Associação Brasileira de Psicologia Social
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico
CRAM	- Centro de Referência e Atendimento da Mulher
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBPF	- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
GEMEPSI	- Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope	- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MBL	- Movimento Brasil Livre
SUS	- Sistema Único de Saúde
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	12
1 FEMINISMO E SUAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS	23
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E RAÍZES DO FEMINISMO	23
1.2 FEMINISMO MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICO	51
1.2.1 As referências históricas do feminismo marxista brasileiro	52
1.2.2 Expressões contemporâneas do feminismo marxista	65
2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO CONSERVADOR	79
2.1 ORIGENS DO PENSAMENTO CONSERVADOR	79
2.2 O CONSERVADORISMO CLÁSSICO	87
2.3 O CONSERVADORISMO MODERNO	93
2.4 O CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO	97
3 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	105
3.1 LEITURAS DE MARX E ENGELS SOBRE A MULHER	105
3.2 A DIALÉTICA MATERIALISTA E A UNIDADE MÍNIMA DE ANÁLISE	116
3.3 CATEGORIAS TEÓRICAS	124
3.3.1 Totalidade	124
3.3.2 Contradição	126
3.3.3 Mediação	127
3.3.4 Consciência	128
3.3.5 Alienação	133
3.3.6 Cotidiano	136
4 RECOLHA E EXAMINAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA	139
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	140
4.2 OS ENCONTROS GRUPAIS: DETALHAMENTO DAS RODAS DE CONVERSA COM MULHERES	142
4.2.1 Encontro 1	142

4.2.2	Encontro 2	144
4.2.3	Encontro 3	146
4.2.4	Encontro 4	148
4.2.5	Encontro 5	149
4.2.6	Encontro 6	151
4.2.7	Encontro 7	153
4.2.8	Encontro 8	156
4.2.9	Encontro 9	160
4.2.10	Encontro 10	163
4.3	OS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO E SUA CONSTITUIÇÃO	166
4.3.1	Núcleo de significação 1: ser mulher na sociedade capitalista burguesa	172
4.3.2	Núcleo de significação 2: família real <i>versus</i> patriarcalismo e conservadorismo	179
4.3.3	Núcleo de significação 3: exploração, opressão, vulnerabilidade e violência <i>versus</i> revolta, emancipação e libertação	183
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	REFERÊNCIAS	205
	ANEXO A – PLANO DE TRABALHO ESTABELECIDO COM A INSTITUIÇÃO	213
	ANEXO B – CRONOGRAMA E ROTEIROS DE RODAS DE CONVERSA	215
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	223

PREFÁCIO

Era ano de 2019, quando esta pesquisa começou a ser pensada e rascunhada, antes mesmo de saber se seria possível sua realização, já que ainda se preparava para o ingresso no programa de pós-graduação. Em um contexto sócio-histórico e político nacional e internacional onde se escancararam, normalizaram e intensificaram discursos sociais moralizantes, conservadores, preconceituosos e até de ódio, acompanhados e reafirmados pela ascensão de governos populistas radicais de direita e reacionários, que apresentam uma liderança nacional considerada carismática e tida como herói antissistema que vem para restaurar a ordem perdida e os valores sociais a partir da autoridade, da família, da propriedade privada e da religião, que se deu origem a esta investigação.

Diante disso e dos postulados da abordagem marxiana que enfatizam como ponto de partida do fazer científico o real e o concreto, além do profundo incômodo de se ver imersa nesta conjuntura, que se tomou inicialmente como objeto de pesquisa as manifestações do conservadorismo entre mulheres. Sendo assim, foi elaborado o projeto de pesquisa, e principiado os estudos sobre as temáticas do conservadorismo e da mulher. Posteriormente, realizou-se a ida ao campo de investigação por meio de intervenções com grupo de mulheres e foi observado um objeto concreto mais diverso e complexo do que originalmente se havia previsto. Nesse sentido, o que foi expresso por meio da atividade linguageira das mulheres voluntárias desta pesquisa não se esgotava no conservadorismo, mas englobava outras determinações. Portanto, foi preciso reavaliar os caminhos da pesquisa para não reduzir a realidade estudada aos objetivos iniciais de investigação.

Neste ínterim, notou-se que ficou em maior evidência a problemática da mulher na sociedade capitalista burguesa e o conservadorismo constituiu-se como apenas um elemento constitutivo desta unidade concreta heterogênea e complexa. Por esta razão, para ser fiel à manifestação do objeto, que se focalizou a experiência de mulheres trabalhadoras no âmbito do capital, de modo a compreender as causas da exploração e opressão da mulher e, neste enquadramento, o conservadorismo foi entendido como aquele que sustenta essa lógica social e, conseqüentemente, mantém a mulher nesta condição.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa de doutorado foi dedicada a compreender a vivência de mulheres¹ trabalhadoras no cerne da sociedade capitalista burguesa de modo a (re)conhecer os seus aspectos e movimentos constitutivos. Complementarmente, foram identificados os processos concretos (história de vida, inserção social, trabalho) e simbólicos (cultura, crença e costumes) que compõem a existência de mulheres no âmbito do capital. Nesse sentido, o objeto desta pesquisa foi o diálogo com mulheres trabalhadoras no marco do capital por meio da investigação da experiência de um grupo trabalhadoras remuneradas, a qual promoveu diálogo e reflexão entre as participantes. Isto posto, o objetivo deste estudo foi desvelar e examinar os determinantes históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais próprios da lógica social capitalista vigente, os quais condicionam a vida dessas mulheres a um lugar de submissão, opressão e superexploração, com o intuito de promover a desnaturalização dos fenômenos sociais, a criticidade frente à realidade, o empoderamento e a resistência a discursos, práticas e lógicas opressoras. Os dados emergidos do processo grupal foram sistematizados pela constituição de núcleos de significação e analisados pelo método dialético marxiano, a fim de captar o movimento dessas trabalhadoras, as expressões do que representa ser mulher na sociedade capitalista burguesa na atualidade.

O objetivo geral enunciado desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar revisão de literatura de produções científicas que abordaram a vivência de mulheres na sociedade regida pelo capital, de modo a apresentar o desenvolvimento histórico do movimento feminista, o qual denunciou a opressão imposta às mulheres e reivindicou direitos sociais e políticos a ela.
- b) Fazer levantamento bibliográfico e resgate histórico para compreender o conservadorismo como defesa e manutenção intencional e estratégica do capitalismo, visando à preservação dos privilégios da classe social dominante, e suas diferentes expressões ao longo da história. Nesse sentido, compreender as maneiras pelas quais o conservadorismo tem sido utilizado para obnubilar a percepção da população acerca de sua condição social, a fim de conformá-la e

¹ A presente investigação toma a situação social da mulher reconhecendo a pluralidade e diversidade de configurações relativas às questões de gênero, e tendo como pressuposto teórico a perspectiva marxista, entende que o capital fomentou a temática de modo a constituir-se mais uma forma de opressão e violência às mulheres (cis, trans, lésbicas, heterossexuais, bissexuais, negras, brancas, indígenas etc.).

limitá-la à sua situação por meio de valores, moral e tradições, buscando também entender o papel do conservadorismo na manutenção da condição da mulher na sociedade de classes.

- c) Promover processo grupal de discussão, acolhimento e reflexão, do qual emergiram os dados desta pesquisa e que possibilitou às mulheres trabalhadoras participantes a percepção, identificação e conscientização de determinantes históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que são próprios da lógica social capitalista vigente e que condicionam a vida dessas mulheres a um lugar de submissão, opressão e superexploração, bem como dos discursos e comportamentos conservadores por elas reproduzidos e que as mantêm reféns a certa posição social.
- d) Viabilizar a desnaturalização, a reflexão e a criticidade diante da realidade de modo a empoderar essas mulheres voluntárias, com a finalidade de adotar posicionamento questionador e resistente aos processos exploradores e opressores, tendo em vista proporcionar a transformação, uma mudança positiva e construtiva na vida das voluntárias, a fim de conduzir para um desenvolvimento humano, empoderamento e libertação de discursos e práticas limitantes, estigmatizantes, moralizantes e opressoras.

A expressão feminismo foi utilizada originariamente por volta de 1911, nos Estados Unidos, para tratar de movimentos de mulheres e de lutas femininas em busca de direitos e liberdades como o sufrágio e a liberdade intelectual, sexual e política (Garcia, 2011). O feminismo é um termo plural, com variações ao longo do tempo e do contexto em que se situa, sendo compreendido como uma ética, um posicionamento político e prática social bem como uma consciência crítica que identifica e desvela a discriminação e a opressão de mulheres na sociedade, a partir da vigência social de um padrão masculino como universal a toda humanidade (Garcia, 2011).

Vertentes do feminismo elaboraram construções teóricas para sustentar suas análises e propostas de intervenção na sociedade, tais como o androcentrismo, patriarcado, sexismo e gênero. O primeiro contempla justamente a questão da figura do homem ser tomada como representante de toda a humanidade, de modo que o feminismo preconizou a superação desse subjetivismo, pois não existe um homem universal e genérico. O segundo conceito, o patriarcado, diz respeito à identificação na sociedade da dominação de homens sobre mulheres, em razão da vigência da soberania do poder paterno no regime político, social e econômico. Por sua vez, o

constructo sexismo designa todo o aparato de instrumentos no interior do patriarcado que conservam a mulher em condição de inferioridade, como por exemplo a educação sexista, que separava meninos e meninas em diferentes escolas, bem como ensinava distintos conteúdos a cada um. O último conceito – gênero – compreende a formulação sócio-histórica de identidades feminina e masculina, recheada de condutas, normas e obrigações que condicionam a mulher a um dever natural (Garcia, 2011; Saffioti, 1976).

Ainda que o termo feminismo tenha sido empregado somente no século XX, o movimento de mulheres foi identificado historicamente desde o século XVI, inspirado nas pautas renascentistas, impulsionando o embrião do feminismo (*Querelle des femmes*² – focalizado no papel, na natureza e nos direitos das mulheres). Nesse sentido, é possível afirmar que o feminismo passou por diversas fases históricas marcadas por diferentes determinantes sociais, sendo elas: o feminismo pré-moderno, no qual prevalecia a ideia da inferioridade feminina, em que se realizou uma primeira confrontação dialética à misoginia; a primeira onda feminista que passou a protestar mais solidamente contra essa condição de inferioridade e a reivindicar os direitos das mulheres após as conquistas da Revolução Francesa, da qual fizeram parte; a segunda onda feminista que se aliou ao movimento escravista, buscou o sufrágio feminino e o reconhecimento da mulher como cidadã de direitos; e a terceira onda do feminismo, que novamente confrontou a realidade de a mulher ser tratada como um outro de qualidade inferior, indicando a construção social do fenômeno de se tornar mulher em oposição ao disseminado destino biológico fadado à mulher, fomentando a emergência de diversos tipos de feminismo (Garcia, 2011).

Diante disso, autoras feministas passaram a se debruçar cada vez mais sobre a compreensão da significância do ser mulher na sociedade capitalista patriarcal burguesa, como a estudiosa Heleieth Saffioti, que se dedicou à problemática da mulher na sociedade brasileira, onde constatou a subjugação, exploração e opressão de mulheres. Especificamente, Saffioti (1976) contribuiu na compreensão das reais raízes do fenômeno em que a categoria sexo é utilizada nas sociedades de classes para o abrandamento das desigualdades de gênero na estrutura ocupacional, de modo a ultrapassar as justificativas naturalizantes e tradicionalistas que conformam a mulher a uma situação de inferioridade. Complementarmente, a teórica indicou que sustentam tais crenças uma série de aparatos próprios do capitalismo, entre eles a educação, a religião e o conservadorismo como reprodutores da lógica social e da sujeição das mulheres a essa condição de inferioridade.

² Movimento situado na França, focalizado no debate acerca do papel, da natureza e dos direitos das mulheres. Para mais informações, consulte: “A *querelle des femmes* e a política sexual na Idade Média” (Brochado, 2019).

Por seu turno, o termo conservadorismo, de modo geral, é tratado como atos e pensamentos que valorizam o passado e as tradições, sendo resistente a transformações sociais. Em sua forma aparente, o conservadorismo é, então, associado a uma despretensiosa preservação de costumes, valores e moral validados temporalmente. Todavia, a intenção desta pesquisa é abordar o conceito de conservadorismo em sua essência, compreendido pela defesa e manutenção intencional e estratégica de um regime social específico para a conservação de privilégios de determinada classe social. Nesse sentido, é possível observar que o conservadorismo em seu sentido mais estrito foi adquirindo, ao longo do tempo, variações em suas manifestações conforme a conjuntura cultural e sócio-histórica em que estava inserido.

Sendo assim, esta tese tratou o conservadorismo em suas expressões históricas, de modo que, sumariamente, foi possível identificar a origem e a manifestação clássica do conservadorismo nos anos de 1789, no contexto francês em defesa do regime feudal que estava ameaçado pela Revolução Francesa e pelos progressos da modernidade; logo, o conservadorismo clássico era próprio da classe feudal em oposição aos burgueses e à consolidação do capitalismo. Já o conservadorismo moderno, por sua vez, temporalmente localizado entre os anos de 1910 a 1970, seria típico da classe burguesa para refrear o movimento proletário e conservar a sociedade capitalista já consolidada. Por último, o conservadorismo contemporâneo, continua sendo vinculado à classe burguesa e contrário a qualquer movimento ou mudança que viesse abalar o sistema capitalista e os interesses da classe dominante, de modo a variar seu posicionamento entre progressista e reacionário para a manutenção do capital (Souza, 2015).

Ainda, para este estudo, o conceito de conservadorismo foi compreendido, em sua essência, como próprio e elementar da direita, pois a ideologia da direita consiste em forças sociais dedicadas a preservar privilégios específicos, ou seja, a conservar certo modelo socioeconômico que legitima os benefícios e a superioridade de tais forças. Portanto, entende-se conservadorismo não somente por uma “*resistência passiva à mudança*”, mas por ações concretas e estratégicas de acordos, concessões, golpes e manobras políticas que excedem o trivial ato doutrinário (Konder, 1977/2009, p. 28, grifo do autor).

Também é importante evidenciar a diferença entre conservadorismo e reacionarismo, em que este se discrimina daquele por sua radicalização, pois o conservadorismo preserva as instituições e os valores sociais já estabelecidos ao longo do tempo e aceita somente aquelas mudanças inevitáveis e que ocorrem nos limites da ordem, sem abalar as estruturas sociais consolidadas. E o reacionarismo, por sua vez, é uma espécie de revolucionário conservador, porque age de forma a enfraquecer as instituições sociais, negar e romper

radicalmente com o modelo vigente para resgatar uma “ordem perdida”, que estaria no passado e seria de qualidade superior, uma “utopia regressista” (Lynch; Cassimiro, 2022).

As pesquisas de Souza (2016), Keller (2019) e Quadros (2015) evidenciaram a postura brasileira conservadora ligada à valorização do passado, fazendo resistência às mudanças.

O trabalho de Souza (2016), uma tese de doutorado em Serviço Social, dedicada a evidenciar o conservadorismo como uma “ideologia da crise” de modo a apresentar seus fundamentos históricos e suas características principais no cenário brasileiro no ano de 2010. Souza (2016, p. 207) considerou o conservadorismo como uma “ideologia plural” que possui diversas vertentes e ramificações que variam conforme o contexto de onde se originam, sendo comum a elas a preservação da ordem capitalista aliada à tendência de direita e extrema-direita, estando associado a uma suposta prudência e maturidade políticas.

Quadros (2015) caracterizou o conservadorismo à brasileira como aquele que valoriza a tradição e os costumes sociais, que é contrário a mudanças e determina a moral em função da religiosidade, almeja um Estado forte e zela por hierarquias, é descrente das instituições políticas em vigência, bem como é intolerante a criminosos e demais posturas desviantes.

Para Keller (2019), o conservadorismo no Brasil sempre esteve presente e se revigorou quando foi entendido que as estratégias de uma considerada esquerda eram insuficientes para a preservação do poderio do capital somada à insatisfação das elites pelo reconhecimento estatal de direitos a populações marginalizadas. Nesse sentido, os brasileiros conservadores passaram a reproduzir preconceitos sociais e outras formas de discriminação sem receios e sem pudor, os quais estão, na verdade, incutidos nas bases do senso comum nacional, sendo assim rapidamente aderidos e naturalizados.

Ainda, conforme a pesquisadora, o pensamento conservador situado na realidade brasileira e na história da sociedade capitalista se expressa de duas formas principais:

- a) a invisibilidade das necessidades do outro, que devem subjugar suas diferenças aos costumes e interesses hegemônicos, já que a desigualdade seria natural e necessária;
- b) uma forte resistência a mudanças que, de alguma forma, representem ameaças às instituições, às tradições e à ordem capitalista (Keller, 2019, p. 114).

No que tange a esse primeiro aspecto do conservadorismo, ele se fundamenta, segundo Keller (2019, p. 114), pela “repressão dos trabalhadores e/ou pela criminalização dos movimentos sociais e da pobreza”, que é próprio da sociedade burguesa para permanência da

acumulação de capitais. Tal criminalização dos pobres já foi objeto de estudo anterior, em pesquisa de mestrado (Ercolano, 2019), na qual se observou, baseado em Marx e Engels, a opressão histórica dos menos favorecidos, em razão da desigualdade social advinda da prática da propriedade privada, de modo que os possuídos de bens esbanjam e usufruem de privilégios, ao passo que os despossuídos mal podem saciar suas necessidades essenciais de sobrevivência.

Tendo em vista contemplar a vivência de mulheres trabalhadoras no interior da sociedade capitalista burguesa, esta pesquisa se propôs a compreender os aspectos concretos e simbólicos que podem contribuir para e até levar a uma conformação delas a sua condição social, a partir da aderência à ideologia conservadora como, por exemplo, a formação, a família, os grupos de convivência, as formas de socialidade, a escolarização, as condições de vida, as motivações, os valores, os princípios, as identificações e demais aspectos. Tais elementos foram identificados por meio de um processo dialógico, dialético e reflexivo, que tencionou favorecer o reconhecimento e a interpretação de ações e pensamentos, bem como de suas repercussões a fim de levar à abertura e à reconsideração de diferentes possibilidades de ser e estar no mundo, além da quebra de preconceitos e da desnaturalização do social, da conscientização e ampliação de horizontes e perspectivas. Por sua vez, o termo adesão/aderir foi tomado como o ato de estar ligado, unido e colado a algo, com origem no latim de *adhaesio*, significando aderência ou justaposição (Aulete, 2020; Ferreira, 1986).

A investigação contou com a participação de 21 voluntárias que constituíram um grupo destinado ao diálogo e à reflexão de temas cotidianos. Os encontros do grupo foram realizados em um Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM), por se tratar de um ambiente institucional voltado ao público feminino. Essas mulheres foram selecionadas pela coordenação do CRAM, com o consentimento da responsável por esta pesquisa, de modo a conciliar as demandas institucionais às exigências acadêmicas. Sendo assim, participaram como voluntárias mulheres que trabalham no setor de limpeza dos espaços públicos da cidade e, institucionalmente, as rodas de conversa realizadas por ocasião desta pesquisa passaram também a integrar as atividades pertencentes ao Programa de Auxílio ao Desemprego - “Frente de Trabalho” do qual essas mulheres eram beneficiárias.

De modo estrito, este método foi implementado com a intenção de proporcionar o movimento dialógico, a atividade linguageira e reflexiva junto a este grupo de mulheres. Os dados emergidos do processo grupal foram analisados pelo método marxiano³, o qual foi

³ Cabe elucidar que existem autores que não reconhecem o Materialismo Histórico Dialético como método, mas como uma visão de mundo que visa historicizar e transformar a realidade. Todavia, este estudo adotou a

escolhido para esta investigação em razão do seu rigor metodológico, isto é, dos seus princípios que fundamentam a investigação e o compromisso com a realidade, que ultrapassa os limites da aparência para aprofundar na essência do fenômeno enfocado, de modo a examinar e compreender sua complexidade bem como sua estrutura dinâmica e posteriormente reproduzi-lo idealmente (Paulo Netto, 2011).

Vale mencionar que a corrente filosófica e social que orientou o método utilizado nesta pesquisa é a do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, a qual se fundamenta na materialidade, na historicidade e na dialética dos fenômenos, partindo da realidade empírica e concreta bem como do movimento e das conexões históricas intergeracionais. Assim sendo, para compreensão do fenômeno investigado em sua realidade concreta, foram adotadas categorias fundamentais do Materialismo Histórico Dialético, tais como a contradição, que contempla o movimento e a dinamicidade existentes pelos conflitos próprios do objeto de estudo; a totalidade, que incorpora a contradição e todos os elementos fundantes em relacionamento no interior do objeto; a historicidade, que compreende que há diferentes fases do fenômeno e um processo histórico que o constitui; a materialidade, que aborda os elementos reais e concretos que compõem o objeto de estudo; a mediação, que envolve a relação entre pessoas e ambiente intermediada por instrumentos e signos; e a dialética, que constitui as idas e vindas do objeto e as aproximações sucessivas a ele para compreensão de sua essência. Essas e outras categorias foram descritas detalhadamente no capítulo metodológico (Ercolano, 2019; Cury, 2000; Leontiev, 1978/2004; Kopnin, 1969/1978).

Por seu turno, a Psicologia Histórico-Cultural, de Vigotski, Leontiev e Luria, apoiou este estudo na compreensão dos sujeitos como seres sociais, como produtos e produtores da história, das relações sociais e de trabalho, da cultura, dos modos de produção, entre outros elementos que passam a compor as individualidades. Portanto, os aspectos psicológicos são tomados como constituídos por uma dialética subjetividade-objetividade em que sujeito e sociedade estão em um movimento que tem por base as contradições do processo histórico, tendo possibilidades de transformação. Ademais, foi utilizado o dispositivo técnico metodológico dos núcleos de significação, que possui como raiz epistemológica a Psicologia Histórico-Cultural e trata-se de um processo dialético que visa à apreensão das significações construídas pelo sujeito, a fim de captar o movimento dessas trabalhadoras em atividades discursivas e languageiras.

perspectiva conforme apresentada por José Paulo Neto (2011), que considerou as investigações e os postulados marxianos como orientadores do fazer científico tomando como ponto de partida a análise do concreto para ulteriormente realizar a sua exposição no plano ideal, de modo a indicar o movimento real do objeto.

Destarte, a utilização dos núcleos de significação e das categorias dialéticas apoiou este estudo na aproximação ao objeto focalizado de modo a, conforme preconizado pelo método materialista dialético, ultrapassar os limites da aparência, a fim de alcançar a essência do objeto e produzir um conhecimento mais fiel à sua totalidade complexa e multideterminada.

O interesse desta pesquisa pelo exame da vivência de mulheres trabalhadoras no âmbito da sociedade capitalista burguesa justificou-se em vista da ascensão de governos populistas radicais de direita e reacionários, isto é, que possuem uma liderança considerada carismática, a qual faz apelo ao povo contra a elite, sendo o representante nacional visto como herói antissistema, que vem negar o modelo vigente para restaurar a ordem perdida, baseada na autoridade, na família, na propriedade privada, na religião e que reforça os preconceitos de gênero, a misoginia e a inferioridade feminina (Lynch; Cassimiro, 2022). Além disso, o enfoque dado às mulheres foi decorrente do fato da implicação e identificação como pesquisadora-mulher, bem como delas serem historicamente as figuras sociais mais afetadas, reprimidas e agredidas pelo capitalismo que se liga ao patriarcado, ao machismo e a outros preconceitos de gênero; e trabalhadoras remuneradas, pois são aquelas que dependem do trabalho para sobreviver, são as mais exploradas e oprimidas pelo modo de produção capitalista.

Vêm endossar essa condição subalterna de mulheres na sociedade, as Estatísticas de Gênero do IBGE (2018), que apontaram as desigualdades sociais vivenciadas por mulheres em relação aos homens. A pesquisa indicou que as mulheres brasileiras, em 2016, se dedicaram 73% a mais de horas do que os homens aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas. No que diz respeito aos salários médios, as mulheres recebem 3/4 do que os homens ganham. Por outro lado, contradizendo o rendimento maior aos homens, no que tange à educação, o índice de homens que concluiu o ensino superior foi de 15,6% já o de mulheres alcançou 21,5%, ambos na faixa etária de 25 a 44 anos. Além disso, foi verificada a discrepância de gênero na conjuntura da participação da vida pública e na tomada de decisão, os dados mostram que: “o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%. No Senado Federal, composto por eleições majoritárias, 16% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, compostas por eleições proporcionais, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres” (IBGE, 2018, p. 9).

No que tange à conjectura que demonstrou a necessidade dessa investigação, pode-se citar a pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, Unidade de Inteligência (Ibope Inteligência, 2017), que demonstrou o aumento do grau de conservadorismo no Brasil baseado no Índice de Conservadorismo, que leva em conta a opinião da população brasileira no que concerne a cinco temas polêmicos: legalização do aborto, pena de morte,

redução da maioria penal, prisão perpétua para crimes hediondos e casamento entre homossexuais.

De acordo com os resultados dessa pesquisa Ibope (2017), foi possível constatar que permaneceu o índice de 78% de brasileiros contrários à legalização do aborto no período de 2010 a 2016. Já em relação à defesa da pena de morte, saltou de 31% para 49%, em seis anos. No que diz respeito ao apoio à redução da maioria penal, aumentou de 63% para 78%. Quanto à da prisão perpétua para crimes hediondos, foi elevado o número de favoráveis a esta medida de 66% para 78% no mesmo período. Logo, os crescimentos dessas respostas para tais temáticas são condizentes com o conservadorismo. Somente a temática relativa ao casamento entre homossexuais que seguiu em direção contrária, teve aumento em respostas favoráveis, passou de 25% para 42%. Ainda, esta mesma pesquisa do Ibope Inteligência (2017), sob uma outra forma de mensuração, apontou que o índice de conservadorismo da população brasileira entre os anos de 2010 e 2016 subiu de 0,657 para 0,686.

Baseada neste estudo do Ibope, a Fundação Tide Setubal (2019) realizou uma investigação complementar no intuito de compreender os valores e as preocupações, identificar os discursos e as percepções e entender o perfil da população conservadora. Assim sendo, a Fundação concluiu que:

Os que tendem a ser mais conservadores são: evangélicos; homens; acima de 40 anos; e são menos conservadores: pessoas católicas ou sem religião; mulheres; pessoas mais jovens. Além disso, ocorreram também diferenças quanto à percepção de desigualdades e preconceito por quem é mais pobre e menos escolarizado em comparação com pessoas com maior renda e escolaridade, as quais tendiam mais a reclamar do vitimismo alheio [...] (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 93).

Ademais, essa pesquisa também indicou que o pensamento conservador é aquele que preserva a tradição, já que algo diferente seria considerado de pior qualidade, valorizando, assim, as raízes e os costumes, tendo em vista que resultaram de um longo processo de aprendizagem e da condensação de conhecimentos. Nessa perspectiva, os conservadores teriam uma percepção saudosista do passado idealizado e romantizado em que se encontraria uma qualidade de vida melhor, com mais ordem e com mais valores morais. Por outro lado, a atualidade seria sentida como um verdadeiro caos em que predominaria a inversão de valores, a desordem e a decadência. Portanto, os brasileiros conservadores dão grande ênfase à ordem social de modo a enaltecer dois grupos simbólicos fundamentais: “1) o ‘hierárquico’, baseado em valores como tradição, disciplina e autoridade; e 2) o ‘cristão’, que adota uma ética cristã como reguladora do mundo” (Fundação Tide Setubal, 2019, p. 97).

É relevante destacar que esta pesquisa de doutorado representa a continuidade e a ampliação do exame e contextualização para o Brasil de dispositivos metodológicos de intervenção e pesquisa realizados pelo grupo de pesquisa, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq), Grupo de Estudos Marxistas em Educação e Psicologia (GEMEPSI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP - campus Assis.

Realizou-se, em nível de mestrado, com o apoio da CAPES, a pesquisa denominada *Entre grades: o trabalho do professor na prisão*, sob a orientação do professor doutor Davis Perez, cujo objetivo do estudo foi (re)conhecer os aspectos constituintes do cotidiano de trabalho dos professores que atuam em processos da educação formal com presos internos de estabelecimentos prisionais, a fim de, num processo de coanálise da atividade laboral, identificar os aspectos potencializadores e dificultadores desse trabalho e as formas alternativas de realizá-lo, tencionando a transmutação da laboralidade. Nessa pesquisa anterior, foi promovida a oportunidade de os professores voluntários acessarem seu trabalho de forma diferente, de modo a tomarem consciência de suas ações laborais corriqueiras e de outras não realizadas, a debaterem com seus pares profissionais sobre a sua atividade, que geraram transformações com o intuito de pensar, reconhecer e vivenciar o próprio trabalho. A realização dessa investigação possibilitou perceber a predominância de discursos mais ligados ao conservadorismo na fala dos professores, representando até mesmo uma dificuldade para o envolvimento deles em reflexões e instigando o interesse em realizar novo estudo enfocado nesta temática (Ercolano, 2019).

Além disso, nessa pesquisa de mestrado, foi utilizado o método dialético-materialista marxiano, contribuindo para maior afinidade e aproximação com a perspectiva teórico-metodológica. Parte dos resultados da investigação foi publicada no livro *Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista*, pela Editora Abrapso, em que foi apresentada a dimensão teórica deste estudo (Perez; Ercolano; Rocha, 2017). Outros dois capítulos de livro publicados, também pela editora Abrapso, sendo um no livro *Psicologia Social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios* e outro no livro *Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditadas e práticas resistentes*, em que no primeiro apresentou-se a instrução ao sócio como método dialético materialista pelo qual se evidencia a validade da dialética na contemporaneidade e no segundo foram tecidas considerações acerca do conceito marxiano de trabalho estranhado e suas repercussões na atualidade (Perez; Ercolano, 2019; Ercolano; Perez, 2019).

O texto desta tese está organizado em cinco capítulos, além desta introdução e das referências bibliográficas, nos quais são abordados, sucessivamente: 1) Feminismo e suas determinações histórico-culturais; 2) Construção histórica do pensamento conservador; 3) Materialismo Histórico Dialético; 4) Recolha e examinação dos dados de pesquisa; e 5) Considerações finais.

1 FEMINISMO E SUAS DETERMINAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS

Este capítulo foi dedicado à temática das lutas de mulheres na sociedade patriarcal capitalista ao longo da história e em distintos contextos, desde a sua forma mais rudimentar até o seu nível mais elevado na constituição de um movimento feminista organizado. Inseridas numa sociedade que tomava por referência o gênero humano e por centro de poder o homem de modo a disseminar e incutir na população discursos que rebaixavam a natureza feminina e restringiam a liberdade das mulheres, elas passaram a reivindicar sua condição nesta sociedade, confrontando essas ideias preestabelecidas a fim de negar sua inferioridade natural e requerer a igualdade de direitos em relação aos homens.

Nesse sentido, foi árdua e vasta a jornada das lutas feministas, pois precisou somar forças para contestar representações sociais sobre a mulher enraizadas e conservadas no decorrer da história, sendo de difícil ruptura e transformação mediante a intensa resistência social à promoção da mulher. Por outro lado, outras conjunturas sociais foram propícias e estimularam o movimento de mulheres, tais como a Revolução Francesa, o movimento antiescravista, a Revolução Industrial e a modernização.

É importante salientar que o movimento feminista é plural em suas expressões, de forma que sua história é abordada a partir de ondas, no intuito de contemplar seu processo sócio, histórico e cultural bem como suas diversas vertentes e produções ontológicas. Isto posto, este capítulo foi dividido em duas seções, sendo elas: 1) Contexto histórico e raízes do feminismo; e 2) Feminismo materialista histórico dialético, sendo este subdividido ainda em a) As referências históricas do feminismo marxista brasileiro; e b) Expressões contemporâneas do feminismo marxista.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E RAÍZES DO FEMINISMO

Inicialmente, é importante elucidar que a expressão feminismo foi utilizada originariamente nos Estados Unidos, por volta de 1911, quando escritores e escritoras usaram como sinônimo de movimento de mulheres, de lutas femininas em busca de direitos e liberdades. Esse novo feminismo que se apresentava e que veio nomear tal movimento histórico, tinha como intuito o sufrágio e a liberdade nos âmbitos intelectual, sexual e político. Assim sendo, de modo geral, pode-se chamar de feminismo quando mulheres se opõem aos desígnios que o patriarcado lhes impele e reivindicam seus direitos para uma melhoria das suas condições de vida (Garcia, 2011).

Ademais, cumpre destacar que o feminismo é plural, pois pode variar de acordo com abordagens de pensamento político que o constituem. Entretanto, o feminismo não é definido exclusivamente por seu posicionamento político e prática social, mas também por uma ética, ou seja, por uma forma típica de viver em sociedade, isto porque, ocorre a construção de uma consciência feminista a partir do desvelamento da discriminação e opressão de mulheres na sociedade. Por conseguinte, é possível, deste modo, perceber a dominação dos homens sobre as mulheres na realidade cotidiana. Portanto, o feminismo se trata de uma consciência crítica que salienta os conflitos e as contradições que marcam os discursos e as práticas sociais que carregam o padrão do masculino como universal a toda humanidade (Garcia, 2011).

Para Lerner (2019), é preciso dar uma definição mais consistente do termo feminismo, pois considerou que, na atualidade, são utilizadas designações indiscriminadas. Isto posto, a autora distingue dois tipos de feminismo, sendo um que é um movimento que busca os direitos da mulher, a fim de garantir a igualdade entre homens e mulheres; e outro feminismo que se caracteriza por ser um movimento que visa à emancipação de mulheres, isto é, que luta pela liberdade e autonomia da mulher de modo a romper com as opressões e determinações impostas pelo sexo.

De acordo com outra estudiosa, o feminismo é considerado como:

[...] uma revolução político-cultural que é produto da modernidade e do progresso da humanidade; um movimento produzido, desenvolvido e liderado pelas mulheres, cujas primeiras eclosões ocorrem na Europa, berço da civilização, e ressurgem com fôlego renovado em meados do século 20 nos Estados Unidos (potência imperial máxima), para, depois, se expandir pelo restante do mundo não ocidental (Miñoso, 2020, p. 4).

Pela historiografia estadunidense, outro marcador histórico do feminismo, antes mesmo de ele ser assim nomeado, e que deu origem ao Dia Internacional da Mulher, foi em 8 de março de 1857, quando 129 mulheres foram queimadas por um homem, dono da fábrica, por realizarem uma greve operária tecelã (Garcia, 2011). Para Lima (2022), esta versão sobre o 8 de março, na verdade, de tanto ser reproduzida e recontada, acabou por misturar fatos importantes de movimentos de mulheres, pois o incêndio registrado na fábrica *Triangle Shirtwaist Company*, em 25 de março de 1911, em que os donos do empreendimento teriam trancado as mulheres trabalhadoras e ateado fogo não ocorreu durante uma greve das trabalhadoras. O outro acontecimento foi uma das maiores greves do setor têxtil de Nova York, entre setembro de 1909 e fevereiro de 1910, em torno de um ano antes do incêndio, e que contou com o levante inicial das trabalhadoras da fábrica *Triangle*, sendo as primeiras a realizar a

paralisação do trabalho até deflagrar a greve geral, constituindo a primeira grande greve de mulheres no país. Todavia, as trabalhadoras da *Triangle* eram consideradas pelos poderosos empresários como um problema, de modo que não é possível afirmar com exatidão que não houve conexões entre os dois marcos históricos da greve e do incêndio.

Em resumo, é unânime a associação da data comemorativa de 8 de março à histórica luta de mulheres operárias que buscavam melhores condições de trabalho, pois as fábricas têxteis reuniam a mão de obra majoritariamente feminina e não seguiam os requisitos básicos de segurança de modo a apresentar, em grandes galpões, enorme aglomerado de operárias e um amontoado de máquinas de costura sem espaços adequados para circulação, além das longas jornadas de trabalho (Lima, 2022).

Apesar de tudo que foi dito, o Asch Building não era o único edifício que não cumpria as normas. No outono de 1910, o serviço de controle sanitário de Nova York (New York Joint Board of Sanitary Control) investigou as condições de 1.243 oficinas têxteis da cidade. Dessas, 99% foram declaradas inadequadas em matéria de segurança; 14 não possuíam saídas de incêndios; em 101 foram detectadas escadas defeituosas; 491 tinham apenas uma saída; em 23, as portas permaneciam fechadas com chave durante o dia; 58 estavam insuficientemente iluminadas; em 78, os acessos às saídas de incêndio estavam bloqueados e as portas de 1.172 (94%) abriam para dentro. Não obstante, o proprietário do edifício estava de sobreaviso sobre as perigosas condições em que se encontrava seu imóvel, pois em 1909 havia recebido um informe elaborado pelo professor da Universidade de Columbia e especialista na prevenção de incêndios, P. J. McKeon, designado então para fazer uma inspeção técnica da Triangle Shirtwaist Company. Esse relatório, chamava a atenção para o elevado número de operários que trabalhavam amontoados nos três pisos que a empresa ocupava, motivo pelo qual considerava-se necessário instruir os trabalhadores sobre a forma de evacuar o edifício em caso de incêndio (González, 2010, p. 34).

Do ponto de vista teórico, as vertentes feministas desenvolveram conceitos para fundamentar suas análises e suas propostas de intervenção na sociedade. São eles: androcentrismo, patriarcado, sexismo e gênero. O androcentrismo foi definido como o homem sendo considerado como a representação de toda a humanidade, isto é, como referência para todos os aspectos humanos. A repercussão do androcentrismo foi a distorção da realidade, a deformação da ciência e outros efeitos negativos no cotidiano, como a disseminação de informações importantes aos homens (Garcia, 2011).

Conforme Harding (1993), não se pretendeu com a proposição do conceito de androcentrismo a substituição de um modelo masculino por um padrão feminino, porém a superação de tais subjetivismos, de modo a considerar até o sexismo e o androcentrismo como preconceitos sociais. Nesse sentido, o feminismo propôs movimentos de libertação em que se viabiliza a construção de perspectiva ampliada sobre a realidade. Por conseguinte, assim como não deveria haver a noção de um homem universal, genérico, como adotado pelas ciências

androcêntricas, pois essas se referem somente a determinado homem (burgueses, ocidentais, brancos e heterossexuais), também não deveria existir uma mulher essencial, mas uma infinidade de mulheres marcadas pelos crivos históricos, culturais, raciais e sociais.

Outro importante conceito é o patriarcado que as abordagens feministas reformularam e atribuíram sentido crítico, pois até então ele era considerado como governo dos patriarcas, dos quais a autoridade era resultante de sua sabedoria. O feminismo radical, dos anos de 1970, que postulou o patriarcado como modo de regime político, social, econômico e religioso alicerçado no homem como figura central de autoridade, poder e liderança, no qual se legitima a dominação de homens sobre mulheres. Com a reconfiguração feminista deste conceito, foi possível ampliar a percepção do controle e do domínio exercido sobre as mulheres, que além do âmbito privado, também se fazia no político, sexual, trabalhista, moral e outros. Nesse sentido, enquanto as mulheres estiverem inseridas nesta organização política do patriarcado, as conquistas feministas serão sempre paradoxais, como por exemplo, as mulheres alcançaram o direito à educação e ao trabalho, porém, por outro lado, não foram liberadas dos encargos domésticos e de manutenção, resultando na sobrecarga de mulheres que passaram a adquirir jornada de trabalho dupla ou a depender do trabalho de outras mulheres. Em vista disso, o feminismo defende a eliminação do patriarcado como sistema político (Garcia, 2011).

Conforme Lerner (2019), patriarcado é compreendido como a histórica dominância masculina sobre as mulheres manifestada e institucionalizada, sobretudo no âmbito familiar, mas estendida à sociedade geral por meio da soberania masculina nas instituições sociais estruturantes e decisórias, sendo expressa desde o terceiro milênio a.C., consolidada no período em que foi produzida a Bíblia Hebraica, assumindo novas formas no século XIX e se perpetuando até os presentes dias.

Segundo Aguiar (2000), o conceito de patriarcado foi definido pela feminista Carole Pateman como um sistema de poder semelhante ao escravismo, pois ainda que a organização estatal tenha se modificado, as normas jurídicas e os padrões culturais não acompanham automaticamente tais mudanças, de modo que o patriarcado continua influenciando a relação social entre homens e mulheres. Complementarmente, outra autora, Sylvia Walby, identificou duas formas de manifestação do patriarcado: no âmbito privado, relativo aos grupos familiares e às relações domésticas; e, no contexto público, no que tange à emergência do Estado e suas diferentes dimensões, como no trabalho remunerado que reproduz a dependência feminina.

Saffioti também recorreu a Pateman para postular o conceito de patriarcado:

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. [...] Pateman mostra o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. [...] Sendo o *patriarcado* uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima legada pelo feminismo radical: “*o pessoal é político*” (Saffioti, 2004, p. 54 e 55, grifos da autora).

Por sua vez, o sexismo se refere ao “conjunto de todos e cada um dos métodos empregados no seio do patriarcado para manter em situação de inferioridade, subordinação e exploração o sexo dominado: o feminino” (Garcia, 2011, p. 18-19). Cabe a ressalva de que o sexismo abrange as mais diversas áreas da vida humana e das práticas sociais. Uma de suas expressões pode ser reconhecida na educação sexista em que havia separação de meninas e meninos bem como de conteúdos a serem ensinados a cada um.

Souza-Lobo (2021) empregou o termo sexismo no âmbito do mercado de trabalho no que se refere à desqualificação do trabalho da mulher, uma vez que a natureza dos requisitos aplicados às mulheres se difere substancialmente em relação à mão de obra masculina.

A estudiosa ainda ilustrou, por meio de exemplos de anúncios de vagas de emprego, em que as qualificações exigidas para cargos considerados femininos são de ordem física e moral, tal como ser bonita, ter boa aparência, ser magra. Portanto, a autora concluiu que o sexismo, assim como também o racismo, são questões políticas.

Complementarmente, Saffioti (2004) constatou que o sexismo seria prejudicial, tanto para homens como para mulheres, bem como para as relações entre ambos, destacando que para as mulheres os danos são maiores. Assim sendo, as mulheres seriam tolhidas principalmente no desenvolvimento, na racionalidade e no uso do poder, pois elas são criadas com o intuito de formar personalidades submissas, cordiais e conciliadoras. Por sua vez, os homens, de forma oposta, eram incentivados a comportamentos rudes e arriscados que transmitissem virilidade e valentia.

No que tange ao conceito de gênero, é um termo elaborado no campo das ciências sociais para designar a “construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina” (Garcia, 2011, p. 19). Na literatura feminista, ele passa a ser uma categoria central e tem como pressuposto de que são construções culturais e não de caráter natural ou biológico, logo, é distinto de sexo. Gênero é compreendido, então, como o conjunto de condutas, normas,

obrigações, pensamentos e habilidades que se exige de mulheres, por somente serem biologicamente mulheres, como se fosse um encargo natural, próprio do ser mulher.

Para Saffioti (2004, p. 45, grifos da autora):

Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LARETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

O conceito de *gênero* não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres.

Cabe fazer a ressalva de que há dissidências acerca do uso do termo gênero entre as feministas, tendo em vista que aquelas amparadas na teoria marxista preferem a utilização da expressão “relações sociais de sexo” no lugar de gênero, pois amplia a discussão para um âmbito estrutural concernente às relações sociais de classe. Dito de outro modo: “a relação social de sexo nomeia os sujeitos, uma vez que designa a confrontação entre as consideradas categorias de homens e mulheres, que envolvem conflitos e antagonismo de ordem estrutural, ainda que também reflitam nas relações (*relations*) pessoais” (Cisne, 2018, p. 72-73).

Como elucidado anteriormente, o feminismo é plural e passou por diferentes fases históricas, marcadas por distintos preceitos e determinantes sociais, sendo elas: o feminismo pré-moderno, a primeira onda do feminismo, a segunda onda e a terceira onda. O feminismo pré-moderno estava circunscrito por uma sociedade em que a ideia dominante da época era da inferioridade feminina em relação ao homem, de modo a estabelecer acirrada desigualdade cognitiva, intelectual e social entre homens e mulheres até o período do Renascimento. Tal concepção foi tão pujante que ainda no século XVI, com as pautas renascentistas, ela se fazia presente, como, exemplo, na seara religiosa, em que seus líderes reafirmavam o lugar de submissão e de inferioridade natural que a mulher era condenada. Assim, é possível dizer que o Renascimento trouxe uma nova visão sobre o humano, mas esta não se aplicava à mulher. Todavia, ainda que indiretamente, a valorização renascentista à inteligência teve repercussões para a mulher, uma vez que foi dada a importância à educação e seus firmados pedagógicos que deu brecha para discussões relativas à natureza e às obrigações dos sexos. A essa tímida

abertura, mas que durou por vários séculos, se nomeou de “*Querelle de femmes*” (Garcia, 2011).

Algumas estudiosas consideraram essa *querelle* como o embrião do feminismo, pois tinha como características a confrontação dialética à misoginia, a fundamentação a partir do conceito de gênero e a ampliação da questão para outras épocas e sistemas de valores de modo a alcançar uma ideia geral de humanidade. Participaram desse movimento precursor mulheres que tiveram a oportunidade de serem educadas por homens cultos e que eram seus familiares. Elas perceberam que aquele ideal humanista universal que lhes foi transmitido não correspondia com a realidade, já que não englobava as mulheres. Uma representante expoente desse período foi Christine de Pizan, considerada a primeira mulher escritora profissional, a qual denunciou o descaso em relação às mulheres, também registrou a condição de desalento feminino sem poder ter acesso aos bens culturais. Além disso, Pizan reivindicou o primeiro direito da mulher e do qual procedem os demais, o de ser reconhecida como ser humano, como sujeito que merece dignidade e que possui todas as capacidades que anteriormente eram atribuídas apenas aos homens, como a inteligência e a criatividade (Garcia, 2011).

De acordo com Ferreira e Silva (2022), Christine Pizan utilizava discursos retóricos em seus textos literários em favor das mulheres. Assim sendo, ela adotava a estratégia discursiva de, em primeiro momento, reproduzir a lógica medieval, no intuito de rebaixar-se se desqualificando por ser mulher, que seria naturalmente inferior, porém, no desenvolvimento textual mostra o contrário, construindo uma linguagem erudita e complexa, de modo a provar que a mulher é um ser racional.

Portanto, a epístola traz muito mais que apenas uma defesa da mulher e intenção de romper com o imaginário, Pizan deseja que seus opositores reconsiderem a importância da obra. [...] Mais do que retórica, suas cartas incitam uma ação. Uma ação política e que interfere diretamente em relações de poder. Isto, para ter uma melhor noção de como ela constrói seu discurso fazendo uso de estratégias pré-definidas (Ferreira; Silva, 2022, p. 36).

Outro fato histórico que influenciou a construção do feminismo foi a Reforma Protestante, que postulou a “primazia da consciência-indivíduo e o sacerdócio universal de todos os verdadeiramente crentes frente à relação hierárquica com Deus”, dando margem para mulheres questionarem a razão de também elas não poderem ocupar tal posição (Garcia, 2011, p. 30). Consequentemente, na Inglaterra do século XVII, no auge do movimento protestante, era possível encontrar mulheres no papel de pregadoras, admitindo que elas eram usadas como instrumento do Espírito Santo. Por outro lado, outras mulheres, se engajaram ao Utilitarismo,

uma filosofia moral originalmente desenvolvida por Jeremy Bentham que era fundamentada em uma ética consequencialista, isto é, que avaliava as condutas humanas a partir de seus efeitos concretos e de sua utilidade. Posteriormente, foram sendo construídas outras vertentes dentro do Utilitarismo, as quais não serão detalhadas neste trabalho (Geraldo, 2006). Todavia, muitas dessas mulheres vinculadas ao Utilitarismo foram rechaçadas e perseguidas socialmente sob acusação de bruxaria e pacto com o demônio. Nesse sentido, muitas foram condenadas a morrerem queimadas por se oporem ao domínio patriarcal.

Já no Antigo Regime, em contexto francês do século XVII, surgiram nos espaços públicos os salões, que traziam consigo inovações nas convenções e nos valores sociais. Eram espaços administrados por mulheres, onde se apregoava e se praticava ideias contrárias ao casamento.

Uma característica desses salões era que, fugindo da superficialidade do entretenimento puro, tinham um caráter profundamente intelectual de mercado de ideias. As discussões giravam em torno a distinguir, analisar e classificar os sentimentos, determinar suas matrizes e suas fontes. Discutia-se o sentido de beleza das palavras e havia grande preocupação com a reforma da linguagem (Garcia, 2011, p. 31).

Por conseguinte, na segunda metade desse século, foi organizado um grupo de mulheres literatas, chamadas de preciosas, que preconizavam para além do universo cultural, um padrão e comportamento, sendo as pioneiras no questionamento do papel social dos homens. Conforme Gozález (2003), as preciosas eram mulheres extremamente elegantes e desenvoltas que discutiam abertamente com políticos e intelectuais de modo a trazer informações e a manifestar livremente seus pensamentos e posicionamentos políticos.

De acordo com Garcia (2011), é possível dizer que foi nesses salões em que as preciosas se manifestavam que se esboçou uma espécie de protofeminismo, isto é, uma prática inconformista em relação às normas sociais e ao ideário da inferioridade feminina que a tomava como um ser incapaz de se envolver em temas complexos como a ciência, a filosofia e as artes. Deste modo, as preciosas afirmavam a capacidade feminina de inteligência e senso crítico a partir das mesmas oportunidades e estímulos oferecidos aos homens, como o acesso à educação formal e à cultura.

Embora conservadores em sua natureza e organização, no decorrer no tempo os salões contribuíram para a emergência de outros modos de sociabilidade fundados não mais em privilégios e posições sociais, porém na cultura, em debates críticos e no cultivo da amizade. O

Preciosismo, por sua vez, teve influência até 1680, com numerosas obras e maior interesse das mulheres pela ciência.

Foram consideradas como precursoras do feminismo especificamente três intelectuais: Lucrécia Marinelli, Moderata Fonte e Arcângela Tarabotti. O diferencial delas foi a defesa da igualdade entre homens e mulheres, destacando o papel feminino na história da civilização; a denúncia da falta de autonomia e liberdade que limitava as condições de vida das mulheres ao ambiente doméstico ou a mosteiros por decisões de outros, homens, que possuíam o domínio de suas vidas.

A história do movimento feminista é tratada a partir do termo “ondas”, como uma forma de designar a diversidade de períodos e territórios em que se deflagraram manifestações do feminismo. Isto posto, as ondas feministas se desenrolam segundo o processo sócio-histórico e cultural e são compostas por diferentes abordagens, perspectivas e produções ontológicas. Por outro lado, quando a literatura se refere às ondas do feminismo, elas são geralmente apresentadas exclusivamente pela ótica europeia e estadunidense, de modo a impor um discurso hegemônico e uma lógica normativa ocidental que não reconhece a pluralidade de experiências feministas em diferentes localidades, propondo, assim, uma narrativa única como legítima (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Portanto, no presente manuscrito, são evidenciados alguns marcos históricos do feminismo oriundos tanto do Ocidente quanto do sul global, a fim de contemplar uma amostra da riqueza de manifestações feministas em seus distintos territórios.

No que tange à primeira onda do feminismo, é possível afirmar que foram dois determinantes fundamentais dessa primeira articulação do movimento: a publicação da obra *Sobre a igualdade entre os sexos*, de Poulin de la Barre, em 1673, e a Revolução Francesa, onde as mulheres questionaram a sua participação nas reivindicações. Essa foi considerada a primeira obra feminista que registra argumentos para sustentar a exigência da igualdade entre os sexos com a ideia de que a desigualdade sexual poderia ser confrontada por meio da educação, já que homens e mulheres possuíam a mesma disposição para ela (Garcia, 2011). De acordo com Saffioti (1976), o feminismo se principiou com o intuito de reivindicar também para as mulheres as liberdades e os direitos concedidos aos homens nesse novo regime social. Todavia, esse movimento revolucionário francês possuía caráter burguês e masculino, por estar voltado apenas para a eliminação dos privilégios feudais, preservando, assim, a sociedade patriarcal, com o homem no centro das relações políticas, econômicas e sociais como um todo.

É importante lembrar que, nesse mesmo período, também ocorreu a primeira manifestação do conservadorismo, conforme registrado em capítulo posterior, em reação aos

princípios revolucionários e aos avanços da modernidade, tornando o cenário cultural e político ainda mais conflituoso. Os conservadores acreditavam que a Revolução Francesa destruiria as estruturas sociais, as tradições e os costumes que já tinham sido validados pelo tempo (Burke, 1790/1982). Sendo assim, é possível depreender que o conservadorismo daquela época também fazia oposição ao movimento feminista, uma vez que as mulheres questionavam os papéis sociais que lhes foram atribuídos e reivindicavam maior participação social.

Além disso, a conjuntura sócio-histórica do século XVIII de desenvolvimento técnico-científico e de revoluções políticas e produtivas, como a derrubada do Absolutismo para a democracia e a emergência da Revolução Industrial, impulsionaram debates teóricos sobre a igualdade e a cidadania. Nesse sentido, ainda que a misoginia estivesse presente no discurso filosófico predominante na época, toda transformação política que adveio da Revolução Francesa repercutiu na construção do feminismo, embora houvesse simultaneamente a sua recusa e repressão. A Revolução Francesa, por sua vez, também teve contribuição de feministas, de acordo com Garcia (2011, p. 40-41):

Na Revolução Francesa, vemos não apenas o forte protagonismo das mulheres nos eventos revolucionários, mas também a aparição das mais contundentes demandas de igualdade sexual. A participação delas se produziu em dois âmbitos distintos: o popular e de massa de mulheres que lutaram na frente de batalha e o intelectual, representado geralmente pelas burguesas, que se manifestaram especialmente nas sessões da Assembleia Constituinte, na produção de escritos sobre a revolução, na criação de jornais e grupos femininos empenhados nas lutas pelos direitos civis e políticos das mulheres.

Entretanto, essa importante atuação da mulher na Revolução Francesa não garantiu que suas reivindicações fossem inclusas nas pautas. Em 1789, se proclamou, na França, a “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”, que concretamente certificava as poucas conquistas femininas. Após dois anos, foi publicada, em resposta a tal documento, a “*Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs*”, escrita por Olympe de Gouges; e, em 1793, a “*Reivindicação dos Direitos das Mulheres*”, de Mary Wollstonecraft. O primeiro manuscrito, de Gouges, apontava que os princípios pelos quais lutava a revolução, liberdade e igualdade, na verdade não eram universais, pois não contemplavam as mulheres e exigiam o reconhecimento das mulheres como sujeitos e cidadãs de direitos. Já a segunda obra, de Wollstonecraft, considerada por lançar os pilares do feminismo moderno, defendia a igualdade entre homens e mulheres no âmbito econômico e político, além de tratar o casamento como um tipo de “*prostituição legal*” em que as mulheres se tornavam “*escravos convenientes*”, sendo o único meio de se livrar desse destino seria não contrair o vínculo conjugal (Garcia,

2011, p. 47, grifos da autora). Ainda, cabe destacar que essas duas autoras trouxeram contribuições teóricas inovadoras para época, como denominar o poderio masculino sobre as mulheres de privilégio e as raízes da ideia de gênero, que retira o caráter natural da condição da mulher e a interpreta como decorrente das relações sociais.

Para Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), o marco da primeira onda do feminismo no Ocidente foi identificado justamente como reação feminina a algumas conquistas advindas da Revolução Francesa, visto que essas somente estavam relacionadas a emancipação de homens. Consequentemente, atribuíram à Mary Wollstonecraft o primeiro registro reivindicatório feminino que requeria para as mulheres o direito à educação, igualdade nas relações conjugais e ao voto. Para Saffioti (1976), no contexto inglês, o feminismo teve início com a publicação de um livro de Mary Wollstonecraft, em 1792, que continha protesto pelas circunstâncias existenciais da mulher. Um dos principais focos do feminismo inglês também foi a questão sufragista que começou com um movimento ainda tímido, o qual se fortaleceu somente no século XX. As autoras ainda destacaram que a primeira onda feminista foi fundamentalmente movida por interesses de europeias, burguesas e brancas que, embora também sofressem com a estrutura societária patriarcal pelas diversas limitações impostas às mulheres, possuíam condições econômicas privilegiadas que viabilizaram em alguma medida essa difícil luta por direitos (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

É possível dizer que essa primeira onda feminista está de acordo com a definição de feminismo proposta por Lerner (2019), que busca por direitos da mulher para garantia de igualdade entre homens e mulheres. Ademais, como também indicado pela autora, a mulher tinha seu reconhecimento social determinado pelo vínculo a um homem de posses, justificando o fato de as protagonistas da primeira onda feminista pertencerem à classe mais abastada. Complementarmente, os homens, por sua vez, eram valorizados por sua autonomia e por suas posses. Logo, as mulheres eram totalmente despossuídas: de si mesmas, não tendo o poder de decisão sobre suas vidas, e de bens, ficando dependentes também economicamente de uma figura masculina.

Contudo, a Revolução Francesa reprimiu veementemente o feminismo de modo que os jacobinos fecharam os clubes de mulheres, em 1793, e proibiram expressamente a participação de feministas na política, seja ela de qualquer ordem, sob pena de exílio ou guilhotina. Nesse sentido, a primeira manifestação feminista foi sendo engolida pela revolução burguesa a ponto de o feminismo francês ficar estagnado por quase trinta anos (Saffioti, 1976). Consequentemente, a virada do século foi bastante limitada para as feministas, mas a luta já estava instaurada. Ainda sem acesso à educação formal, aos direitos civis e aos bens liberais, a

pauta pelo voto feminino e a inserção nas instituições de ensino era urgente e se tornou uma das metas do sufrágismo que caracteriza o início da segunda onda do feminismo moderno (Garcia, 2011).

Antes de tratar da segunda onda do feminismo, cabe destacar que, em contexto brasileiro, foi identificada como primeira feminista a educadora e escritora Nísia Floresta, de origem nordestina e burguesa, publicou obras que divulgavam uma abordagem crítica e transformadora sobre as condições da mulher e sobre as normas sociais. Também é importante observar que, apesar de serem identificadas no feminismo brasileiro características gerais da primeira onda feminista internacional, a manifestação brasileira não se tratou de uma importação e reprodução dos movimentos europeus, mas, sim, da construção de uma luta própria, que inicialmente se deu em busca do voto feminino e, posteriormente, foram encontrados registros em jornais de outras causas como o trabalho extraluar e os comportamentos (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

Ademais, também houve notoriedade nacional Bertha Lutz, bióloga, ativista e política brasileira que reivindicou o sufrágio às mulheres e teve reconhecimento internacional por seu protagonismo na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que visava aos direitos das mulheres por meio de manifestações e deliberações políticas, bem como pela conquista de espaços públicos e de poder. Não menos importante foi a atuação da militante negra Maria Rita Soares de Andrade, primeira juíza federal brasileira, tendo forte influência política, além de trabalhar no setor da educação e do jornalismo (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021).

Por seu turno, a segunda onda do feminismo foi marcada pelas particularidades do século XIX, de mobilizações sociais emancipatórias, de construção de democracias censitárias e de industrialização, e, apresentou, pela primeira vez, o feminismo como um movimento social de caráter internacional, organizativo e autônomo. Assim sendo, esse contexto histórico era composto pela realidade paradoxal de desenvolvimento político, tecnológico e científico, simultaneamente à negação de direitos civis e políticos às mulheres, bem como à exploração do trabalho humano e ao agravamento da desigualdade social. Portanto, o centro dessa segunda fase do feminismo foi o “igualitarismo entre os sexos e o da emancipação jurídica e econômica da mulher” (Garcia, 2011, p. 52).

Nesse período, as mulheres de classe média, em território norte-americano, se organizaram em um núcleo com o intuito de elaborar ações concretas para abolir a escravidão. E esta experiência de luta serviu para o reconhecimento de sua própria condição, pois, ao tentarem participar de um congresso mundial antiescravistas, foram impedidas simplesmente pelo fato de serem mulheres, levando-as a focalizar suas atuações na validação dos seus próprios direitos. De

acordo com Saffioti (1976), é possível dizer que o feminismo norte-americano teve suas raízes em 1775, quando já se registrou uma denúncia das condições de vida das mulheres. Ademais, a própria estrutura social escravocrata mobilizou contingentes femininos a reconhecerem sua própria condição e a buscarem melhorias. Nesse sentido, foi pelo movimento abolicionista que as mulheres se inspiraram para analisar sua própria situação e se organizar pela busca de reformas institucionais e sociais. De acordo com Saffioti (1976, p. 64):

O processo de conscientização se desenvolve e, em 1848, a Proclamação dos direitos da mulher, de Seneca Falls, denuncia a submissão da mulher a leis de cuja elaboração não participara, clama por mais oportunidades de educação adequada para que ela possa participar da vida pública.

Foram representantes expoentes desse período Lucretia Mott, “fundadora da primeira sociedade feminina contra a escravidão e cuja casa utilizava como rota de fuga para os escravos”, e Elizabeth Stanton, “que se tornou a intelectual mais destacada desse movimento pela organização do encontro que culminaria na redação da Declaração de Seneca Falls ou a Declaração dos Sentimentos: texto que funda o movimento sufragista estadunidense em 1848” (Garcia, 2011, p. 53-54).

O evento referido acima foi o primeiro de natureza pública e de coletivo de mulheres. Além disso, o documento nele apresentado registrava a recusa à negação de direitos civis e jurídicos de mulheres, ou seja, faziam oposição ao fato de a mulher ser proibida de votar, ser candidata e ocupar posições políticas, bem como impedida de possuir propriedades, de envolver-se em atividades comerciais e financeiras. Por conseguinte, as mulheres norte-americanas passaram a ter uma luta mais organizada, de modo a conquistarem uma emenda constitucional que lhes concedia o direito do voto.

No entanto, as repercussões desse documento não foram das melhores, uma vez que houve uma reação conservadora que passou a desqualificar e desmoralizar não apenas a Proclamação dos Direitos da Mulher como também a própria manifestação feminina. Consequentemente, o manuscrito perdeu assinaturas, pois se passou a acreditar que o feminismo era caracterizado unicamente pela reivindicação de completa liberdade sexual, a qual representava subversão dos fundamentos e da tradição cristã. Conforme Saffioti (1976), é notável o costume da sociedade de somar esforços para refrear ou postergar a emancipação de um grupo social oprimido e marginalizado, como foi e é o caso das mulheres, dos negros e dos nativos. Para tanto, são reproduzidos socialmente os mitos religiosos, a fim de reafirmar, conservar e justificar a condição da mulher. Novamente as mulheres foram negligenciadas, uma

vez que mesmo se empenhando na causa pela abolição da escravidão, não receberam apoio dos movimentos abolicionistas, de modo que a emenda constitucional que viabilizava o direito ao voto aos escravos, negava declaradamente o mesmo às mulheres (Garcia, 2011).

Por outro lado, o movimento abolicionista também inspirava o feminismo americano e estimulou a luta pelo direito da mulher ao voto, a partir da fundação da Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres, em 1869. Porém, o sufrágio feminino só foi conquistado nos anos de 1919, nos EUA, permanecendo em outros países americanos por um longo período ainda. O movimento sufragista feminino foi impulsionado nos demais países da América com a criação da Comissão Interamericana das Mulheres, em 1928. Posteriormente, foi assinada por 19 países, em 1933, uma convenção internacional para eliminar a desigualdade política dos sexos, resultando na promoção da mulher à condição de cidadã (Saffioti, 1976).

É importante fazer a ressalva de que, apesar de o movimento do sufragismo ter ficado conhecido por centralizar a questão do direito ao voto, ele também possuía como pautas o direito à educação, e à igualdade nos diversos campos, como verdadeira universalização dos princípios democráticos e liberais. Ademais, o sufragismo conseguiu trazer novas formas de mobilização e construiu a luta pacífica que foi tomada como modelo por outros movimentos, como o sindicalismo e o de direitos civis (Garcia, 2011).

Ainda, a autora faz uma breve distinção entre o feminismo norte-americano e o francês, de modo a indicar que o primeiro não teve sólida relação com o socialismo para libertação da mulher e coletivização da propriedade. Pelo contrário, o feminismo americano era liderado por mulheres da classe média que almejavam ampliar a sua participação social, seu espaço no modelo capitalista. Logo, o feminismo americano era cerceado pelo capital (Saffioti, 1976).

Outra significativa participação na segunda onda feminista foi de Sojourner Truth, mulher negra, escrava liberta, que trouxe, ineditamente, a interseccionalidade entre gênero e raça. Com ela, foi possível abrir espaço para a problematização da condição da mulher negra e, ainda, como aquela que sofreu com o trabalho escravo, contestava a ideia de deficiência ou incapacidade natural das mulheres para determinados trabalhos ou funções, indicando sua incoerência a partir de sua própria experiência, bem como sua conveniência como modo de controle da mulher (Garcia, 2011).

Nesse período, o feminismo também teve forte influência da ideologia socialista, tanto da corrente utópica quanto da marxista, isto porque, com o avanço do capitalismo e do trabalho industrial, a mão de obra feminina foi incorporada como um trabalho mais barato. Por seu turno, as mulheres burguesas continuavam aprisionadas em suas casas, sem acesso à

educação, cultura e propriedade, alimentando grande indignação feminina. O socialismo, em contrapartida, considerava a situação das mulheres em suas análises e projetos sociais, não por ser necessariamente feminista, mas por não poder excluir essa grande massa populacional em sua proposta revolucionária (Garcia, 2011).

Em 1832, surgiu o jornal feminista *La Femme Libre*, que publicou um apelo que incitava as mulheres a requerer seus direitos num período histórico oportuno, em que o proletariado lutava por sua libertação, portanto, o feminismo ressurgiu apoiado pelo socialismo utópico. Além disso, o movimento feminista francês teve outras diversas manifestações envolvendo operárias, artistas, literatas e professoras; petição por igualdade social; formação de Comitê dos Direitos da Mulher que denunciou a legislação que permitiu a mulher ser elegível, mas não garantiu que fosse também eleitora. À questão do sufrágio da mulher, também foi somada a luta feminista à denúncia das paupérrimas condições financeiras em que se encontravam as mulheres com longas jornadas de trabalho, baixos salários e desemprego, a partir da qual ergueram-se as primeiras organizações operárias lideradas pelas próprias mulheres (Saffioti, 1976).

Neste ínterim, é importante observar que obras marxianas e engelsianas trataram, em alguma medida, sobre a condição da mulher na sociedade capitalista burguesa como um ser ainda mais oprimido e explorado pelo capital. Os autores identificaram como histórica a opressão dos mais pobres, da luta de classes na sociedade que é advinda da desigualdade social e econômica em que a classe dominante possui privilégios e regalias em detrimento e por meio da exploração da classe dominada, que, por sua vez, não possui outra alternativa a não ser se tornar objeto de exploração para conseguir o mínimo para sua subsistência. Tal desigualdade social e econômica teve origem na propriedade privada, a partir da qual a natureza e o seu território, que antes eram considerados bens comuns, com a prática dos cercamentos se tornaram privados e exclusivos de uma elite (Marx; Engels, 1848/1960).

Por conseguinte, Marx e Engels (1845-6/2007) localizaram a primeira configuração de propriedade privada na instituição familiar, pois dentro dela já existia uma espécie de divisão de trabalho realizada de forma desigual em termos de qualidade e quantidade, uma vez que foi atribuído um papel superior e de autoridade à figura masculina, de modo a deter o poder de designar as funções e tarefas de cada membro, consequentemente, se apropriando do trabalho e da vida de seus familiares, inclusive e principalmente da mulher.

No que tange à família, Engels (1884/1984) postulou a existência de diversos tipos de família que estão em confronto direto com o modelo familiar específico legitimado e

validado socialmente, sendo este último vinculado à monogamia e ao patriarcado. Nesse sentido, a família monogâmica e patriarcal converteu o antigo lar comunista em setor privado, de modo a vigorar o domínio masculino e a servidão feminina. As mulheres somente reconquistaram o direito à participação da produção social com o advento da indústria, a qual demandou mais força de trabalho, abrindo espaço para a mão de obra feminina. Porém, mesmo assim os encargos domésticos ainda eram considerados papel feminino. Portanto, Engels (1884/1984) concluiu que, no bojo familiar, o homem pode ser considerado o burguês e a mulher, por sua vez, pode ser tomada comparativamente ao proletariado, ou seja, a mulher como explorada e oprimida pela figura masculina também no ambiente familiar.

Vale salientar que tais antagonismos sociais também criados dentro de uma mesma classe social, como é o caso da exploração da mulher pelo homem, constituem uma forma própria do capitalismo para se conservar, visto que esta disparidade social e a concorrência levam os cidadãos a se isolarem uns dos outros e, assim, são mais facilmente dominados e controlados (Marx; Engels, 1845-6/2007).

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (Marx; Engels, 1845-6/2007, p. 63).

Outra produção marxiana denunciou, explícita e particularmente, a opressão advinda do patriarcado contra as mulheres, a partir de relatos de casos de suicídio registrados por Peuchet e reunidos nos arquivos da Polícia de Paris. Para Marx, os índices de suicídio que seriam encarados como dentro da normalidade pela maioria, na verdade deveriam ser tratados como indício da estrutura deficiente da sociedade, ou seja, representavam os malefícios causados pela sociedade moderna burguesa: “o *suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral*” (Marx, 1846/2006, p. 29, grifo do autor).

Ademais, a referida obra marxiana contribuiu para o movimento feminista, pois não se limitou somente à questão da exploração econômica, como também adotou um caráter social e ético, que incorpora os complexos e diversos elementos opressivos (Löwy, 2006). Ao tomar as narrativas de Peuchet sobre o suicídio, assim como as análises marxianas sobre elas, a mulher é tratada com centralidade. Marx (1846/2006) analisou quatro casos de suicídio, sendo três deles cometidos por mulheres. No primeiro caso, uma jovem foi levada ao suicídio

em razão da rígida autoridade paterna e materna. No segundo relato, outra moça cometeu o ato suicida após ser mantida em cárcere privado por seu esposo. Por fim, o terceiro caso feminino de suicídio dizia respeito à questão do aborto, a qual é uma das principais pautas do feminismo, em que uma jovem mulher entrou em conflito por ter infringido as regras religiosas e patriarcais, bem como por temer a ética reacionária e burguesa relativa à condenação da interrupção voluntária de gravidez.

Especificamente, o socialismo utópico contribuiu com o feminismo por trazer à tona a relevância da transformação da instituição familiar por ela ser um instrumento de repressão, desigualdade e injustiça. Uma figura de destaque nesta seara foi Flora Tristán (1803-1844), escritora e precursora na organização da classe operária. Sua obra mais expoente foi “*União operária*”, de 1843, em que apresentava a condição miserável do proletariado na sociedade capitalista e, em especial, “a situação da mulher operária como ser humano desprezado e diminuído na sociedade” (Garcia, 2011, p. 69). Flora Tristan, que apesar de ainda defender ideias utópicas, forneceu insumos à causa feminina e ao aprimoramento da consciência proletária, tendo em vista que acreditava que somente a igualdade de direitos para ambos os sexos é que viabilizaria a unidade da humanidade (Saffioti, 1976).

Tristán (1843/2015) descreveu como a mulher era desprezada e inferiorizada pela sociedade em seus diversos âmbitos, de modo que era excluída da instituição religiosa, desamparada juridicamente, incapacitada cientificamente, enfim, indigna de participação social. A mulher era tratada como uma verdadeira pária na sociedade, e perante a autoridade religiosa ela era vista como o mal, a tentação, o pecado e a fraqueza carnal; diante do legislador era considerada dependente, necessitada de guarda e amparo de uma figura masculina, o pai ou o marido, ao qual deve ser submissa. Na ótica do filósofo, a mulher é tomada como ser inferior, desprovido de inteligência, incapaz e inapta à racionalidade. Assim sendo, o único destino possível para a mulher é o de ser criada para ser uma “*bonequinha boazinha* e uma escrava destinada a *distrair seu mestre e o servir*” (Tristán, 1843/2015, p. 114, grifos da autora).

Isto posto, a autora feminista defendeu que tal lógica e princípios construídos acerca da mulher que a colocavam em condição natural de inferioridade acarretavam consequências catastróficas não somente para a mulher, mas para toda a humanidade. Nas palavras da estudiosa:

– Reclamo direitos para a mulher porque estou convencida de que *todas as desgraças do mundo são resultado deste esquecimento e desprezo* que existe até agora *dos direitos naturais e imprescritíveis do ser mulher*. – Reclamo direitos para a mulher porque *esta é a única forma de nos ocuparmos de sua educação* e da educação da mulher depende a do homem em geral e *particularmente a do homem do povo*. – Reclamo direitos para a mulher porque este é o único meio de conseguir sua reabilitação frente à Igreja, à lei e à sociedade, e esta reabilitação prévia é necessária para que *todos os operários sejam eles próprios reabilitados*. – Todos os males da

classe operária se resumem nestas duas palavras: miséria e ignorância, ignorância e miséria. Então, para sair deste labirinto só vejo uma maneira: *começar por instruir as mulheres porque as mulheres são encarregadas de instruir meninos e meninas* (Tristán, 1843/2015, p. 123, grifos da autora).

Destarte, Tristán (1843/2015) convocou os operários a contestar as antigas leis e elaborar novas que garantam o progresso da humanidade e eliminem a opressão imposta a eles, com o intuito de que as mesmas legislações que limitam a mulher e as tolhem de instrução causam opressão a todos os homens proletários, uma vez que as mulheres, no seio da elite eram educadas, instruídas e requintadas para formar bons filhos e herdeiros, sendo muito úteis para a classe dominante. Logo, o direito da mulher é requerido pela autora não exclusivamente em prol da mulher, mas em benefício de todos os operários.

Em suma, o grande legado de Flora Tristán residiu na defesa da ideia de que era fundamental a união dos operários, incluindo a participação feminina nesse ativismo político, além do estreitamento do vínculo deste grupo operário com intelectuais, formando uma sólida ação coletiva. A repercussão dela foi tão vultosa que ela foi até mencionada por Engels, um dos principais representantes do socialismo científico, no livro “*A sagrada família*”, de 1844.

Assim sendo, por volta da metade do século XIX, passaram a ter maior ressonância na causa operária os pressupostos do socialismo marxista ou científico. Para Marx e Engels, a opressão vivida pelas mulheres na sociedade capitalista teria origem no âmbito econômico (Garcia, 2011). Por outro lado, esses teóricos não ofereceram explicações sobre a dominação dos homens sobre as mulheres em outro regime, como o patriarcado. Na perspectiva marxiana, a questão da mulher não foi focalizada diretamente, a emancipação feminina seria uma consequência direta da emancipação do proletariado (Garcia, 2011). Já Engels conseguiu adentrar um pouco mais na condição da mulher, no manuscrito de 1844, “*Origem da família, da propriedade privada e do estado*”, em que atribui causas sociais à submissão de mulheres, mais estritamente relacionada à propriedade privada e à marginalização da mulher da produção social. Logo, para ele, a emancipação feminina estaria atrelada à sua reintegração na produção e à sua autonomia econômica. Nas palavras do referido autor:

A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade (Engels, 1884/1984, p. 80-81, grifo do autor).

É possível citar como referência desse feminismo marxista a escritora e propagandista Alexandra Kollontai, que centralizou teoricamente a questão da igualdade sexual e seus nexos com a efetividade da revolução socialista. Ademais, ela postulava o amor livre, a socialização dos encargos domésticos, a legalização do aborto e a igualdade salarial entre homens e mulheres.

De acordo com Kollontai (1982), para a verdadeira libertação e emancipação da mulher, além da igualdade de direitos que envolve a instrução, a participação política e isonomia salarial, também deveria incluir a reorganização familiar. Ela afirmou que, no âmbito familiar, existiria o “princípio da subordinação legal da mulher a seu esposo e senhor” (Kollontai, 1982, p. 14). Com o casamento, a mulher perderia a sua civilidade, de modo que suas posses ficariam na administração do marido, assim como o homem também será soberano sobre a mulher em termos morais e físicos.

Ainda, conforme a autora feminista, a subalternidade da mulher na família seria sustentada pela considerada opinião pública, que é responsável por reproduzir o oficial modelo familiar, reconhecido socialmente. Tal opinião pública seria construída e conservada pela burguesia com o intuito de preservar a propriedade privada. Consequentemente, Kollontai concluiu que a estrutura em voga de família exerceria opressão sobre as mulheres em toda classe social, pois as tradições condenam e perseguem a mulher que é mãe solteira, independente de sua classe; além disso, o sistema jurídico coloca a mulher sob tutela de uma figura masculina, tanto aquela pertencente à burguesia como aquelas oriundas do proletariado ou campesinato (Kollontai, 1982).

No que tange à questão do aborto, Kollontai (1982) constatou a ocorrência dele em todas as nações, independentemente de legislações e de dispositivos que o reprimem, porque sempre houve meios de infringir a lei e os costumes. Todavia, essas formas de burlar a lei apenas servem para mutilar os corpos femininos. Nesse sentido, o aborto somente se extinguirá quando o Estado oferecer uma abrangente rede serviços de educação social, planejamento familiar e de proteção à maternidade.

As mulheres dos Estados burgueses se debatem na penosa situação engendrada pela guerra mundial, sucumbem a um duplo fardo: o trabalho assalariado para o capital, e a maternidade... [...].

A partir do momento em que a mulher se tomar, do ponto de vista da economia nacional, uma individualidade trabalhadora, indispensável, leremos encontrado a chave que permitirá resolver as questões complexas e fundamentais de sua vida. Na sociedade burguesa, onde a economia doméstica completa o sistema econômico capitalista, onde a propriedade privada engendra a estabilidade do círculo familiar fechado, as mulheres que trabalham não têm saída.

A libertação da mulher só pode se realizar por uma transformação radical da vida cotidiana. E a vida cotidiana, por sua vez, só será transformada por uma reconstrução radical de toda a produção, nas novas bases da economia comunista (Kollontai, 1982, p. 100-101).

Outra corrente de pensamento que teve repercussões na segunda onda do feminismo foi o anarquismo, que fundamentou a ideia de que a libertação das mulheres se daria por seu próprio vigor e por seu empenho individual. Ademais, tomava a liberdade como premissa básica das relações sociais e entre sexos, de modo a lutar pelo fim da hierarquia e da autoridade estatal, renegando as propostas sufragistas e expressando receio ao projeto comunista de regulação do Estado. Uma representante do feminismo anarquista foi Emma Goldman (1869-1940), que postulava a necessidade de uma revolução orquestrada pelas próprias mulheres, na busca da liberdade, em especial do combate ao preconceito e às tradições. Em 1915, ela foi a primeira em solo norte-americano a explicar, em Nova York, como se utilizava um anticonceptivo e foi presa por tal ato.

De acordo com Goldman (1906/2020), a mulher precisava se emancipar da emancipação para ser verdadeiramente livre, pois ela considerava que a emancipação feminina que conquistou o direito ao sufrágio e o direito de trabalhar, no primeiro caso não representou uma melhoria significativa na política, pois essa continuava em função da lógica do mercado, e na questão profissional não trouxe a igualdade salarial e nem a igualdade na concorrência com a mão de obra masculina, visto que a mulher ainda era considerada como inferior. Sendo assim, a autora postulava que era preciso libertar as mulheres das antigas tradições e dos primitivos hábitos que condicionavam a mente da mulher para a docilidade e submissão, logo, acreditava ser fundamental a “regeneração interior, por abandonar o fardo dos preconceitos, das tradições, dos costumes” (Goldman, 1906/2020, p. 9). Cabe observar que Goldman (1906/2020) demonstrou equivaler os processos de emancipação e de obtenção de direitos, anteriormente registrados, conforme Lerner (2019), como lutas distintas, em que a primeira visa à libertação da mulher e a segunda busca a igualdade entre homens e mulheres.

Apesar das diversas reprimendas sociais, o feminismo em contexto francês foi resistente e alcançou pequenas conquistas somente no final do século XIX:

Em 1897, tornam-se aptas, por lei, a testemunhar em processos; mas ainda não se permite a uma doutora em direito o exercício da profissão. O direito de voto no Tribunal do Comércio, o de voto e de elegibilidade no Conselho Superior do Trabalho, o de admissão ao Conselho Superior de Assistência Pública e à Escola de Belas-Artes representam conquistas do ano seguinte. Em 1901, Viviani propõe à Câmara que se conceda o direito de voto à mulher não-casada. O sufragismo ganha, nessa época, novo impulso. Conferências, congressos, comícios e manifestações são realizados pela «União Francesa pelo Sufrágio das Mulheres», fundada em 1909 (Saffioti, 1976, p. 60).

O sufrágio feminino, todavia, só foi alcançado em 1944, com o apoio da Igreja Católica que tinha a intenção de eleger seus candidatos, sendo a mulher um eleitorado em potencial, e também movido pela situação de guerra que se encontravam os países ocidentais. Contudo, como em outros territórios capitalistas, após alguns anos da conquista do direito de voto, a representação feminina em assembleias políticas foi decrescendo paulatinamente (Saffioti, 1976).

Sob outra perspectiva, Saffioti (1976) abordou como foi o feminismo na Alemanha, de modo a registrar o primeiro manifesto feminista em 1790, todavia, o movimento feminista alemão apresentou caráter sentimental até os anos de 1848, quando Louise Otto veio contestar o direito de as mulheres poderem edificar a nação alemã. No ano de 1865, essa mesma feminista funda a Associação Geral das Mulheres Alemãs e estabelece-se a junção entre o feminismo e o socialismo. Contudo, foi observada uma fragmentação do feminismo alemão, conforme descreve Saffioti (1976, p. 68):

A partir de 1867, quando no Congresso do Trabalho reunido em Gera se chama a atenção para a opressão comum de que eram vítimas a mulher e o proletariado, uma clivagem se desenvolve entre o feminismo pequeno-burguês dos estratos sociais médios e o feminismo revolucionário da classe operária. Em 1894, esta ruptura se consoma definitivamente em razão do fato de que nenhum convite é enviado às associações das mulheres operárias quando da fundação da Federação das Associações Femininas. Na verdade, a incompatibilidade entre as idéias de um e de outro grupo já havia promovido a ruptura decisiva que apenas se formaliza com o incidente.

O partido socialista alemão, a princípio, recusou-se a defender oficialmente a causa feminista, considerando a mulher despreparada para determinadas funções sociais. Nesse sentido, o reconhecimento da figura feminina como socialmente igual ao homem foi um processo muito lento. Mesmo assim, as mulheres foram, no cotidiano, ocupando espaços tidos como marcadamente masculinos como, por exemplo, a atuação feminina na Primeira Guerra Mundial, que acarretou a conquista do direito ao voto feminino ao final do conflito. Por sua vez, o feminismo burguês também teve importantes contribuições à condição da mulher, no intuito de destruir diversos preconceitos e tabus históricos, viabilizando um novo modo de se perceber os papéis sociais da mulher (Saffioti, 1976).

Por conseguinte, a terceira onda do feminismo teve início em 1949 com a publicação da obra *“O segundo sexo”*, de Simone de Beauvoir, composta por dois volumes e que se tornou um dos manuscritos principais do feminismo contemporâneo. A autora, neste

livro, tratou a ideia de que a mulher é considerada como um *outro* em relação ao homem, sendo que ele seria o centro, a autoridade, o poder e a medida de tudo. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1949/1970, p. 10), de forma semelhante ao que Hegel (1807/1992) propôs com a dialética do senhor e do escravo, em que o escravo é o outro, submisso ao seu senhor. De acordo com a estudiosa, este fenômeno é universal, pois é percebido em todas as culturas de modo que a mulher precisa ser sempre validada pelo homem, estando a mulher em relação de desigualdade com o homem. No primeiro volume do livro, Beauvoir defendeu que a subordinação de mulheres na sociedade não possui caráter biológico ou natural, mas cultural, uma vez que foi a cultura que enalteceu os atos masculinos como arriscar a própria vida em guerras e na conquista de territórios, em detrimento dos feitos femininos, como gerar a vida.

Já o segundo volume desenvolve a célebre tese:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (Beauvoir, 1949/1960, p. 9, grifo da autora).

Também foi nesse período que Betty Friedan (1963/1971) elaborou o conceito de “mística feminina” diante da constatação de que, mesmo com a conquista pela igualdade legal e a consequente inserção da mulher na esfera pública, era notória a insatisfação e a crise identitária entre as mulheres que causavam o adoecimento massivo delas, o qual ninguém era capaz de nomear. Nesse sentido, “mística feminina” corresponderia a esse sofrimento feminino emergido da incompatibilidade do padrão social feminino que condicionava a mulher ao meio familiar e doméstico com os reais anseios e potências femininas que almejavam usufruir dos direitos sociais alcançados, de modo que ela se via aprisionada aos papéis sociais a ela atribuídos. Esse modelo mãe-esposa-dona-de-casa, que é obrigatório a todas as mulheres, seria uma resposta do patriarcado ao sufrágismo e à inserção da mulher na esfera pública de forma a estrategicamente tolher o protagonismo social da mulher nos espaços públicos. Na obra em que Friedan trabalhou esse conceito, de 1963, ela o fundamentou com base nas insatisfações femininas consigo mesmas e com suas condições de vida que estavam levando-as ao seu adoecimento (Friedan, 1963/1971).

Ademais, Friedan (1963/1971) denunciou a construção social de mulher ideal em que, por meio da mídia e do discurso publicitário, se incutia na população feminina a realização

da feminilidade atrelada ao ambiente doméstico, ao casamento, às tarefas da casa e de criação dos filhos, além do enquadramento aos padrões de beleza impostos pela sociedade. O desdobramento disso foi o fato de

[...] um terço das mulheres americanas trabalhava, mas a maioria não era jovem e poucas estavam seguindo carreira. Eram geralmente casadas, secretárias ou vendedoras, com empregos de meio expediente, ajudando a pagar os estudos do marido ou dos filhos, ou colaborando na liquidação de uma hipoteca. Um número cada vez menor dedicava-se a trabalho verdadeiramente profissional. A falta de enfermeiras, assistentes sociais e professoras provocou crises em quase todas as cidades americanas (Friedan, 1963/1971, p. 19).

Em contrapartida, apesar do imperativo social indicar à mulher que a fórmula para sua felicidade era ficar restrita ao lar, à educação dos filhos, e à realização de seu marido, o que se notava era o aumento do índice de adoecimento feminino, um dito pelos médicos especialistas da época “mal sem nome”, em que as mulheres se queixavam de angústia, de vazio existencial, incompletude, exaustão e choro frequente. Era justamente esse mal-estar – identificado pela feminista em seus estudos como comum às mulheres de todos os segmentos sociais – que ela denominou de “mística feminina”, ou seja, o não-ajustamento da mulher a esse papel social de feminilidade construído, que não promovia a realização da real essência da mulher (Friedan, 1963/1971).

Por conseguinte, Friedan (1963/1971) concluiu que, para construir uma nova perspectiva de vida para a mulher, seria necessário que ela se negasse a esse ideário social de mulher, reproduzido até então, que a limitava ao convívio doméstico, e iniciar a busca pela própria identidade. Nesse sentido, a autora indicou como primeiro passo o reconhecimento do trabalho doméstico em sua realidade e não romantizado de modo a se desfazer também da identificação da mulher como dona de casa. Em segunda instância, enxergar o casamento em sua concretude não o elevando a uma realização extrema de sua vida. Ademais, considerou ser importante à mulher possuir uma finalidade social, de modo a planejar um futuro para si mesma, encontrando nele seu lugar. Em suma, para a feminista norte-americana, o encontro da mulher com sua verdadeira identidade ocorreria por meio da realização de um trabalho criativo pessoal, o qual não é equivalente a todo e qualquer emprego, mas a um trabalho que exija o desenvolvimento de habilidades, a busca por conhecimentos, que tenha objetivos e promova a mulher, sendo exemplos disso a atuação feminina na profissão, na arte, na ciência e na política.

Além disso, nessa terceira onda do feminismo houve a manifestação de diversos tipos de feminismo. A princípio cabe salientar o feminismo radical, que vigorou entre 1967 e 1975, sendo composto por uma pluralidade teórica e prática, mas que havia um plano comum:

tomar as coisas pela raiz para findar de uma vez por todas a opressão de mulheres. Alicerçadas teoricamente no marxismo, na psicanálise e no anticolonialismo, formularam importantes conceitos feministas, como o de gênero, patriarcado e “casta sexual”. Conforme as radicais, a transformação social não deveria ficar restrita somente ao espaço público, mas era preciso se estender ao ambiente privado, pois também nesse último é possível identificar a dominação patriarcal como, por exemplo, a hierarquia e a sexualidade que se estabelecem na família, concluindo que o pessoal também é político. Ainda, constataram que, de modo geral, todos os homens, independente da sua classe social, se beneficiavam sexual, econômica e psicologicamente do regime patriarcal além de incrementar a proporção psicológica da opressão.

Além de revolucionar a teoria política e feminista, as radicais fizeram três contribuições: os grandes protestos públicos, o desenvolvimento de grupos de autoconsciência e a criação de centros alternativos de ajuda e autoajuda. O primeiro protesto público que converteu o Movimento de Liberação das Mulheres em notícia foi em 1968 quando um grupo realizou uma marcha de protesto contra o concurso de Miss América. Nessa manifestação contra a apresentação da mulher como objeto estereotipado, atiraram cosméticos, sapatos de saltos altos e sutiãs naquilo que chamavam “lixeria da liberdade”. Queriam romper com o tradicional modelo de feminilidade e reivindicar a diversidade das mulheres e de seus corpos (Garcia, 2011, p. 88).

Essas manifestações públicas tiveram grande repercussão social, de modo a conseguirem transformar em político o caráter da subordinação feminina, já que foram estrategicamente organizadas para atingir tal simbolismo e subversão. Entretanto, a decadência do feminismo radical foi deflagrada em razão da negação da diversidade de mulheres e das dissidências internas que segregou as participantes do movimento em políticas e feministas (Garcia, 2011).

A partir de então, em torno de 1975, o feminismo já não podia mais ser grafado no singular, pois ele foi se alastrando internacionalmente, sendo constituído pelas necessidades locais e temporais, assumindo, assim, diversas roupagens. Destarte, na década de 80, a teoria feminista tem seu ápice de desenvolvimento que passou a ser reconhecida de caráter acadêmico. Nessa mesma década, a tarefa central do feminismo se residiu na abordagem da diversidade entre mulheres, a refutar o uso genérico da categoria mulher, que não considera os efeitos teóricos e práticos da diversidade nas condições das mulheres (Garcia, 2011).

Em contrapartida às mobilizações das feministas radicais, a reação conservadora foi a de criar a representação da “Supermulher” como aquela que possuía dupla jornada de trabalho, a profissional e a doméstica, além de carregar os atributos de mãe exemplar, esposa

sedutora e acolhedora. Nesse sentido, o protesto de todo feminismo permanece sendo a exigência de liberdade para a mulher se autodefinir e reconhecer por si mesma sua identidade singular em vez de ser imposta pela cultura e pelas masculinidades que a rodeiam, além da luta pelo fim da miséria e da violência (Garcia, 2011).

De acordo com Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), a terceira onda do feminismo possui traços pós-modernistas e pós-estruturalistas, uma vez que resiste à categorização e ao essencialismo. Dessa forma, coloca em pauta o conceito de gênero com a intenção de romper com a perspectiva binária, dicotomia homem *versus* mulher, e elaborar um novo modo de se tratar a identidade. Neste íterim, foi expoente o trabalho de Judith Butler, na década de 90, que forneceu subsídios ao feminismo por meio da problematização do papel da binaridade no mundo ocidental e do apontamento da atuação política centrada na formulação das identidades de gênero e nas estratégias de poder que as apoiam. Portanto, a autora postulou que haveria um ditame compulsório do protótipo heterossexual de toda a produção social no que se enquadraria ao feminino e ao masculino, reprimindo tudo aquilo que fugisse deste padrão binário.

Butler (2018) propôs a diferenciação dos termos sexo e gênero, em que o primeiro seria relativo às questões biológicas e o segundo, por sua vez, deveria ser tratado como uma construção cultural, a qual não é determinada naturalmente e nem tampouco fixa em relação ao sexo. Consequentemente, “a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (Butler, 2018, p. 21).

Outro destaque não menos importante à terceira onda feminista, feito pelas estudiosas, foi concernente ao feminismo negro e à emergência do movimento interseccional como um tipo de sistematização da perspectiva das mulheres negras, a fim de reconhecer nelas, além das questões de gênero, outros determinantes sociais que se interagem, como raça, classe, etnia e religião, com o intuito de estabelecer um compromisso com a transformação social que contemple todas essas lutas (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Neste âmbito, é referência a ativista norte-americana Angela Davis, por apresentar, pela primeira vez, em 1981, o cruzamento desses importantes marcadores.

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na

indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários. Considerando que suas mães escravas também haviam trabalhado nas usinas de algodão do Sul, nas refinarias de açúcar e até mesmo nas minas, elas não haviam conseguido um progresso significativo. Em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (Davis, 2016, p. 97).

Em solo brasileiro, o movimento feminista negro se consagrou por meio de Lélia Gonzales, que teceu críticas ao feminismo hegemônico e à forma dominante de produção do conhecimento, a fim de compreender a condição das mulheres negras e indígenas no Brasil, bem como a elaboração e conservação do mito da democracia racial em nosso país. A militante utilizou-se da ironia para construir suas ideias, expondo a realidade da população negra: ela afirmou, por exemplo, que o negro está na lata do lixo, em razão da lógica de dominação, e seria adequada a análise disso via psicanálise (ciência dominante e valorizada). O negro seria aquele que, pela lógica dominante, é infantilizado e por isso deve ser domesticado. Por conseguinte, o racismo é naturalizado no Brasil a tal ponto que é como se não existisse, pois a condição do negro é naturalizada, de modo que é normal que o negro seja pobre e perseguido pela polícia ou ainda que a mulher negra seja cozinheira, faxineira ou prostituta (Gonzales, 1984).

A autora lançou mão de dois conceitos para elaborar sua tese e explicar o lugar do negro na sociedade:

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena (Gonzales, 1984, p. 226).

O mito da democracia racial é atualizado com toda intensidade simbólica nos rituais carnavalescos, em que a mulher negra se converte especial e unicamente na rainha do samba, naquele corpo sexualizado e desejado. Concomitantemente, a mesma mulher negra que é endeusada nas festividades carnavalescas, assume o papel de empregada doméstica. No cotidiano, a mulher negra é reduzida a estereótipos como ‘cabelo duro’, ‘feição larga’,

‘beijos’ em vez de lábios e ‘fornalha’ no lugar de nariz – representações que inferiorizam o corpo negro por não se adequar aos padrões de beleza estabelecidos (Gonzales, 1984).

Outra representante latino-americana do movimento feminista negro foi María Lugones, ativista e socióloga argentina, que propôs resistência à lógica moderna colonial e à descolonização do gênero como um compromisso prático (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Segundo a estudiosa argentina, a modernidade sistematiza a sociedade ontologicamente em categorias homogêneas, nucleares e dissociáveis, em que a interseccionalidade, a integração entre os marcadores gênero, raça e classe é inviabilizada e, assim, nega a condicionalidade da mulher negra. Diante disso, a autora postulou a existência de uma “lógica opressiva da modernidade colonial”, que impõe uma racionalidade hierárquica, dicotômica e categorial que precisa ser desconstruída e substituída por uma forma não moderna de organização de mundo, que contemple o ecológico, o cosmológico, o espiritual e o econômico (Lugones, 2014, p. 935).

Conforme Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021), não há consenso sobre se estaríamos situados hoje, ainda, na terceira onda do feminismo, ou se já viveríamos uma quarta onda. Esta última teorização seria sustentada por algumas feministas, em razão de identificarem uma mudança na forma de organização do movimento que passou a utilizar as tecnologias de comunicação como as redes sociais, de maneira a agilizar o processo organizativo sem mais ter a necessidade de ocupar um mesmo espaço físico para elaboração de pautas e reivindicações do movimento.

Em suma, é importante salientar que as conquistas feministas supracitadas, no cerne de uma sociedade dominante estruturada em classes e movida pelo capital, ficam aquém da participação feminina em sociedades com forças produtivas menos desenvolvidas, sendo possível deduzir que, quanto mais evoluído é o sistema produtivo das sociedades competitivas, maior o aprimoramento das técnicas de apartamento de grande parcela da população feminina do formato social de classes. Por essa razão é que se faz necessário averiguar, quando se analisa as repercussões sociais e o êxito dos movimentos feministas em seu objetivo de alcançar a igualdade social entre os sexos, a conjuntura estrutural das variações de formatos sociais, nas quais diferentes níveis de igualdade foram obtidos, advindos também de diversos determinantes históricos daquela estrutura social.

De acordo com Saffioti (1976), o feminismo, de modo geral, nos países ocidentais, perde forças ao longo do tempo, sobretudo quando conquistado o direito da mulher ao voto, perdendo grande número de mulheres e militantes no movimento, como se a missão tivesse sido cumprida. Especificamente, as mulheres de classe média foram se acomodando à medida que

efetivava o processo de universalização dos direitos formais, que trazia a condição de igualdade, ainda que parcial, com os homens.

Atenuar as diferenças sociais entre os sexos, oferecendo maiores probabilidades de participação feminina na estrutura de classes, significaria acentuar as linhas que demarcam as classes sociais ou, pelo menos, desnudar as raízes classistas de bom número de êxitos e fracassos pessoais no terreno econômico. Destruir a camuflagem da estrutura de classes, representada, em parte, pela discriminação social da mulher, implica em expor as contradições nucleares daquela estrutura à percepção de grupos e de camadas até então parcial ou totalmente mistificados, contribuindo, assim, para o acirramento do conflito entre as classes sociais. E, na medida em que a agudização das lutas de classes pode levar à destruição das sociedades capitalistas, é a própria persistência do tipo estrutural em questão que sofre uma ameaça com a atenuação das diferenças sociais entre os sexos (Saffioti, 1976, p. 70).

Desta forma, para a estudiosa, o feminismo burguês, mesmo tendo o objetivo comum de firmar a igualdade social entre os sexos, ele apresentava uma consciência do tipo utópica, a qual almejava e buscava por uma transformação segmentária da sociedade, considerando ser possível preservar intocável os princípios dela. Isso significa que o feminismo burguês somente conferiria uma melhor aparência a esta sociedade de classes que viria camuflar os seus conflitos internos, uma vez que o feminismo burguês atuaria nesta perspectiva como um instrumento de atenuação dessas contradições sociais. Ao contrário disso, um feminismo autônomo e revolucionário não existiria desvincilhado da questão de classe e trabalharia no acirramento das tensões sociais. Em síntese, é possível constatar que os distintos movimentos feministas expressam, na verdade, diferentes graus de consciência de classe. O feminismo, de acordo com a autora: “só encontra seu verdadeiro lugar como parte integrante de uma consciência «capaz de considerar a sociedade a partir de seu centro, como um todo coerente, e, por conseguinte, capaz de agir de uma maneira central, em modificando a realidade»” (Saffioti, 1976, p. 72).

1.2 FEMINISMO MATERIALISTA HISTÓRICO DIALÉTICO

Nesta seção foram abordados os conceitos e as ideias essenciais do feminismo materialista histórico dialético, que se fundamentam nas categorias marxianas e engelsianas, tais como historicidade, materialidade, mediação, contradição, totalidade, dialética e consciência. Para compreensão mais aprofundada dessa vertente feminista, cabe retomar, ainda que de forma aligeirada neste segmento textual, essas importantes bases do Materialismo Histórico Dialético.

É central a categoria da historicidade, que entende que um fenômeno possui diferentes fases e um próprio processo histórico que o constitui, bem como a conexão histórica entre os indivíduos e as gerações, em que uma geração carregaria elementos da geração anterior, formando a história da humanidade. Ademais, o conceito de materialidade contribui para marcar o rompimento com a forma de construção de conhecimento idealista e com a romantização da realidade, tendo em vista que toma o objeto de estudo com base nas suas características reais e concretas, ou seja, aborda a realidade como ela de fato é (Ercolano, 2019).

A mediação, por sua vez, diz respeito à relação entre as pessoas e o seu meio social, intermediada por signos e instrumentos (produções sociais), por exemplo, ao analisar a relação interpessoal no ambiente de trabalho é fundamental considerar os elementos mediadores dessa relação, tais como a hierarquia, os determinantes de classe, raça e gênero, a lógica dominante acerca do mercado de trabalho etc. (Leontiev, 1978/2004). Já a categoria da contradição vem trazer para as análises o movimento e a dinamicidade existentes pelos conflitos intrínsecos do objeto focalizado, em que se tem afirmações seguidas de negações, garantindo as transformações próprias da realidade, de modo que um aspecto altamente valorizado em determinada época, em outra é veementemente repudiado (Kopnin, 1969/1978).

Por conseguinte, a totalidade constitui-se aquilo que irá reunir e incorporar a contradição e todos os elementos fundantes, integrando-os no cerne do objeto, de modo a rechaçar as perspectivas reducionistas e aparentes, que somente dão conta de uma pequena amostra, da superficialidade do fenômeno evidenciado. Também se faz fundamental a categoria da dialética, a qual contempla as idas e vindas do objeto, além das aproximações sucessivas a ele para compreensão de sua essência, ou seja, ser o mais fiel possível à complexa realidade (Kopnin, 1969/1978; Ercolano, 2019).

Por último, mas não menos importante, é o conceito de consciência, o qual é tomado pela vertente do Materialismo Histórico Dialético como um produto social, isto é, desenvolvido em contato com o meio material. Assim sendo, a consciência se desenvolve a partir das

necessidades de intercâmbio entre os indivíduos para própria subsistência e que resultou na constituição de relações interpessoais próprias do convívio social. Portanto, o desenvolvimento da consciência é influenciado pela sociabilidade, pelas relações sociais e produtivas (Marx; Engels, 1845-1846/2007). Consequentemente, o trabalho, compreendido como atividade essencialmente social, por estar fundamentada na comunicação, cooperação e integração dos sujeitos, é central na constituição da consciência. Destarte, a consciência assume especificidades variadas conforme as circunstâncias sociais de vida de cada sujeito e metamorfoseia-se mediante a realização do trabalho e das relações econômicas (Leontiev, 1978/2004).

Tecidas essas considerações elementares para a compreensão da abordagem do feminismo materialista dialético, a seguir foi focalizado o trato histórico da obra de Heleieth Saffioti, que é referência nacional do feminismo marxista. Complementarmente, foram trazidas em pauta outras autoras contemporâneas que incorporaram as contribuições de Saffioti e fazem avanços.

1.2.1 As referências históricas do feminismo marxista brasileiro

No intento de buscar arcabouço teórico que fomente a aproximação e compreensão do que se constitui ser mulher na sociedade atual é que recorremos a autoras que se debruçaram sobre a “mística do feminino”, conceito originalmente proposto por Friedan (1963/1971), conforme visto na seção anterior, que se refere à problemática das mulheres na sociedade capitalista. Uma das referências históricas nesta seara trata-se de Heleieth Saffioti, pesquisadora brasileira expoente na temática da violência de gênero. Para este manuscrito, em especial, foram exploradas as seguintes obras: *“A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade”*, de 1976; *“Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos”*, de 1981; *“Emprego doméstico e capitalismo”*, de 1978; *“Mulher brasileira é assim”*, de 1994; e *“Gênero, patriarcado, violência”*, de 2004.

Em síntese, é possível dizer que Heleieth Saffioti se dedicou à problemática da mulher na sociedade patriarcal capitalista, onde constatou a subjugação, exploração e opressão das mulheres. Nesse sentido, pesquisou temáticas relativas à desigualdade de gênero sob o viés do estudo de profissões com maior contingente feminino, tais como as empregadas domésticas, operárias da indústria têxtil e professoras primárias. Ademais, Saffioti possuía estreita vinculação com o marxismo, a partir do qual se deteve em boa parte dos seus estudos às relações

de trabalho, com o propósito de entender a exploração capitalista da figura feminina, especialmente das mulheres de países empobrecidos.

Saffioti (1976) ajuda a compreender as reais raízes do fenômeno em que a categoria sexo age nas sociedades de classes no alijamento de aspectos do sexo feminino da estrutura ocupacional, a fim de ultrapassar as justificativas ligadas à tradição, que atribui à mulher as funções domésticas, e as teorias naturalizantes, que condenam a mulher a uma inferioridade biológica, com deficiências orgânicas e de personalidade em relação à figura masculina.

Os elementos de cunho natural, para a estudiosa, são utilizados para deslocar a origem das desigualdades sociais da estrutura de classes para aspectos físicos, tendo como efeito a sensação de um abrandamento das tensões sociais causadas pelo modo de produção capitalista. Assim sendo, fatores naturais são empregados para justificar a discriminação e a desigualdade social, quando na realidade a desvantagem é promovida e estimulada pelo próprio capitalismo, já que é um elemento fundamental num sistema de competição. Em outras palavras, a estrutura de classes, que é demasiadamente limitativa das potencialidades humanas, desenvolve crenças que vão desviar essas limitações da questão social e econômica para serem tratadas como determinadas pelos aspectos naturais.

Vão sustentar tais crenças uma série de aparatos da sociedade capitalista burguesa, entre eles a educação, a religião, o senso comum e o conservadorismo como reprodutores da ideologia dominante – formas simbólicas que são produzidas e reproduzidas construídas em torno da mídia, do cinema. Saffioti (1976) fez um apanhado histórico de como se deu a instrução feminina no contexto brasileiro e indicou que a educação feminina estava prevista já na Constituição de 1823, entretanto, o projeto de ensino subsequente à lei designava diferenças nos currículos para escolas primárias femininas e masculinas.

O primeiro plano de ensino para a população feminina dispunha do mínimo de instrução para a mulher, pois se restringia a ensinar a costurar, bordar e cozinhar, isto é, conteúdos essencialmente domésticos. Uma das razões atribuídas na época para esta realidade era a de que não havia mulheres qualificadas para o ensino escolar propriamente dito e a segregação sexual nas escolas limitava a instrução das meninas ao conhecimento das mulheres que não tiveram oportunidade de se escolarizar. Todavia, é importante destacar que não havia nenhuma mobilização para a profissionalização dessas mulheres como educadoras.

Nesse sentido, a educação feminina, em seus primórdios, prezava pelos princípios morais e tinha o objetivo de instruir a mulher para o casamento. O acesso à cultura somente era possível para as mulheres das classes altas, mediante a iniciativa privada. Em contrapartida, as

primeiras escolas normais públicas, aquelas destinadas à formação de professores, vão surgir somente nos últimos anos de Império. Contudo, nas palavras da autora, as escolas normais:

Significavam mais a solução do problema da mão-de-obra nas escolas primárias femininas dentro dos princípios da segregação sexual, que norteavam a moral da religião católica e a moral social vigente. Nestes termos, a aceitação social do exercício do magistério primário por parte das mulheres não implica em compromissos futuros quanto à qualificação da força de trabalho feminina no sentido da profissionalização (Saffioti, 1976, p. 109).

Ademais, conforme Saffioti (1976), também se constituía como dificultador do aprimoramento da educação feminina a interferência da igreja católica e de padrões europeus clássicos de educação, tendo em vista que, para o pensamento religioso, educar a mulher, permitindo e oferecendo possibilidades para seu desenvolvimento intelectual e cultural, acarretaria a extinção da família. “Antepondo a fé à ciência, à moralidade, à instrução, os representantes do conservadorismo católico só entenderiam a educação plena, enquanto educação religiosa” (Saffioti, 1976, p. 113).

Também, no período da República, não foi uma preocupação a transformação do sistema de ensino. Trouxeram importantes contribuições à ampliação da formação cultural da mulher e do ensino brasileiro, iniciativas protestantes, especialmente da Metodista e Presbiteriana, de modo a introduzir a educação conjunta de ambos os sexos a partir de classes mistas. Entretanto, tais esforços ainda eram insuficientes diante do “tradicional domínio educacional mantido pela Igreja Católica” (Saffioti, 1976, p. 119).

Nesse sentido, o acesso à educação superior para a mulher era mais dificultado ainda, visto que baixíssima parcela tinha a possibilidade de ingresso nas instituições de nível superior, mas ainda assim em cursos de menor prestígio social ou nas chamadas escolas normais, que consistiam em formações “de nível primário superior ou secundário que não passavam de cursos ginasiais incompletos, com uma ligeira coloração profissional que lhes davam as matérias de psicologia, pedagogia e didática” (Saffioti, 1976, p. 123). De acordo com a estudiosa, a representatividade feminina no ensino superior era tão escassa em virtude da pouca valorização social da instrução de nível superior no país, que fazia com que poucas vagas em instituições de ensino superior fossem ofertadas. Além disso, a educação da mulher era voltada para o matrimônio, acarretando o envolvimento da mulher em namoro precoce e no desestímulo à continuidade dos estudos.

É possível notar que a moral católica e o senso comum conservador influenciavam a criação de meninos e meninas de modo a incutir desde cedo na personalidade feminina a sua

inferioridade em relação ao homem, a fim de condicionar a mulher a essa submissão à figura masculina e à ocupação de posição social secundária. A Igreja Católica, além de não incentivar a libertação da mulher, ainda ensinava a submissão ao homem e à Igreja, resultando na formação de uma mulher passiva, de limitada participação social e cultural, com inúmeras reservas e acentuado retraimento.

Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça da esposa, assim como Cristo, salvador do Corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo aos maridos (Bíblia, 1990, p. 1437).

Nesse sentido, a Igreja igualava mulheres e crianças no que tange a restringi-las ao máximo aos trabalhos domésticos. Portanto, nesta ética de caráter fundamentalmente religioso e que era predominante na sociedade, só restava à mulher o lugar da pureza e da virgindade, ao passo que ao homem, mediante ao patriarcado, cabia o “dom-juanismo”, o complexo do macho em que é preciso provar a potência sexual e a virilidade (Saffioti, 1976).

A marginalização e a exclusão da mulher também passaram a ser justificadas pela tradição que foi sendo conservada ao longo do tempo, de modo a perpetuar pensamentos ultrapassados e preconceitos. Era ainda mais difícil para a mulher tomar consciência de tal opressão e fazer resistência a este movimento, tendo em vista que o acesso à informação para ela era escasso, quando não inviabilizado, afastando-a de vertentes de transformações políticas e sociais (Saffioti, 1976). Consequentemente, observa-se que as mulheres são capturadas pela ideologia dominante, internalizando e reproduzindo o preceito de que a mulher deve ser submissa ao homem e de que cabem a ela exclusivamente as tarefas domésticas (Saffioti, 1978).

Para Marx e Engels (1845-1846/2007), as ideias dominantes são aquelas que predominam em meio a tantas outras e são oriundas da classe dominante, não sendo imparciais ou independentes, mas construídas pela classe que detém de força material e intelectual soberana, com o intuito de regular os saberes, as ideias e os pensamentos, de modo a disseminar conceitos específicos conforme seus interesses, embora disfarçados de universalidade e benevolência.

Ainda, para Saffioti (1978), é pequena a quantidade de mulheres que não dispõem de ideologias dominantes de gênero, isto é, são minoria as que questionam a sua inferioridade social. Nessa perspectiva, a ascensão social da mulher somente seria alcançada via casamento de modo que a mulher só deveria desempenhar trabalho remunerado apenas em certas situações.

No que diz respeito à atividade ocupacional assalariada, de acordo com Saffioti (1981, 1978), essa estava em segundo plano para a mulher em detrimento da função familiar e doméstica, de modo que a necessidade de trabalhar estava atrelada principalmente à carência financeira. Ademais, o ideário religioso e conservador predominante na sociedade, atribuía à mulher a missão reprodutiva que a levava a se especializar e atuar majoritariamente em ocupações subalternas, sem perspectivas de ascensão e de remuneração inferior.

Evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vinculam quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções operam no sentido da discriminação social a partir do sexo, expulsando as mulheres da estrutura de classes ou permitindo-lhes uma «integração periférica» (Saffioti, 1978, p. 27).

É importante destacar, como já aludido anteriormente, que a mulher foi historicamente considerada pela sociedade como um ser menor, frágil e incapaz, que precisava da tutela de uma figura masculina. Contudo, foi sob esse viés de proteção que o homem exercia para a mulher, que se fazia possível a submissão feminina e também a colaboração desta no trabalho masculino. Portanto, é incontestável a contribuição feminina para a conservação de sua família e para a geração de riqueza social em diferentes períodos e territórios. Em outras palavras, é imprescindível para a existência da sociedade o trabalho da mulher diante da representatividade da população feminina na humanidade e das problemáticas sociais e suas repercussões catastróficas e desumanas (Saffioti, 1978).

Um adendo em relação a alguns conceitos marxistas para melhor compreensão desta realidade abordada por Saffioti. De acordo com Marx e Engels (1845-6/2007), o trabalho é aquela atividade vital, tipicamente humana, em que o ser humano transforma a natureza ao passo que também transforma a si mesmo por promover seu desenvolvimento, pois exige o uso da consciência e de habilidades cognitivas, físicas e operacionais. Assim sendo, o trabalho que era negado às mulheres, conforme a feminista brasileira, na ótica do Materialismo Histórico-Dialético, seria este trabalho que promove a emancipação e o desenvolvimento humano. Todavia, este mesmo trabalho quando incorporado ao contexto de uma sociedade que possui como cerne a propriedade privada, os indivíduos seriam destituídos desse trabalho como atividade vital transformadora e emancipadora e teriam sua consciência tomada pela lógica do capital de modo que o trabalho se converteria em somente um meio para garantir a subsistência e, não mais uma atividade criativa e produtora do gênero humano. Por conseguinte, os seres humanos passam a ser regidos na sociedade capitalista pela lógica de mercado, que é baseada no lucro, de modo que são vistos como mercadoria que, a partir da sua exploração via trabalho,

seria geradora de produtos e riquezas (Marx, 1844/2004). Em paralelo com a questão feminina, a mulher também seria geradora de riqueza, pois coopera com a manutenção e libera o homem para que este possa ser mais explorado via trabalho, produzindo mais riquezas.

Além disso, outro aspecto do feminino que ainda serve de justificativa para a sua subalternização no mercado de trabalho é a maternidade, a qual é vista pela sociedade como uma carga exclusiva das mulheres e que significa uma descontinuidade do exercício profissional feminino, que conduz a uma diminuição do lucro do empregador mediante licença remunerada à puérpera. Logo, a liberdade feminina também fica condicionada à possibilidade de a mulher aceitar ou recusar a maternidade. Nesse sentido, para Saffioti (1978, p. 22), a mulher se constitui como “uma vítima do modo de produção capitalista”, sendo o ser mais espoliado, com os salários mais baixos e exercendo mais de uma atividade (profissional e doméstica), em razão do seu sexo. Ainda, a autora apontou que o homem teve importante papel nesta dupla determinação, na qual a mulher sofre como pertencente a uma classe e a dado sexo, no que tange a justificar e auxiliar na promoção da exclusão social da mulher por seu sexo, a partir da intensificação da sua própria determinação e da manutenção das estruturas que o faz soberano na família e na sociedade de modo geral.

Tal questão histórica de superexploração da mulher também foi retratada por Engels (1845/2010), quando ele indicou o estabelecimento da concorrência entre os proletários como uma forma da burguesia obter mais riquezas. Além disso, o autor afirmou que, para os proprietários das fábricas de tecelagem que já utilizavam as máquinas, as mulheres e as crianças eram mais rentáveis e habilidosas para esse tipo de trabalho.

Numa família em que todos trabalham, cada membro precisa de ganhar muito menos e a burguesia aproveitou largamente a ocasião que o trabalho mecânico lhe oferecia para utilizar – explorar mulheres e crianças com vista a diminuir o salário. É certo que há muitas famílias onde nem todos os membros estão aptos para o trabalho e uma família deste tipo estaria em dificuldades se tivesse de trabalhar a taxa do salário mínimo calculada para uma família em que todos estivessem aptos para o trabalho (Engels, 1845/2010, p. 115).

Dessa forma, percebe-se a contraditoriedade como própria da vida feminina, pois a mulher desempenha papéis que são incompatíveis entre si, tais como o familiar e o profissional. Conforme Saffioti (1978), ter um emprego representa, para a mulher, a participação na sociedade, na cultura e no que é comum, sendo uma fonte de segurança e equilíbrio. Todavia, a força de trabalho feminina não é somente empregada no mercado sob a forma de mercadoria, mas também como valor de uso quando desempenhada no lar.

Para melhor compreensão dessa afirmação saffiotiana, é importante observar que mercadoria, segundo Marx (1859/2008), seria compreendida de forma geral como algo necessário e útil à vida, que se manifesta pelo seu duplo caráter de valor de uso e de valor de troca. Como a própria denominação sugere, o valor de uso é relativo ao consumo, de modo que a mercadoria somente incorpora o valor de uso quando inserida em determinada forma econômica. Já o valor de troca se expressa inicialmente “como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis” (Marx, 1859/2008, p. 53), sendo o trabalho que cria o valor de troca, ou seja, o trabalho empregado na produção da mercadoria. Assim sendo, a força de trabalho da mulher, isto é, a energia e a vitalidade da mulher (física e mental) se torna uma mercadoria e um valor de uso visto que tem uma utilidade social e é usufruída para a conservação do homem como mão de obra principal, e da família como cerne da propriedade privada e instrumento de regulação social para preservação do capital.

Engels (1845/2010) também abordou a incompatibilidade desses papéis atribuídos à mulher de modo a indicar o trabalho das mulheres no meio de produção, que, na época, era empregado majoritariamente nas fábricas de tecelagem sob elevadas jornadas de trabalho, desagregava, desorganizava e rebaixava moralmente a família, pois as crianças ficavam abandonadas à própria sorte, levando até a um aumento da mortalidade infantil, causada por acidentes com as crianças e também por desnutrição dos recém-nascidos, já que as mães logo que davam à luz, voltavam às extensas jornadas de trabalho.

Assim, a sociedade construiu, fortaleceu e reproduziu a ideia de que a mulher precisa se adaptar a ambos os papéis sociais que lhe foram atribuídos, tornando essa adaptação demasiadamente complexa e penosa. Esta conciliação de funções profissionais e familiares acarreta a grande sobrecarga da mulher, que tem conduzido muitas a abdicar de uma possível realização profissional para uma participação mais plena no contexto doméstico. Portanto, a mulher é levada a hierarquizar as atividades que executa, fixando as de natureza familiar como prioridade, revelando a dificuldade e a única possibilidade de integração da mulher na sociedade capitalista.

Dito de outro modo, a mulher, para conseguir obter um emprego numa sociedade capitalista, já deve se considerar em desvantagem em relação ao homem, puramente por seu sexo, sofrendo discriminação tanto para conseguir uma vaga quanto na remuneração; condicionar sua carreira profissional com a compatibilidade dos afazeres domésticos, deixando de se envolver em questões sindicais, por exemplo.

Estas criaturas passam a viver na confluência de duas forças: uma que exige o cumprimento das responsabilidades assumidas no mundo do trabalho na busca dos meios de subsistência necessários à manutenção da vida ou à sua melhoria; outra que requer uma mulher mais passiva representando em tempo integral seus papéis tradicionais de esposa e mãe. [...] Fazer carreira ou casar-se e constituir uma família de procriação, eis o dilema. Nas camadas sub-privilegiadas, entretanto, não se chega a esse impasse, pois não há alternativa senão o desempenho de ambos os papéis. A maneira pela qual a mulher vivencia este desempenho duplo de papéis é conflitiva e desgastante (Saffioti, 1981, p. 139).

Neste ínterim, observa-se, entre as mulheres brasileiras, o sentimento de culpa por trabalharem fora de casa e a sensação de abandonarem os afazeres domésticos e parentais. Conforme Saffioti (2004), estamos inseridos numa civilização da culpa, por isso a dificuldade de a mulher se ver como vítima, mesmo que em situações mais violentas como o estupro, por exemplo. Assim, a mulher solteira sente maior segurança para planejar e realizar sua carreira profissional, por outro lado, quando vinculada a um laço familiar ou a algum homem, tal segurança se esvai. É exatamente por meio desta ambiguidade presente na vida feminina que a sociedade capitalista manipula a mulher (Saffioti, 1981). Nas palavras da autora:

Dando à mulher os meios de rasgar as fronteiras e conquistar um meio de sobreviver quando sozinha, elimina ou minimiza o problema da mulher dependente. Toluendo-lhe a liberdade e diminuindo-lhe a autonomia quando ela está ligada a um homem mantém a família patriarcal com todas as implicações que isto representa. Assim, não há interesse, nem talvez seja possível, eliminar as diferenças que medeiam entre o processo de socialização do homem e o da mulher. São estas diferenças que garantem a possibilidade de manipular a mulher segundo as conveniências da conjuntura sócio-econômica vivida (Saffioti, 1981, p. 140).

Portanto, de acordo com Saffioti (1978), a condição da mulher representa um problema social na sociedade de classes. Ela se encontra mais integrada socialmente no âmbito funcional quando economicamente inativa, dependente financeiramente de outro membro da família, que possui a figura masculina como chefe. As inconsistências desse modelo feminino apenas são desnudadas a partir da interface entre a configuração de classes e a segregação social.

Sob outra ótica, libertar a mulher, ainda que relativamente das atividades domésticas, poderia acarretar num drástico aumento do denominado exército de reserva de trabalhadores, que é importuno e ameaçador para o equilíbrio do modo de produção capitalista. Isto posto, a ideologia dominante relativa ao trabalho feminino extraluar, sobretudo por possuir variações do papel da mulher no meio familiar, como por exemplo, mulher solteira, casada, viúva, com filhos pequenos, com filhos crescidos, mãe solteira, entre outras, possibilita uma profunda manipulação da mão de obra feminina ora recrutando-a, ora expulsando-a do mercado

de trabalho, de acordo com as necessidades da economia capitalista que se caracteriza por ciclos de progresso e de recessão (Saffioti, 1981).

Para Saffioti e Muñoz-Vargas (1994), as discriminações de gênero no mercado de trabalho tornam-se mais evidentes ao se comparar o nível de escolaridade e a remuneração alcançada por homens e mulheres, uma vez que as mulheres que trabalham fora possuem, em média, maior grau de instrução que os homens, no entanto, o salário das mulheres não condiz com a sua formação quando confrontado com o dos homens, tendo esses últimos os salários mais elevados. Contudo, a pesquisadora também notou a baixa taxa de sindicalização feminina na busca por melhorias no trabalho e na vida, em razão da falta de formação política das mulheres, que foram educadas para não se envolverem em assuntos políticos, bem como em virtude da jornada dupla de trabalho (profissional e doméstico) (Saffioti, 1981).

Corroboram essa perspectiva apontada por Saffioti e atualizam essa análise os estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no ano de 2023, que indicaram a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a qual aumenta quanto maior o nível de escolaridade.

As mulheres são maioria entre os que recebem pisos salariais, enquanto os homens têm acesso a salários mais altos. Cerca de 43% das mulheres recebem salário mínimo, enquanto o percentual de homens com essa remuneração é de 32%, conforme infográficos publicados pelo DIEESE, em 2023.

Quanto maior a escolaridade, maior a desigualdade de remuneração no mercado de trabalho formal (Tabela 1). Em ocupações com menor exigência de escolaridade, trabalhadores e trabalhadoras estão mais próximos dos pisos das categorias profissionais ou do salário mínimo, ou seja, a variação de remuneração é menor. Como as mulheres têm forte presença nas faixas salariais próximas ao piso, a política de valorização do salário mínimo reduziu a diferença média de remuneração entre os sexos. No entanto, à medida que aumenta a exigência de escolaridade, outros fatores contribuem para ampliar as desigualdades das remunerações, como, por exemplo: maior valorização das ocupações com presença majoritária de homens, critérios para acesso a promoções profissionais, exigência de horários incompatíveis com a vida familiar. Mesmo que a desigualdade na remuneração seja em média de -12,52% no mercado formal de trabalho, entre trabalhadores e trabalhadoras com ensino superior completo ou incompleto, a diferença é maior do que 30%, chegando a 34,84%, quando há superior completo (DIEESE, 2023).

Com efeito, proporcionar à mulher melhores condições ou até mesmo circunstâncias ideais com a finalidade de se combinar as funções domésticas e reprodutoras com as profissionais e sociais representa, para esta sociedade de classes, atuar contra si mesma, a partir de um elemento autodestruidor; por esta razão que Saffioti (1976) considerou a mulher como o próprio anticapitalismo. Assim sendo, a problemática da mulher na sociedade capitalista não é pertencente somente a ela, porém trata-se de uma questão de homens e de mulheres, que

em razão da ideologia dominante e do processo de alienação não são assumidas como de natureza social.

Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas” sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes (Saffioti, 2004, p. 35).

Portanto, a emancipação feminina requer equivalente emancipação masculina, tendo em vista que os impasses que afligem as mulheres não são resolvidos nesta estrutura social, são problemas relativos a classes sociais os quais precisam ser enfrentados coletivamente por homens e mulheres. Por fim, a autora apontou como solução ao dilema da mulher a abolição radical do capitalismo e estabelecimento do socialismo, pois a libertação feminina é vista como processo universal de humanização de todo o gênero humano.

Outra referência histórica do feminismo marxista brasileiro tratou-se de Elisabeth de Souza-Lobo, que trouxe valiosas contribuições por meio da sua obra, publicada em 1991, *A classe operária tem dois sexos*. Doutora em Sociologia, a autora brasileira apresentou resultados de pesquisas na área da sociologia do trabalho, as quais abrangeram a seara da produção e do trabalho por meio das relações de gênero. Souza-Lobo (1991/2021), evidenciou a evolução do trabalho feminino na indústria brasileira, no período de 1970 a 1980, de modo a indicar o aumento da participação das mulheres na indústria de transformação. A este fato foram atribuídas quatro causas principais: a queda do salário real que exigiu a contribuição feminina no orçamento familiar; o crescimento do país, que gerou novos empregos; as alterações no processo de organização do trabalho, que refletiram na maior fragmentação do trabalho e na preferência da mulher para desempenhar funções mais simplificadas; e, por último, a mudança na política de gestão da mão de obra exercida pelo patronato brasileiro, que passou a absorver mulheres e menores em razão do seu menor custo.

Ademais, a autora demonstrou características do trabalho feminino na indústria de São Paulo, as quais estão em sintonia com as análises apresentadas anteriormente pela estudiosa Saffioti. Nesse ínterim, Souza-Lobo (1991/2021) apontou quatro aspectos essenciais e interligados relativos às condições de trabalho da mulher: a desigualdade salarial entre homens e mulheres, em que elas recebem os salários mais baixos e isso se acentua com a idade; os

trabalhos desenvolvidos pelas mulheres são categorizados como não qualificados ou semiqualeificados; as funções desempenhadas são monótonas, de ciclo curto, repetitivas e exigem destreza e habilidade manual; e as estratégias de controle, bem como os requisitos de seleção da mão de obra feminina são distintos daqueles para a mão de obra masculina.

Souza-Lobo (1991/2021) discutiu essas condições da mulher no meio de produção de modo a confrontar as justificativas apontadas pelos patrões com a realidade apresentada. A começar pela questão salarial, as mulheres recebiam um salário inferior a 60% do salário masculino, e o argumento fornecido pelos empresários era de que as mulheres possuíam menor nível de escolaridade, qualificação mais baixa e maior instabilidade. Tais razões não condiziam com a realidade, visto que pesquisa realizada pelo DIEESE revelou que, para um mesmo nível salarial exigia-se da mulher um nível de escolaridade superior. Em relação à qualificação, outros estudos evidenciaram que a proporção salarial, especialmente para os trabalhadores não qualificados ou semiqualeificados, não está atrelada diretamente ao caráter das funções desempenhadas, no que tange à formação profissional e à produtividade, pelo contrário, é o salário que designa a classificação do cargo e não a maior produtividade ou o maior nível formativo. Já o argumento da maior instabilidade feminina no emprego é derrubado por índices que indicam a maior estabilidade das mulheres, levando em conta a centralização feminina em cargos mal remunerados, com piores condições e sem perspectivas de promoção (Souza-Lobo, 1991/2021).

No que diz respeito às condições de trabalho a que é submetida a população feminina no interior das fábricas, os estudos revelaram que as estratégias de controle exercidas sobre as trabalhadoras envolvem um maior nível de violência do que aquelas utilizadas para a gestão da mão de obra masculina. Tal fato é encarado com certa naturalidade, uma vez que esta conduta agressiva para com as mulheres é sustentada pelo “estado de subordinação das mulheres no conjunto da sociedade” (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 38). Ademais, a liderança é masculina, o que tornava as circunstâncias de trabalho ainda mais precarizadas, pois havia frequentes implicâncias relativas às idas ao banheiro, circulações dentro da fábrica que se manifestavam por meio de punições, recriminações, palavras ofensivas e ameaças. Também estavam presentes as importunações sexuais realizadas sob ameaça da perda de emprego. Ainda, os processos seletivos para mulheres eram compostos por critérios como teste de gravidez e planejamento familiar, bem como aparência e comportamento, sendo admitidas as consideradas mais belas e dóceis.

Partindo do aumento da mão de obra feminina nas indústrias, Souza-Lobo (1991/2021) investigou se este fenômeno também se reproduzia na taxa de sindicalização de

mulheres e na participação feminina em lutas operárias. A conjuntura dava indícios desse possível crescimento na sindicalização feminina, tendo em vista que os sindicatos se mostravam mais dinâmicos em seus processos, um maior contingente populacional fortaleceria o nível de reatividade e de consciência via movimento operário, iniciativas de mulheres foram registradas, como o Congresso das Operárias da Metalurgia de São Bernardo, no ano de 1978. Ainda, poderiam ter influenciado na taxa de sindicalização os movimentos sociais liderados por mulheres, sendo estes de diversas ordens, como os de reivindicação democrática, por melhorias de condições de vida, para a construção de creches, além dos grupos de Comunidades Eclesiais de Base, vinculados à Igreja Católica, e de outros grupos que já traziam a questão da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

A análise das taxas de crescimento ano a ano demonstra que o movimento de sindicalização acompanha o da força de trabalho até 1977, mas que, em 1978, o número de sindicatos dá um salto, o que modifica a tendência para todo o período. É necessário, todavia, deixar claro que esse movimento é mais acelerado entre as mulheres do que entre os homens e que começa a manifestar-se, nesse caso, a partir de 1976.

O fato de que o aumento proporcional do número de sindicalizadas seja superior ao da força de trabalho a partir de 1976 é o indício de uma tendência para a mudança nas relações entre as mulheres e o sindicato, a partir dessa época (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 40).

A fim de compreender esse aumento da taxa de sindicalização superior ao da força de trabalho, Souza-Lobo (1991/2021) se dedicou a analisar o processo de sindicalização e as reivindicações das trabalhadoras filiadas aos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo. Neste contexto, entre os anos de 1976 e 1979, a sindicalização entre mulheres foi maior do que entre homens. Ao final dos anos de 1970, os sindicatos estavam marcados por enfraquecimento e esvaziamento de representação política, de modo que eles passaram a se reorganizar por meio das fábricas, reivindicando sua autonomia. Outra medida adotada para reestruturação dos sindicatos foi a convocação, pelo sindicato de São Bernardo, do primeiro Congresso das Trabalhadoras. Todavia, se apresentavam como obstáculos à sindicalização dessas mulheres as legislações sindicais que impunham a exigência da estabilidade em certo emprego, logo, a alta rotatividade e a baixa qualificação presente entre as operárias eram dificultadores à sua sindicalização. Ademais, o referido Congresso que era para estimular a participação das mulheres nos sindicatos, não incluiu na sua organização nenhuma representante feminina.

Por conseguinte, a autora notou que as problemáticas levadas pelas mulheres no Congresso promovido pelo sindicato eram negligenciadas, quando incorporadas à unidade do movimento operário, e os sindicatos afirmavam a necessidade da “integração das lutas para

neutralizar as diferenças” (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 46). Nesse sentido, a estudiosa concluiu que a ideia de unidade de classe operária estava associada a um padrão geral que contempla somente práticas masculinas, inviabilizando a inserção de questões que indiquem a heterogeneidade da classe operária.

A participação das mulheres no movimento durante o período que se seguiu ao Congresso foi importante, porém diferenciada. O número de grevistas mulheres era significativo e em certas fábricas, onde a porcentagem de mulheres é alta, foram elas que desencadearam o movimento [...]. Nessas circunstâncias, a combatividade das mulheres impressionou seus companheiros masculinos e segundo o testemunho de algumas operárias, travar essa luta juntos começou a modificar o esquema da relação homem-mulher.

Todavia, a participação das mulheres nas assembleias e reuniões do sindicato, isto é, nas atividades puramente sindicais, permanece insignificante. As forças de repressão utilizadas pelo patronato e pelo Estado contra os grevistas não foram, sem dúvida, estranhas a esse fato (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 48).

Em suma, em relação ao processo de sindicalização das mulheres, ficou evidente que as reclamações femininas acabavam sendo ocultadas e diluídas em outras reivindicações ditas gerais, num discurso unificador. Diante disso, o sindicato para as mulheres se converte somente a um ponto de apoio ou depósito de queixas que não são levadas adiante (Souza-Lobo, 1991/2021). No entanto, não se pode desprezar o fato de que, com esses movimentos das operárias, ainda que iniciais, permitiram trazer à tona a articulação da exploração econômica via trabalho e dominação sexual, de modo a escancarar o autoritarismo e a violência sexual nas fábricas e a indicar a necessidade da integração de reivindicações gerais e específicas, a fim de contemplar a totalidade das formas sociais da classe operária.

De acordo com Souza-Lobo (1991/2021), para romper com essa perspectiva do movimento operário, que invisibilizava as mulheres pela homogeneização da classe que não contemplava as situações concretas de trabalho e as relações entre homens e mulheres neste meio, não seria o bastante somente alterar o enfoque das análises do ambiente fabril para o familiar, mas tratava-se de desenvolver uma metodologia que fosse capaz de integrar as relações sociais e os seus efeitos nas práticas sociais. Com essa atitude teórico-metodológica seria possível compreender a especificidade das operárias, mas também de outros grupos, formas distintas de luta que não seriam explicadas pelo viés da relação de causa e consequência, a partir da exploração e reação em sua generalidade. Ademais, esta metodologia toma como pressuposto de que uma vez não correspondendo ao modelo de reação de classe estabelecido, as práticas das operárias seriam justificadas pela natureza da mulher, que resultava nas asserções de que a mulher não era ativa nos sindicatos em razão da sua docilidade e submissão naturais. Portanto, seria fundamental o reconhecimento de que não seria a docilidade e a

submissão que são próprias da mulher, porém é naturalizada a atribuição de papéis sociais em que se espera que alguns fiquem restritos à fábrica e outros à casa, ou seja, “que exista uma divisão sexual do trabalho desde sempre articulada às relações sociais e embutida nas práticas sociais” (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 128). Portanto, as relações de trabalho são constitutivamente marcadas por relações de gênero, de modo que, se as relações de gênero forem excluídas do exame da classe operária, haverá uma distorção da realidade de modo a torná-la de ordem natural, sendo inquestionável e invisível a segregação sexual dos papéis sociais. Isto posto, ficou evidente para a autora a relevância da articulação entre as lutas feminista e de classe, pois a atuação da operária no movimento operário e sindical está atrelada à sua condição na sociedade como um todo.

1.2.2 Expressões contemporâneas do feminismo marxista

Apropria-se e corrobora essa perspectiva saffiotiana da necessidade de um movimento revolucionário que busque findar com as diferentes formas de opressão e exploração, inclusive a das mulheres, a autora contemporânea Mirla Cisne (2018, p. 26), que em seu livro *Feminismo e consciência de classe no Brasil* indicou ser fundamental “apresentar o projeto societário feminista-socialista em contraposição ao patriarcal capitalista” e entendendo este projeto no cerne da “dinâmica da luta de classes”.

Nesta obra, Cisne (2018) reuniu elementos teóricos e práticos que auxiliam a compreender diversos determinantes da situação da mulher na sociedade atual e a vislumbrar o processo de constituição do movimento feminista e suas expressões em contexto nacional. Alicerçada no feminismo materialista francófono e em estudos referenciais no Brasil, como de Heleith Saffioti e Elisabeth de Souza-Lobo, Cisne (2018) não tratou a luta feminista como descolada da centralidade do trabalho, da luta de classes e do processo de formação da consciência militante. Nesse sentido, a estudiosa abordou importantes conceitos que se considera pertinente apresentar alguns deles neste manuscrito.

De modo a situar os leitores a respeito de sua perspectiva teórica marxista e feminista, Cisne (2018) iniciou sua obra discorrendo sobre os conceitos de classe, luta de classes e formação da consciência. Ela trouxe a categoria classe como possuindo caráter histórico, determinada pela concretude das relações entre sujeitos com a propriedade, com os meios de produção e com a própria sociedade, não sendo, portanto, uma abstração. Ainda, o termo classe mantém uma relação intrínseca com a consciência, na medida em que ela pode se aproximar ou distanciar-se de uma posição de classe e de suas lutas cotidianas. A política também compõe a

parte histórica de classes e está atrelada ao embate que elas travam entre si, de modo que política e economia se inter-relacionam dialeticamente no processo de condicionamento e reprodução das classes sociais.

Para Cisne (2018), é impossível entender as classes, sem conhecer o movimento da luta de classes. Entretanto, não se deve restringir somente à “exploração capitalista sobre a classe trabalhadora”, é fundamental se deter também às especificidades e diversidades dos sujeitos que integram essa classe e como o capital faz uso delas para obter mais lucro. Nesse sentido, os antagonismos não foram gerados naturalmente, mas criados para suprir os interesses dominantes. Por essa razão que a estudiosa se apropria da expressão de Souza-Lobo de que “a classe operária tem dois sexos”, para evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres dentro da própria classe trabalhadora, de modo que as mulheres ocupam as posições mais precarizadas e mal remuneradas, são a maioria da população pobre e possuem a maior jornada de trabalho, visto que a elas são atribuídos os serviços domésticos e reprodutivos (Cisne, 2018, p. 33).

Por conseguinte, as discriminações que as mulheres sofrem no mercado de trabalho não são exclusivas delas, pois estão no bojo da dominação da classe operária. Assim, corroborando Saffioti, as mulheres são mais exploradas do que os homens na mesma classe e isso está diretamente relacionado aos interesses dominantes. O mesmo raciocínio vale para a categoria raça, isto é, o racismo também se constitui como uma forma de dominação e espoliação da classe trabalhadora. Logo, a classe possui raça, etnia e sexo, e o capitalismo lança mão dessas diferenças para dividir, separar e dissociar, para dominar a partir de uma sociedade competitiva.

Cada uma das particularidades estruturantes da classe – sexo - “raça” /etnia –, dialeticamente, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos), e mulheres negras (Cisne, 2018, p. 37).

Isto posto, nota-se uma unidade dialética entre os mecanismos de dominação e exploração da sociedade capitalista, que integra as categorias classe, raça/etnia e sexo, formando um entrelaçamento contraditório. Portanto, é impossível tratar da condição da mulher e das relações sociais de sexo e de raça de modo apartado das relações de classe.

O contrário também é verdadeiro: não se pode dizer sobre a classe sem considerar a diversidade de sexo e raça que a constitui.

Complementarmente, Cisne (2018) também se dedicou a compreender o processo de formação da consciência de classe, tendo em vista que esta não aparece naturalmente determinada, somente por se pertencer a tal classe. Pelo contrário, conforme ensinaram Marx e Engels, na sociedade, predominam as ideias da classe dominante, de modo que muitos trabalhadores acabam por incorporar a uma ideologia, que é antagônica a eles, mas que é disseminada e naturalizada na sociedade. Por essa razão, se viu a importância de estudar o processo de formação da consciência e seus diferentes níveis de desenvolvimento, que podem nos conduzir na contramão da ideologia dominante. Esta ideia é expressa nos originais da seguinte forma:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 1859/2008, p. 47).

A princípio, é importante retomar a definição de consciência valendo-se da perspectiva marxista, que a compreende como um produto social, determinada pela vida concreta; não significando que o homem seja passivo, incapaz de construir sua história e transformá-la, pois o que se tem é uma condição inicial histórica e socialmente determinada, com base na qual o indivíduo faz a sua própria história. Consequentemente, o desenvolvimento da consciência é essencialmente condicionado pelo formato social estabelecido, pelas relações sociais, costumes, crenças, valores e pela cultura compartilhada coletivamente; logo, a consciência se constitui em uma singularidade que é própria de um posicionamento específico diante do mundo, advindo de uma forma particular de vida (Marx; Engels, 1845-1846/2007).

Nesse sentido, aquele conjunto de ideias próprio da classe dominante, que foi mencionado anteriormente, também se encontra atrelado e é resultante das relações sociais e materiais, ou seja, não são abstrações, mas estão alicerçadas nas circunstâncias concretas da sociedade. Seguindo esse raciocínio, também às ideias revolucionárias é imprescindível a consolidação de uma classe revolucionária, que sirva de base para a sua produção, distanciando do puro idealismo e sem perder de vista a totalidade social. Esta totalidade social, enraizada nas determinações materiais da vida, ainda que condicionadas pela ideologia dominante, é marcada

pelas contradições, sendo essas últimas as possibilidades para a configuração de uma revolução social. Contudo, é fundamental para uma revolução a consciência de classe (Cisne, 2018).

Para a autora esta consciência de classe corresponderia a uma forma de consciência mais elevada, uma vez que se parte do pressuposto de que a consciência é um produto social e está em constante movimento. Sendo assim, a revolução social somente seria possível com o desenvolvimento superior da consciência, por Iasi denominada de “consciência para si”, em que há a apreensão da totalidade da existência e é reconhecida a necessidade da superação de classes e de seus elementos estruturantes. Este nível de consciência é alcançado após a vivência de “crises ideológicas”, ou seja, na percepção da dissonância entre ideologia internalizada e condições concretas e reais, no reconhecimento ou na identificação no outro das mesmas injustiças, até a construção mais complexa da percepção de que é imprescindível a destruição das classes para a emancipação da sociedade e da humanidade contra o capital (Cisne, 2018). Esse processo de elevação da consciência é abordado mais adiante, ao se tratar especificamente da categoria consciência no capítulo de análise dos dados.

Outra importante contribuição de Cisne (2018) é o apanhado que ela fez sobre os fundamentos teórico-políticos do feminismo, na segunda parte de seu livro. De antemão, a estudiosa deixou evidente a partir de qual abordagem ela tratava: feminismo marxista e o feminismo materialista francófono. Cisne (2018, p. 71) partiu do pressuposto de que nos situamos numa sociedade regida por um “sistema patriarcal-racista-capitalista”, porém, que as relações sociais de sexo e raça não se originaram e nem se limitam a esse regime que vivemos e, por essa razão, afirmou que qualquer modificação no modo de produção vigente apartada da ótica feminista não se compromete efetivamente com a emancipação de mulheres.

Cisne (2018) fez uma ressalva sobre a preferência em utilizar o termo “relações sociais de sexo” em vez de “gênero” em virtude da melhor correspondência à vertente teórico-política marxista e ao fato de não serem expressões sinônimas. A categoria “relações sociais de sexo” possui maior abrangência, pois “designa a confrontação entre as consideradas categorias de homens e mulheres, que envolvem conflitos e antagonismo de ordem estrutural, ainda que também reflitam nas relações (*relations*) pessoais” (Cisne, 2018, p. 73). Nesse sentido, o emprego do conceito “relações sociais de sexo”, além de denotar o antagonismo de classes, também visibiliza a importância do trabalho para as temáticas feministas.

Ainda, Cisne (2018) apontou, a partir de estudos franceses, a problemática do uso da palavra “gênero” biologizar o conceito de sexo, na dicotomia de que sexo diz respeito simplesmente a uma especificidade biológica, e gênero seria uma construção social, desconsiderando a dimensão social e histórica do primeiro. Foram elencadas outras razões para

a prioridade do termo “relações sociais de sexo”: ênfase nas relações entre homens e mulheres como de natureza social, ao passo que gênero representa mais da classificação do sexo; relações sociais de sexo nomeiam declaradamente os indivíduos, e gênero esquiva de citar e o eufemiza; gênero trata-se de um vocábulo polissêmico, levando à conotação vaga ou imprecisa do conceito.

Também Saffioti indicou essa controvérsia ao afirmar que o conceito de gênero é muito aceitável, pois é demasiadamente genérico, apolítico, a-histórico e presunçosamente neutro. Tal generalidade desmedida significa enorme extensão, porém pouco grau de compreensão. Em última análise, o termo gênero promove um afastamento da dimensão política do feminino e de suas lutas, restringindo a mulher a um feminismo acadêmico (Cisne, 2018).

Nesse sentido, a preferência de Cisne por adotar o conceito francês “relações sociais de sexo” é devida à abrangência das relações sociais, que são perpassadas por conflitos e pela luta de classes, de modo que é impossível tratar das relações sociais de sexo apartadas das especificidades de raça e de classe. Portanto, “as relações sociais de sexo, ‘raça’ e classe são ‘consubstanciais’ e ‘coextensivas’”, isto é, são uma unidade que está integrada e é inseparável além de se determinarem e se influenciarem reciprocamente (Cisne, 2018, p. 78-79). Exemplo concreto disso no cotidiano são os diversos anúncios de empregos que descrevem o perfil de trabalhador desejado como secretária (no feminino), com boa aparência, magra e de pele clara. Complementarmente, os trabalhos dedicados ao cuidado e ao ambiente doméstico, como faxineiras, babás, diaristas e cuidadoras de idosos, absorvem majoritariamente a população feminina, sendo parte do trabalho reprodutivo e considerado natural da mulher.

Nesse ínterim, é possível afirmar que o patriarcado continua como o alicerce da exploração e da apropriação da figura feminina, pois este refere-se à autoridade do pai, ao poder masculino, à dominação masculina e consequente opressão de mulheres. O patriarcado é constituído por dois elementos históricos principais, sendo eles o excedente econômico que propiciou o desenvolvimento da propriedade privada e a compreensão da participação do homem no processo procriativo, já que antes era visto como carga única da mulher. Assim sendo, as raízes do patriarcado estão diretamente relacionadas à “apropriação masculina sobre o corpo da mulher” (Cisne, 2018, p. 85).

Cremos que, mais do que a prostituição em si, mas a apropriação sexual das mulheres, ou a chamada “obrigação sexual”, é uma das mais fortes expressões do patriarcado, ou seja, da persistência da dominação masculina e subserviência feminina. O sentimento de obrigação sexual, que muitas chamam de obrigação conjugal, torna o corpo da mulher uma propriedade do homem, para seu usufruto, ainda que contrarie a vontade e/ou o desejo da mulher. Há, nesse processo patriarcal, a construção de um “contrato sexual” de sujeição das mulheres que possibilitará o “contrato original”. Esse dá direitos aos homens em detrimento da liberdade da mulher, ou seja, se

configura como um contrato de subordinação feminina que possibilita a dominação masculina (Cisne, 2018, p. 86).

Em suma, fica evidente que o patriarcado possui sua constituição histórica atrelada à criação da propriedade privada, contrariamente ao que preconiza a ideologia da subalternização feminina como um processo natural, dado desde a origem da humanidade. Logo, o patriarcado é um produto histórico da humanidade.

Em relação à família monogâmica patriarcal, Engels (1884/1984, p. 61, grifo do autor) afirmou:

O desmoronamento do direito materno, *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução.

Também Marx (1845-1846/2007) postulou ser a família a primeira forma de propriedade privada em que a soberania, o poder, estava centralizado na figura masculina de modo que os demais membros, mulher e prole, ficariam submissos ao homem e este ainda se apossaria da força de trabalho daqueles em seu benefício. Assim sendo, a família também executou a primeira forma de divisão social do trabalho, a qual não foi realizada de maneira espontânea e voluntária; mas de forma natural, como se fosse próprio da mulher ficar responsável pelas tarefas domésticas, de criação dos filhos e de manutenção, ao passo que ao homem cabia trazer os recursos para sustentar financeiramente e administrar o lar.

Ademais, o termo patriarcado reporta-se “às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres”, isto é, o patriarcado especifica as desigualdades que caracterizam as relações sociais entre os sexos presentes na sociedade (Cisne, 2018, p. 88). O patriarcado é tão hegemônico no contexto e nas relações sociais que ele se realiza e se firma até na ausência da figura masculina, tendo em vista que as próprias mulheres o internalizam e o reproduzem nas suas relações, no seu dia a dia, na criação de seus filhos. Este fenômeno é viabilizado não pela anuência e consentimento consciente das mulheres, porém pelo medo, ideologia e alienação.

De acordo com Cisne (2018), a família constitui-se no elemento central para a compreensão histórica do processo de exploração e opressão feminina. Isto porque, o próprio significado da palavra família já denota uma relação de submissão, tendo em vista que se define por um grupo de pessoas dependentes de um senhor. Contudo, a instituição familiar, a

denominada família nuclear, se perpetua ao longo do tempo, pois reveste esse seu caráter autoritário com a ideologia que atribui valores incontestáveis e representações universais e idealizadas de amor, fraternidade e proteção.

Por conseguinte, é possível afirmar que a família patriarcal opera a função ideológica de disseminação e reprodução do conservadorismo ao educar as crianças para aceitar e se adaptar às condições e aos pressupostos elementares da sociedade de classes. Nesse sentido, por meio desta estrutura familiar, ocorre a internalização de valores, costumes, juízos, preconceitos e condutas conservadoras em crianças, reproduzindo a autoridade, a desigualdade, a competitividade, a hierarquia e o sexismo. Cabe fazer a ressalva de que a família também se constitui numa base estratégica fundamental ao Estado para manutenção da concentração de riquezas assim como outras instituições como a igreja, as prisões, as leis etc. (Cisne, 2018).

Portanto, a família é a instituição que viabiliza a permanência da opressão sexista contra mulheres, já que o regime familiar está sustentado na exploração doméstica e na dependência econômica feminina. Ainda, a família é indispensável na reprodução do capitalismo em si, uma vez que é essencial para o consumo e para a conservação da propriedade privada. Em outras palavras, se estrutura por meio da família um “modo de produção doméstico, que incorpora e reproduz um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração das mulheres” (Cisne, 2018, p. 94). A exploração das mulheres é efetivada basicamente pelas atividades domésticas desempenhadas sem remuneração e pelas práticas de cuidado, sejam de crianças, idosos ou enfermos, consideradas responsabilidade exclusiva das mulheres. Ainda, conforme Cisne (2018), alguns autores até mesmo classificam como escravidão a relação de trabalho da mulher no contexto conjugal, uma vez que há desempenho gratuito de serviços.

É importante destacar que este “modo de produção doméstico” não se realiza somente nos âmbitos da casa, mas também no extralugar, onde o trabalho feminino é desvalorizado por meio de salários e posições mais baixos. Isto porque as dimensões produtivas e reprodutivas são inseparáveis, consubstanciais. Ademais, considerando as relações de classe, sexo e raça como estruturantes deste modo de produção, é possível chamá-lo de “modo de produção racista-patriarcal-capitalista”, isto é, uma unidade sistêmica constituída por essas relações, contradições e mediações que são “dialeticamente ‘consubstanciais’ e ‘coextensivas’” (Cisne, 2018, p. 97).

Cumprido destacar que fomenta esse sistema produtivo patriarcal a “divisão sexual do trabalho (DST)”, que está imbuída de parcialidade e desigualdade, ou seja, é determinado socialmente e visa a interesses. Portanto, nas palavras da estudiosa: “a divisão sexual do trabalho

é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher”, porém reforça que é uma relação social e historicamente construída, logo, suscetível a transformações (Cisne, 2018, p. 99). Cabe fazer a ressalva de que a divisão sexual do trabalho não deve ser entendida somente no âmbito laboral, mas também no contexto social, familiar e político. Complementarmente, essa divisão sexual do trabalho é regida por um conjunto de convenções morais e culturais que estabelecem padrões do que é tido por “feminino” e “masculino”, o qual é reproduzido e disseminado já na criação e educação de crianças. Tal sistema de valores que é incutido na população desde sua formação, acarreta a naturalização da divisão sexual do trabalho, sendo difícil a percepção e o rompimento com este padrão heteronormativo. É importante lembrar que este aparato cultural é produzido historicamente nas e pelas relações sociais firmadas numa conjuntura de luta de classes, portanto, constituído pela ideologia das classes dominantes, naturalizando as relações de dominação e exploração bem como ofuscando a possibilidade de transformação.

Isto posto, Cisne (2018) indica que é essa alienação – compreendida na perspectiva marxiana pela desvalorização do gênero humano em detrimento da valorização material no contexto da sociedade capitalista, que pelo sistema dinheiro estabelece uma relação de trabalho estranhado, em que o trabalhador perde seu objeto de trabalho, estranha a atividade produtiva e perde a si mesmo e sua essência humana (consciência) para garantir sua subsistência (Marx, 1844/2004) – uma das amarras que prende a mulher a essa situação de opressão, subalternidade e servilismo, de modo que ela veja como um fenômeno inerente, próprio do ser feminino, e que seu destino é somente aceitar e se adequar a essa missão biológica.

Segundo Duarte (2013, p. 59), a alienação seria definida como “um fenômeno social objetivo, um processo em que as relações sociais impedem, ou ao menos limitam, a concretização das máximas possibilidades de vida humana na vida de cada indivíduo”. Nesta perspectiva, os sujeitos seriam dominados e subjugados pelas relações sociais em vez de essas serem por eles controladas. Isso ocorre, de acordo com o autor, porque há um estranhamento do ser humano diante das relações sociais construídas historicamente pela humanidade, de modo que elas são tomadas por ele como algo dado naturalmente, imposto e imutável, não as reconhecendo como um produto social que pode ser transformado pela ação coletiva. Por essa razão que os indivíduos somente reproduzem, de forma não consciente e fetichista, esse tipo de socialidade, em que alguns homens possuem uma vida plena e dignificante, repleta de desenvolvimento e liberdade enquanto que os demais são explorados, dominados, humilhados, massacrados e até mortos por estas mesmas práticas sociais (Ercolano, 2019, p. 66).

Entretanto, sabe-se que ser mulher é uma construção social e histórica, determinada por uma civilização e suas extensões (cultura, política, economia, educação, moral etc.), conforme constatou originariamente Beauvoir (1949/1960). Por conseguinte, não é a espécie

que faz da mulher passiva e submissa, tampouco a vontade ou escolha livre da mulher que a coloca em circunstâncias de tanta subalternidade e até mesmo de violência, porém, é a ideologia racista-patriarcal-capitalista que a conduz nessa condição. Assim sendo, é um disparate responsabilizar a mulher por essa opressão, apesar de ainda ser algo comum e disseminado socialmente na atualidade, a partir de discursos como “ela gosta de servir” ou ainda pior “ela gosta de apanhar”, “ela gosta de ser humilhada”. Por essa razão, é urgente a necessidade de desnudar esse regime de dominação e exploração sobre a vida feminina, isto é, o patriarcado, a fim de compreender os fundamentos materiais da ideologia que naturaliza e perpetua a mulher nessa situação de inferioridade.

Recorrendo a outra autora feminista, Cisne (2018) apresenta o conceito de sexagem, que designa a apropriação integral da mulher: do seu corpo, da sua sexualidade e de sua existência, sendo manifestações de tal sexagem:

[...] de acordo com Guillaumin: “a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os membros válidos do sexo masculino” (p. 26; destaque da autora; tradução nossa).

Percebemos nessas expressões das relações de sexagem, antes citadas, a sobrecarga de responsabilidade e a intensidade da apropriação sobre o corpo, a vida e o tempo das mulheres. É importante ressaltar que tais expressões não se limitam às mulheres esposas, mas, também, às mães, irmãs, filhas, tias, avós, enfim, estendem-se ao sexo feminino (Cisne, 2018, p. 114).

De modo estrito, segundo Guillaumin (2014), a apropriação do tempo das mulheres consiste no fato de que o tempo das mulheres fica à disposição consuetudinariamente, sem qualquer tipo de relação contratual, de modo que são responsabilizadas pelas tarefas domésticas e de conservação da vida. “*Tudo se passa como se a esposa pertencesse em nua-propriedade ao esposo e a classe das mulheres pertencesse em usufruto a cada homem e, particularmente, a cada um que tenha adquirido a utilização privada de uma delas*” (Guillaumin, 2014, p. 35, grifo da autora). Nesse sentido, fica a carga da mulher, como uma obrigação, como algo natural e já esperado dela, que no ambiente público ou privado, profissional ou familiar, os afazeres relativos à limpeza, à alimentação, à organização e aos cuidados de outrem, mesmo que ela, assim como o homem, tenha outra densa jornada de trabalho.

No que concerne à apropriação dos produtos do corpo da mulher, Guillaumin (2014) fez referência a tudo aquilo que o corpo da mulher é capaz de produzir e de fornecer ou dispor, como é o caso dos filhos, dos cabelos e do leite materno, de modo a pertencer a outro. Particularmente, o filho é dado pela mulher ao pai ao passo que o contrário não pode ocorrer e,

ainda, juridicamente, o filho pertence ao pai, sendo que o nome do pai que é levado adiante pelas futuras gerações e que ele pode, a qualquer momento, requerer a guarda do filho em caso de separação, apesar de ser costumeiro e as decisões legais permitirem a exclusividade às mães do encargo material do filho, quando recém-nascido e até certa maturidade, isto é, quando a responsabilidade com os cuidados e o desgaste decorrente deles são maiores.

Em relação à obrigação sexual, foi constatada sob dois formatos: o casamento e a prostituição. Aparentemente, elas são opostas, pois a primeira é consolidada mediante contrato nupcial não pecuniário, ao passo que a segunda ocorre pela via da remuneração, logo, a contraposição é devida ao pagamento referente à medição do “*uso físico sexual*” (Guillaumin, 2014, p. 35, grifo da autora). Todavia, a prostituição vende exclusivamente o uso físico limitado à prática sexual em razão de um tempo determinado que vai corresponder o valor a ser custeado. No casamento, por sua vez, o uso físico da mulher é mais amplo, compreende os inúmeros modos possíveis dessa fruição, dentre eles e, em especial, o uso sexual, sem o qual a união pode ser anulada. Isto posto, a relação entre casamento e prostituição não é de oposição, mas de confirmação, refletindo a apropriação das mulheres.

Outra manifestação da sexagem, segundo Guillaumin (2014), se dá pelo encargo físico da mulher pelos membros do grupo, o qual equivale ao cuidado de inválidos (crianças, idosos e doentes), mas também aos afazeres da manutenção física do grupo, como o preparo da alimentação, lavar, passar e costurar roupas, ou seja, é a dedicação a outros humanos. Nesse sentido, é possível afirmar que há uma apropriação da individualidade da mulher que, casada ou não, é assenhorada coletivamente como ferramenta para “manutenção material física” de modo que seu tempo é todo absorvido pelos cuidados do outro. Consequentemente, a mulher foi subjetivada para se sentir responsável pelo bem-estar do outro, ao extremo de viver em função das necessidades de outrem, a ponto de se preocupar e modificar sua rotina e seus projetos de vida em torno delas. Portanto, a mulher perde a si mesma ao encarregar-se do outro.

Constrangimento central nas relações de classe de sexo, a privação da individualidade é a sequela ou a face oculta da apropriação material da individualidade. Pois não é evidente que os seres humanos se distingam tão facilmente uns dos outros, e a proximidade/responsabilidade física constante é um poderoso freio à independência, à autonomia; é a fonte de uma impossibilidade de discernir, e a fortiori realizar, escolhas e práticas próprias.

Com certeza, não é por acaso que os membros da classe de sexo dominante têm “nojo” da merda de seus filhos e, consequentemente, “não podem” trocar-lhes as fraldas. Ninguém sequer sonharia em pensar que um homem pudesse trocar fraldas de um ancião ou de um doente, lavá-lo, lavar sua roupa. Mas as mulheres o fazem, e “devem” fazê-lo. Elas são a ferramenta social destinada a isso (Guillaumin, 2014, p. 46).

Em suma, Guillaumin (2014, p. 34), teórica do feminismo materialista francófono, afirmou que, pela sexagem, a mulher é tomada como um instrumento, como uma “*unidade material produtora de força de trabalho*” (grifo da autora), ou seja, a mulher se torna um dispositivo a ser manuseado e usufruído em benefício do grupo dominante, dos homens, para fins de aumentar os lucros e de melhorar as condições de sua sobrevivência. Isto posto, fica evidente a aproximação da relação de sexagem com a de servidão ou escravidão, pois não há nenhuma espécie de mensuração do “*açambarcamento da força de trabalho*” (Guillaumin, 2014, p. 35, grifo da autora), não se leva em conta a quantidade de tempo, de desgaste físico, de tarefas etc. A mulher, assim como a escrava e a serva, é considerada e apossada como um “reservatório de força de trabalho” e como uma “máquina-de-força-de-trabalho”, sempre à disposição do seu proprietário (Guillaumin, 2014, p. 33).

Complementarmente, essa grande sobrecarga física e mental das mulheres se deve mormente à tomada do tempo feminino pela responsabilização exclusiva da mulher pela “reprodução social antroponômica”, isto é, conforme Falquet, todas as atividades relativas ao cuidado de crianças, idosos, doentes, além da manutenção dos espaços por meio da organização e higienização dos lares e de locais produtivos (Cisne, 2018, p. 115). Exemplo bastante evidente disso é o costume muito comum na sociedade de, após o expediente de trabalho, os homens irem para um *Happy Hour*, em algum bar com os amigos, enquanto as mulheres correm para casa, pois precisam ainda desempenhar mais uma jornada de trabalho: arrumando a casa, preparando o jantar e cuidando dos filhos. Para Guillaumin, a razão de tal captura da mulher é justificada pelo fato de sermos “*despossuídas de nós mesmas*”, de sermos “propriedades” de outrem (Cisne, 2018, p. 116).

Outra importante contribuição de Jules Falquet, socióloga feminista, se dá na leitura das relações sociais de classe, gênero e raça no âmbito da globalização neoliberal. Para ela, a globalização possui seu cerne no processo histórico de constituição do capitalismo, incluindo suas fases escravista, colonizadora e descolonizadora bem como as variantes dos regimes patriarcais, contudo, assim como o próprio capitalismo, também possui transformações. Cabe destacar, que tais mutações na globalização são consideradas, ingenuamente por alguns e estrategicamente por outros, como avanço e progresso, porém, análises mais aprofundadas e críticas indicam que, ao longo do tempo, elas acirram ainda mais as desigualdades sociais e tornam mais sofisticadas as formas de exploração de classe, raça e sexo (Falquet, 2008).

Ademais, Falquet (2008) não se restringiu em tomar a globalização neoliberal somente como a integração sistemática do mundo e a universalização da reprodução social, mas também como uma lógica dominante de exploração firmada a partir de um encadeamento que

estabelece continuidade entre trabalho sexual, doméstico e reprodutivo e de um Estado alicerçado politicamente na heterossexualidade, que orienta a circulação, as relações sociais e os prestígios jurídicos. É importante destacar que, tal heterossexualidade a que a autora faz menção não diz respeito a práticas sexuais, mas se refere a:

[...] uma potente instituição social, amplamente endossada ao Estado e à Nação e que desempenha um importante papel na circulação de pessoas. Veremos que ela contribui de modo central não somente na organização da aliança, da filiação e da herança, mas de modo mais fortemente ainda na construção e na naturalização dos sexos, mas também das raças e das classes (Falquet, 2008, p. 132).

Tal ligação que Falquet (2008) estabeleceu entre os trabalhos reprodutivo, sexual e doméstico corresponde ao que Guillaumin (2014) denominou de *sexagem*, isto é, por meio dos quais ocorrem a apropriação integral do corpo da mulher, e a própria autora retoma este conceito de modo a acrescentar que a questão central seria compreender como ocorre esta co-construção da exploração do trabalho via salário e a exploração do trabalho gratuito e, sobretudo, o que se caracteriza como ambos simultaneamente, chamado por Falquet (2008, p. 125) de “*trabalho desvalorizado*”. Este último, por sua vez, é majoritariamente constituído pelo “trabalho considerado feminino” e exercido excepcionalmente por pessoas do sexo masculino quando se encontram em condições de escravos, imigrantes ou colonizados.

Nesse ínterim, segundo Falquet (2008), é possível visualizar, nesta globalização neoliberal, como é a atuação do Estado e de instituições internacionais na administração global de trabalhadores, a partir de políticas públicas no campo demográfico, migratório e trabalhista, além do estímulo do militarismo, do aumento do conflito armado e do deslocamento de sua população. Por conseguinte, esse movimento da globalização neoliberal, juntamente com as práticas estatais e institucionais, também deixou sua marca no funcionamento dos lares domésticos, de modo que os lares passam a se distanciar cada vez mais daquela família nuclear própria do padrão ocidental. Assim sendo, muitos lares passaram a ser chefiados por mulheres, pois elas também se fazem presentes no mercado de trabalho e acabaram por incorporar nos lares a empregada doméstica, as cuidadoras, babás, faxineiras, enfermeiras, jardineiras, motoristas, entre outras, que geralmente são imigrantes (oriundas do meio rural ou de outros países), ou seja, essa mão de obra é empurrada para o “trabalho sujo” pela via do racismo. O Estado, por sua vez, priva essa população trabalhadora de direitos e de cidadania, sujeitando-a a um trabalho servil e escravo. Em território brasileiro, por exemplo, as empregadas domésticas passaram a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos por lei somente no ano de 2015 (Brasil, 2015).

É importante ressaltar que esta realidade não ocorre somente em lares abastados, mas, em alguma medida, também se realiza em residências de outras condições socioeconômicas, tornando-se lares “transnacionais e transregionais” e absorvendo a mão de obra disponível para realização de “trabalho desvalorizado” (Falquet, 2008, p. 132). Portanto, de acordo com a estudiosa, o que garante o emprego de mão de obra sobre esse ciclo de trabalho assalariado, trabalho desvalorizado e trabalho gratuito, seria justamente essa política estatal e institucional baseada na heterossexualidade, que criminaliza e torna ilegal a migração, que não oferece um estatuto autônomo para mulheres imigrantes, que nega a cidadania a mulheres racializadas e empobrecidas, que incentiva a divisão do trabalho em função de conformar as relações sociais de raça, sexo e classe, *“o sexo, a ‘raça’ e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo”* (Falquet, 2008, p. 128, grifo da autora).

Destarte, a autora vislumbrou a complexidade que é analisar os fenômenos sociais pelo prisma da conformação das relações sociais de raça, classe e sexo, trazendo algumas nuances da globalização neoliberal e conclui apontando para os “mecanismos de coerção e de legitimação postos em prática para assentar a extensão da globalização neoliberal” (Falquet, 2008, p. 135). Isto posto, ficou evidente que governos dominantes e instituições internacionais atuam de forma a submeter a população, seja pelo meio persuasivo ou armado, à lógica do capital, ou seja, prometem avanços e igualdade social com o intuito de efetivar o projeto neoliberal, mas na verdade apenas atendem a interesses de uma minoria, sem estender os benefícios à população como um todo.

De acordo com Falquet (2008), para superar essa divisão do trabalho e essa forma privilegiada de acesso a recursos, não basta somente romper com a heterossexualidade que sustenta a lógica dominante.

O “casamento” não-heterossexual pode realmente subverter esta organização do trabalho e do acesso aos recursos? A este respeito, as lutas dos movimentos lésbicos, gays, bi, trans e *queer* merecem ser examinadas com cuidado, pois são ambivalentes. De um lado, obter de certos estados um início de direito ao casamento e à herança permite abrir uma brecha. Porém, a dificuldade em avançar no reconhecimento da filiação revela a ameaça que esta reivindicação representa: o problema talvez não seja tanto o suposto bem-estar psíquico das crianças, mas sim a possibilidade de fazer circular o patrimônio social e econômico de acordo com linhagens que não seriam as da família patriarcal e patrilinear dominante – a este respeito as coletâneas de textos sobre as sociedades matrilineares e/ou uxori-locais de Nicole Claude Mathieu (2007) traz uma luz particularmente importante. Não basta mudar o sexo do(a)s noivo(a)s para alterar as estruturas das relações sociais (MATHIEU, 1991 [1989]). De fato, para além do “casal”, se não tentamos colocar em prática outros arranjos “econômico-sexuais” – para retomar o conceito de Tabet (2004) – entre as pessoas, pouca coisa mudará (FALQUET, 2006 b). Como Wittig (2001 [1980]) havia claramente indicado, não é sobre a sexualidade lésbica (homossexual ou *queer*), como uma sexualidade

“outra”, que se deve debruçar, mas sim sobre a *heterossexualidade* como *instituição* (Falquet, 2008, p. 133, grifo da autora).

Falquet (2008) novamente recorre a Guillaumin para acrescentar que, enquanto a heterossexualidade for tomada apenas como tema concernente à sexualidade, o enfrentamento da apropriação coletiva das mulheres continuará estacionado. Nesse sentido, para Falquet (2008, p. 137), o neoliberalismo não é digno de ser rearranjado, porém, lutas que combatam concomitantemente a segregação social, sexual e racial do trabalho para que a globalização possa assumir outras roupagens mais condizentes com o extermínio gradativo ou abrupto das relações sociais de poder, já que “a coformação das relações sociais não é uma vã palavra e a responsabilidade do ‘trabalho considerado feminino’ diz respeito a todo mundo”.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO CONSERVADOR

O presente capítulo trata da temática do conservadorismo por meio da elucidação de suas variadas configurações ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais, a fim de proporcionar uma compreensão histórica e situada do conceito, tendo em vista uma abordagem do fenômeno estudado o mais próximo possível da sua essência e totalidade.

Nesse sentido, considera-se que o conservadorismo, em aparência, é atrelado à simples e ingênua conservação de costumes, moral, valores e tradições validados temporalmente, entretanto, em sua essência, é, pois, a manutenção intencional e estratégica de um regime social específico, aquele baseado na propriedade privada, no modo capitalista de produção e no patriarcado burguês.

Ademais, o conceito de conservadorismo é adotado com variações em suas manifestações e expressões, a depender do contexto social e do período histórico em que se situa, mas que, em alguma medida, mantém a sua essência. Por essa razão, este capítulo foi estratificado em seções temporais, a fim de evidenciar tais nuances.

Além das influências sócio-históricas, o conservadorismo é tomado como uma palavra polissêmica, que pode ser empregada em diferentes campos temáticos (político, cultural, econômico, jurídico, educacional e outros) de modo a assumir formas específicas de acordo com a área em que está sendo utilizada. Por exemplo, um indivíduo pode manifestar um posicionamento político conservador ao sustentar a manutenção do *status quo*, defendendo a preservação do funcionamento social e institucional vigente, sem transformações significativas e, por outro lado, ser favorável a práticas educacionais e pedagógicas inovadoras que visam ao protagonismo social.

Portanto, partindo de tais premissas, este capítulo está dividido em quatro seções, a saber: 1) Origens do pensamento conservador; 2) O conservadorismo clássico; 3) O conservadorismo moderno; e 4) O conservadorismo contemporâneo.

2.1 ORIGENS DO PENSAMENTO CONSERVADOR

Esta seção é dedicada a contemplar as origens e os antecedentes históricos dos conceitos de conservadorismo, na intenção de possibilitar maior compreensão e aprofundamento da temática para melhor delineamento e definição do eixo investigativo adotado por esta pesquisa de doutorado. É importante salientar que, pela perspectiva do marxismo, a qual orientou esta tese, o conservadorismo é compreendido como a preservação

do modo de produção capitalista, do patriarcado, da propriedade privada e dos benefícios da classe burguesa, mas ao longo do tempo surgiram outras formas de conservadorismo na sociedade, de modo a obnubilar a percepção da população da manifestação do primeiro sentido de conservadorismo.

Historicamente, as origens do conservadorismo foram identificadas, a partir dos anos de 1789, na França especificamente, num período em que se vivia intensas transformações advindas sobretudo da Revolução Francesa, revolução burguesa e Revolução Industrial. Sendo assim, o conservadorismo foi alicerçado em uma perspectiva contrarrevolucionária, constituindo-se uma reação política e ideológica aos progressos da modernidade (Souza, 2015, 2016). Conforme Netto (2013), o conservadorismo teve seus primórdios a partir da Revolução Francesa, em defesa do Antigo Regime, da antiga ordem social feudal.

Sob a ótica marxiana e engelsiana (Marx; Engels, 1848/1960), a classe dominante que, na época da sociedade feudal, compreendia os senhores feudais, donos de grandes propriedades rurais que regiam as relações sociais e produtivas mais expressivas na economia, adotava uma atitude conservadora com o intuito de preservar-se no poder e de garantir seus benefícios. Sendo assim, inicialmente, o conservadorismo manifestou-se na sociedade como vinculado à classe feudal, que não queria perder o seu prestígio. Em contrapartida, o restante da população buscava por sua sobrevivência como empregados dos senhores feudais ou em atividades econômicas secundárias nas cidades, como o comércio. Esta segunda condição era a que se encontravam os burgueses, de modo a terem a necessidade de somar forças contra a dominação fundiária, a fim de promoverem transformações na ordem social vigente.

Em um contexto marcado por diversas transformações, entre os séculos XIV e XVI, na Europa Ocidental, em que as teorias teocêntricas eram substituídas pelas antropocêntricas, consolidando os movimentos do Renascimento e do Iluminismo, surge uma cultura de potenciais contradições com o regime social, vigente de modo a romper com estruturas sociais que alicerçavam e sustentavam o feudalismo. Assim, a configuração social passou a se alterar mediante à emergência do comércio e, conseqüentemente, de um novo formato de produção e acumulação de bens, isto é, houve a consolidação e ascensão da burguesia, que trazia consigo a ênfase nas cidades, os progressos técnicos, científicos, industriais e comerciais. Portanto, inicialmente, o conservadorismo era uma expressão cultural alicerçada nos interesses da nobreza fundiária na tentativa de conter e combater o avanço e a dominação burguesa (Netto, 2013).

Muitas pesquisas apontaram como o primeiro grande representante das ideias ligadas ao conservadorismo Edmund Burke, expressas essencialmente em seu livro *Reflexões sobre a Revolução na França*, de 1790 (Quadros, 2015; Melo, 2017; Keller, 2019; Silva, 2010; Círyl Lynch, 2017; Souza, 2016, Netto, 2013). O referido manuscrito de Burke, de acordo com Souza (2015, 2016), foi elaborado de forma a defender o feudalismo, e fazer oposição à revolução burguesa.

Na ótica de Burke, “a revolução insurrecional, jacobina, é tomada, de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas” (Souza, 2016, p. 115). Ademais, à revolução foi atribuído um caráter devastador, de desordem, sofrimento e destruição, consequentemente, aos revolucionários de imprudentes, agitadores dogmáticos e insanos. Nas palavras do próprio autor, a característica elementar da revolução na França seria a “baixeza”, pois considerava que a classe dominante renunciava o ideário de dignidade a uma ambição sem fundamento por meio de instrumentos desprezíveis para fins torpes (Burke, 1790/1982).

Dessa forma, o pensamento conservador nasceu em meio à conjuntura de uma sociedade dividida em classes, sendo, aliás, a manifestação da existência do conflito de interesses (Souza, 2015; Iasi, 2015). Ainda, o conservadorismo clássico tomaria a desigualdade social como algo necessário e natural, de modo que deveria se buscar a igualdade moral e não a civil (Melo, 2017).

Acredite-me, senhor, aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades compostas de diferentes classes de cidadãos é necessário que algumas delas se sobreponham às outras. Os niveladores, portanto, apenas mudam e pervertem a ordem natural das coisas; sobrecarregando o edifício social ao colocar no ar o que a solidez do edifício exige seja posto no chão (Burke, 1790/1982, p. 81).

É importante recorrer a Netto (2013) para frisar que Burke não combatia o avanço capitalista, porém a configuração política própria da revolução burguesa, que convoca e integra as massas populares, bem como o desmantelamento das instituições sociais fundadas na tradição. Em suma, Burke almejava “o capitalismo sem a modernidade” (Netto, 2013).

Burke (1790/1982), nesse ínterim, ilustrou que um operário produtor de velas ou um cabeleireiro, e muitas outras ocupações de natureza servil não deveriam ser motivo de honra, mas que também essas pessoas que exerciam tais ocupações não deveriam ser oprimidas pelo Estado, a não ser que elas tentassem assumir o poder e governar, pois isso seria considerado uma “guerra civil contra a natureza”, tendo em vista que a posição social, profissional, política, a virtude e a sabedoria para governar seriam recebidas do alto, de caráter divino.

De acordo com Souza (2015) e Netto (2013), Burke pertenceria ao que caracterizavam de conservadorismo clássico, marcado pela valorização da tradição e do passado, de modo a defender a permanência de estilo de vida e formato social passados, enraizados na Idade Média e atrelados aos princípios religiosos, morais, autoritários e hierárquicos. Nesse sentido, de acordo com Netto (2013), o pensamento conservador clássico de Burke tinha uma proposta restauradora que paulatinamente foi se mostrando inexequível, ou seja, era impossível negar e reverter as modificações advindas do progresso capitalista.

Consequentemente, a ascensão e dominação burguesa, que pôs fim definitivo ao projeto de restauração feudal, fez o papel social da burguesia assumir novo formato. Em outras palavras, a burguesia, tendo efetivada e finalizada sua função revolucionária e progressista que a colocou no poder de dominação, deixou então de ser representante dos interesses populares, da massa que a fortaleceu, para romper com o sistema feudal, e passou a defender os interesses exclusivos e particulares da burguesia unicamente. Nessa lógica, a burguesia se voltou para a manutenção do seu *status quo*, de modo a desvincular-se, eliminar e silenciar os aspectos da cultura moderna, de que anteriormente se valeu, combatendo conteúdos emancipadores e progressistas.

Marx e Engels (1848/1960) também atribuíram à burguesia este caráter revolucionário, que foi capaz de derrubar o regime feudal e transformar a sociedade, levando os burgueses a se tornarem a classe dominante e privilegiada, que governava a fim de atender às suas necessidades. Assim sendo, a população migrou do campo, das grandes propriedades feudais, para as cidades, de modo a submeterem-se a outros tipos de relações sociais, ou seja, não eram mais considerados servos, mas mão de obra, trabalhadores assalariados, operários a serem empregados nos grandes meios fabris. Portanto, segundo Marx (1867/2017b), o regime social capitalista burguês teve sua emergência a partir da estrutura da sociedade feudal e do esfacelamento desta, que permitiu a constituição daquela.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 1867/2017b, p. 786-787).

Isto posto, os burgueses, que na sociedade feudal, precisaram se aliar aos servos, trabalhadores do campo, para conseguirem transformações sociais, uma vez atingido seu objetivo, voltaram-se traiçoeiramente contra essa parcela da população que se tornava neste momento mão de obra, em busca de lugar para vender sua força de trabalho; assim sendo, os burgueses passaram a ser os exploradores desses antigos aliados, pois os burgueses detinham os instrumentos de trabalho e os meios de produção. Portanto, a sociedade continuou dividida em classes antagônicas, sendo alterados apenas os personagens da classe dominante, os senhores feudais, proprietários rurais, perderam o posto para os burgueses, donos dos meios produtivos (indústrias, fábricas e comércio). Do ponto de vista da classe dominada, somente modificou o tipo de relação social, que deixou de ser servil para tornar-se proletária, de modo a alterar as condições de trabalho e de subsistência, mas a conservar e acentuar a forma de exploração (Marx, 1842/2017a; Marx; Engels, 1848/1960).

Neste ínterim, a consolidação da sociedade capitalista burguesa não só não eliminou as desigualdades sociais como prometera aos antigos servos das propriedades feudais, como ainda acirrou tais discrepâncias a partir da eclosão da classe proletária, aquela que é explorada e oprimida, condicionada à venda de sua força de trabalho para sua sobrevivência e dependente do funcionamento do mercado para conseguir vender sua força de trabalho, que também se tornou uma mercadoria em meio a tantas outras. Além disso, os proletários precisavam concorrer também com o avanço do emprego das máquinas nos meios de produção, que eliminavam diversos postos de trabalho, desvalorizavam e precarizavam o trabalho humano com o rebaixamento salarial, a aceleração do ritmo da atividade produtiva e a extensão da jornada de trabalho. Destarte, os privilégios e regalias da classe dominante (burgueses) eram assegurados, em detrimento da exploração e opressão da classe dominada (operários), que mal conseguia suprir as necessidades mais elementares para sua subsistência, de modo a revelar a perversa desigualdade das condições de vida de cada classe social (Marx; Engels, 1848/1960).

Todavia, a classe proletária francesa vendo que seus interesses não haviam sido atendidos e que o lema da Revolução Francesa – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – caiu por terra após a ascensão da burguesia, passou a fazer pressão popular para reivindicar sua maior participação política e seus avanços civilizatórios prometidos na revolução.

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostataram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e

ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado ‘*socialistas*’ (Marx, 1851/2011, p. 80, grifos do autor).

Por conseguinte, aqueles direitos que eram proclamados pela Revolução Francesa como universais, isto é, como pertencentes a toda a população, independente de sua classe social, tornaram-se ameaça à sociedade capitalista, de modo que foram veementemente combatidos pela classe burguesa para sua conservação. Para tanto, a burguesia disseminou entre a população o terror do desarranjo social, advindo desses avanços civilizatórios socialistas. Ainda, elegeu um inimigo comum como responsável pela realidade atual de estagnação dos progressos civis, no caso francês, o monarca burguês Luís Filipe, e apresentou um outro protagonista político, Luís Bonaparte, como figura heroica a salvar o país do perigo do desmantelamento societário (Marx, 1851/2011; Perez; Ercolano, 2023).

Nesta conjuntura, Bonaparte, a partir da proliferação de discursos moralistas e conservadores em defesa da ordem social, propriedade, família e religião, congregou a população para confrontar qualquer manifestação anárquica e desordeira próprias do socialismo e do comunismo, sendo, portanto, extremamente útil e funcional aos interesses da burguesia, com o propósito de conter os movimentos da classe trabalhadora (Marx, 1851/2011; Perez; Ercolano, 2023).

Assim sendo, também é possível relacionar o bonapartismo ao que Coutinho (2024, p. 50) considerou de “maleabilidade” do conservadorismo, o qual concede certo benefício requisitado pelo povo, como por exemplo, o direito sufragista, tendo em certa medida o que o autor chama de “pluralismo político”, mas não atende àquilo que a população acredita que seja melhor para ela. No caso do Bonapartismo, a classe trabalhadora exigia a participação popular por meio do voto, e esse direito foi dado, porém, a classe burguesa age estrategicamente para eleger, mesmo com o voto popular, um representante político de seu interesse, como o caso de Bonaparte.

Em suma, o pensamento conservador, que inicialmente era de natureza restauradora e antiburguesa, a favor dos interesses feudais, após os anos de 1848, passa a assumir o caráter contrarrevolucionário e antiproletário, defendendo, neste momento histórico, a ordem burguesa. Logo, a burguesia passa a recorrer ao pensamento conservador para manter sua dominação e se proteger dos menores sinais de ataques “revolucionário-socialistas”, edificando, para tanto, saberes e teorias científicas, sociais e políticas que seriam fundantes das ciências modernas que viriam legitimar os valores e princípios burgueses (Netto, 2013).

Arruinam-se os reis nos grandes empreendimentos; esgotam-se os nobres nas guerras privadas; enriquecem-se os plebeus no comércio. A influência do dinheiro começa a fazer-se sentir sobre os negócios do Estado. O negócio é uma nova fonte que se abre ao poder, e os financistas se tornam um poder político que os demais menosprezam e adulam.

Pouco a pouco, as luzes se disseminam; vê-se despertar o gosto pela literatura e pelas artes; o espírito se torna então um elemento de sucesso; a ciência é um meio de governo, a inteligência uma força social; os letrados chegam aos negócios (Tocqueville, 1981/2005, p. 8).

A propriedade da terra que, no regime feudal só era possível por meio da herança no mesmo seio familiar, na ordem burguesa poderia ser adquirida por qualquer cidadão que conseguisse pagar em dinheiro por ela. Assim sendo, a posse de terra e a origem familiar não representavam mais a soberania e o poder na sociedade, de modo que a desigualdade natural entre os homens passou a ser abalada pela criação de novos elementos de igualdade entre eles, em que tendem a “empobrecer os ricos e enriquecer os pobres” (Tocqueville, 1981/2005, p. 9). Entretanto, o autor compreendeu como um destino inevitável das sociedades se tornarem democráticas e igualitárias, tendo em vista o histórico movimento social que derrotou os reis e o feudalismo e que também não recuará diante dos burgueses e ricos. Nessa lógica democrática, ele acreditava que os cidadãos ficariam à mercê de autoridade, e que, segundo Tocqueville, se realizaria de maneira despótica, em face de buscar o bem comum, o que representaria uma tirania moderna ou uma “tirania da maioria”, isto é, “o princípio da soberania do povo”, que inviabiliza o estabelecimento de um governo misto; e, para o estudioso, era imprescindível que houvesse um poder soberano em alguma instância para moderar as suas ações e o poder ilimitado do povo (Tocqueville, 1981/2005, p. 294). Para Coutinho (2024, p. 41), a problemática central da Revolução Francesa, para Tocqueville, era de “confundir a política com um cálculo matemático”.

Isto posto, é possível afirmar que Tocqueville não era exatamente um defensor do Antigo Regime, pois via como implacável a tendência democrática e igualitária das sociedades, mas ele pode ser considerado como um liberal conservador, ou seja, que defendia o Estado de direito, a propriedade privada, as liberdades individuais e reformas moderadas na sociedade. Ademais, nos escritos desse teórico ficou evidente que suas ideias possuem caráter de direita, uma vez que deixou transparecer o incômodo com esse movimento social em busca de igualdade e com a soberania popular.

Especificamente, a direita é compreendida como “forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias” (Konder, 1977/2009, p. 27). Por conseguinte, o conservadorismo seria “intrínseco da direita”, pois não se resume à mera conduta política de resistência passiva a transformações sociais,

porém, contempla ações concretas, manobras políticas, golpes e acordos que visam reprimir e reprimir qualquer manifestação social que venha colocar em risco os seus privilégios. Exemplo disso seria elogio de Tocqueville (1981/2005), que acontece nos Estados Unidos, como forma de conter o governo ilimitado do povo: é permitido o avanço democrático da sociedade, mas, por outro lado, ele é moderado por estratégias políticas que, no caso norte-americano, se manifestam por garantir autonomia política municipal, a livre associação dos indivíduos sem sujeição à autoridade, e a liberdade de imprensa que deixa de ser controlada e passa a veicular todo e qualquer tipo de informação, mesmo sendo distorcida ou falaciosa.

No que tange à produção de ideias no interior da direita, Konder (1977/2009) indicou a presença de uma contradição interna que se torna mais evidente à medida que se eleva o nível de abstração de sua fundamentação teórica, ou seja, na mesma proporção em que os filósofos da direita progridem em suas teorias, também avançam na busca por princípios mais universais para sustentá-las. Todavia, esta universalidade faz tais ideias produzidas no interior da direita não serem funcionais a ela, pois deterioram a consistência das relações pragmáticas, que são restritivas. Isto porque:

O próprio sistema em cuja defesa as classes dominantes se acumpliciam – um sistema que gravita em torno da competição obsessiva pelo lucro privado – impede que as forças sociais em que consiste a direita sejam profundamente solidárias: elas só se unem para os objetivos limitados da luta contra o inimigo comum (Konder, 1977/2009, p. 28).

Nesta perspectiva, o fascismo, considerado como uma espécie de direita, visto que é uma expressão somente possível em movimentos de direita (conservadores), “representou, na história contemporânea da direita, uma enérgica tentativa de superar a situação altamente insatisfatória” de contradição no ideário da direita que se opunha às suas práticas. Assim sendo, o fascismo, para resolver este conflito, lançou mão de um “*pragmatismo radical*”, que se apropriou das ideias de origem da esquerda política, baseadas no marxismo, de modo a perverter tais ideias do contexto em que foram criadas, falseando-as e tornando-as úteis aos seus interesses (Konder, 1977/2009, p. 29, grifo do autor). Por exemplo:

Marx acreditava que, na fase atual da sua história, a humanidade estava preparada para, através da ação revolucionária do proletariado, pôr fim à luta de classes e criar o comunismo. Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente da existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que se precisava fazer era discipliná-la, e o único agente possível dessa ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo (Konder, 1977/2009, p. 32).

Cabe destacar que o fascista Mussolini corrompeu o postulado marxista que propõe a unidade entre teoria e prática e o reconfigurou em identidade entre teoria e prática, levando à perda da capacidade da teoria criticar a prática. Ademais as ideias deixaram de ser condicionadas socialmente e passaram a ser utilizadas de forma instrumental e circunstancial pelos fascistas (Konder, 1977/2009).

Em síntese, é possível concluir que o conservadorismo seria uma manifestação histórico-social para a preservação de determinado regime social, a fim de conservar privilégios de uma classe. Sendo assim, o conservadorismo, ao longo do tempo, se ligou a diferentes classes sociais, mas que tinham objetivo em comum, que era conservar certa estrutura social para seu próprio benefício. Por conseguinte, o conservadorismo teve sua expressão original no seio da classe feudal, com o intuito de defender o feudalismo dos ataques advindos da Revolução Francesa. Posteriormente, com a derrocada da sociedade feudal e ascensão da sociedade capitalista burguesa, o conservadorismo passou a ser vinculado à classe burguesa para a manutenção do *status quo* do capitalismo. Portanto, o conservadorismo deve ser compreendido, em sua expressão moderna e contemporânea, como a preservação do modo de produção capitalista, da propriedade privada e dos benefícios da classe burguesa. Nas seções seguintes, foram abordados de modo mais detalhado as características específicas da manifestação histórica do conservadorismo moderno e contemporâneo.

As seções posteriores dividem as manifestações históricas do conservadorismo, conforme proposto por Souza (2015), que localizou o conservadorismo clássico no período moderno, a partir da Revolução Francesa, de 1789 a 1914; o conservadorismo moderno no período de 1910 a 1970 e, por sua vez, o contemporâneo de 1980 a atualidade.

2.2 O CONSERVADORISMO CLÁSSICO

Como visto na seção anterior, Edmund Burke foi o fundador do conservadorismo e também o grande representante do conservadorismo clássico. Burke nasceu em Dublin, na Irlanda, em 1729, veio de uma família religiosa de pai anglicano e mãe católica. Iniciou estudos em Direito, mas interrompeu para se dedicar à literatura, de modo a publicar seu primeiro livro em 1756. Entretanto, a obra *Reflexões sobre a Revolução na França*, de 1790, que foi o marco do conservadorismo clássico (Quadros, 2015; Souza, 2016).

Nesse sentido, é possível notar que o tema principal tratado pelo conservadorismo clássico foi a revolução, percebida como uma decadência social por causa do aniquilamento das tradições e do ataque às estruturas societárias vigentes. Como evidenciado pela própria

origem do conservadorismo, a partir da contrarrevolução no contexto da Revolução Francesa, de 1789, apesar de os postulados de Burke afirmarem uma definição especial de revolução, uma vez que ele não defendia uma sociedade sem mudanças, porém não deveriam ser transformações radicais, mas alicerçadas nos costumes e nas tradições. Nas palavras do autor: “Um Estado onde não se pode mudar nada, não tem meios de se conservar. Sem meios de mudança, ele arrisca perder as partes de sua Constituição que com mais ardor desejaria conservar” (Burke, 1790/1982, p. 61). Para Burke, a revolução não representava a destruição e eliminação das estruturas sociais, pelo contrário, a melhoria e a preservação permanente das instituições firmadas. Portanto, o autor irlandês era favorável à conservação da ordem e dos sistemas políticos tradicionais e vigentes, pois acreditava que esses já haviam sido provados pelo tempo e pelas práticas sociais (Quadros, 2015; Souza, 2016).

Assim sendo, a Revolução Francesa significou, para Burke, um rompimento rude, inoportuno e violento com a tradição que gerou grande devastação e prejuízos à sociedade francesa. Em contraste, a Revolução Gloriosa, ocorrida na Inglaterra em 1688, na ótica burkeana, foi um exemplo de revolução ideal, tendo em vista que promoveu mudanças sem agitações, mortes e revoltas que pudessem atacar o tradicionalismo. A Revolução Gloriosa consolidou o novo sistema monárquico inglês, por meio da submissão ao parlamento e à constituição, destituiu Jaime II e promoveu Guilherme III, viabilizando o reconhecimento e prestígio de uma camada da burguesia, de modo a conservar a institucionalidade política existente e a garantir novos interesses econômicos e políticos (Souza, 2016).

Por conseguinte, Burke ao tratar da Revolução Francesa, imprimiu em seus manuscritos a entonação de alarme e denúncia na defesa de que ela representava devastação, anarquia, sofrimento e segregação. Os revolucionários dela, por sua vez, eram considerados desequilibrados, imprudentes e agitadores dogmáticos. Ainda, o teórico conservador qualificou a Revolução Francesa como fora do natural, como um caos repleto de desatinos, crimes e atrocidades (Souza, 2016).

Uma das estratégias de Burke para convencer seus leitores foi instigar um conflito no campo das ideias, no intuito de tecer críticas aos princípios, fundamentos e valores da Revolução Francesa, como aqueles pertencentes ao Iluminismo, depreciando-os a simples abstrações, desprovidas de significado concreto. Assim sendo, “concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições” (Souza, 2016, p. 121). Portanto, Burke adotava um posicionamento monarquista, antirrepublicano e antidemocrático.

Ainda, este ataque aos princípios revolucionários ficou evidente quando Burke se colocou contrariamente à eleição popular de governantes, afirmando que ela seria de caráter irracional e de qualidade inferior.

Diz-se que vinte e quatro milhões devem prevalecer sobre duzentos mil. De acordo, se a constituição de um reino for questão de aritmética. Esse tipo de discurso, porém, só faz sentido com a ajuda de uma outra luz: para os homens que podem raciocinar, ele é ridículo. A vontade dos muitos e seus interesses diferem bastante frequentemente; e a diferença será enorme quando fizerem uma má escolha. [...] No momento presente, a França parece ter sido totalmente desviada da grande rota da natureza. A propriedade não a governa. Logo, a propriedade é destruída e a liberdade racional deixa de existir (Burke, 1790/1982, p. 83).

Ademais, o irracionalismo foi outro fator característico do postulado do teórico da contrarrevolução. É possível dizer que Burke aderiu ao desmantelamento da razão, ao associar a racionalidade e o fazer teórico com a construção desvinculada de abstrações, as quais ele julgava estarem descoladas da realidade imediata. Em outras palavras, o autor nega a razão e defende a concepção imediatista, pragmática do fazer e do saber (Souza, 2016). Exemplo disso se evidenciou nos escritos de Burke (1790/1982) quando considerou que os direitos de natureza metafísica uma vez inseridos na vida prática são distorcidos, pois o caráter do homem é mais complexo. Assim, os direitos seriam impassíveis de definição, porém, poderiam ser discernidos. Ainda, a razão política seria de cunho moral e não de metafísica, já que esta não seria capaz de compreender as quantidades morais.

Além disso, Burke adotou um constructo teleológico da causalidade que aprisiona o ser social e o torna refém de suas influências teológicas, no que tange à sua consideração de que o Estado e a sociedade seriam constituídos natural e divinamente. Isto posto, também a propriedade privada e a desigualdade social pertenceriam a essa lógica. Portanto, Burke não tinha estranhamento ou objeção à desigualdade social, pois fazia parte do ordenamento natural e justificava que os pobres eram muito numerosos e ignorantes para almejarem poder político ou econômico, logo, a nobreza desempenhava a função de elevação moral da população, já que ela era essencialmente superior. O autor conservador foi ainda mais longe ao afirmar que a desigualdade social é comum e desejável, uma vez que ela contribui para a preservação da sociedade nesse formato (Burke, 1790/1982; Quadros, 2015; Souza, 2016).

Nesse ínterim, a propriedade privada teria como cerne a desigualdade, que mantém a estrutura social pelas consideradas aptidões naturais de cada cidadão, até porque os indivíduos teriam direitos iguais, conforme Burke, mas não direito às mesmas coisas.

Se a sociedade civil foi criada para benefício do homem, todas as vantagens para a qual ela foi criada tornam-se direitos. Trata-se de uma instituição beneficente; e a própria lei é a beneficência regulamentada. [...] Tudo o que cada homem individualmente pode fazer, sem lesar os outros, ele tem o direito de realizar; e ele tem também direito a uma justa porção de tudo o que a sociedade, mediante as combinações de sua aptidão e de sua força, pode fazer em seu favor. Nessa associação, todos os homens, têm direitos iguais, mas não às mesmas coisas (Burke, 1790/1982, p. 88).

Nesse sentido, não competiria ao pobre a revolta, pelo contrário, cabe a ele somente a adesão ao regime social já consolidado, pois ele deve se conformar com o seu lugar natural de submissão e respeitar a propriedade a qual não lhe pertence (Quadros, 2015). Todavia, cabe confrontar essa ideia conservadora que naturaliza a propriedade privada com o caráter histórico que Bensäid (2007/2017) atribuiu a ela, entendendo-a como uma criação humana, a partir da prática do cercamento de terras, que foi construída, aperfeiçoada e apropriada ao longo do tempo pelos cidadãos, de forma a se tornar um instrumento de dominação. Uma vez reconhecida como um produto humano e com uma história, a propriedade privada pode ser problematizada e questionada quanto à sua legitimidade.

Para Burke (1790/1982, p. 89, grifo do autor), uma das leis fundamentais da sociedade civil seria a de que o homem não poderia “*ser juiz de sua própria causa*”, pois, para integrar-se à sociedade, ele precisa renunciar à sua existência e necessidades individuais bem como ao seu autogoverno. Portanto, inserido na sociedade civil, o homem “A fim de assegurar alguma liberdade, entrega-a inteira em confiança à sociedade”.

Tal renúncia que o cidadão faz de sua autodeterminação, para se inserir na sociedade e que foi mencionada por Burke, pode ser relacionada ao que Marx e Engels (1845-1946/2007) postularam como “ideias dominantes” numa sociedade, as quais predominam em meio a outras e são tomadas como universais, disfarçadas de benevolência. Entretanto as ideias dominantes são construções advindas da classe social dominante, logo, não são imparciais, mas, sim, possuem força material e intelectual para regular as relações sociais, os pensamentos e saberes conforme os interesses da classe dominante. Portanto, é possível afirmar que àquela sujeição individual à sociedade, da qual o autor conservador tratou, corresponde a esta subordinação às ideias dominantes focalizadas por Marx e Engels, de modo a significar uma passividade e aceitação dos cidadãos aos mandos e desmandos da classe dominante, que somente zela por seus benefícios.

Essa concepção burkeana levou à naturalização das relações sociais, sendo considerada própria de ideologias conservadoras. Consequentemente, essa conjuntura pode ser interpretada como permanente e indissolúvel, se constituindo em uma violação contra a

natureza qualquer ato que tenha como fim a igualdade social. Em suma, a luta pela igualdade social se configuraria em um atentado contra a determinação divina (Souza, 2016).

Observando esses comentários burkeanos, é possível concluir que ele anseia por uma “revolução sem revolução”, ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta de por direitos (Souza, 2016, p. 124).

Burke (1790/1982, p. 91) escreveu uma seção em seu livro intitulada “*Do perigo de se manter no espírito ideias revolucionárias*”, em que manifesta sua repulsa aos atos que viriam contestar e modificar as relações sociais que eram naturalizadas. Ele considerou as práticas revolucionárias como “hábitos perigosamente enfermos” para atender a um “amor à liberdade”. Comparou a revolução ao uso imprudente de remédios, que tornado recorrente, “relaxa e esgota pelo uso vulgar e prostituído, a fonte do espírito de liberdade que deveria ser exercida apenas nas grandes ocasiões”.

É importante ressaltar, ainda nessa perspectiva da naturalização das relações sociais, que pelo conservadorismo clássico, o pobre era visto como um degenerado, ao passo que o rico era considerado de natureza superior. Efeito disso é próprio do conservadorismo, até mesmo do contemporâneo, a aversão e o desprezo pela cultura, pelos costumes e pelas formas de vida das classes subalternas. Por conseguinte, a política, conforme o conservadorismo, deveria ser realizada pelos proprietários, uma vez que eram naturalmente competentes para tanto, de modo a preservar a ordem e a sociedade vigorante (Burke, 1790/1982; Souza, 2016).

Burke também advogou que a solução para a possível injustiça decorrente da desigualdade social residiria na manutenção da cooperação que envolve as relações sociais nas comunidades, sendo exemplo de vida orgânica, ordeira, cooperativa e livre. Para Burke (*apud* Quadros, 2015, p. 31), dos “associativismos nascidos na vida comunitária emerge o sentido saudável da coletividade”.

O governo, por sua vez, no prisma do conservadorismo, representaria uma construção da sabedoria humana, que visa atender às necessidades da população. Ademais, outra função do governo consistiria na contenção das paixões advindas da imperfeição humana. Dessa forma, a repressão, com instrumentos de coerção, era aprovada pelos conservadores para manter a tradição e as estruturas sociais (Quadros, 2015).

Nesse sentido, a cultura moderna, que era composta por um novo contrato social baseado na “*laicização da política*” e na “*liberdade na autonomia dos indivíduos*”, e que viria a substituir o Antigo Regime, era veementemente combatida pelo conservadorismo clássico, pois a dissociação entre Igreja e Estado representava, para os conservadores, enorme imbecilidade, tendo em vista que nenhuma sociedade poderia existir institucionalmente sem religião. Em relação à autonomia dos cidadãos, esta significaria o estilhaçamento da unidade social (Netto, 2013, grifos da autora).

De acordo com a autora, os conservadores clássicos consideravam que a cultura da modernidade ameaçava destruir a autoridade alicerçada na tradição, o poder constituído e legitimado institucionalmente pela religião, a desigualdade jurídica entre os indivíduos, a administração pessoalizada da justiça, a lei fundamentada na moralidade e a subalternização dos cidadãos à sociedade. Ainda, utilizavam como argumentos na defesa de tal tese: 1) autoridade e liberdade autênticas seriam somente aquelas fundadas na tradição, isto é, baseadas em referenciais de antepassados consagrados e evitando o desgoverno e os excessos; 2) a liberdade deveria ser restrita, pois as paixões humanas devem ser controladas; 3) a democracia seria ofensiva e deletéria, tendo em vista que, com poderes, vontades e forças iguais os indivíduos se destruiriam; 4) a laicização seria nociva, uma vez que a boa ordem somente seria estabelecida pela religião, seguindo o Grande Senhor, criador e fundador da sociedade; 5) a razão seria prejudicial e ineficiente para administrar a sociedade, porque a razão humana seria selvagem; 6) a desigualdade seria natural e necessária, ou seja, a desigualdade real jamais poderia ser eliminada e a ordem civil estabelecida seria para benefício dos que a ela se sujeitarem (Netto, 2013).

Em suma, o conservadorismo clássico foi identificado no período de 1789 a 1914 e preconizava uma desqualificação do homem e uma aversão ao projeto herege da modernidade, visto que, pelo pressuposto da autoridade, o indivíduo precisaria ser tutelado a partir da religião e da tradição (Souza, 2015). Esta tutela seria realizada pelo Estado-Igreja, mas também a religião, tradição e moral eram encontradas na família, onde já seriam inculcados no sujeito estes princípios. Portanto, a família constitui-se um elemento fundamental para os conservadores em razão do seu papel econômico que, por meio da reprodução dos valores e da transmissão da herança, preserva as propriedades em determinada classe e eterniza a ordem social (Netto, 2013).

2.3 O CONSERVADORISMO MODERNO

O conservadorismo moderno foi localizado temporalmente no período de 1910 até 1960 ou 1970, conforme Souza (2015), e possui como característica fundamental a vinculação a saberes totalizantes acerca das relações sociais, sistematizados nas diferentes áreas do conhecimento: político, filosófico, econômico, moral, cultural e outros. Diferentemente do conservadorismo clássico, que repudiava o avanço burguês, o conservadorismo moderno assumiu um certo caráter progressista e, ainda que mantendo sua rejeição às ideias revolucionárias, deixou de adotar uma postura reacionária frente ao regime burguês. Nesse sentido, se num período anterior o conservadorismo clássico estava vinculado à classe feudal, o conservadorismo moderno, por sua vez, se ligava à classe burguesa, esta que passou de classe revolucionária, que liderou a Revolução Francesa juntamente com o proletariado, para classe conservadora, já que alcançou o seu poderio e pretende conservá-lo.

Portanto, o conservadorismo moderno não era nem reacionário e muito menos revolucionário, e sim defensor do então presente sistema democrático burguês, de modo a recorrer aos saberes totalizantes para indicar a ameaça das consideradas utopias revolucionárias (Souza, 2015).

O conservadorismo político recusa os apelos do pensamento utópico, venham eles de revolucionários ou reacionários. Mas o conservadorismo não se limita apenas a recusar esses apelos utópicos, que fazem da fuga para o futuro (ou para o passado) um programa de ação no momento presente. O conservadorismo, por entender o potencial de violência e desumanidade que a política utópica transporta, irá também reagir defensivamente a tais apelos – e reagir é a palavra crucial para entender o conservadorismo como ideologia (Coutinho, 2024, p. 33).

Assim sendo, o conservadorismo moderno se utilizava de formulações teóricas de história e ciência que eram contrárias àquelas elaboradas por Marx e pelo legado marxista, de modo a fomentar perspectivas teóricas concorrentes ao marxismo, visto que este último era crítico ao regime burguês. Consequentemente, houve a apropriação da emergente teoria social positivista que possuía nexos, ainda que restritos, com o liberalismo, antigo opositor ao conservadorismo (clássico). A exemplo disso, os conservadores modernos se apropriaram com suas ressalvas tradicionais do individualismo liberal, visto que os valores deste último tenderiam a reduzir a complexidade humana (Souza, 2015).

Entretanto, de modo geral, é possível afirmar que o conservadorismo moderno esteve voltado para a reprodução social do sistema (burguês) em voga, evidenciando a passagem do conservadorismo de “reação à modernidade para posições supostamente

progressistas na contemporaneidade”, em virtude da “consolidação do estágio monopolista de reprodução do capital” (Souza, 2015, p. 6). Essa transição da tendência conservadora exigiu a adesão a outros aportes teórico-políticos, dentre eles salienta-se a incorporação do conceito de “totalitarismo”, de Hanna Arendt, o qual equipara as experiências fascistas e socialistas de modo a considerar ambas como totalitárias.

A estudiosa propôs a diferenciação tecnoestrutural entre as formas de governo autoritária, tirânica e totalitária. O governo autoritário poderia ser abstraído pela figura de uma pirâmide, em que a sede do poder se concentraria no topo da pirâmide, porém de modo que a autoridade e o poder atravessassem as demais camadas da pirâmide, alcançando-a em sua totalidade, mas sendo conectada e subordinada ao pico central. Por outro lado, o governo tirânico também poderia ser representado sob a forma de pirâmide, com a diferença de que não haveria níveis ou camadas dentro da pirâmide, além do seu topo em que reside o poder tirano. A tirania seria, então, um governante que conduz contra todos e essa massa de indivíduos seria de iguais entre si, entretanto, dispersos e isolados. Por último, já o governo totalitário seria análogo à estrutura de uma cebola, em que no centro ou no miolo se encontraria o líder, de modo a agir de dentro e não de cima ou de fora, e os demais níveis sociais teriam uma aparência de normalidade, ao mesmo tempo que uma função de extremismo radical, ou seja: “A grande vantagem desse sistema é que o movimento proporciona a cada um de seus níveis, mesmo sob condições de governo totalitário, a ficção de um mundo normal, ao lado de uma consciência de ser diferente dele, e mais radical que ele” (Arendt, 1972, p. 137).

Isto posto, a partir da adoção do conceito de totalitarismo, o conservadorismo moderno construiu uma visão de mundo que supervaloriza o tempo presente em seu significado ontológico se abstém dos determinantes históricos. Deste modo, o conservadorismo moderno buscava construir uma intensa proteção e combate às ideias revolucionárias, por meio desse enaltecimento do presente progressista e pela atribuição pejorativa de totalitária, violenta e perigosa a qualquer tentativa de transformação social (Souza, 2015).

Ademais, outra característica fundamental do conservadorismo moderno consiste em sua vinculação ao padrão científico positivista, que possui como pressuposto modelos abstratos e formais, na crença da imutabilidade das leis, compreendendo tanto a natureza quanto a sociedade como regidas por princípios fixos e invariáveis, de maneira a novamente centrar-se no presente, desconsiderando o processo histórico dos fenômenos sociais, bem como inviabilizando a possibilidade de mudanças conduzidas pelo homem (Souza, 2015; Netto, 2013).

Em contrapartida, o conservadorismo moderno teceu críticas ao racionalismo, caracterizando-o como “subversão da razão”, por sua pretensão de alcançar a perfeição por meio de princípios evolutivos (Souza, 2015, p. 11).

Como avisa Michael Oakeshott, a crítica conservadora lidará, não com a razão, mas com o *racionalismo*, entendido como uma subversão da razão. Ou, talvez de forma mais precisa, com a ambição desmedida de atribuir à razão a tarefa hercúlea de construir e reconstruir a sociedade humana de forma radical e perfeita. Não é a razão *per se* que inspira a crítica conservadora; é, tão só, a arrogância do racionalismo moderno e a sua ideia nefasta de “possibilidade infinita” na condução racional dos assuntos humanos (Coutinho, 2024, p. 40, grifos do autor).

Assim sendo, o conservadorismo moderno foi marcado pela adoção de um dito “meio termo”, um posicionamento intermediário entre os extremos da razão e da ação para sua manifestação social e política. “Os conservadores identificam a ação racional à manipulação bem-sucedida de dados empíricos. Agir racionalmente, do ponto de vista conservador, é manejar com destreza o ‘saber prático’” (Souza, 2015, p. 13).

Souza (2015) também elegeu como peculiaridade do conservadorismo moderno a construção de uma autoimagem, ou seja, uma representação típica das pessoas consideradas conservadoras que fazem sobre si mesmas. Esta autoimagem seria composta pelo que o autor denominou de “existencialismo conservador”, possuindo traços irracionalistas e uma ótica mistificadora. Todavia, o estudioso faz a ressalva do risco de se fazer uma análise psicologizante e reducionista do conservadorismo ao atribuí-lo a “traços de personalidade”, pois, assim, tende-se a esvaziar o significado histórico, social, singular e contraditório do conservadorismo (Souza, 2015, p. 9).

É nesta vertente que o conservadorismo passou a ser transcendido ao nível de condição humana, no que tange à afirmação de todos os seres humanos serem, em alguma medida, conservadores, ainda que com fins de sua preservação enquanto espécie, de seus familiares e de seu círculo social (Souza, 2015).

Todos somos conservadores. Pelo menos, em relação ao que estimamos. Família, amores, amigos. Lugares, livros, memórias até. *Conservar e desfrutar* são dois verbos caros aos homens que ainda estimam alguma coisa. E, em alguns espíritos, esses verbos são declinados com maior intensidade e frequência, a ponto de se transformarem na sua gramática essencial.

Eis os homens de *disposição* conservadora, para usar a eloquente formulação de Michael Oakeshott no clássico ensaio “On Being Conservative” (1956). Antes de ser “ideologia” ou “doutrina”, a intenção do autor é apresentar o conservadorismo como uma disposição – uma forma de ser e agir que levará o conservador a “usar e desfrutar aquilo que está disponível em vez de desejar ou procurar outra coisa”. Naturalmente que o conservador sabe, ou pelo menos intui, que essa “outra coisa” pode ter virtudes apreciáveis. E, em teoria, é possível imaginar que tais virtudes possam suplantam os confortos do presente (Coutinho, 2024, p. 29, grifos do autor).

Ainda, Souza (2015) destacou quatro elementos que marcam as principais transições entre o conservadorismo clássico para o conservadorismo moderno, são eles: 1) ambos raramente se reconhecem com vinculação teórica ou ideológica de cunho dogmático; 2) enquanto o primeiro pode ser considerado saudoso de estruturas sociais anteriores, o segundo enaltece o presente; 3) ambos se assemelham ao pragmatismo ou minimamente a um empirismo avultado; 4) o conservadorismo moderno não se opõe a toda e qualquer espécie de mudanças, porém somente àquelas que são advindas de classes dominadas.

No que tange ao enaltecimento do empirismo no interior do conservadorismo moderno é possível destacar a importância dada aos preconceitos sociais que eram reconhecidos como conjunto de valores acumulados. Cabe a ressalva que, de acordo com Coutinho (2024, p. 65), os preconceitos tomados pelos conservadores não deveriam ser igualados à concepção atual acerca deste termo que está associada à discriminação e à irracionalidade, mas, por outro lado, pela abordagem conservadora, os preconceitos seriam entendidos como “um precedente ou um julgamento baseado em decisões ou experiências passadas que, pela sua validade comprovada, informam decisões ou experiências presentes e futuras”. Logo, para os conservadores os preconceitos passaram pelos “testes do tempo” que agregaram a eles fundamentos e instituições que o fizeram sobreviver, se manter e se conservar na história sendo justamente por isso considerados válidos.

Ao longo do tempo, também é possível perceber que o conservadorismo, que em sua origem e expressão clássica tinha confrontos com o capitalismo, foi adotando movimentos conciliatórios com o capital e com liberalismo, de forma a não ser reativo a toda e qualquer mudança, já que o capitalismo é constituído por sucessivas mudanças sociais, culturais e institucionais. Deste modo, o conservadorismo moderno, a partir da década de 1970, se dedicou a recuperar elementos do conservadorismo clássico que pudessem congregar com a tradição liberal, sendo tal conciliação mais efetiva no conservadorismo contemporâneo, que será tratado na seção seguinte.

Nesse sentido, o surgimento do neoliberalismo, uma forma renovada de liberalismo econômico, entre as décadas de 1930 e 1940, e sua difusão ao redor do mundo por meio da atividade de intelectuais, militantes, políticos e empresários, teve um impacto muito importante na atuação das direitas em vários países. No Brasil, a promoção de um ideário pró-mercado se deu em meio a uma forte campanha contra a esquerda que uniu conservadores e defensores do capitalismo de livre-mercado em torno do discurso anticomunista, os quais desencadearam o golpe civil-militar em 1964 (Rocha, 2019, p. 42).

Exemplo disso, foi a criação, em 1960, da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, com o intuito de conter o avanço da esquerda católica e de

seus pleitos, entre eles a reforma agrária. Este movimento da esquerda católica no Brasil foi composto pela formação das denominadas comunidades de base, que eram agrupamentos coletivos de trabalhadores, operários, padres e feministas e teve grande repercussão, com a temática principal da reforma agrária realizada pela divisão das grandes propriedades em outras várias pequenas. Em contrapartida, teve-se a emergência de outro movimento que, por sua vez, era conservador e tradicionalista católico, o da “Tradição, Família e Propriedade”, que se opunha à reforma agrária e pedia por “Paz no Campo”, promovendo reuniões entre os agricultores para alertar o perigo da reforma agrária e das ideias socialistas no meio rural de modo a indicar que a economia liberal era baseada na lei natural e no direito de propriedade (Rocha, 2019).

Em síntese, o conservadorismo moderno pode ser considerado como próprio da classe burguesa, que se tornou a classe dominante após a derrubada do feudalismo. Consequentemente, o conservadorismo moderno teria como intuito a conservação do regime capitalista contra os movimentos e ataques do proletariado. Por fim, adota certo posicionamento progressista no que tange a acatar pequenas mudanças no interior da sociedade capitalista, sem abalar sua estrutura. Logo, este tipo de conservadorismo inicia o processo de conciliação entre os princípios do conservadorismo clássico e a tradição liberal, a fim de conservar a ordem capitalista.

2.4 O CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

Por seu turno, o conservadorismo contemporâneo foi identificado por Souza (2015) desde os anos de 1980 até a atualidade. De acordo com o estudioso, essa terceira forma de manifestação do conservadorismo se caracteriza por estar entre a proposta revolucionária e a reacionária, de modo a não consolidar e firmar uma identidade própria em termos políticos e teóricos, mas a oscilar o seu posicionamento conforme o seu opositor. Nesse sentido, o conservadorismo contemporâneo pode adotar práticas progressistas quando o seu oponente for reacionário, a fim de refrear mudanças que considera demasiadamente regressivas, a fim de conservar e alimentar o capitalismo.

Ademais, o conservadorismo contemporâneo adquire contornos particulares segundo a conjuntura social, econômica e política, como ocorreu, por exemplo, com a divisão social do trabalho e dos mercados, em âmbito internacional, sem abalar sua estrutura essencial. Em contexto nacional, diante do movimento imperialista e de globalização que forçou a

sociedade brasileira a se subordinar ao capital mundial monopolizado e ao processo de modernização, o conservadorismo contemporâneo se vinculou mais à perspectiva reacionária (Souza, 2015).

Essa recombinação incide sobre as grandes concepções orientadoras do ideário das classes dominantes no Brasil. É daí que extraem parte de suas ideias sobre o papel do Estado, das liberdades civis e políticas, dos mercados, dos grandes proprietários como sujeitos políticos, da família, da propriedade e assim por diante. As linhas de desenvolvimento dessa apropriação desdobram-se em muitas outras tendências intelectuais e forças políticas singulares, subdividida em frações e segmentos, mas unificada em projeto de sociedade (Souza, 2015, p. 8).

Nesse sentido, é possível dizer que os conservadores contemporâneos assumem um posicionamento menos reativo a modificações institucionais no cerne do capitalismo. Isso porque o conservadorismo contemporâneo busca no conservadorismo clássico elementos em Burke para conciliação com o capital e as ideias de Adam Smith, de modo a equivaler os atos econômicos próprios do capitalismo, como negociar e trocar, à natureza humana, sendo uma propensão natural do homem. Nessa lógica, o conservadorismo contemporâneo deve respeitar a natureza humana, isto é, acatar o desejo dos homens de se integrar a um regime em que “as escolhas naturais e livres dos indivíduos, e não a imposição autoritária de um padrão único de preferências ou comportamentos, que devem ser soberanas” (Coutinho, 2024, p. 86).

Portanto, o conservadorismo contemporâneo valoriza a sociedade comercial tendo em vista os motivos empíricos e intrínsecos, mas não por razões transcendentais como a idolatria ao lucro que, para Burke, leva a excessos viciosos. Assim sendo, é notável para os conservadores a efetividade funcional da sociedade comercial, em contraste com experiências desastrosas de outros tipos de modelos econômicos, pois ela tem a capacidade de criar e distribuir riqueza, além de proporcionar a liberdade das ambições humanas, daqueles que almejam melhorar as suas condições de vida (Coutinho, 2024).

Por conseguinte, conforme Gregg, é aceitável na sociedade comercial que os cidadãos “corram riscos prudentes” com o intuito de adotar certos comportamentos virtuosos para essa forma econômica (Coutinho, 2024, p. 91). Destarte, levando em consideração que na sociedade comercial existem atos viciosos ou não virtuosos, que se tem a necessidade das intervenções institucionais para conservar a estrutura social, de modo que o Estado seria a mais elementar instituição para uma performance exitosa da sociedade comercial. Neste ínterim, o Estado teria o papel de zelar pela harmonia e pela ordem, a fim de preservar a propriedade privada, o cumprimento dos contratos estabelecidos e a punição dos atos criminosos ou abusivos (Coutinho, 2024).

Desde então, na pauta teórica do conservadorismo, não são mais estranhas algumas concepções fundantes do liberalismo/liberismo. Entre outras, toma assento a ideia do capitalismo como universalização natural das relações de troca e intercâmbio, desdobramento do *homo economicus*. As ideias sobre as funções do Estado, dos mercados, do individualismo (autodeterminação pelo mercado), também deixaram de causar desconforto aos (“neo”) conservadores (Souza, 2015, p. 17-18).

Portanto, o conservadorismo contemporâneo se alia ao capital em defesa da sociedade comercial, de modo a postular as características dessa como próprias da natureza humana e a apoiar a expansão das liberdades de mercado, tais como: “desregulamentação, liberalização, privatizações e reformas tributária, fiscal, monetária, trabalhista, entre outros encaminhamentos político-institucionais” (Souza, 2015, p. 17).

É possível ilustrar uma expressão brasileira deste conservadorismo contemporâneo quando na conjuntura do processo de abertura democrática, em que a direita perde sua força política por causa de sua associação ao antigo regime ditatorial, de modo a buscar outras formas de participação política como, por exemplo, a partir da formação de Institutos Liberais que investiam na formação de intelectuais da direita. Assim sendo, no cenário político no período constituinte, havia dois polos políticos ideológicos, o “neoliberalizante”, que defendia a abertura econômica, a integração ao capital globalizado, a redução da atuação do Estado, a fim de estimular a entrada dos investimentos estrangeiros; e o polo “socializante”, que buscava dar segmento ao plano desenvolvimentista, no que diz respeito ao fortalecimento das empresas estatais e do capital nacional, além da adoção de reformas sociais como a redistribuição de renda e de propriedade. Neste contexto, o governo de Fernando Henrique Cardoso concretizou a manifestação desse conservadorismo contemporâneo que não assume uma identidade fixa, mas oscila seu posicionamento de modo a constituir-se como um meio termo entre os polos “neoliberalizante” e o “socializante”, pois reconheceu que alguns valores da esquerda seriam válidos na modernização da democracia social. Portanto, apesar de os protagonistas da direita reunidos nos Institutos Liberais terem considerado inicialmente Fernando Henrique Cardoso como um líder de esquerda, ao longo do seu governo notaram as medidas de privatização, desburocratização e desregulamentação, que eram apreciadas pela direita, de modo a não ter mais a necessidade de uma oposição forte da direita via Institutos Liberais (Rocha, 2019).

Outra evidência da alternância do conservadorismo contemporâneo ocorreu na eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para seu primeiro mandato, em 2002, momento em que a direita ainda fragilizada em certa medida apoia ou não faz oposição declarada a um candidato sindicalista de considerada esquerda política, visto que Lula foi eleito no seu primeiro mandato por votos advindos de diferentes classes sociais, uma vez que Lula prometeu manter

uma política econômica de mercado que era de interesse do empresariado brasileiro. O mesmo não aconteceu na segunda eleição de Lula, cuja vitória se deu por meio dos votos advindos da população mais empobrecida, já que a direita começava a se revigorar e a imagem de Lula foi sendo abalada pelos escândalos de corrupção relacionados ao partido político do presidente. Assim sendo, a direita conservadora, de apoiadora que era no primeiro mandato de Lula, no segundo se torna opositora, indicando outro candidato político conforme a sua conveniência (Rocha, 2019).

Cabe a ressalva de que a direita passou a reagir ao lulismo também em razão de estar amedrontada pelas políticas adotadas pelo governo em benefício da população empobrecida, tais como a transferência de renda, a inclusão financeira por meio do consumo, maior acesso ao ensino superior e novos direitos trabalhistas que diminuíram significativamente a desigualdade social e possibilitaram à classe baixa a oportunidade de conviver em espaços de consumo até então somente frequentados pela elite, como shoppings centers, aeroportos, instituições de ensino superior, provocando grande desconforto na classe dominante (Ercolano; Perez; Codo, 2021).

Por conseguinte, o ápice dessa direita se deu entre 2006 e 2010, que coincidiu também com o auge do lulismo, em que a direita, após ter fracassado na sua tentativa de promover o *impeachment* de Lula, optou por atuar em circuitos fechados e em fóruns digitais, a fim de evitar exposições, mas ainda conclamando direitistas, antipetistas e qualquer cidadão insatisfeito com o governo da época. Exemplo disso, foi o *blog* do jornalista e escritor Olavo de Carvalho, que propagava críticas ao marxismo e à considerada esquerda brasileira (Rocha, 2019).

Nessa época, a internet funcionou como um refúgio para anti-petistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se sentisse representado pela bonança lulista. Sentindo-se acuadas em públicos dominantes, tais pessoas descobriram nos meios digitais a possibilidade de encontrar outros com quem pudessem trocar ideias e se solidarizar por meio da interação em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut, fundada em 2004, a qual acabou por se tornar o espaço principal de formação dos contra-públicos digitais que dariam origem à nova direita brasileira (Rocha, 2019, p. 120).

Esta mobilização da direita via internet foi fundamental para a sua reestruturação. Ela lançou mão de uma linguagem popular e ácida com termos agressivos e até de baixo calão, para estabelecer maior proximidade com a população, cultivando e disseminando um discurso contra a tirania do estado e a esquerda nacional, bem como em favor do capitalismo de livre mercado, postulando que o liberalismo seria a melhor alternativa também para os pobres. Tendo

maior adesão popular, “os militantes pró-mercado passaram a organizar demonstrações públicas, como o ‘Dia da Liberdade de Impostos’, organizado por diversas organizações pró-mercado, no qual é vendida gasolina livre de impostos, a fazer atos para marcar os recordes do ‘Impostômetro’, entre outros” (Rocha, 2019, p. 155).

Ademais, também foram orquestradas manifestações públicas entre 2011 e 2012, contra a corrupção política evidenciada pelo esquema do “mensalão” e que se autodenominavam apartidárias, porém, que expressavam rejeição ao atual governo de Dilma Rousseff (filiada ao PT, sucessora e apoiada por Lula) e ao PT, o que indicava ser uma mobilização da direita. Tais investidas proporcionaram o estabelecimento de um “clima de descontentamento no ar”, especialmente no que tange ao tema da corrupção, viabilizando um terreno fértil para a emergência das manifestações de Junho de 2013, que inicialmente possuíam como pauta a revogação do incremento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo (de prefeito do PT – o Haddad), mas que em seguida foram acrescidas outras causas como a própria denúncia de corrupções e melhoria dos serviços públicos (Rocha, 2019, p. 158; Ercolano; Perez; Codo, 2021). Segundo Machado (2018), as mobilizações de Junho de 2013 possibilitaram a “liberação das forças fascistas e conservadoras da sociedade brasileira”.

De qualquer forma, as manifestações de Junho de 2013 deixaram claro para os membros dos contra-públicos relacionados à nova direita em formação que seria possível reunir um número grande de pessoas nas ruas para protestar por pautas que não fossem de esquerda, considerando a crescente ambiguidade ideológica dos manifestantes que passou a se manifestar à medida em que os protestos se alongavam no tempo. Além disso, é possível dizer que os protestos abriram uma oportunidade política para atuação de movimentos de direita na medida em que causaram um aumento importante da percepção da corrupção como principal problema do país, como apontou uma pesquisa realizada pelo Datafolha, além de uma queda abrupta da popularidade de Dilma Rousseff, que até então era bem avaliada por cerca de dois terços dos brasileiros, fatores que acabaram contribuindo de forma importante para desencadear a crise do lulismo (Rocha, 2019, p. 162).

Diante deste cenário, a direita brasileira possuía a convicção da vitória de um candidato da direita nas eleições presidenciais de 2014, sendo assim, a direita indicou Aécio Neves para concorrer com Dilma Rousseff. Contudo, a reeleição da presidenta foi consumada, para surpresa e indignação da direita, que tratou de inflamar a população com a suspeita de fraude eleitoral. Nesse sentido, logo após a vitória de Dilma, foram organizados protestos que convocavam a população a ir às ruas e que já pediam o *impeachment* da presidenta petista, tendo como resultado o início da Campanha Pró-*Impeachment* (Rocha, 2019).

No início do ano de 2015, diante da crise econômica que assolava o país, das investigações da Operação Lava Jato, que tornou a intensificar o debate acerca da corrupção, foram convocadas novas mobilizações promovidas em conjunto pelo Movimento Brasil Livre (MBL), pelo movimento “Vem pra Rua” pelos “Revoltados Online”, que teve ampla cobertura midiática (Rocha, 2019). Esta organização da direita, que contou com diversas estratégias políticas e mobilizações populares, resultou na aprovação do *impeachment*, isto é, foi efetivado o golpe em 2016 contra a presidenta eleita legitimamente, por meio de uma manobra parlamentar. Mais uma vez, a imprensa estava em peso transmitindo, na íntegra, a deliberação democrática que ela denominava como a apuração dos votos favoráveis ou desfavoráveis ao processo de *impeachment*. As manifestações dos votos favoráveis eram acompanhadas de frases caracteristicamente conservadoras, que enalteciam a pátria, a família, Deus e a moral, bem como rechaçavam a corrupção, a tirania da esquerda e o comunismo. O congresso, por sua vez, mais parecia um circo ou um estádio de futebol, com cartazes, bandeiras, confetes e outros adereços, além de gritos, comemorações ou vaias a cada voto, que abalavam a seriedade do assunto em pauta.

Por conseguinte, vexatoriamente, a presidenta foi destituída e o seu vice, Michel Temer, assumiu o poder em seu lugar. Este, por sua vez, adotou políticas de austeridade, como cortes de benefícios do governo para a população, de modo a desamparar socialmente os cidadãos. Ainda, a Operação Lava Jato em andamento dava sequência ao projeto conservador de derrotar a esquerda, com o fito de agravar a situação da gestão lulista, a ponto de conseguir encaminhar a prisão do ex-presidente Lula, a qual foi posteriormente reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal como ilegal e injusta. Assim, a estratégia conservadora estava no seu auge no que diz respeito a manchar a imagem pública e impedir a eleição presidencial de representantes da esquerda (Ercolano; Perez; Codo, 2021).

O próximo passo adotado pela direita conservadora foi indicar um candidato que, embora não fosse bem do seu meio, mas que seria de grande utilidade aos seus interesses, além de possuir enorme apelo popular. De forma semelhante ao que ocorreu na França do século XIX, que após um golpe de Estado, a burguesia francesa indicou e elegeu Luís Bonaparte como uma figura heroica a salvar o país, a direita conservadora brasileira elegeu Bolsonaro como herói a combater o inimigo comum (a corrupção, o petismo, a esquerda e o comunismo) e a zelar pela nação. Bolsonaro, também analogamente a Bonaparte, intensificou os seus discursos moralistas e conservadores em prol da propriedade, da ordem social, da religião e da família. Além disso, Bolsonaro era conhecido em sua longa carreira política por suas falas

preconceituosas, pela sua linguagem simplória e seu temperamento enérgico, que despertaram significativa identificação popular (Perez; Ercolano, 2023).

Consequentemente, Bolsonaro conquistou seu eleitorado por meio de uma proposta conservadora que tinha como finalidade recuperar o país do mal da esquerda e de sua corrupção, com a utilização de severas políticas punitivistas, de valores morais e da tradição religiosa. Ademais, ele garantiu à população autoridade política, firmeza, ordem e disciplina neste momento de crise nacional das quais ele já possuía experiência e traquejo em razão da sua vivência como militar (Ercolano; Perez; Codo, 2021). Portanto, Bolsonaro fez jus aos fundamentos do conservadorismo clássico com retoques contemporâneos, no intuito de retomar as tradições morais e religiosas, preservar o regime social vigente, bem como reprimir e criminalizar trabalhadores, pobres e militantes sociais com o objetivo de perenizar a concentração de riquezas.

As eleições levaram assim à presidência da República um “falso Bonaparte”, ou seja, um político profissional de extrema-direita, habituado a arrebatar sua clientela eleitoral entre os nostálgicos da ditadura militar. Seu governo, desprovido de consciência jurídica e incompatível com a Constituição, é dirigido por reacionários radicais coordenados pelos filhos do presidente. Embora tenha passado seu primeiro ano escondendo-se por trás de uma agenda reformista, Bolsonaro não desejava reformar o regime, mas explorar o sentimento antissistema para destruí-lo. Para tanto, seus radicais promovem uma “guerra cultural” amparada em diversas técnicas do populismo reacionário contemporâneo, entre as quais uma propaganda clandestina voltada para a permanente intimidação dos críticos e contra o livre funcionamento das instituições (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 68).

Uma vez eleito, no ano de 2018, Bolsonaro, além da sua face conservadora, mostrou também seus traços fascistas por meio da radicalização da acumulação de capital pela elite e pela intensificação da exploração de trabalhadores. Outra expressão fascista da gestão bolsonarista se deu pela negligência sanitária durante a pandemia de Covid-19, em que ficou nítida a necropolítica adotada para extermínio de pobres (Ercolano; Perez; Codo, 2021). Conforme Konder (1977/2009), o fascismo seria próprio da direita, logo, seria um tipo de movimento conservador.

Cabe observar que o conservadorismo contemporâneo teve uma vertente mais compassiva durante certo período, em que a direita estava fragilizada, como nos exemplos dados no governo do FHC e quando a direita apoiou o primeiro mandato de Lula, bem como no segundo passou a fazer oposição a ele, mas ainda de forma mais comedida, porém, mostrou outra versão mais reativa e radical, na ascensão de Bolsonaro, com políticas econômicas mais severas, desmantelamento de políticas públicas e retrocesso de direitos. Assim sendo, o governo

Bolsonaro, de acordo com Lynch e Cassimiro (2022, p. 75), foi constituído por um “núcleo de radicais reacionários”, inexperiente política e administrativamente, que além de não cumprir o prometido em eleição, de salvar o país, ainda atuou para intensificar o caos, a polaridade e a guerra civil.

Em suma, essa breve narrativa sobre a política brasileira dos últimos anos teve como intuito evidenciar a variância do posicionamento conservador contemporâneo conforme o interesse da manutenção do capital. Assim sendo, o conservadorismo contemporâneo ora se alia ou simplesmente não reage a práticas progressistas ou de considerada esquerda, ora combate austeramente e refreia mudanças que venham ameaçar a ordem capitalista e os privilégios da classe dominante.

3 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Este capítulo foi dedicado à apresentação de conceitos e ideias fundamentais do Materialismo Histórico Dialético que embasaram teórica e metodologicamente esta investigação, embora, em alguma medida, certas definições já tenham sido anteriormente abordadas. Isso porque pareceu pertinente reunir as referências dessa abordagem teórica em relação a três dimensões fundamentais desta tese: a significância do ser mulher na sociedade capitalista burguesa, o método investigativo e os conceitos centrais que sustentaram o entendimento do fenômeno estudado.

Isto posto, o presente capítulo está estruturado em três seções: a primeira – *Leituras de Marx e Engels sobre a mulher* – aborda como os originais contribuem para a apreensão da condição da mulher na sociedade de classes; a segunda – *A dialética materialista e a unidade mínima de análise* – apresenta a estratégia metodológica adotada por esta investigação; e a terceira – *As categorias teóricas* – elucida os conceitos do Materialismo Histórico Dialético que comparecem no fenômeno focalizado.

3.1 LEITURAS DE MARX E ENGELS SOBRE A MULHER

A vivência da mulher na sociedade capitalista burguesa também foi abordada em alguma medida pela perspectiva do Materialismo Histórico Dialético. Na obra de Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884, é possível encontrar uma leitura acerca do desenvolvimento das formas de família, de propriedade e de Estado. Esta obra se destaca por apresentar uma interface entre o materialismo histórico e a antropologia, a partir das contribuições de Lewis Morgan. Um dos importantes postulados de Morgan que Engels se apropria para seu referido manuscrito é aquele relativo às fases históricas da humanidade em que o primeiro categoriza em três estágios das sociedades humanas, sendo eles: a selvageria, a barbárie e a civilização de acordo com o potencial produtivo, com as formas histórico-culturais de conjunto familiar humano e com as manifestações de propriedade privada e de Estado.

Essas fases evolutivas das sociedades humanas, selvageria, barbárie e civilização, representam, respectivamente, as configurações sociais de caçadores coletores, ou seja, período que prevalece a apropriação direta dos elementos naturais, posteriormente, de agricultores e domesticadores de animais, em que ocorria o emprego do trabalho humano para incrementar os

produtos da natureza e, por último, de povos urbanos e artesãos, estágio de desenvolvimento industrial e das artes (Engels, 1884/1984).

Para Engels (1884/1984), paralelamente a essa evolução da humanidade se deu o desenvolvimento da família.

“A família”, diz Morgan, “é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos, só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente.” Karl Marx acrescenta: “O mesmo acontece, em geral, com os sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos.” (Engels, 1884/1984, p. 30).

Nesse sentido, o teórico materialista afirmou existirem diversos tipos de família que estão em conflito direto com aqueles específicos considerados válidos. A apreciação tradicional reconhece somente a monogamia, em face da poligamia de um homem e porventura da poliandria de uma mulher, de modo a ocultar as práticas transgressoras desse regime social da monogamia. Todavia, Morgan em seus estudos antropológicos, demonstrou que em períodos primitivos predominava a promiscuidade sexual, sendo a mulher pertencente a todos os homens e vice-versa, mas esse fato é negado com a alegação de não haver provas diretas sobre o assunto, sendo uma forma de preservar a humanidade de tal desonra e rebaixamento ao nível de espécies inferiores (Engels, 1884/1984).

Essas relações sexuais sem impedimentos eram viabilizadas pela ausência de interdições sociais em voga. Ainda, de acordo com Morgan, a promiscuidade sexual primitiva deu origem a quatro tipos de famílias, sendo elas: consanguínea, punaluana, sindiásmica e monogâmica. A primeira fase familiar, a consanguínea, era determinada pela formação de grupos conjugais por gerações, com o propósito de os descendentes casarem-se entre si, assim sendo, há o matrimônio entre irmãos e entre primos, logo, foram excluídas as relações sexuais recíprocas entre pais e filhos neste formato inicial. Já a família punaluana, era caracterizada não apenas pela supressão das relações sexuais entre pais e filhos, mas também entre irmãos, mudança que foi bastante significativa, e ocorreu paulatinamente. Inicialmente, a proibição valia apenas para irmãos maternos e, com o passar do tempo, estendeu-se até primos. Essas duas primeiras formas de família, a consanguínea e a punaluana, correspondiam ao matrimônio por grupos e pertenciam ao estágio de selvageria na evolução humana.

Uma vez proibidas as relações sexuais entre todos os irmãos e irmãs – inclusive os colaterais mais distantes por linha materna –, o grupo de que falamos se transforma numa gens, isto é, constitui-se num círculo fechado de parentes consanguíneos por linha

feminina, que não se podem casar uns com os outros; e, a partir de então, este círculo se consolida cada vez mais por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, que o distingue das outras gens da mesma tribo (Engels, 1884/1984, p. 44).

Por sua vez, a família sindiásmica representava aquela formada pela relação conjugal entre homem e mulher, em que era severamente exigida a fidelidade da mulher, sendo o adultério por parte dela duramente castigado. Em contrapartida, o mesmo comportamento não era cobrado do homem, de modo que era aceitável ele praticar a poligamia e a infidelidade esporadicamente, ainda que a poligamia seja menos frequente, por questões econômicas. Ademais, o vínculo matrimonial era mais frágil, pois facilmente era dissolvido por qualquer uma das partes, porém, os filhos ficavam sob responsabilidade exclusiva da mãe. Essa configuração familiar estava circunscrita ao período da barbárie (Engels, 1884/1984).

Isto posto, foi possível observar que o desenvolvimento histórico da organização familiar foi marcado pela diminuição contínua do círculo, que possui como elemento basilar a relação conjugal entre os sexos. A supressão gradativa das relações sexuais entre parentes, dos mais próximos até os mais distantes, inviabilizou qualquer prática de matrimônio por grupos, de modo a tornar mais vulnerável o vínculo do casal. Para o autor, isso provava que a monogamia não estava relacionada com o amor sexual individual (Engels, 1884/1984).

Por outro lado, cabe a ressalva de que o desenvolvimento da família sindiásmica não extinguiu totalmente o lar comunista, que era comum na época anterior. Este último consistia no domínio da mulher na casa, no apreço à figura feminina e materna, uma vez que não era possível ter a convicção da filiação paternal. Portanto, as mulheres não eram somente livres, como também comandavam a casa.

Quanto mais as antigas relações sexuais perdiam seu caráter inocente primitivo e selvático, por força do desenvolvimento das condições econômicas e, paralelamente, por força da decomposição do antigo comunismo, e da densidade cada vez maior da população, tanto mais envilecedoras e opressivas devem ter parecido essas relações para as mulheres, que com maior força deviam ansiar pelo direito à castidade, como libertação, pelo direito ao matrimônio, temporário ou definitivo, com um só homem (Engels, 1884/1984, p. 56).

Em suma, a família sindiásmica já havia reduzido o grupo familiar à sua célula nuclear – a um homem e uma mulher em união conjugal –, de modo que se tinha alcançado a última instância, a unidade final, esgotando as possibilidades de restrição familiar. Por conseguinte, não se teria outra organização familiar para além desta, se não tivessem surgido novos condicionantes de ordem social.

A domesticação e criação de animais possibilitou a produção e o acúmulo de outros tipos de riqueza, bem como o estabelecimento de novas relações sociais. Os rebanhos, desde os tempos mais remotos da história, já eram considerados propriedade privada dos chefes de família, assim como os produtos artísticos, utensílios variados e até mesmo os escravos. Destarte, na mesma medida em que as riquezas aumentavam, o prestígio do homem na família também crescia, permitindo que ele modificasse a sequência da herança estipulada.

“Casuística inata nos homens a de mudar as coisas mudando-lhes os nomes! E achar saídas para romper com a tradição sem sair dela, sempre que um interesse direto dá impulso suficiente para isso” (Marx). Resultou daí uma espantosa confusão que só podia ser remediada – e parcialmente o foi – com a passagem ao patriarcado. “Esta parece ser a transição mais natural” (Marx) (Engels, 1884/1984, p. 60).

Por conseguinte, com a maior influência masculina, foi destituído da mulher o seu poder familiar e seu direito materno. Para Engels (1884/1984), a grande derrocada histórica feminina foi decorrente da emergência da propriedade privada, em que o homem passou a se apoderar também do domínio do lar, e a mulher, por sua vez, foi rebaixada à servidora, submetida à realização dos desejos do homem bem como limitada à mera função reprodutiva.

Ainda, a exclusividade masculina no poderio resultou num tipo intermediário de família patriarcal, definida pela submissão de seus membros à autoridade paterna, sendo a família romana a melhor representação dessa forma familiar, pois a designação romana de família correspondia ao grupo de “escravos pertencentes a um mesmo homem”. Sendo assim, a conotação romana de família indicava uma organização social regida pelas relações de posse, em que o chefe, figura masculina, exercia seu poder sobre a mulher, os filhos e escravos (Engels, 1884/1984, p. 61).

Entretanto, mais antiga seria a expressão de estrutura familiar concernente às tribos latinas, que teve origem na agricultura e na escravidão legal. Segundo Marx, a família moderna, por seu turno, conteria não somente a escravidão, mas também a servidão, já que está vinculada às atividades da agricultura. E, acrescentou, a família moderna, circunscreve, em menor proporção, todos os antagonismos que se criam, posteriormente, na sociedade e no Estado (Engels, 1884/1984).

Esta configuração familiar marcou a transição do casamento sindiásmico à monogamia, com o intuito de garantir a fidelidade feminina e a paternidade dos filhos, de modo que a mulher passa a ser submetida ao poder do homem. Isto posto, o quarto modelo familiar, a monogamia, seria caracterizada pela supremacia do homem com finalidade máxima da procriação de filhos legítimos, de paternidade inquestionável, uma vez que esses teriam o papel

de herdeiros diretos, sucessores das posses dos bens paternos. A predominância da família monogâmica representaria um dos sinais da civilização. Logo, os laços conjugais eram mais fortalecidos e somente o homem poderia rompê-los. A monogamia, por sua vez, também era parcial, pois o homem ainda poderia praticar a infidelidade matrimonial, ao passo que a mulher, se tentasse burlar a monogamia era severamente punida (Engels, 1884/1984).

A família monogâmica foi identificava originariamente na história entre a população mais culta e desenvolvida da antiguidade. Cabe ressaltar que ela não foi decorrente do amor sexual individual, mas dos casamentos realizados por conveniência, isto é, baseado nas relações econômicas, no domínio da propriedade privada. Nesse sentido, era expresso abertamente pelos gregos que as únicas razões da monogamia eram preservar o poder masculino e garantir a sua sucessão via herdeiros legítimos. Para além disso, o casamento representava uma obrigação, um dever com os deuses e uma carga com mínimas funções conjugais (Engels, 1884/1984).

Portanto, a monogamia não simboliza historicamente uma relação natural e/ou sentimentalista, ou ainda uma reconciliação entre homem e mulher, muito menos uma forma mais desenvolvida de matrimônio. De modo oposto, a monogamia aparece como uma espécie de “escravização de um sexo pelo outro”. Marx corroborou com tal afirmação ao dizer que “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Engels ainda acrescentou que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 1884/1984, p. 70-71).

De acordo com Engels (1884/1984), ao mesmo passo que a monogamia representou um grande progresso histórico, também marcou o início de retrocessos relativos, uma vez que estava aliada à escravidão e à propriedade privada. Assim sendo, nesta lógica, o avanço e as melhorias no estilo de vida de alguns poucos eram viabilizados por meio da opressão e do padecimento de outros muitos, como também registrado em Marx e Engels (1848/1960). Destarte, a família monogâmica constituiu-se unidade celular de sociedade civilizada, pois acentuou os antagonismos e as desigualdades sociais que têm maior magnitude nessa sociedade. Isto corrobora os estudos sobre conservadorismo de Netto (2013), que indicam a família como mantenedora dos privilégios de determinada classe social e como reprodutora da ordem social.

Neste contexto, conforme Engels (1884/1984), o amor sexual era possível somente entre a classe oprimida, ou seja, entre o proletariado, tendo em vista que não existiriam bens a serem conservados ou transmitidos por herança e, por essa razão, não havia sentido na

supremacia masculina, em razão da pobreza do operário, que lhe inviabiliza qualquer poder diante da mulher. Quando, então, a mão de obra feminina é absorvida pela grande indústria, não sobra espaço para o domínio masculino. Assim sendo, também eram extinguidos, na condição operária, os elementos básicos da monogamia tradicional.

Assim, pois, a família do proletário já não é monogâmica no sentido estrito da palavra, nem mesmo com o amor mais apaixonado e a fidelidade mais absoluta dos cônjuges, e apesar de todas as bênçãos espirituais e temporais possíveis. Por isso, o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem se separar quando já não se podem entender um com o outro. Resumindo: o matrimônio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum em seu sentido histórico (Engels, 1884/1984, p. 78).

Além disso, é importante salientar que, gradativamente, os sistemas legislativos das civilizações modernas foram reconhecendo que o casamento genuíno só poderia ser firmado mediante contrato livre por ambos os envolvidos e garantindo os mesmos direitos e deveres às duas partes. Se tais premissas fossem de fato colocadas em prática, as mulheres conseguiriam tudo aquilo que desejassem, porém, elas apenas tinham efeito jurídico semelhante ao contrato de trabalho que os burgueses estabeleciam com os proletários. Nesse sentido, nos dois casos, matrimônio e trabalho, “a lei estabelece no papel a igualdade de ambas as partes”, contudo, “A força que a diferença de situação de classe dá a uma das partes, a pressão que esta força exerce sobre a outra, a situação econômica real de ambas; tudo isso não interessa à lei” (Engels, 1884/1984, p. 79).

A família patriarcal e a família monogâmica transformaram o antigo lar comunista em setor privado, em que o governo do lar não era mais social, mas particular, sendo a mulher a sua serva, sem poder se apropriar dos produtos sociais. Foi somente com o advento da grande indústria que a mulher teve novamente a possibilidade de participar da produção social, no entanto, ela ficava no dilema da impossível conciliação entre obrigações domésticas e profissionais. Nesse ínterim, Engels (1884/1984, p. 80) concluiu que “A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”, e, ainda complementou que “Na família, o homem é o burguês, e a mulher representa o proletário”. Isso corresponde ao que postulou o feminismo materialista, ao afirmar que quanto mais desenvolvido é o sistema produtivo das sociedades competitivas, maior o aprimoramento das técnicas de apartamento de grande parcela da população feminina do formato social de classes.

Esse cenário opressivo à mulher e ao proletariado não é superado pelo regime republicano democrático. A libertação feminina requer, em primeira instância, a reabsorção da mão de obra feminina à indústria social, exigindo, por sua vez, a extinção da família como célula econômica da sociedade. Já o matrimônio, somente seria estabelecido com total liberdade por ambas as partes, quando fosse eliminada a produção capitalista e as circunstâncias de propriedade dela advindas, ainda, não houvesse mais influências econômicas nas escolhas conjugais. Assim, então, o casamento teria como razão exclusiva de se realizar o afeto recíproco (Engels, 1884/1984).

O referido regime republicano democrático, por outro lado, também foi indicado por Engels (1884/1984) como a forma de Estado mais elevada, e onde seria possível estabelecer a luta definitiva entre proletariado e burguesia. Ademais, assim como a família e as classes sociais, o Estado possui variações em sua forma, não sendo de caráter perene. Cabe destacar que o autor tratou sobre o surgimento do Estado nas diferentes sociedades e períodos históricos, sendo ele definido por um “poder público especial, distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem” e desenvolvido de forma progressiva a partir de constituições primitivas como aldeias e feudos até chegar nas cidades (Engels, 1884/1984, p. 105). Isso equivale a dizer que as sociedades nem sempre foram constituídas por classes em que havia desiguais condições socioeconômicas entre elas, muito menos pela existência da propriedade privada e pela centralidade do dinheiro.

Além disso, Engels (1884/1984) descreveu algumas características do Estado como: uma população reunida em determinada porção territorial; a instituição de uma força pública; a cobrança de impostos como meio de sustentar a força pública.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses; e o moderno Estado representativo é o instrumento que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (Engels, 1884/1984, p. 193-194).

É importante salientar que tal estruturação da sociedade em classes e esse antagonismo entre elas passou a existir a partir da emergência da propriedade privada, quando os que produziam não eram mais donos dos seus produtos, e esses foram transformados em mercadorias. Assim sendo, os produtores não podiam mais consumir e fazer uso dos seus produtos, de modo a tornarem-se reféns deles, já que os produtos eram utilizados para explorar

e oprimir os produtores. Isso coincide com a concepção de Marx (1844/2004, p. 80, grifos do autor) sobre “*perda do objeto e servidão ao objeto*” pelo trabalhador, que passou a ser desefetivado nessa lógica econômica capitalista e, ainda, com sua discussão a respeito da “*exteriorização do trabalhador em seu produto*”, no que tange ao trabalho se transformar em objeto externalizado, livre e independente do trabalhador, bem como alheado a ele.

Uma vez que os produtos eram apartados dos seus produtores e tornados mercadorias, surgiu a necessidade de se criar uma mercadoria universal para troca entre os cidadãos, sendo ela o dinheiro, em que todos os produtos sociais poderiam ser convertidos em dinheiro. Por conseguinte, o dinheiro adquiriu “uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira” (Engels, 1884/1984, p. 125).

Nesse sentido, as terras não eram mais passadas de geração em geração na mesma família, como nos tempos da barbárie, mas podiam ser vendidas e compradas como mercadoria, também por qualquer pessoa que tivesse dinheiro para oferecer em troca. Além disso, o avanço da indústria e do comércio acentuaram ainda mais a divisão do trabalho, de modo que a segregação social passou a se dar pela ocupação, formando grupos conforme os interesses em comum (Engels, 1884/1984).

Ainda, segundo o autor, todas as revoluções eram firmadas em oposição a um formato de propriedade e em defesa de outro, como aconteceu na Revolução Francesa, quando se teve a derrocada da propriedade feudal em detrimento da propriedade burguesa. Portanto, a propriedade privada emergiu como um novo elemento na constituição social, transformando-se num condicionante na determinação de direitos e deveres dos cidadãos. Neste processo histórico, as classes mais favorecidas ampliavam sua influência conforme o total de terras que possuíam e os antigos agrupamentos consanguíneos iam sendo extinguidos. O Estado, por sua vez, nesse período, se manifestava a partir da sua característica essencial, que era a força pública apartada da massa populacional, tendo por função manter a ordem civil e a obediência dos escravos, logo, a força pública se resumia somente à forma de polícia, como guardas da propriedade privada (Engels, 1884/1984).

O rápido desenvolvimento da riqueza, do comércio e da indústria prova como o Estado era adequado à nova condição social dos atenienses. O antagonismo de classe, no qual se fundamentavam agora as instituições sociais e políticas, não era mais o que existira entre os nobres e o povo, e sim o antagonismo entre escravos e homens livres, entre clientes e cidadãos. [...] Mas, com o progresso do comércio e da indústria, vieram o acúmulo e a concentração das riquezas em poucas mãos, e com isso o empobrecimento da massa dos cidadãos livres, aos quais só ficava o recurso de escolher entre: competir com o trabalho dos escravos, fazendo trabalho manual (o que era considerado desonroso, baixo, e era pouco proveitoso), ou converter-se em mendigos. Este último caminho foi escolhido (Engels, 1884/1984, p. 132).

Este empobrecimento da população advindo da criação da propriedade privada também foi anteriormente retratado por Marx (1842/2017a), ao indicar a limitação da liberdade dos considerados “despossuídos”, com o advento da propriedade privada e a ampliação dos direitos dos ditos proprietários, por via de regra, esses últimos pertencentes à classe mais abastada. Além disso, Marx (1842/2017a) também já havia indicado que tanto a lei, o sistema jurídico, quanto o Estado estavam em função de proteger a propriedade privada, logo, de zelar pelos interesses da classe dominante.

Especificamente, sobre a divisão social do trabalho, Engels (1884/1984) identificou três ao longo da história. Antes dessa divisão, na fase inferior da barbárie, não havia dominação e nem servidão; a divisão do trabalho era totalmente espontânea, feita entre os sexos, em que o homem ficava responsável por caçar, pescar e levar matérias-primas para alimentação e conservação, já a mulher assumia o cuidado da casa, o preparo dos alimentos e a confecção de roupas. Nessa conjuntura inferior de barbárie, a economia doméstica era comunista, sendo cada um proprietário dos instrumentos que usa e fabrica, e o restante era propriedade comum. Para Engels (1884/1984, p. 179): “É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar ‘a propriedade fruto do trabalho pessoal’”, pois isso seria atribuído à sociedade moderna civilizada, mas na verdade seria somente um pretexto jurídico não condizente com a realidade.

Posteriormente, a primeira divisão social do trabalho ocorreu por meio da escravidão, no período médio da barbárie, quando a força de trabalho humano, tanto na agricultura, na criação de bovinos quanto nos serviços manuais e domésticos, teve a capacidade de produzir para além da simples manutenção própria. Foram feitos de escravos os prisioneiros de guerra advindos de outras comunidades e, assim, a sociedade ficou dividida entre senhores e escravos. Em suma, a primeira divisão social do trabalho se deu a partir da domesticação e criação do gado, de modo que o rebanho deixou de ser algo comum da tribo e passou a ser propriedade restrita de um chefe de família, sendo a produção com excedente.

Com essa primeira divisão social do trabalho em que o chefe de família, o homem se tornou dono do gado e começou a produzir para além da subsistência, as relações domésticas foram transformadas e, se antes a mulher possuía uma supremacia no lar em razão de trabalhos domésticos serem responsabilidade dela, isso já havia perdido a importância, pois o centro passou a ser o trabalho produtivo do homem, logo, ele que assumiu a autoridade maior também no âmbito doméstico, de modo que os afazeres domésticos, o trabalho da mulher, se tornou supérfluo. Portanto, a mulher foi subalternizada a partir da criação da propriedade privada, que fez do trabalho doméstico irrelevante (Engels, 1884/1984).

De acordo com Engels (1884/1984), a segunda divisão social do trabalho se deu na fase superior da barbárie pela separação entre o artesanato e a agricultura de modo que a força de trabalho masculina teve seu valor ampliado em virtude da crescente produção e consequente produtividade, sendo a escravidão o fundamento principal desse regime social. Ademais, com a dissociação entre artesanato e agricultura surgiu a produção específica para troca bem como o comércio mediante os metais preciosos como moeda de troca.

A diferença entre ricos e pobres veio somar-se à diferença entre homens livres e escravos; a nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes. A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades. A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, a princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade (Engels, 1884/1984, p. 184).

Por último, a terceira divisão social do trabalho ocorreu nos primórdios da civilização e foi marcada pela criação de uma nova classe: os comerciantes, os quais não se ocupavam da produção, mas da troca dos produtos. Além disso, a civilização robusteceu e intensificou as demais divisões de trabalho já existentes, exacerbando ainda mais as divergências entre o campo e a cidade. Com a figura do comerciante se evidenciou a centralidade e a idolatria ao dinheiro, de modo que todos os cidadãos deveriam se voltar ao dinheiro. Ainda, a ampliação do comércio acarretou a valorização do dinheiro, da troca, da usura e da propriedade, que resultou na concentração das riquezas nas mãos de poucos, seguido do empobrecimento das massas populacionais (Engels, 1884/1984).

Arelado a essa divisão do trabalho, o desenvolvimento do sistema produtivo transformou todos os produtos sociais em mercadoria, com um valor correspondente ao dinheiro, que é a troca universal. Conforme Engels (1884/1984), até mesmo o homem foi transformado em mercadoria, sendo sua força de trabalho um objeto de troca e consumo, de ativo foi tornado passivo, sem vontade própria e sem poder de decisão. Essa assertiva engelsiana tem equivalência no que Marx (1844/2004) postula como terceira dimensão do trabalho estranhado, em que o trabalhador estranha sua própria natureza, a qual é ativa e detentora da sua atividade vital. Assim, o homem nesse sistema produtivo capitalista, é submetido ao trabalho estranhado por meio do qual se utiliza de sua atividade vital somente “como um meio para manutenção da própria existência, logo, a atividade vital caracteristicamente humana justamente pelo uso da consciência e da vontade, passaria a ser subjugada ao condicionamento da pura satisfação das necessidades elementares” (Ercolano, 2019, p. 55).

Cabe o adendo de que, além dessa instância, o trabalho estranhado, conforme Marx (1844/2004), ainda possui outras três, completando ao total quatro dimensões. A primeira já foi abordada anteriormente, sendo a perda e servidão ao objeto, em que o trabalhador não é mais detentor da sua matéria-prima e nem do produto de seu trabalho. A segunda dimensão seria a exteriorização do trabalhador, pois uma parte sua, de seu trabalho, passa a existir fora e independente dele, na forma de produto. Por último, a quarta seria o estranhamento do trabalhador de si mesmo, não se reconhece mais, pois nem ele pertence a si. Segundo Ercolano (2019, p. 56):

Em suma, a “exteriorização” do trabalho manifestaria o seu estranhamento em quatro dimensões: 1- na relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, em que ele perde e fica subordinado ao objeto; 2- na relação com a própria atividade, em que o homem deixa de ser ativo e voluntário; 3- na relação enquanto ser genérico do homem, de modo a fazer da sua atividade vital humana apenas um meio para satisfação da existência e não mais da essência; e 4- na relação consigo mesmo, em que se vê desapropriado de si e não se reconhece mais.

Nesse ínterim, Engels (1884/1984) concluiu que o regime bárbaro baseado na economia doméstica comunista foi desmantelado pela divisão social do trabalho, que teve como efeito a segregação da sociedade em classes e foi sucedido pelo Estado. Vale destacar que o entendimento engelsiano de Estado não correspondia a uma entidade externa à sociedade, que se impõe, porém, tratou-o como um produto social, ou seja, que emerge da sociedade quando esta atingiu determinado desenvolvimento, em que ela se encontra numa indissolúvel contradição advinda da sua divisão em classes antagônicas e inconciliáveis. Assim sendo, justamente para que essa sociedade não se autodestrua a partir dos ataques de uma classe a outra, em vista dos seus divergentes e incompatíveis interesses econômicos, foi preciso colocar um poder, o Estado, que supostamente estaria distinto deste conjunto de cidadãos, a fim de amenizar os conflitos sociais nos limites mínimos da “ordem”.

A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada (Engels, 1884/1984, p. 198-199).

Em suma, Engels (1884/1984) constatou que a sociedade, desde que se fundamentou na exploração de uma classe sobre a outra, todo o seu desenvolvimento se realiza numa permanente contradição. Isso significa que cada avanço no âmbito produtivo representa

simultaneamente um declínio da circunstância da classe oprimida, que é a maior parte da população. Do mesmo modo, o que é benefício para uns corresponde obrigatoriamente prejuízo para outros, isto é, a emancipação de uma classe acarreta a opressão de outra.

3.2 A DIALÉTICA MATERIALISTA E A UNIDADE MÍNIMA DE ANÁLISE

Esta seção se concentrou na demonstração dos aportes metodológicos empregados nesta investigação no que tange aos seus pressupostos teóricos e ao instrumental técnico utilizados para as fases interventivas, bem como de coleta, sistematização e decifração dos dados. Nesse sentido, esta pesquisa de doutorado se dedicou a focalizar para compreender a vivência de mulheres trabalhadoras no cerne da sociedade capitalista burguesa, de modo a (re)conhecer os seus aspectos e movimentos constitutivos, por meio da abordagem metodológica dialética materialista.

Este trabalho tem como pressuposto tanto a aproximação do fenômeno de estudo quanto a construção de conhecimento da dialética materialista marxiana, uma vez que se trata de um potente método de exame da realidade e de duplicação na ordem do pensamento (Kopnin, 1969/1978). Além disso, a dialética seria, sobretudo, um meio de compreensão do movimento e da transformação do mundo e dos seres vivos (Gadotti, 1995). Nesse sentido, a dialética concede ênfase especial à dinamicidade dos fenômenos e dos próprios conhecimentos, a fim de compreendê-los também em processo histórico. Portanto, a proeminência da dialética reside justamente em sua capacidade de vincular a assertividade das teorias e dos conceitos científicos com a sua fluidez e mutação (Kopnin, 1969/1978).

Consequentemente, para Kopnin, o avanço dos saberes humanos ocorreria a partir das premissas de que os conceitos devem ter origem na apreensão do mundo concreto pelo pensamento; os resultados mais recentes ou as inovações teóricas são decorrentes do movimento dos conceitos anteriores que se confirmam e se contradizem, sem jamais desconsiderar a integração entre sujeito e objeto; os saberes estão inseridos em um processo sócio-histórico de desenvolvimento científico que percorre do mais simples ao mais complexo e preciso (Perez; Ercolano; Rocha, 2017).

Outra importante contribuição desse autor, citando Lênin, que norteia a presente investigação, diz respeito aos quatro requisitos fundamentais da lógica dialética na apreensão de um objeto:

“Para conhecer realmente o objeto, é preciso abrangê-lo, estudar todos os seus aspectos, todas as relações e ‘mediações’. Nunca conseguiremos isto plenamente, mas a exigência de multilateralidade nos prevenirá contra erros e necrose. Isto, em

primeiro lugar. Em segundo, a lógica dialética exige que se tome o objeto em seu desenvolvimento, ‘automovimento’ (como Hegel às vezes dizia), em mudança... Em terceiro lugar, toda a prática humana deve incorporar-se à plena ‘definição’ do objeto quer como critério da verdade, quer como determinante prático da relação entre o objeto e aquilo de que o homem necessita. Em quarto lugar, a lógica dialética ensina que ‘não há verdade abstrata, que a verdade é sempre concreta’...” (Kopnin, 1969/1978, p. 82).

De acordo com Konder (1998/2014), a dialética marxista considera o conhecimento como totalizante e a ação humana como um processo de totalização, ou seja, qualquer fenômeno ou objeto que o sujeito se dispõe a apreender ou criar é parte de um todo. Consequentemente, em cada atividade humana desenvolvida, o homem se depara com problemas inter-relacionados, de modo que, para resolvê-los, é necessária a compreensão do conjunto deles, a fim de examinar a proporção dos componentes no todo complexo. Todavia, é importante fazer a ressalva de que a abordagem de tal conjunto é sempre provisória e jamais pode tentar esgotar a realidade observada, pois esta é de tal riqueza que sempre escapa às nossas limitadas sínteses. No entanto, as sínteses são indispensáveis para o entendimento da realidade e da sua estrutura significativa, contemplando a denominada totalidade, que é mais do que a soma das partes, sendo a integração dos seus elementos constituintes. Em suma, a realidade concreta representada no objeto ou no fenômeno examinado é a síntese de inúmeras determinações, sendo unidade da diversidade.

“A dialética” – observa Carlos Nelson Coutinho – “não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: o que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político) como a união entre elas (o que leva a arte e a política a se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade)” (Konder, 1998/2014, p. 44).

Neste ínterim, cabe elucidar que os resultados advindos do presente estudo não possuem a pretensão de esgotar o fenômeno contemplado, mas de compreendê-lo em uma condicionalidade histórica, em um ou em alguns estágios do seu automovimento, de modo a contemplar as suas inter-relações, determinações e mediações bem como integrações com a pesquisadora. Em suma, é imprescindível reconhecer e destacar os limites desse fazer científico diante da complexidade e da multiplicidade do seu objeto.

Ademais, outro realce na metodologia filosófica marxista é a unidade entre teoria e prática, a qual viria conduzir a abordagem do objeto e fundamentar com veracidade o conhecimento obtido, uma vez que os saberes humanos não devem ser construídos originariamente e apenas pela pura idealização, mas a partir do mundo objetivo, para

posteriormente serem reproduzidos no plano ideal por meio da práxis. Assim sendo, a dialética toma por princípio, no pensamento científico, a unidade entre o abstrato e o concreto, de modo que “o lógico (movimento do pensamento) é o reflexo do histórico (movimento dos fenômenos da realidade objetiva)” (Kopnin, 1969/1978, p. 84).

Justamente por essa vinculação com a realidade concreta e objetiva, bem como por esse compromisso com resultados verdadeiros, que a dialética foi considerada um método científico potente. Tal robustez metodológica é representada pelas três leis básicas que regem a dialética, sendo elas: “1) lei da unidade e luta dos contrários, 2) lei da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas; 3) lei da negação da negação” (Kopnin, 1969/1978, p. 103). A primeira diz respeito à totalidade já aludida anteriormente, e o objeto não deve ser compreendido de forma isolada ou fragmentada, mas sempre em seu conjunto inter-relacional ou sociointeracional no qual ele está imerso e o compõe. Este quadro complexo e múltiplo contém contradições, em que existe conexão íntima entre o ser e o não ser, formando uma unidade contraditória e que não é irracional, pois vai além da lógica formal, por exemplo, a situação de dívida só se firma pelo empréstimo. Por sua vez, a segunda lei se refere à fluidez do objeto e consequente fluidificação dos conceitos, que não pode ser confundida com relativismo, pois visa contemplar o movimento histórico da realidade bem como suas mudanças, que ora ocorrem sutilmente em um nível quantitativo, ora se dão de forma notória com saltos qualitativos, analogamente ao que ocorre com a água até atingir a temperatura para ferver e passar do estado líquido ao gasoso. Por último, a terceira lei da dialética compreende que “o movimento geral da realidade *faz sentido*” (Konder, 1998/2014, p. 57, grifo do autor), ou seja, não é irracional ou ininteligível. Nela, a afirmação pressupõe a sua negação, contudo, tanto a afirmação quanto a negação são superadas e o que predomina é a síntese: a negação da negação, que traz em si a essência do objeto e suas diferentes manifestações de ser e estar no mundo (Konder, 1998/2014; Perez, Ercolano, Rocha, 2017).

Segundo Paulo Netto (2011), essa apresentação da dialética em leis e princípios fundamentais foi influenciada pela lógica positivista de ciência dominante na época, para tornar mais aplicável a dialética, com a finalidade de subsidiar o desenvolvimento de pesquisas. Todavia, para este autor, esta representação do método marxiano se tornou simplista, nas palavras do autor: “uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o *materialismo dialético*) e sua especificação em face da sociedade (o *materialismo histórico*)” (Paulo Netto, 2011, p. 12, grifos do autor).

De acordo com Kosik (1976, p. 17-18), a função da ciência e da filosofia é compreender a realidade, determinado objeto de estudo, para além do fenômeno, da sua manifestação imediata, pois essa já é apreendida pelo senso comum, logo, devem captar o objeto em sua essência, em sua estrutura mais interna, a “coisa em si”, a qual não é acessível diretamente, mas alcançada após “esforço sistemático e crítico”. Por conseguinte, este conhecimento da essência do objeto é obtido pela decomposição do todo, pela dialética, a qual distingue o que é essencial do secundário, para entender a coerência interna do objeto, uma vez que a “realidade é unidade do fenômeno e da essência” (Kosik, 1976, p. 16). Isto posto, cabe observar que o fenômeno não é radicalmente diferente da essência, sendo impossível atingir esta última sem contemplar a manifestação do fenômeno, ou seja, o exame do fenômeno é a condição inicial para a compreensão da essência, pois ele, em sua revelação, contém uma parte da essência. Portanto, há uma relação interna e complexa entre fenômeno e essência, em que ambos se influenciam mutuamente, de modo que ficar restrito ao fenômeno, não possibilita a construção do conhecimento aprofundado do objeto, mas desconsiderá-lo também se inviabiliza a contemplação da essência, sendo assim, somente pela dialética é possível compreender o fenômeno e a essência do objeto, a relação e o movimento recíproco entre eles.

Ademais, o método marxiano para a compreensão do movimento da realidade e para a reprodução ideal do objeto concreto investigado tem como ponto de partida a aparência do fenômeno, isto é, sua manifestação imediata e empírica, com o propósito de alcançar a essência desse, em sua estrutura e dinâmica. Nesse sentido, conforme Paulo Netto (2011, p. 28), “o método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto”.

Por conseguinte, a vertente marxista postula que a construção do conhecimento sobre o objeto investigado deve principiar-se pelo real, o concreto, e progressivamente, outros elementos devem ser abstraídos com o desenrolar das análises, até se chegar a conceitos, intelectualizações que se referem a determinações mais simples. Isto posto, tendo alcançado essas últimas, é necessário realizar o caminho inverso, com a totalidade de múltiplas determinações e constituintes inter-relacionados, com o intuito de reencontrar o objeto concreto (Paulo Netto, 2011).

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no

segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 1989, p. 410).

Com efeito, para decifrar o objeto de estudo da presente pesquisa a partir do método marxiano, tomou-se em princípio o real, o concreto, manifestado pelas expressões linguageiras das mulheres voluntárias durante as rodas de conversas temáticas, a fim de, após inúmeras aproximações sucessivas e análises, decompor este fenômeno real em seus múltiplos constituintes até seu elemento mais simples para alcançar a sua totalidade e compreender a essência deste objeto, promovendo um retorno a ele com uma apreensão mais fidedigna e profunda dele. Isto porque o concreto, conforme Marx, é entendido como uma concentração, ou seja, uma síntese de inúmeras determinações, portanto, uma unidade do múltiplo, o qual deve ser apreendido em sua essência, em seu movimento interno, suas conexões elementares, suas contradições e suas leis gerais de modo a conduzir a uma ascensão do abstrato ao concreto com a finalidade de reproduzir o concreto no plano do pensamento (Bulhões; Silva, 2020).

De acordo com a perspectiva marxiana, o conceito que sintetiza este “movimento dialético de ascensão do abstrato ao concreto multideterminado, o qual rege a revelação das leis gerais que submetem o desenvolvimento categorial dos fenômenos e desvenda as inversões da superfície imediata”, é de unidade mínima de análise (Bulhões; Silva, 2020, p. 347).

Cabe destacar que a abstração nada mais é do que a capacidade do intelecto que possibilita a extração de um elemento da sua totalidade concreta multideterminada de forma a isolá-lo e examiná-lo. Em outras palavras, a abstração permite a análise, pois remove do componente abstraído “as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’”, as quais se encontram no âmbito da universalidade, “mas o conhecimento concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade” (Paulo Netto, 2011, p. 44-45). Portanto, o objetivo do método marxiano é conhecer o concreto em sua totalidade multideterminada e contraditória, tomando por base suas categorias que compõem sua articulação interna, lembrando que tais categorias são históricas e transitórias, pois dizem respeito a uma parte do processo total do objeto.

Em vista disso, o método marxiano se dedica a revelar progressivamente o movimento essencial em que “as diferenças, antíteses e contradições categoriais internas se realizam a partir de sua exteriorização em relações sucessivamente mais complexas” (Bulhões; Silva, 2020, p. 348). Consequentemente, por meio do conceito de unidade mínima de análise, é possível apreender o movimento categorial do objeto concreto em suas determinações mais simples, no intuito de desvendar sua dinamicidade por meio do isolamento dos aspectos

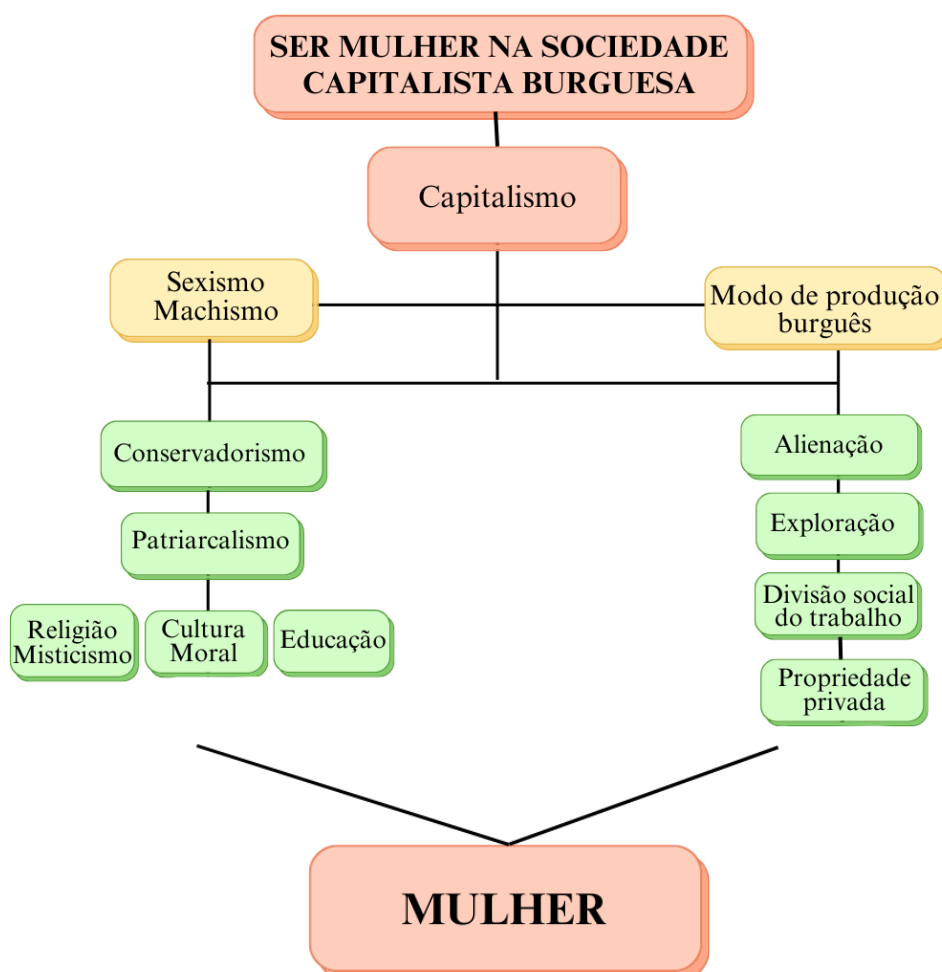
subversivos que autonomizam e modificam sua essência contraditória. Em suma, a unidade mínima de análise realiza a elaboração do organograma categorial em seu patamar mais superior de abstração e orienta a investigação ao concreto como unidade-síntese de multideterminações (Bulhões; Silva, 2020).

De modo a ilustrar unidade mínima de análise baseada nos estudos marxianos, é possível considerar:

O autor adentra, portanto, a análise do processo de produção burguês a partir de uma esfera a qual sintetiza as expressões mais abstratas das categorias econômicas burguesas, denominada capital em geral (Marx, 2011; Rosdolsky, 2001). Para justificar esse ponto de partida analítico, Marx (1867/2017a, p. 78) afirma que, da mesma forma que o físico observa os processos naturais “em que eles aparecem mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras”, buscando o “transcurso puro do processo” (Marx, 1867/2017a, p. 78), a faculdade de abstrair deve ser utilizada no intuito de compreender a expressão essencial das formas econômicas. O capital em geral consiste, nesse sentido, na apreensão do movimento categorial em suas determinações mais simples, de modo a revelar seu funcionamento por meio do isolamento das variáveis perturbadoras que autonomizam e invertem sua essência contraditória. Daí o anúncio da mercadoria como unidade mínima de análise, dado que esta, enquanto forma celular da economia burguesa, contém em si a expressão singular das tendências civilizatórias desse modo de produção (Marx, 2011, 1867/2017a) (Bulhões; Silva, 2020, p. 348).

Analogamente à proposta marxiana, que identifica a unidade mínima de análise da economia burguesa como sendo a mercadoria; para a presente pesquisa partiu-se do concreto, objeto real investigado, como sendo o *ser mulher na sociedade capitalista burguesa*, pois o objetivo foi compreender a vivência feminina no cerne da totalidade do capital. Por conseguinte, após sucessivas aproximações e decomposições deste todo complexo, foi possível chegar à unidade mínima de análise deste fenômeno: *mulher*, como representado esquematicamente, a seguir, na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma: Decomposição do objeto concreto *ser mulher na sociedade capitalista burguesa* à unidade mínima de análise *mulher*



Fonte: A autora, com base na análise de dados da pesquisa.

Ao tomar como objeto de estudo o *ser mulher na sociedade capitalista burguesa*, assume-se que existem determinações e influências que advêm da conjuntura e da lógica social. Por essa razão, indicou-se o *capitalismo*, o regime social vigente, como um dos elementos que compõem o referido objeto. O *capitalismo*, por sua vez, é aquela ordem social que está alicerçada no lucro, na produtividade e no *modo de produção burguês*, em que os meios produtivos já não se encontram mais disponíveis a toda população, mas se tornaram posse de uma classe social, a burguesia. Este *modo de produção burguês* tem como objetivo proporcionar regalias somente à classe burguesa às custas da *alienação*, via imposição de uma ideologia e manipulação da população, da *exploração* (uso da força de trabalho com remuneração inferior ao valor produzido), bem como da *divisão social do trabalho*, em que se fragmenta o processo produtivo para melhor dominar os trabalhadores e aumentar a

produtividade. A *divisão social do trabalho* surgiu com a criação da *propriedade privada* em que se estabeleceu a distinção entre os que detêm posses e os despossuídos, de modo que esses últimos precisam se sujeitar aos primeiros para manter sua existência, pois “[...] a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia [...]” (Marx; Engels, 1845-1846/2007, p. 36-37). Destarte, ainda conforme Marx e Engels (1845-1846/2007), o primeiro formato de propriedade é a família, pois nela já existia a divisão desigual do trabalho a partir da soberania masculina que exercia seu poder e autoridade de modo a se apropriar da *mulher* e dos filhos impondo-lhes funções, tarefas e costumes.

Nesse sentido, a propriedade privada, o modo de produção burguês e o regime social capitalista como um todo estão alicerçados em um *sexismo* e num *machismo*, em que a *mulher* é totalmente invalidada e subjugada, se tornando também ela uma propriedade do homem. Sustenta tal lógica o *conservadorismo* que, por meio de seus dispositivos, condicionam as mulheres ao poder paterno, à dominância masculina (*patriarcado*) e a uma posição social de inferioridade e subalternidade de forma que elas tomam sua realidade como natural e fatalista, sem possibilidades de mudança e sem compreender as razões sócio-históricas por trás dela (Lerner, 2019). Atuam como dispositivos desse conservadorismo para manter a ordem social e aprisionar a mulher a essa condição a *religião* e o *misticismo*, que reafirmam a inferioridade natural feminina, a *cultura* e a *moral*, bem como a *educação*, que disseminam um padrão de *mulher* restrito ao ambiente doméstico e familiar.

Todos esses elementos podem ser simplificados na unidade mínima de análise *mulher*, aqui compreendida como uma forma social, isto é, que deve ser tratada histórica e conjunturalmente como resultante das relações capitalistas, já que é utilizada, assim como outras formas sociais (pessoa negra, por exemplo), para justificar, naturalizar e perpetuar o funcionamento social (Perez; Ercolano; Costa, 2024).

Além disso, a fim de captar a totalidade complexa da vivência dessas mulheres no contexto da sociedade capitalista burguesa, foram adotadas categorias teóricas, provenientes da abordagem do Materialismo Histórico Dialético.

As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade. Desde logo observe-se que as categorias devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas e não possuem um fim em si mesmas. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta [...] (Cury, 2000, p. 21).

De acordo com Kopnin (1969/1978), a análise de um objeto a partir da aplicação apropriada da dialética deve conduzir do desconhecido ao conhecido, com elaborações e inovações teóricas de realidades não estudadas. Ademais, a utilização adequada de categorias dialéticas para análise do meio concreto que é unidade-síntese do movimento social, científico e cultural. E, por último, a análise deve viabilizar a própria lógica dialética como um sistema aberto e inacabado, composto por quantidade limitada de conceitos e categorias que demandam a introdução de novos constructos. Assim sendo, a dialética não evita a desconstrução de conceitos anteriores que não condizem com a apreensão da realidade, ela está disposta a mudar até a si mesma para tornar concretas suas categorias.

É importante frisar que a lógica adotada para a análise dos dados consiste na dialética marxiana que decifra a realidade e constrói o conhecimento sobre ela indo da aparência fenomênica para a essência, em que o movimento investigativo deve ir do todo mais complexo, o qual deve ser decomposto em seus múltiplos determinantes, até se chegar ao mais simples, denominado unidade mínima de análise, para posteriormente realizar o movimento de volta, do simples ao complexo de forma integrada e que representa o concreto já conhecido, neste momento, em sua unidade multideterminada.

3.3 CATEGORIAS TEÓRICAS

Foram eleitas como categorias teóricas do Materialismo Histórico Dialético fundamentais para divisar o objeto de estudo os conceitos de totalidade, contradição, mediação, consciência, alienação e cotidiano. Com efeito, é importante apresentar teoricamente cada uma dessas categorias para, posteriormente, verificar a expressão delas nos dados obtidos na investigação. Isto porque, segundo Kopnin (1969/1978, p. 106, grifo do autor), “*No seu conjunto, as categorias do materialismo dialético refletem as leis mais gerais do desenvolvimento do mundo objetivo*”, sendo assim tais categorias são necessárias para a compreensão do fenômeno estudado.

Cumprir observar que a explicitação de tais categorias teóricas nesta etapa do manuscrito teve como finalidade registrar o processo de recolha de dados e os conceitos e análises teóricas dele advindas, ainda durante a fase interventiva.

3.3.1 Totalidade

A aproximação inicial de um objeto a ser investigado possibilita vislumbrar a aparência dele, mas esta é somente uma pequena parte do objeto em sua complexidade. Para compreender de fato o fenômeno investigado, é necessário alcançar, além da aparência, também a sua essência, ou seja, os seus componentes que estão ocultos, mas que estão interligados e determinam o objeto. Isto posto, uma interpretação do real fundamentada na exterioridade, apenas consegue captar os aspectos constituintes do concreto de forma isolada e como se fossem autônomos, sem conseguir abordar as relações internas entre eles. Por conseguinte, tomando-se por base a categoria da totalidade é possível a apreensão da realidade em seu âmago, de modo a desvelar seu funcionamento interno, as integrações de seus constituintes, indo além de sua manifestação aparente (Cury, 2000).

Cumprе salientar que a totalidade não se constitui a mera soma das partes do fenômeno, mas o entendimento da comunicação e da conexão entre elas, sendo impossível compreendê-las separadamente, pois elas se influenciam mutuamente. Ademais, a totalidade não é um sistema fechado, pronto e acabado, pelo contrário, é “um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições” (Cury, 2000, p. 35), ou seja, a categoria totalidade compreende a fluidez do objeto, de modo que jamais será possível esgotá-lo, variando, assim, a totalidade em nível de totalização, de modo que há totalidades mais abrangentes e outras menos abrangentes, a depender do patamar de generalização do pensamento. Portanto, a totalidade compreende a condicionalidade histórica do fenômeno observado de modo a captar a conexão recíproca entre os elementos do todo em desenvolvimento. Para exemplificar, tomando o capitalismo como totalidade que possui seus componentes, como o dinheiro, o valor e a troca, que em sua gênese mais remota existiam anteriormente e independente do capitalismo, mas que depois do surgimento do capital passaram a integrar o movimento de reprodução do capital, conectando-se historicamente entre eles e mudando qualitativamente seus elementos de sua forma originária (Kosik, 1976; Konder, 1998/2014).

Ademais, a categoria totalidade contempla a contradição, o movimento interno do objeto, justamente por não considera-lo como findado, mas em processo, e de composição múltipla.

O problema não consiste em reconhecer a prioridade da totalidade face às contradições, ou a das contradições face a totalidade, precisamente porque tal separação elimina tanto a totalidade quanto as contradições de caráter dialético: *a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias* (Kosik, 1976, p. 60, grifo do autor).

Complementarmente, para construir conhecimento dialético acerca da realidade tomando a sua totalidade, é preciso apreender o movimento em espiral de “*mútua compenetração e elucidação dos conceitos*”, de maneira que “o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes” (Kosik, 1976, p. 50, grifos do autor). Em suma, totalidade consiste na assimilação do fenômeno focalizado, da realidade, como um complexo estruturado e dialético, com elementos interconectados reciprocamente, que formam uma unidade concreta, inacabada e dinâmica.

3.3.2 Contradição

Para compreender o conceito de contradição na perspectiva marxiana é importante, inicialmente, distinguir a contradição da lógica formal da contradição dialética. De acordo com Kopnin (1969/1978, p. 71), a lógica formal ou clássica

[...] constituía parte orgânica da filosofia, era uma teoria original e método de conhecimento. Suas leis serviam de base ao método metafísico de pensamento, à sua fundamentação teórica. Seu conteúdo propriamente lógico era constituído pelas regras e formas das deduções.

Ademais, a lógica formal possui como uma de suas leis a “*inadmissibilidade da contradição*”, o que equivale a dizer que um juízo tomado como verdadeiro não admitiria o seu oposto, se o juízo A é verdadeiro, disso se deduz que o juízo não-A é falso. Deste modo, a lógica formal prioriza o conteúdo formal do conhecimento, produzido em detrimento daquilo que ele reflete, o objeto em si, e a maneira como realiza. Portanto, a lógica formal se baseia em regras gerais e formas fixas de pensamento, bem como no princípio da veracidade dos juízos em que somente um sentido único deve ser empregado.

Em contrapartida, a dialética como método de exame da realidade e produção de conhecimento na forma de conceitos sobre ela, focaliza, por sua vez, o mundo concreto, de modo a combinar a realidade objetiva com a lógica do pensamento. Todavia, a filosofia marxista não descarta a lógica formal, mas estabelece com ela a mesma relação que tem com as demais áreas do conhecimento, como a matemática, biologia e física, por exemplo.

A força da dialética enquanto lógica está em sua capacidade de relacionar a objetividade do conteúdo dos conceitos e teorias da ciência com a sua mutabilidade, instabilidade. Além disso, a dialética demonstra que fora do desenvolvimento é impossível a obtenção da verdade objetiva. A ciência contemporânea necessita de uma lógica que revele as leis do conhecimento enquanto processo de conhecimento do objeto pelo pensamento (Kopnin, 1969/1978, p. 82).

Justamente por ter essa premissa da fidelidade ao mundo concreto que a dialética compreende a contradição como própria do movimento da realidade, logo, sendo essencial também na construção de conceitos sobre esta realidade, não se constituindo, assim, uma falha ou erro do raciocínio. Dito de outro modo, segundo a perspectiva marxista, a realidade é dinâmica, está em constante movimento, sendo a contradição o seu motor interno, portanto, para compreendê-la é necessário abordar este movimento, as mediações e multideterminações, a partir da lógica dialética que incorpora as contradições como essenciais para alcançar a verdade, que é concreta e não abstrata.

Nesse sentido, para a lógica dialética, a contradição não possui apenas um caráter destruidor, mas também criador, já que se força a superação, em que “a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior” (Cury, 2000, p. 30). Por conseguinte, a categoria contradição é fundamental para investigar e analisar o real concreto, pois tem a capacidade de contemplá-lo como síntese do que ele é e do que ele não é, ou ainda não é, tendo em vista que o real está em constante movimento, é um processo que contém uma unidade contraditória.

É relevante dizer que, até mesmo nas contradições do concreto, há algo que é comum a todos os elementos e concomitantemente existem especificidades próprias de cada um, ou seja, o universal está presente no particular. Em suma, a contradição capta este movimento interno em que os componentes do fenômeno estão em interconexão, sendo o real uma unidade do universal e do particular, da homogeneidade e da heterogeneidade.

Ignorar a contradição resulta numa atitude que leva ao conservadorismo, pois abstrair esse elemento e retirar da realidade seu caráter profundo de inacabamento. Ignorar a contradição é querer retirar do real o movimento e, por isso, é recurso próprio das ideologias dominantes, que, não podendo retirá-la das relações sociais, econômicas e políticas, representam-na como imaginariamente superada (Cury, 2000, p. 34).

3.3.3 Mediação

A categoria mediação, de acordo com a teoria marxista, denota as relações concretas que interliga mútua e dialeticamente as diversas fases de um todo, de modo que se torna impossível a compreensão de um conceito ou elemento isolado de seu conjunto ou contexto. Nesse sentido, é essencial a historicização do fenômeno, pois a história é o universo dinâmico das mediações. Consequentemente, ao tomar a categoria da mediação é possível construir um

conhecimento histórico e posicionado, já que entende a neutralidade impraticável. Nesta seara, a ideologia dominante, aquela responsável por sustentar a reprodução do capital, realiza o apagamento da historicidade dos fenômenos por meio da sua naturalização, a fim de ocultar as relações contraditórias e de tornar fixo e durável o que é fugaz (Cury, 2000).

Por meio da categoria mediação é possível compreender o objeto para além da sua manifestação imediata, contemplando também a sua dimensão mediata, isto é, aquela constituída e determinada por uma série de fatores (Konder, 1998/2014). De modo ilustrativo, o homem se apropria do meio social, dos produtos humanos acumulados historicamente e se humaniza por meio da relação com outros seres humanos mediada pela linguagem e pela educação.

3.3.4 Consciência

Conforme Marx e Engels (1845-1846/2007), a consciência é um produto social, desenvolvida em contato com o meio, inicialmente, na transformação da natureza para satisfação das suas necessidades vitais, e pelo intercâmbio com outros seres humanos. Nesse sentido, no aparato biológico do homem existem estruturas básicas inatas da consciência, porém, esta é somente “mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente” (Marx; Engels, 1845-1846/2007, p. 35, grifo do autor), tendo a possibilidade de ela ser desenvolvida e elevada por meio do aumento da produtividade, isto é, da realização do trabalho como atividade vital humana.

Ademais, o teórico estabeleceu relação entre consciência e linguagem ao afirmar que:

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (Marx; Engels, 1845-1846/2007, p. 34, grifo dos autores).

Vale salientar que esta atividade produtiva – o trabalho – quando inserida no contexto da sociedade capitalista, baseada na propriedade privada, ela deixa de ser uma atividade vital humana ou autoatividade; logo, não contribui para o refinamento da consciência, pelo contrário, leva à alienação dos sujeitos, por não reconhecerem a si mesmos como gênero humano, isto porque ocorre a divisão social do trabalho que segrega o trabalho material do

trabalho intelectual de modo que o sujeito apenas realiza pequena parte do processo produtivo (Marx, 1844/2004; Marx; Engels, 1845-1846/2007).

Marx e Engels não apenas criaram um método geral de pesquisa histórica da consciência, eles revelaram também as transformações fundamentais pelas quais passa a consciência humana no curso do desenvolvimento da sociedade. Trata-se, antes de tudo, da etapa de formação inicial da consciência e da língua e da etapa de transformação da consciência em uma forma geral de psiquismo especificamente humano, quando o reflexo na forma de consciência se propaga por todo o círculo de fenômenos que circundam o mundo humano, por sua atividade e por ele mesmo. Significado especialmente grande tem a teoria de Marx sobre as transformações da consciência, pelas quais ela passa nas condições do desenvolvimento da divisão social do trabalho, da separação da massa fundamental de produtores em relação aos meios de produção e da separação entre atividade teórica e prática. A alienação econômica engendrada pelo desenvolvimento da propriedade privada leva também à alienação, à desintegração da consciência humana. Tal desintegração se expressa na inadequação entre o sentido que a atividade adquire para a pessoa e seu produto, seu significado objetivo. Ela é eliminada apenas mediante a eliminação das relações de propriedade privada que a engendram, com a passagem da sociedade de classes para a comunista. Segundo Marx, “o comunismo já pensa a si mesmo como reintegração ou retorno da pessoa para si mesma, como eliminação da autoalienação humana” (Leontiev, 1974/2021, p. 55).

Outro autor que trabalha com base na perspectiva marxista e se dedica a discutir sobre o processo de transformação da consciência é Mauro Iasi, de modo a caracterizar a consciência em sua forma mais basilar, pela vivência de situações e relações preestabelecidas; pela assimilação do particular pelo universal, que acarreta a ultrageneralização; pela naturalização das relações e dos fatos, que leva à perda da dimensão histórica e cultural e à condução ao fatalismo; em suma, marcada pela passividade, interiorização de elementos sociais já postos, bem como pela reprodução deles. Todavia, considerando o “processo dialético e histórico da formação da consciência”, é possível a elevação desta consciência, como também um retorno a essa forma primária (Cisne, 2018, p. 56).

[...] e a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e destes com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas. A questão se torna complexa, na medida em que esta representação não é um simples reflexo da materialidade externa que se busca representar na mente, mas antes, a captação de um concreto aparente, limitado, uma parte do todo e do movimento de sua entificação. O novo indivíduo ao ser inserido no conjunto das relações sociais, que tem uma história que antecede a do indivíduo e vai além dela, capta assim, um momento abstraído do movimento. A partir daí busca compreender o todo pela parte – ultra-generalização – o que consistirá, como veremos, em um dos mecanismos básicos de sua primeira forma de consciência (Iasi, 1999, p. 17).

Por conseguinte, para haver uma superação desse primeiro nível de consciência é preciso a existência de uma “crise ideológica” expressa como revolta desencadeada pelo entendimento do sujeito de injustiças na sociedade e em suas relações. Essa quebra com a

aceitação e conformismo pode, em certas circunstâncias, acarretar a passagem para uma segunda forma de consciência chamada por Iasi de “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”. A segunda variação de consciência é ensejada pelo grupo, ou seja, pela “identificação e reconhecimento no outro das mesmas injustiças sofridas e percebidas, no primeiro momento, individualmente”, sendo o que confere a elevação qualitativa de uma para a outra forma de consciência (Cisne, 2018, p. 56). Resultado disso, são intervenções mais concretas no combate às injustiças, como é o caso da luta sindical, dos movimentos culturais e coletivos e demais lutas populares.

Ainda, a “consciência em si” pode possibilitar aos trabalhadores uma consciência de classe, entretanto, se restringe às reivindicações mais imediatas, isto porque a “consciência em si” é determinada pela “classe em si”, aquela que reconhece os interesses coletivos, mas ainda não se constituiu uma “classe para si”. Na “classe em si”, busca-se a satisfação de necessidades mais elementares e urgentes, sendo um enfrentamento econômico e não político, que não sustenta a perspectiva emancipatória e, conseqüentemente, o extermínio das classes sociais. Exemplo concreto da “classe em si” e da correspondente forma de consciência, é a luta por melhores salários por meio de uma manifestação ou greve que pede por aumentos salariais, mas não toca na raiz do problema que é a existência do trabalho assalariado e o modo de produção capitalista.

Outra situação foi demonstrada por Iasi (1999, p. 34) envolvendo a figura feminina:

Uma mulher, por exemplo, submetida a condições de opressão em casa, condenada aos trabalhos domésticos e ao cuidado dos filhos, pode viver isto a vida toda como natural, portanto para ela, inevitável. Mesmo o desmoronar da idealização na família diante das condições reais do cotidiano, pode gerar no máximo a revolta, a constatação de uma terrível “sina”. No entanto esta mesma mulher, num grupo onde possa ver em outras companheiras a mesma sina, julgada somente sua, só sua, pode começar a desenvolver uma ação contra o que considera injusto. Esta via de superação é ainda mais clara ao tratarmos da classe operária, é na greve a sua mais didática manifestação. A injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal o que possibilita a ação coletiva.

Nesse sentido, é possível afirmar que só haverá uma apreensão da totalidade da existência a partir da terceira forma de consciência, denominada por Iasi de “consciência para si”, em que é percebida a necessidade da superação das classes e de suas determinações estruturais. Por meio dela, “o proletariado assume sua tarefa revolucionária de superação do capitalismo e construção da emancipação humana”, isto é, empenha-se na transformação social,

de modo a primeiramente negar o capitalismo e, em segundo lugar, a negar a si mesmo como classe, visando à sua emancipação avessa ao capital (Cisne, 2018, p. 59).

Portanto, a luta movida pela “consciência para si” não é somente econômica, mas também política, pois é em oposição às classes dominantes e ao capital de modo geral. É papel da classe trabalhadora, por meio da sua ação política, dismantelar a ideologia dominante que se dedica a perpetuar o capital, uma vez que “Apenas o proletariado é capaz de representar os interesses da sociedade de forma universal, superando as classes, a divisão social do trabalho e a desumanização delas decorrentes” (Cisne, 2018, p. 63). Além disso, a autora retoma Lukács, na proposição de que, visando à transformação das estruturas sociais, constitui-se como desafio a elevação da consciência humana e, este também foi incorporado como propósito desta pesquisa.

Também abordou sobre o processo de evolução da consciência, o educador Paulo Freire, o qual indicou seus estágios como consciência intransitiva, transitiva ingênua e transitiva crítica, mas que tais níveis não seriam sequenciais e muito menos universais, visto que a maioria da população permanece no primeiro ou no segundo nível. Foi partindo desse princípio que Paulo Freire elaborou sua pedagogia centralizada em uma educação problematizadora, que refina a consciência e visa à transformação da realidade. Especificamente, na consciência em sua fase de intransitividade, os indivíduos estariam voltados somente para as suas necessidades mais vitais, tendo uma compreensão limitada da sua existência e do seu meio, ficando restritos a interesses particulares. O educador propôs que essa forma de consciência seria típica de sociedades fechadas, em que os sujeitos são impedidos de ultrapassar o marco biológico, todavia, isso não significa que a consciência seja fechada, pois o homem é um ser aberto.

O que pretendemos significar com a consciência “intransitiva” é a limitação de sua esfera de apreensão. É a sua impermeabilidade a desafios situados fora da órbita vegetativa. Neste sentido e só neste sentido, é que a intransitividade representa um quase compromisso do homem com a existência. O discernimento se dificulta. Confundem-se as notas dos objetos e dos desafios do contorno e o homem se faz mágico, pela não-captação da causalidade autêntica (Freire, 1967, p. 58-59).

Justamente por este caráter aberto do homem que, ao passo que ele vai entrando em contato com outras perspectivas, possibilidades de diálogo e relações humanas, sua consciência desenvolve-se de modo a atingir o estágio de transitividade, não ficando mais preso ao horizonte biológico. A consciência transitiva, por sua vez, apresenta dois graus: a transitividade ingênua, caracterizada pela superficialidade da examinação dos problemas, pela inconsistência na argumentação, pelo apreço às explicações fabulosas e pelo exercício da polêmica em vez do

diálogo; e a transitividade crítica, a qual consegue apreender a real causalidade dos fatos, interpretar criticamente e resolver os problemas, dispor de compromisso social e político (Freire, 1967).

Ademais, a transitividade ingênua da consciência viabiliza a percepção das contradições sociais, porém, ainda fica ligada a um conformismo, a uma valorização do tempo passado, bem como ao fanatismo e ao irracionalismo, que podem levar a uma distorção da realidade. Já a transitividade crítica da consciência tem como centralidade o desprendimento ativo de preconceitos e de formas fixas, a fim de ter a liberdade diante da interpretação dos fatos, evitando a sua deformação e contemplando a sua transitoriedade e historicidade. Portanto, a consciência transitiva crítica é peculiar de regimes democráticos autênticos, por formas sociais questionadoras, inquietas e dialógicas, sendo oposta a lógicas autoritárias (Freire, 1967).

Para se alcançar o estágio da consciência transitiva crítica, conforme o autor, é necessário promover um trabalho educativo, que tenha por finalidade a problematização, a reflexão, a ação e transformação da sociedade. Contudo, não é de interesse da classe dominante proporcionar este tipo de educação, visto que ela ameaça a lógica vigente e os privilégios da burguesia, consequentemente, o que se oferece é uma educação que favorece somente o desenvolvimento de uma consciência transitiva ingênua, de modo a somente adaptar o homem à sociedade, a moldá-lo para o trabalho fragmentado, a domesticá-lo, tornando-o passivo e desumanizado (Freire, 1967).

Daí a necessidade de uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito àquela participação. De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico” (Freire, 1967, p. 93).

De acordo com Freire (1979/2016), esse processo que eleva a consciência de seu estágio espontâneo para seu nível crítico, é chamado de conscientização, por meio da qual a realidade se torna um objeto cognoscível e o sujeito incorpora uma postura epistemológica. Isto posto, a conscientização seria o desnudamento da realidade apreendendo sua essência fenomênica. A conscientização pressupõe um engajamento histórico e prático, que compreende a participação ativa dos indivíduos na criação da sua existência, bem como a dialética entre ação e reflexão na vivência e transformação do mundo.

No campo da psicologia, inspirado em Paulo Freire, Martín-Baró (1996) afirmou que o principal papel do psicólogo é a conscientização, isto é, apoiar as pessoas no

conhecimento crítico de seu entorno e de si mesmas, assim como na transformação de suas condições concretas. O processo de conscientização envolve três aspectos: a) o homem transforma-se ao modificar sua realidade, logo é um processo dialético, ativo e dialógico; b) a decodificação gradual do meio possibilita ultrapassar os limites da consciência ingênua que mistifica a realidade como natural e imutável e pode alcançar a consciência crítica que viabiliza uma nova práxis; c) o conhecimento do mundo concreto circundante acarreta o autoconhecimento, bem como a percepção da identidade social desvelando as suas raízes históricas, que proporciona uma determinação mais autônoma do futuro.

Portanto, nas palavras do autor, a conscientização:

[...] supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais. Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos.

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o *quefazer* do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade (Martín-Baró, 1996, p. 17, grifo do autor).

3.3.5 Alienação

O conceito de alienação já foi tema de estudo anterior (Ercolano, 2019; Ercolano; Perez, 2019), e foi desenvolvido e aperfeiçoado ao longo dos estudos de Marx, sendo originalmente apresentado por Marx em seu texto de 1844, *Manuscritos econômico-filosóficos*, no qual comparece com a denominação de estranhamento, sendo posteriormente complexificado e designado alienação nos livros *O Capital* (1867) e *Grundrisse* (1939). Diante disso, é importante para compreender profundamente este conceito, abordá-lo desde sua forma preliminar até a mais robusta, por essa razão o conceito de estranhamento será evidenciado para, em seguida, focalizar a concepção de alienação.

O termo estranhamento foi tratado como a relação que ocorre entre homem e trabalho no cerne da sociedade capitalista burguesa, em que a ordem econômica faz o produto do trabalho se tornar um “ser estranho” ao seu desenvolvedor, o trabalhador. É importante lembrar que o trabalho, na concepção marxiana, seria aquela atividade tipicamente humana, pois pressupõe o uso da consciência, em que o sujeito transforma a natureza, ao passo que também modifica a si mesmo. Portanto, o conceito de alienação é construído, inicialmente, com base na definição de trabalho estranhado, em que o trabalhador é destituído do seu trabalho como atividade vital, ou

seja, o trabalho é realizado somente com a finalidade de manter a sua subsistência e não mais com o intuito de desenvolver o gênero humano (Marx, 1844/2004).

Isto posto, de acordo com Marx (1844/2004), o trabalho estranhado opera em quatro dimensões, em que a primeira seria o *estranhamento como perda do objeto*, no que diz respeito ao fato de o trabalhador não mais possuir a matéria-prima e o produto de sua atividade produtiva, tendo em vista que, no bojo do capitalismo que tem como centro a propriedade privada, a natureza deixou de constituir-se uma fonte de garantia de subsistência modificada pelo trabalho, e o resultado do labor não mais pertence ao trabalhador, mas ao dono dos meios produtivos. Sendo assim, o trabalhador é convertido na sociedade capitalista em operário, pois nesta condição recebe a matéria-prima e os instrumentos de trabalho que viabilizará seu sustento.

A segunda dimensão do trabalho estranhado ocorre no ato da produção, *estranhamento no desenvolvimento da atividade produtiva*, porque o trabalhador não domina o processo de trabalho por completo, de modo que ele passa a não reconhecer a si mesmo no ambiente laboral, já que nem o objeto e nem o trabalho lhe pertencem, mas lhes são dados pelo dono do meio produtivo. Por conseguinte, o labor não possui vínculo com o sujeito e nem faz sentido para ele de modo a representar um peso, uma carga obrigatória, pois é o único meio de se manter vivo biologicamente, assim, o trabalho adquire o caráter de autonegação, autoflagelo, sacrifício, despotencialização e aprisionamento (Marx, 1844/2004).

Por sua vez, o *estranhamento em seu gênero* constitui-se o terceiro nível do trabalho estranhado, uma vez que o trabalho no contexto do capital perde aquilo que o torna tipicamente humano, isto é, o trabalho deixa de ser uma práxis que envolve o uso da consciência de si e para si e se transforma num meio de conservação da vida, analogamente aos animais. “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (Marx, 1844/2004, p. 85, grifos do autor).

Em última instância, como prolongamento da dimensão anterior, o trabalho estranhado se manifesta em sua quarta forma, *pelo estranhamento da pessoa pela própria pessoa*, evidenciado pelo não reconhecimento de si mesmo, em que o trabalhador se vê como um estranho, que é resultado das relações produtivas. Este mesmo estranhamento também se realiza entre os sujeitos e entre cada um deles com o gênero humano de modo a se considerarem somente a partir dos condicionantes ocupacionais e profissionais.

Em síntese, o estranhamento ou trabalho estranhado é um conceito que posteriormente foi complexificado em alienação, sendo identificado no contexto capitalista de

relações produtivas, em que o trabalho perde sua qualidade de atividade vital humana, que prevê o desenvolvimento humano, para se tornar mero meio de garantir subsistência, de modo que o sujeito vivencia o estranhamento nos diversos níveis no processo produtivo, desde a matéria-prima ao produto final, bem como ao não reconhecimento de si mesmo e dos seus pares, sendo também coisificado e reduzido à condição de mercadoria, a mais banal entre elas.

Por conseguinte, a concepção de alienação nas obras marxianas mais recentes teve a incorporação de caras categorias econômicas e de uma interpretação social mais criteriosa, de modo a contemplar o conflito entre capital e força de trabalho, em que o trabalhador, ao se ver obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria ao capitalista, por não mais possuir as condições objetivas de trabalho, é desapropriado do produto de seu trabalho e da riqueza que ele representa. Nesse sentido, o trabalhador é coisificado e o capital, assim como os meios produtivos são personificados no cerne do capitalismo, pois o trabalho humano configurou-se num dispositivo de valorização do capital.

A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas a alienação [*Veräußerung*] de sua mercadoria própria, e esta só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos (Marx, 1867/2017b, p. 659).

Portanto, a grande contribuição marxiana na construção do conceito de alienação foi atribuir-lhe o caráter social, indicando ser a alienação como própria de determinado processo econômico. Dito de outro modo, Marx considerou a alienação como um fenômeno que emerge do meio produtivo capitalista, logo, é de cunho social e coletivo. Além disso, a proposta marxiana para a superação da alienação também não deve estar no plano individual, mas no social, ou seja, ela somente será possível com a dissolução do modo capitalista de produção, o qual visa somente ao enriquecimento de poucos via exploração, opressão e alienação de muitos. Assim, para findar com a alienação é necessária a metamorfose radical do meio produtivo, a fim de torná-lo coletivo e não mais privado, consequentemente, o trabalho não será mais

segregado e estranhado, mas criativo e consciente viabilizando a verdadeira liberdade humana do ser social (Musto, 2014).

3.3.6 Cotidiano

Este conceito é abordado pela filósofa húngara Agnes Heller (1985) para denotar que o homem já nasce imerso a uma cotidianidade, isto é, em uma realidade social que ele deve adquirir habilidades que são próprias dela e imprescindíveis para sua sobrevivência nela. Assim sendo, um homem desenvolvido ou adulto é aquele capaz de viver a sua cotidianidade por si mesmo. Portanto, a vida cotidiana, segundo a autora seria a vida de todo homem, incluindo a “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Heller, 1985, p. 18).

Em vista disso, a vida cotidiana é considerada heterogênea, pelos diversos aspectos e atividades que a compõem, e simultaneamente hierárquica, sendo esta última transitória e mutável, de modo a garantir o movimento entre as diversas heterogeneidades. Por conseguinte, o cotidiano está inserido na história e é a real essência, a centralidade da substância social (Heller, 1985).

Ademais, o cotidiano é a vida do indivíduo, e este, por sua vez, é concomitantemente ser particular e genérico, pois, como natureza, ele não se distingue dos demais seres vivos, porém, como ser individual, singular, ele é considerado único. Este último, então, é caracterizado, conforme a filósofa, por sua “*unicidade e irrepetibilidade*”, que vai se complexificando à medida que assimila a realidade social e tem a capacidade de controlar seus elementos (Heller, 1985, p. 20, grifo da autora). Consequentemente, o indivíduo se torna consciente de suas necessidades humanas, sempre primeiramente no plano particular, como necessidades do eu, sendo inicialmente motivado pelas necessidades próprias, do eu individual. Todavia, o genérico também está incutido no individual, de modo que mesmo movido por razões particulares, existem atividades genéricas, como é o caso do trabalho, que é atividade tipicamente do gênero humano e socialmente indispensável. Ainda, os sentimentos também podem ser considerados humano-genéricos, tendo em vista que exprimem a substância humana, logo, o que é particular, neste caso, é a forma de manifestar-se.

O indivíduo (a individualidade) contém *tanto* a particularidade *quanto* o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem. Mas o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos (Heller, 1985, p. 22, grifos da autora).

Entretanto, ocorre que, imerso às condições sociais, à lógica social dominante opressora e exploradora, o indivíduo se torna um ser fragmentado, conforme abordado no conceito de alienação, não reconhecendo mais a si mesmo como humano-genérico, se vendo somente em sua individualidade. Portanto, o desenvolvimento do sujeito está ligado às possibilidades de exercer sua liberdade, que é viabilizada, por sua vez, pela individualidade unitária, isto é, pela integração consciente da particularidade e genericidade do ser. Contudo, nota-se a maior parte da humanidade na condição de “*muda unidade vital de particularidade e genericidade*”, de modo que essas duas qualidades do ser não são elevadas à consciência, o que significa a atitude passiva e fatalista diante da realidade social e da vida cotidiana (Heller, 1985, p. 23, grifo da autora).

Diante disso, é possível afirmar que o conflito entre particularidade e genericidade não costuma se tornar consciente ao nível da vida cotidiana, pois neste plano elas se colocam “mudamente”, como algo natural. Por outro lado, quanto mais o indivíduo, ao fazer escolhas em sua cotidianidade, for guiado por ou tentar se aproximar de uma espécie de moralidade, que visa um compromisso com o social, com o bem comum, maior será a capacidade de elevar essa decisão a um patamar acima da cotidianidade, de forma a encerrar a muda relação entre particularidade e genericidade (Heller, 1985).

Vale observar que não existe uma separação contundente e inflexível entre a atitude própria da cotidianidade e a não-cotidiana, mas é possível indicar como formas de elevação do plano cotidiano (particular) para o plano genérico (humano-genericidade) a arte e a ciência, uma vez que se caracterizam por romper com a espontaneidade da vida cotidiana. Todavia, ainda assim, o artista e o cientista continuam possuindo sua particularidade ligada à cotidianidade, mesmo que em seu processo produtivo ela fique em suspenso. A superação dialética da particularidade, parcial ou totalmente, elevando a cotidianidade à humano-genericidade, é a homogeneização, isto é, a concentração da nossa atenção exclusivamente para uma questão, aplicando nossa inteira individualidade (homem inteiramente) na resolução desse problema e, portanto, a sua deliberação ou realização não pode ser arbitrária, mas consciente e autônoma (Heller, 1985).

Sumariamente, é próprio da vida cotidiana a espontaneidade, o ritmo fixo, a rígida regularidade, a repetição, o imediatismo e o pragmatismo. No entanto, se essas formas da estrutura da vida cotidiana se absolutizam, de maneira a inviabilizar qualquer possibilidade de movimento, a consequência disso é a alienação da vida cotidiana, a fragmentação ou a

coexistência muda entre particularidade e genericidade, que acarreta a atitude conformista do indivíduo na assimilação espontânea dos costumes e das normas dominantes. Para superar esta alienação da vida cotidiana, seria fundamental abolir as condições econômico-sociais que a favoreceram (Heller, 1985). Conforme dito anteriormente, a alienação é um fenômeno social advindo do modo de produção capitalista, sendo dissolvido somente coletivamente por meio da transformação radical dos meios produtivos viabilizando a autêntica liberdade humana (Musto, 2014).

4 RECOLHA E EXAMINAÇÃO DOS DADOS DE PESQUISA

Este capítulo destinou-se a descrever detalhadamente o processo interventivo de coleta de dados, levando em conta as informações emergidas da realização dos procedimentos metodológicos e registradas pela pesquisadora. Sendo assim, foi apresentado o desenvolvimento das estratégias metodológicas utilizadas para abordar a temática de estudo em sua concreticidade, os diferentes movimentos e seus avanços, os registros em diário de campo e em gravações de áudio, as dificuldades encontradas no desenrolar da intervenção, bem como os resultados obtidos, com o intuito de identificar e compreender a vivência de mulheres trabalhadoras no bojo da sociedade capitalista burguesa.

Especificamente, foi utilizado como instrumento metodológico para coleta de dados o grupo interventivo, por meio de rodas de conversa, fundamentado pelos princípios da Psicologia Social de abordagem materialista histórica dialética, que, como definição, tem como “[...] objeto o ser social, compreendido em sua unidade na diversidade, concretude, historicidade e movimentações dialéticas no quadro do modo de produção capitalista e suas expressões no Brasil contemporâneo” (Perez, 2020, p. 22), assim como pelos postulados freirianos, a fim de não somente extrair informações para pesquisa, mas também contribuir para o desvelamento da realidade, por meio do exercício da problematização e da criticidade diante das situações cotidianas. Por conseguinte, foram desenvolvidos encontros grupais de mulheres de forma sucessiva e gradual, com a intenção de progredir de temas mais genéricos a assuntos mais particulares, conforme também fosse avançando a construção de vínculo entre as integrantes do grupo e a pesquisadora.

Em face disso, este capítulo concentrou-se em elucidar a realização do grupo com mulheres e apresentar seus resultados nos dez encontros temáticos desenvolvidos, bem como interpretar, analisar e decifrar os dados decorrentes deles, a partir do método dialético marxiano. Sendo assim, a sistematização e apresentação dos dados foram realizadas por meio do procedimento dos núcleos de significação e pela descrição detalhada do desenvolvimento das rodas de conversa com mulheres e a análise dos dados pelo método materialista dialético. Cumpre notar que este capítulo foi dividido nas seguintes subseções: 1) caracterização do campo de pesquisa; 2) os encontros grupais: detalhamento das rodas de conversa com mulheres, 3) os núcleos de significação e a sua constituição; e 4) análise das rodas de conversa com mulheres trabalhadoras.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A proposta interventiva desta pesquisa foi realizada por meio de rodas de conversa com mulheres trabalhadoras em um Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM) de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Esta instituição foi escolhida justamente por atender ao público feminino, facilitando a seleção das voluntárias para a investigação.

Foi apresentado à responsável do referido CRAM, um plano de trabalho (Anexo A) com dez encontros, sob o formato de rodas de conversa temáticas, a serem realizados com um grupo de mulheres. A proposta foi bem recebida pela coordenadora da instituição, sendo incluída como atividade pertencente ao Programa de Auxílio ao Desemprego – “Frente de Trabalho”, que é composto por mulheres que trabalham no setor de limpeza dos espaços públicos da cidade. As rodas de conversa ocorreram entre 11 de maio e 20 de julho de 2023, com frequência semanal, exceto quando coincidiu com feriado, e tiveram duração aproximada de 120 minutos por encontro.

Inicialmente, foi planejada a realização das atividades com um grupo de dez mulheres, no entanto, para adequação à demanda institucional e efetividade no estabelecimento da parceria trabalhou-se com um total de 21 participantes, tendo uma variação deste número no decorrer dos encontros em virtude da disponibilidade de cada voluntária. É importante frisar que foi estabelecido entre a pesquisadora e cada voluntária do estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Anexo C), conforme previsto no capítulo IV, itens 1 a 8, da Resolução nº 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde (2012) e segundo as orientações para investigação com seres humanos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FCL/UNESP Câmpus de Assis-SP. Cabe salientar que todo o processo de trabalho respeitou as diretrizes e normativas competentes aos profissionais da Psicologia, sobretudo no que concerne ao seu Código de Ética. Assim sendo, foram recolhidas 21 vias assinadas de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs).

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão das participantes, foi estabelecido no projeto que deveriam ser mulheres e trabalhadoras, sendo atendido esses pressupostos. A seleção dentro desses parâmetros foi sugerida por parte da coordenadora do CRAM, a fim de ajustar à realidade institucional, que indicou o grupo específico de voluntárias visando também à adesão à proposta.

Nesse sentido, inicialmente foi apresentado um plano de trabalho (Anexo A) em que foi elucidada a proposta de intervenção para anuência da coordenadora do serviço. Esta proposta previa a realização de grupos interventivos desenvolvidos com mulheres, que seriam

fundamentados pelos pressupostos teóricos e práticos da Psicologia Social, preconizados por Silvia Lane (1984/2012), no que ela denominou de processo grupal, e aprimorados por seus discípulos, como Eliane Pereira e Bader Sawaia (2020). Sumariamente, o conceito de processo grupal conduz a premissas relativas ao conhecimento de um grupo que envolvem a compreensão sócio-histórica com seus determinantes econômicos, ideológicos e institucionais, bem como o processo histórico do próprio grupo, ou seja, o processo grupal. Consequentemente, todo e qualquer grupo desempenha uma função histórica de conservar ou transformar as relações sociais. Para Lane (1984/2012), o grupo social é condição de conscientização do sujeito, porém, por outro lado, a potência dele nas intervenções institucionais na reprodução e manutenção das relações sociais e de produção dominantes. Ainda, a análise do grupo por si próprio, enquanto tal, é fundamental para a superação das contradições existentes.

Ademais, as rodas de conversa também foram norteadas pelos postulados freirianos de conscientização e círculos de leitura (Freire, 1987/1994, 1979/2016). Assim sendo, o desenvolvimento da intervenção teve como princípio a problematização da realidade com o intuito de contribuir para seu desvelamento, além da inserção crítica dessas mulheres voluntárias na sociedade, a fim de se transformarem em agentes transformadoras com vistas à sua libertação. Ainda, a metodologia dos círculos de leitura apoiou a organização e condução das rodas de conversas a partir da mediação dialógica que convida à crítica.

Isto posto, foram realizados dez encontros com um grupo de mulheres, planejados previamente conforme o Anexo B, que reuniu o cronograma, as temáticas a serem trabalhadas e a estratégia interventiva. De modo geral, o objetivo das rodas de conversa foi dialogar, de maneira crítica e reflexiva, sobre temáticas do cotidiano, tais como: trabalho, planejamento familiar, maternidade, relacionamentos, política, tradição e costumes, machismo, feminismo, entre outros que possam ser de interesse das participantes. Para estimular o debate acerca desses assuntos, foram utilizados recursos audiovisuais (vídeos e músicas), recursos gráficos como imagens, notícias, charges, textos, relatos de casos etc., além de técnicas grupais como a mediação e a aplicação de dinâmicas.

4.2 OS ENCONTROS GRUPAIS: DETALHAMENTO DAS RODAS DE CONVERSA COM MULHERES

4.2.1 Encontro 1

O primeiro encontro foi realizado no dia 11 de maio de 2023, com duração aproximada de 120 minutos, e contou com a participação de dez mulheres e uma criança que precisou acompanhar a mãe, já que não tinha outro responsável para ficar, o que já revela uma realidade importante e recorrente na vida de mulheres. A idade das voluntárias variou entre 34 e 62 anos, sendo outro dado que indica os efeitos da desigualdade social, que dificulta a entrada de jovens pobres no mercado de trabalho formal, precisando recorrer a projetos sociais para obter alguma fonte de renda, isto porque, cabe lembrar que as voluntárias pertencem ao Programa de Auxílio ao Desemprego - “Frente de Trabalho”, que é composto por mulheres que trabalham no setor de limpeza dos espaços públicos da cidade.

O encontro foi realizado no espaço de um auditório pertencente às estruturas do CRAM, onde foi possível acomodar as voluntárias em uma roda e preservar pela confidencialidade das atividades desenvolvidas, a fim de contribuir para o estabelecimento de um clima de segurança e acolhimento. Inicialmente, foi realizada apresentação pessoal e da pesquisa de forma breve e didática, em seguida, foram distribuídos os TCLEs e foi explicada a sua finalidade, de modo a solicitar consentimento na participação da pesquisa. Após recolhidos os documentos assinados, foi também requerida a permissão para registro em áudio dos encontros, reforçando o sigilo, o anonimato e a guarda protegida dos arquivos, manifestada a anuência para tanto, iniciou-se a gravação e as atividades programadas.

Por conseguinte, para melhor compreensão, apropriação e significância das rodas de conversa para essas mulheres voluntárias, foi detalhado que o objetivo era promover um espaço de escuta e reflexão sobre o que representa ser mulher em nossa sociedade, com o intuito de compartilhar vivências, experiências e pensamentos, a fim de construir um olhar diferente sobre a realidade, adotar posicionamentos e desenvolver atitudes no cotidiano que tragam melhorias nas circunstâncias de vida de cada voluntária.

Ademais, foram estabelecidas algumas regras para um funcionamento efetivo e harmonioso dos encontros, conforme descrito no Anexo B, e que basicamente tratavam sobre a importância do respeito às falas das colegas, do sigilo, da empatia e do não julgamento acerca das experiências da outra participante. Foi já indicado que tais regras seriam lembradas logo no início de todos os encontros. Posteriormente, foi explanado que em cada roda de conversa seria

trabalhado um tema diferente, sendo o tema desta primeira “Quem sou eu e qual a minha história”, que teve por objetivo aproximar as integrantes entre si e com a pesquisadora, bem como de estabelecer um vínculo de confiança, respeito e reciprocidade.

Como estratégia para desenvolver a temática, utilizou-se uma dinâmica como disparadora e quebra-gelo, envolvendo papel, lápis de cor, caneta para que as participantes pudessem indicar – por desenhos ou escrita – pessoas que foram fundamentais em suas vidas, com o objetivo de identificar em que medida tais pessoas as influenciaram. Além disso, com essa dinâmica visava-se obter informações sobre a realidade econômica, cultural, social e histórica em que essas mulheres estavam inseridas.

As instruções fornecidas foram de que deveriam dividir a folha sulfite em quatro partes, devendo indicar três pessoas importantes na vida delas e no último quadrante da folha deveriam se representar de algum modo e apontar o que herdaram das demais pessoas. Logo em seguida, foi questionado, por mais de uma voluntária, o fato de não conseguir elencar três pessoas, sendo evidenciado, então, que não havia problema colocar menos que três pessoas; esta situação demonstrou a realidade de algumas terem uma rede de apoio reduzida. Outro questionamento foi se os conteúdos das atividades e seus relatos seriam repassados ao encarregado, o responsável por elas no trabalho; nesse momento reforçou-se novamente a confidencialidade das informações.

Tendo finalizada a tarefa, promoveu-se a socialização das histórias e foi possível perceber que todas as mulheres indicaram em primeiro lugar, como pessoa importante na vida, uma mulher – a mãe. Algumas voluntárias se emocionaram e foram além do solicitado na atividade, compartilhando espontaneamente aspectos de suas histórias pessoais. Esse desdobramento demandou um tempo adicional considerável, inviabilizando a realização da dinâmica subsequente, contudo, não se configurou como prejudicial, pois proporcionou às participantes se expressarem com liberdade. Foram relatadas histórias de muita vulnerabilidade, desproteção, violência, negligência e desigualdade social, de maneira que a temática da mulher parecia pequena, porém, na verdade acentuava ainda mais tais condições.

Nas discussões, emergiu a questão da ‘bondade de mãe’, caracterizada por ser boa demais para com os filhos, de modo a fazer tudo por eles. Em contrapartida, tiveram as falas: *“ser mãe é lindo, mas é pesado”* e *“mulher tem que valer por dois”*, evidenciando a sobrecarga da mulher que acumula vários papéis sociais. Também se manifestaram discursos relativos ao sentimento de culpa diante da negação dessa “bondade”, ou melhor dizendo, da indisponibilidade para satisfazer as necessidades de outros (Roda de conversa, 2023).

Por fim, as voluntárias solicitaram que fosse oferecido transporte para trazê-las às rodas de conversa, visto que muitas moravam longe e o transporte público era de difícil acesso, em virtude dos horários limitados. Em suma, o primeiro encontro foi dedicado à apresentação da proposta da roda de conversa e de seu objetivo, bem como ao estabelecimento de vínculo com as voluntárias, o que foi possível sem grandes resistências ou receio das participantes, sinalizando uma carência por parte delas de um espaço ou serviço que promova esse acolhimento. Nesse sentido, uma dificuldade encontrada foi o manejo de tantas demandas e vulnerabilidades manifestadas e que muitas vezes extrapolavam a finalidade da roda de conversa.

4.2.2 Encontro 2

O segundo encontro aconteceu no dia 18 de maio de 2023 e contou com a participação de somente duas voluntárias, uma vez que não foi possível atender institucionalmente à solicitação delas por transporte. Este problema foi resolvido posteriormente, com um ajuste de horários que viabilizou o comparecimento de mais mulheres às rodas de conversa. Cabe ainda a ressalva de que uma dessas mulheres que participou do segundo encontro não estava presente no anterior, sendo assim, realizou-se uma breve explicação do que se tratava a roda de conversa e das regras para o seu bom funcionamento. Este segundo encontro teve a duração aproximada de 90 minutos.

O tema trabalhado foi “Criação e educação de mulheres”, com o intuito de proporcionar a reflexão das diferenças estabelecidas pela sociedade e transmitidas pelos pais ou responsáveis na criação e na educação de meninas e meninos. Para tanto, iniciou-se pelo convite de trazer recordações da infância, por meio de algumas questões disparadoras (Anexo B), a saber: Como foi a sua infância? Do que você costumava brincar? Como foi sua criação? O que você imaginava ser quando crescer? Quem era o seu exemplo e por quê? O que diziam para você sobre como se tornar uma “boa mulher”? O que diziam para você a respeito do estudo?

O número de participantes mais reduzido permitiu que elas detalhassem melhor suas histórias, de modo até em alguns momentos fugir um pouco do tema, abordando assuntos do presente, ainda que o foco fosse o passado e a infância delas. As voluntárias tinham idade de 53 e 59 anos, e ambas relataram que precisaram trabalhar muito cedo e por isso puderam estudar somente até o 5º ano. O trabalho das duas participantes era ficar em casa para fazer os serviços domésticos e cuidar dos irmãos mais novos para que os pais pudessem sair para

trabalhar. Elas manifestaram o desejo de ter continuado os estudos a fim de conseguir um emprego melhor; uma sonhava em ser professora e a outra enfermeira, mas acabaram desistindo por não terem conseguido estudar quando mais novas e por falta de incentivo familiar. Com um pouco mais de idade e com os irmãos crescidos, uma delas relatou que foi trabalhar fora, como babá, em torno dos 14 anos de idade. A outra voluntária, por sua vez, também foi trabalhar como babá, aos 15 anos, pois sua mãe se separou de seu pai e foi morar com o padrasto, que tentou assediá-la sexualmente, levando-a a deixar a mãe e o padrasto e ir morar com a tia, procurando emprego para se manter.

Ao serem questionadas se notavam alguma diferença na criação entre mulheres e homens, no caso, somente uma delas tinha irmãos do sexo masculino, embora afirmassem que eram tudo igual, nas histórias que contavam ficava evidente a discriminação e quando confrontadas, justificavam. A exemplo disso, uma delas relatou que o serviço de casa sobrava tudo para ela, que os irmãos e a irmã não ajudavam porque trabalhavam. Quando confrontada sobre a condição atual, ela disse que marido e dois netos rapazes (que moram com ela) não ajudam em nada dos afazeres domésticos, apesar de ela também trabalhar fora como eles, e justificou que não adianta ficar brigando, que tem pavor de discussão, então, faz tudo sozinha. Ficou nítido, desse modo, como foram criadas para serem submissas, passivas e pacificadoras.

Uma das voluntárias contou que os pais tinham muita preocupação com ela e diziam para ela tomar cuidado quando fosse sair para trabalhar, “*para não dar confiança*”, contudo, os irmãos não recebiam a mesma recomendação, porque eram homens (Roda de conversa, 2023). Ainda sobre os conselhos e orientações dos pais, a mesma voluntária disse que eles falavam que era importante ser uma pessoa de bem e ter um bom casamento, revelando o destino final da mulher: cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Nesse encontro, foi possível notar o movimento de idas e vindas das voluntárias, com o intuito de ora reproduzir o discurso social dominante acerca da mulher – que a coloca numa posição de fragilidade e subalternidade, bem como manifestar passividade diante de uma realidade encarada como imutável –, e ora reconhecer a sobrecarga feminina e a necessidade de igualdade entre os sexos.

Além disso, foram identificadas a utilização de algumas expressões consideradas de caráter conservador, tais como: “*o conselho tutelar passa muito a mão na cabeça, por isso as crianças de hoje estão assim, na minha família quem não queria estudar, meu pai fazia ir trabalhar na roça e na minha família não tem nenhum bandido, todos os meus irmãos trabalham, não tem nenhum vagabundo*”; “*é dois caminho: o certo e o errado*”; “[pais] falava que a gente tinha que ser pessoa de bem e ter bom casamento” (Roda de conversa, 2023).

Após a escuta atenta das histórias emergidas das questões disparadoras e de outras realizadas para melhor detalhamento, foram, aos poucos e sutilmente, feitas algumas confrontações e reflexões com o intuito de demonstrar como a realidade foi e é construída socialmente e, sendo assim, é passível de mudança. De imediato, a reação das voluntárias é de identificação, reconhecimento e concordância quando evidenciadas as disparidades entre os sexos e a sobrecarga feminina, porém, quando se convida para a ação transformadora, notou-se novamente um discurso fatalista ou uma resistência, como por exemplo: “*homem tem que saber fazer serviço de casa, porque e se for morar sozinho?*” (Roda de conversa, 2023).

Por último, foi reproduzida uma música que aborda o empoderamento feminino e a mulher ser protagonista da própria vida, de modo a revolucioná-la. Em seguida promoveu-se uma reflexão relativa às pequenas mudanças que podem ser efetuadas no cotidiano, tais como colocar limites, impor as próprias vontades e dividir as tarefas domésticas, e que irão fazer a diferença no dia a dia, como diminuir a sobrecarga feminina, ter mais tempo para cuidar de si mesma, não ser passiva diante da realidade.

4.2.3 Encontro 3

A realização do terceiro encontro ocorreu no dia 25 de maio de 2023, e teve a participação de sete voluntárias. O tema a ser discutido no dia foi “trabalho e profissão”, com o intuito de abordar os diferentes tipos de trabalho, tanto o profissional quanto o trabalho doméstico. As mulheres participantes possuíam um trabalho em comum – varredoras de rua –, mobilizando várias discussões.

A princípio foi questionado sobre a representação do trabalho na vida delas, sendo comum a atribuição do sentido de o trabalho ser uma necessidade para a sobrevivência. Tal manifestação vem reafirmar o postulado por Marx (1844/2004) sobre o trabalho estranhado, como próprio da sociedade capitalista, de modo que essas mulheres se utilizam de sua atividade vital, que seria para o seu desenvolvimento humano e de sua consciência, somente como um meio para garantir a manutenção de sua existência. Isso também ficou evidente quando as voluntárias passaram a tecer considerações acerca do trabalho de modo a qualificá-lo como um trabalho fácil, ou seja, que não estimula o desenvolvimento de novas habilidades.

Ademais, as voluntárias revelaram certa união enquanto classe, no que tange a estabelecerem uma relação amistosa e fazerem combinados entre elas como, por exemplo, quando uma precisa entrar um pouco mais tarde em razão de algum compromisso ou por dificuldade, a outra não repassa a informação para o encarregado, pois consideram que também podem precisar

em outra ocasião e não querem prejudicar ninguém. Além disso, elas trabalham em duplas ou trios e expressaram que é importante manter um bom clima entre elas.

Outro dado relevante diz respeito à relação delas com o encarregado, que é homem. Relataram abusos de autoridade, tais como gritos, xingamentos, mandos e desmandos, castigos. Especificamente sobre os gritos, algumas manifestaram que conseguiam confrontar e exigir respeito, pedindo para falar baixo, pois não possuíam problema auditivo. Por outro lado, outras apontaram que algumas colegas não gostam de trabalhar e respondem negativamente diante de uma ordem. Neste último caso, elas consideraram que era justificada a atitude mais austera do líder.

Fizeram comparação com outros trabalhadores homens, também pertencentes à frente de trabalho, mas na realização de outro tipo de serviço: poda de árvores e recolha de entulhos. Elas consideraram que há mais homens para menos serviço, pois o serviço é mais dividido, e um é responsável por cortar, outro por reunir e outro ainda por recolher e, muitas vezes, demoram para recolher, o vento acaba esparramando a sujeira e sobra para elas limparem.

Quando perguntado sobre outros trabalhos que já realizaram, as mulheres afirmaram que já trabalharam como babá, cozinheira, faxineira, serviços gerais em instituições, empregada doméstica, trabalho rural e com carga-descarga, ou seja, a maioria exercia funções domésticas, tarefas consideradas socialmente como próprias de mulheres.

Posteriormente, foi realizada uma dinâmica em que foi solicitado que se escrevesse numa folha: 1) o que gosta e faz; 2) o que gosta e não faz; 3) o que não gosta e faz; 4) o que não gosta e não faz; 5) o que gostaria de fazer. No primeiro tópico, a maioria das mulheres indicou que gosta de trabalhar e desempenhar atividades domésticas, somente duas manifestaram gostar de se cuidar, conversar com amigas e se divertir. No que tange à segunda questão, não houve muita discussão, somente uma expressou que gostava de trabalhar como servente de pedreiro, mas não trabalhou mais. Por sua vez, o terceiro aspecto surtiu maior repercussão, sinalizando o volume de obrigações atribuídas às mulheres, e todas as respostas conduziram para afazeres domésticos, os quais eram de exclusiva responsabilidade de mulheres. Nesta seara, foram identificados alguns discursos conservadores e machistas como “*passar roupa é serviço de mulher*” e “*homem não é tão caprichoso igual a mulher*” (Roda de conversa, 2023). Em contrapartida, outras voluntárias discordavam trazendo experiências exitosas de tarefas domésticas desempenhadas por homens.

Assim sendo, foi promovido um debate potente com diferentes pontos de vista e confrontações. A pesquisadora também mediu de modo a fomentar mais a discussão, trazendo

elementos que questionavam a sobrecarga da mulher e este papel atribuído a ela como se fosse de ordem natural, acarretando na mobilização e reflexão das voluntárias. Mais uma vez, ficou evidente, de modo geral, o reconhecimento de que se trata de uma construção social essa atribuição de papéis às mulheres, sobrecarregando-as, causando indignação acerca dessa desigualdade de trabalhos entre homens e mulheres, porém, manifestaram a dificuldade em promover uma transformação, pois acreditam que os homens não vão mudar.

Por último, foram expostas manchetes de notícias sobre mulheres no mercado de trabalho, tais como: mulheres ocupam só 29% de cargos de liderança no mercado de trabalho; mulheres negras recebem 55% menos do que os homens na mesma função; mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens; mulher tem maior escolaridade e ganha menos que o homem; mulheres estão mais desempregadas do que os homens; mulher tem peso importante no trabalho invisível (trabalho não remunerado, afazeres domésticos, trabalho voluntário, cuidadora de idosos e preparo de refeições); mulheres que trabalham fora dedicam 73% mais horas que homens aos afazeres domésticos. A reação foi semelhante – revolta, sentimento de injustiça e desesperança –, ainda que por meio da mediação se tenha indicado a importância de pequenas mudanças no dia a dia, que quando somadas e coletivizadas podem gerar grandes transformações ao longo do tempo.

4.2.4 Encontro 4

A realização da quarta roda de conversa se deu no dia 1º de junho de 2023 e contou com a participação de quatro voluntárias, em razão da dificuldade ainda do transporte, que não havia sido resolvida. Além disso, as mulheres voluntárias solicitaram que o encerramento fosse um pouco mais cedo, pois algumas precisavam buscar o filho na creche, fato que refletiu na duração mais abreviada do encontro, em torno de sessenta minutos.

O tema que norteou as discussões foi “casamento”, sendo inicialmente apresentadas perguntas disparadoras, como: Quem aqui é casada ou mora junto com o companheiro? Das quatro voluntárias, duas eram casadas e duas eram divorciadas. Todas as participantes possuíam filhos, sendo as divorciadas responsáveis pelos filhos.

De modo geral, o encontro consistiu no compartilhamento das experiências dentro dos relacionamentos, as quais eram marcadas por muita pobreza, vulnerabilidade, criminalidade, desproteção e violência. Três das voluntárias relataram já ter sofrido traição, agressão física, moral e psicológica dos companheiros, e uma delas ainda se mantém no relacionamento com essas características em razão de não ter para onde ir, de não possuir outra

casa para morar. Essas mesmas mulheres relataram que, hoje, reagem à violência e entram em confronto corporal com seus companheiros se for preciso, até recorrendo a objetos para se defender (faca, tijolo, panela).

Ademais, por meio das histórias descritas, foi possível notar a dominação dos homens sobre as mulheres, de modo que, em caso de elas reagirem ou se oporem, eles lançariam mão da violência e até de outras estratégias que viessem a cercear a liberdade das suas companheiras. Neste contexto, um caso que se destacou foi aquele em que a voluntária contou ter sido presa injustamente quando o ex-marido, não tendo aceitado o término do relacionamento, incriminou-a colocando uma quantidade de drogas ilícitas em sua bolsa.

Os relatos dessas experiências permitiram identificar um padrão de comportamento masculino que considera a mulher um ser frágil e desprotegida, um objeto que satisfaz as necessidades do homem. Diante disso, emergiram discussões que giraram em torno do empoderamento feminino, pelo fato de não se submeter às vontades e arbitrariedades do marido ou de outro homem, da valorização, do fortalecimento e da libertação da mulher.

4.2.5 Encontro 5

Realizado no dia 15 de junho de 2023, o quinto encontro teve duração de 60 minutos e contou com a participação de 21 voluntárias. Cabe contextualizar que foi realizada a mudança de horário, a fim de solucionar a questão do transporte, por essa razão houve aumento significativo no número de participantes. Além disso, nesse dia ocorreu um contratempo com a instituição, sendo preciso alterar a sala, porque estava acontecendo um outro evento no anfiteatro, e o ambiente realizado neste encontro não estava adequado ao número de participantes, não ficando tão confortável estruturalmente para elas, acarretando o encurtamento da duração do encontro. Nesse sentido, a realização desta roda de conversa foi marcada por algumas dificuldades na condução, tendo em vista que o espaço causou certa desorganização e a quantidade elevada de participantes também gerou agitação, sendo necessária a intervenção com mais frequência para retomar o foco e ordenar as discussões.

O tema desenvolvido no quinto encontro foi relativo à maternidade e à paternidade, de modo que, após retomadas e explicadas às novas participantes sobre as regras de funcionamento da roda de conversa, foi exibido um vídeo sobre planejamento familiar, com a intenção de disparar reflexões e debates sobre se puderam fazer ou fazem um planejamento familiar e como ele é feito, como as decisões sobre a família são tomadas, entre outras. Das 21 mulheres ali presentes, somente uma não possuía filhos, sendo a mesma que conseguiu realizar

um planejamento familiar, expressando que, numa fase da vida queria ter filho, fez tratamento, mas não conseguiu engravidar e desistiu, atualmente, não deseja mais ser mãe e se preserva para tanto. As demais tiveram filhos sem planejamento e alegaram que planejamento familiar só era possível para pessoas com dinheiro, pois para o pobre não teria essa alternativa. Neste contexto, uma voluntária expressou que se tivesse condições financeiras, teria feito faculdade e não teria perdido tempo com homem, revelando a relação entre planejamento familiar e a questão de classe social, sendo reforçada também pela prostituição.

Ao aprofundar sobre o assunto, foi questionado sobre o acesso à informação e a maioria manifestou que quando engravidaram pela primeira vez não tinham o conhecimento sobre como se preservar e que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferecia gratuitamente métodos contraceptivos. Também atribuíram à gravidez precoce, a falta de orientação familiar, tendo em vista que antigamente a criação era muito rígida e não se tinha diálogo entre pais e filhos. Constataram que, nos dias de hoje, a informação já está mais acessível com a internet e com a quebra de preconceitos, possibilitando falar sobre qualquer assunto.

No que diz respeito aos encargos e às responsabilidades com o filho, elas afirmaram que deveriam ser divididos igualmente entre pai e mãe, mas a realidade é outra: muitos pais não assumem a paternidade, desaparecem, ficando toda a responsabilidade para a mãe. Ainda apontaram que, em alguns casos, outras pessoas acabam assumindo o papel do pai, tais como avós e outros companheiros. Quando investigado se o contrário acontece, no caso de a mãe abandonar um filho, somente uma voluntária afirmou que, dos seus 11 filhos, precisou deixar um com a avó paterna, ou seja, com outra mulher, já que o pai não assumiu a criança. Porém, ela manifestou se sentir culpada e triste por tal ação e justificou que não tinha condições financeiras para sustentar mais um filho e, com a avó paterna o seu filho tem de tudo, pois a situação é melhor. Nesse ínterim, foi investigado acerca dessa culpa, se elas achavam que os homens também a sentiriam por abandonar seus filhos e as reações foram enfáticas e exaltadas, indicando negativa e dizendo que sempre sobra para a mulher.

Por último, foi abordado sobre como separavam a maternidade da vida individual delas, das próprias necessidades como outro ser humano e mulher. Ficou evidente que a maioria se abstém de si própria em prol de satisfazer as necessidades dos filhos e até do marido. Somente 3 das 21 mulheres presentes expressaram que conseguem dedicar um tempo para si mesmas, seja lazer ou alguma forma de autocuidado, mas, nesses casos, uma delas não tem filho e as outras duas disseram que precisam dar um jeito para conseguir fazer isso, deixar o filho com o pai ou avó, tendo que partir delas, evidenciando o discurso social que considera como natural a maternidade e a responsabilidade exclusiva da mulher sobre o filho. Essas visões diferentes

proporcionaram um debate sobre a importância de se verem como pessoas que têm seus próprios desejos e necessidades.

4.2.6 Encontro 6

O sexto encontro foi realizado no dia 22 de junho de 2023, teve a duração de 90 minutos e contou com a participação de 20 voluntárias e tratou da temática sobre corpo e sexualidade. Inicialmente, utilizou-se como disparador e quebra-gelo a realização de uma dinâmica, conforme delineada no Anexo B, que basicamente consistia em se confrontarem com a própria imagem, após a mediadora ter realizado certo suspense e proferido frases de valor positivo sobre o que iriam encontrar ao abrir a caixa, na qual elas desconheciam o seu conteúdo (um espelho). A fim de contribuir com o clima de reflexão, foram reproduzidas duas músicas ao fundo sobre imagem, aparência, superficialidade, padrões de beleza e sexualização do corpo feminino (“Desconstrução” – Tiago Iorc e “Roda viva” – Chico Buarque).

A realização da dinâmica do espelho causou surpresa, estranhamento e, em certa medida, frustração, pois criaram expectativas com base no que a mediadora disse, tal como *“Vão encontrar algo muito importante, que precisa ser valorizado, amado e cuidado”* (Roda de conversa, 2023). As reações foram diversas: risos, euforia, decepção, indiferença e estarrecimento. Após todas terem ido até a caixa e olhado o seu conteúdo foram trazidas questões para começar a discussão, como, por exemplo, o porquê de ficarem surpresas ao se verem. Uma das voluntárias respondeu que era por estar velha. Foi interrogado, então, o que significava estar velha e, em seguida, estabelecendo aproximações com os padrões de beleza ditados pela sociedade.

Tendo desenvolvido o debate acerca dos ideais de beleza, suas origens e seus efeitos, ficou evidente a baixa autoestima da maioria das voluntárias, influenciada por esses padrões. Por conseguinte, passou-se a discorrer sobre o autocuidado como uma forma de elevar a autoestima, porém, as participantes tiveram entendimento disso como somente restrito ao campo estético. Ampliou-se então o debate, elencando as diversas formas de autocuidado: dedicar-se à própria saúde física e mental, atividade física, lazer, *hobby*, fazer algo por si e para si. Poucas mulheres se posicionaram de modo a conseguir exercer em suas vidas essa forma ampliada de autocuidado, sendo majoritária a manifestação da falta de tempo e da exaustão pela sobrecarga. Foi apontado o quanto nós, mulheres, somos criadas para servir e acabamos nos colocando em último lugar, também foi questionado o fato de que se nós não nos dermos valor,

não nos tomarmos como prioridade em nossas vidas, o outro também não irá nos reconhecer e nos valorizar.

Nesta seara, surgiu a temática sobre as decisões relacionadas ao corpo da mulher, inicialmente abordada pelas opiniões de terceiros em relação à forma como a mulher deve se vestir. A maioria expressou não se importar com o que o outro, geralmente o marido, pensa a respeito de como ela deve se vestir, mas algumas indicaram que, por exemplo, já trocaram de roupa em decorrência de um pedido ou avaliação negativa do companheiro e justificaram que era para agradá-lo e por respeito.

Quando provocadas se o contrário também existia, no caso de a mulher opinar o modo como o homem deveria se vestir, prontamente responderam de forma afirmativa. Contudo, ainda foram interpeladas em relação ao teor da avaliação, se era o mesmo para homens e mulheres, já ficaram mais exitosas. Foi indicado, assim, que a opinião sobre as roupas da mulher sempre era em relação ao pudor (roupa curta, justa ou decotada) ao passo que as relativas ao homem, não necessariamente. Ainda, uma vez questionadas a respeito da razão de os homens se sentirem no direito de pedirem para trocarmos por outra roupa mais comprida, a resposta foi de que deveria ser porque eles olham para as outras e eles não querem que nós sejamos vistas por outros homens. De forma complementar, foi indagado sobre o motivo de os homens quererem mandar no corpo das mulheres, sendo enfático o retorno: machismo!

O diálogo voltou ao campo dos padrões de beleza, neste momento, pela via da forma do corpo perfeito (corpo magro). Novamente, as participantes foram confrontadas com a influência da mídia, que apenas mostra corpos magros como ideais, e também com as reflexões sobre as transformações corporais que, especialmente as mulheres, passam ao longo da vida: puberdade, menarca, período menstrual, gestação, parto, pós-parto, menopausa, velhice. Houve compartilhamento sobre as experiências gestacionais e obstétricas, além dos diversos problemas hormonais que podem infligir as mulheres.

Com o intuito de contemplar o âmbito da sexualidade e da relação da mulher com o próprio corpo, foi proposta a dinâmica da “taponagem” que consistia basicamente na instrução de que se tocassem a si mesmas, em diferentes partes do corpo, sentissem sua pele e seu tato, fizessem um carinho em si mesmas. Mais uma vez a orientação foi recebida com admiração e risos. Foi reproduzida e posteriormente feita a leitura da letra da música “Pagu”, de Rita Lee, a fim de estimular a atividade e promover descontração. Para retomar a discussão, foi comunicada a percepção de dificuldade na realização da atividade por parte de algumas e justificaram por motivo de vergonha, por estarem em grupo. Foi indicado que o corpo da mulher deve ser visto como um corpo desejante, que possui suas próprias vontades, preferências e necessidades. A

reação delas foi a de que a mulher tem que estar sempre à disposição do homem, considerando que a relação sexual também deve ocorrer na hora que ele quer, pois ficam bravos e nervosos quando a mulher não cede às suas vontades.

Nesse quesito, foi proferida uma frase conservadora e machista: “*homem tem instinto*”. Esta frase foi confrontada e refletida de modo a indicar que instinto faz parte do animal e que o homem é humano e racional, logo, deve fazer o uso da sua racionalidade e humanidade, no que tange a respeitar a decisão do outro. Ademais, afirmaram que elas estão cansadas da dupla jornada de trabalho, ao passo que eles chegam em casa e ficam no sofá assistindo televisão, e quando elas finalmente vão se deitar para descansar, eles as procuram, cobrando-as por sexo. Assim, foi sugerida a efetivação de negociações com os companheiros, de modo que, se eles compartilharem a realização dos afazeres domésticos, as mulheres ficarão menos cansadas, portanto, mais dispostas na parte sexual. Todavia, a reação delas foi de modo a expor a violência doméstica: “*se a gente fala que não quer, eles vêm bater na gente*”. Por outro lado, elas mesmas se opuseram, nomeando a relação sexual forçada ou não consentida de estupro. Retomou-se a questão do instinto, reforçando que o homem, pela razão, compreende a vontade do outro e deve respeitar.

Oportunamente, houve a interrupção da coordenadora do CRAM, que veio esclarecer sobre o serviço prestado por essa instituição dedicado ao atendimento à mulher vítima de violência, apontou os tipos de violência – física, sexual, moral, psicológica –, falou sobre a campanha de conscientização que realizam – Agosto Lilás –, e deu abertura para quem desejasse conversar com alguma delas e conhecer melhor o serviço. Finalizado o recado, foi realizada uma breve síntese do encontro para seu encerramento, sendo reforçada a questão da valorização da mulher, de se colocar como prioridade e como sujeito desejante e digno de respeito.

4.2.7 Encontro 7

O sétimo encontro aconteceu no dia 6 de julho de 2023, com duração de 65 minutos. Teve como tema a violência doméstica, atendendo à demanda institucional que solicitou uma roda de conversa para tratar do assunto. Estiveram presentes 21 mulheres e, para motivar a discussão, foi exibido um vídeo que aborda sobre as definições de violência doméstica e apresenta dados estatísticos. Foram compartilhadas experiências, opiniões e crenças de modo que muitas relataram ter passado por situações de violência com seus companheiros. Afirmaram

que o homem não pode ser contrariado que já quer partir para a agressão e, ainda, atribui a culpa à mulher por tê-lo provocado.

Entre as experiências contadas, destaca-se a de uma voluntária que descreveu a violência doméstica que sua filha sofria e apontou a ineficiência da justiça, pois sua filha foi até a delegacia denunciar, mas não eram tomadas medidas efetivas. Neste contexto, a voluntária afirmou que a justiça somente funciona para o homem: “*a justiça é só pro homem*” (Roda de conversa, 2023). Promoveu-se, então, a reflexão de que isso acontecia porque os responsáveis por elaborar e colocar em prática as leis são homens. Esta mesma voluntária concordou e complementou dizendo que era necessário que tivesse um deputado ou deputada que lutasse pela mulher no Congresso. Outras participantes consentem de modo a expressar que: para a mulher, só resta a violência; e, pela lei Maria da Penha, os agressores ficam presos por pouco tempo e voltam a violentar as mulheres. Ainda, outra voluntária relata que sua filha era mantida em cárcere privado pelo marido, e quando ela descobriu, ligou para a polícia, mas esta instituição, por sua vez, vendo que conhecia o agressor, não tomou nenhuma medida, apenas falou que iria dar uma chance para ele, porque o conhecia.

Outras participantes compartilharam que preferem, elas mesmas, fazer justiça ou se defender por meio da violência, também: “*Maria da Penha já está dentro de casa, eu dou paulada, eu dou facada, corro atrás do meu marido, porque lei não faz nada*” (Roda de conversa, 2023). A partir disso, foi levantado o questionamento de que a violência somente geraria mais violência, de que seria preciso adotar outras medidas como a denúncia em outras delegacias ou em outros serviços públicos, além de recorrer a uma rede de apoio para conseguir se proteger mais.

Por outro lado, foi manifestado um discurso que pode ser advindo de preconceito ou de um conservadorismo, por considerar a mulher que volta a se relacionar com o seu agressor como “sem-vergonha”. Nesse sentido, de modo a ampliar e aprofundar o debate, foi explicado sobre o ciclo da violência, em que o homem, após cometer o ato violento, mostra-se arrependido, tenta reparar a mulher com agrados e carinhos; mas, após certo tempo, uma vez reconquistada a confiança, volta a agredi-la novamente, de maneira a criar uma dependência emocional da mulher, a qual sempre vai acreditar que ele pode melhorar. Também foi indicada a manipulação que o homem faz com a mulher, a ponto de fazê-la sair da posição de vítima e assumir outra de culpada pelo ato violento de seu companheiro. Uma voluntária, nesse ínterim, lembrou da questão do ciúme, que uma vez a mãe dela a alertou sobre um relacionamento e afirmou que não era ciúme, mas algo mais grave. Foi apontado que o ciúme é um dos principais motivos que os agressores

alegam para violentar as mulheres, mas, na verdade, o homem quer possuir e dominar a mulher como um objeto à sua disposição e ao seu controle.

Posteriormente, foi exibido outro vídeo, denominado “Como você reage à violência contra a mulher”, produzido pelo canal GNT, que mostra a reação de pessoas ao ouvirem gravações de ligações telefônicas na central de denúncia ou polícia, de mulheres que estavam sofrendo no momento violência doméstica. Aberta a discussão, sobressai-se o comentário de uma voluntária:

Eles têm que colocar na cabeça que a mulher não é mais dependente deles igual era antigamente, muitos anos antes. O homem é machista por causa disso: porque a mulher começou na dependência dele, então ele se sentia o grandão, e não acabou isso até hoje. Antigamente, mulher não trabalhava e era totalmente dependente do homem, por isso que eles criaram esse machismo dentro deles. O erro já veio do começo pra cá (Roda de conversa, 2023).

É possível dizer que esta participante, em alguma medida, percebe o patriarcado e o conservadorismo que preserva tradições que não mais condizem com a realidade. Isso foi trazido para reflexão de modo a trazer o tema da pesquisa de doutorado em questão e explicando o que é o conservadorismo, como crenças, costumes, condutas e tradições que vamos repetindo sem esta corresponder com a realidade. A mesma participante, que é uma mulher negra, então, complementou, que o mesmo acontece com o racismo, e acredita que por isso nunca vai acabar. Neste momento, é trazida à tona a questão do enfrentamento, tanto do machismo, do sexismo, do racismo, como de outros assuntos que nos limitem, pois é preciso lutar para findar, sendo meios para isso a conscientização, a educação, a mudança de hábitos e costumes. Isto posto, passaram a ser manifestadas experiências de enfrentamento, como não permitir que ninguém a diminua, criar os filhos homens para respeitar as mulheres e fazer serviços domésticos.

Em seguida, foi interpelado se conheciam a história da Lei Maria da Penha e somente uma respondeu afirmativamente. Sendo assim, foi realizada uma breve leitura que resumia a historiografia desta lei tão importante para as mulheres. As voluntárias reagiram com indignação diante de tantas violências e negligências. Ademais, também foram apontados dados estatísticos que registram os avanços conquistados por meio dessa lei, de forma a reforçar a importância da denúncia e do enfrentamento da violência.

Por último, para encerrar o encontro, foi realizada uma dinâmica, na qual foi distribuído um pequeno pedaço de papel em branco para as voluntárias e solicitado uma breve descrição do papel: branco, limpo e liso. Então, foi instruído que deveriam formar uma bola com o papel. Após todas terem amassado, foi pedido que tentassem desamassar e voltar o papel

ao formato original. Questionou-se, então, se conseguiram realizar a tarefa e negaram. Perguntou-se como estava a folha agora: amassada, com marcas, enrugada. Estabeleceu-se, assim, uma analogia com o que acontece com a vida da mulher que sofre alguma violência doméstica, fica com marcas que não são apagadas, por isso a importância de nos protegermos, não deixar ninguém fazer marcas na gente e, se tentarem, sabermos nos defender, por meio da denúncia.

4.2.8 Encontro 8

Ocorrido no dia 6 de julho de 2023, o oitavo encontro contou com a participação de 21 mulheres voluntárias e teve como tema “moral, tradição e costumes”. Essa roda de conversa consistiu na realização de uma proposta única de atividade, que foi retirada do trabalho de Pereira e Sawaia (2020), a qual gerou muita discussão, perfazendo um total de 90 minutos de duração do encontro. Em relação ao objetivo desta pesquisa – identificar manifestações do conservadorismo entre mulheres –, esse encontro foi o que mais proporcionou essas expressões e o debate sobre elas.

A atividade sugerida, conforme detalhada no Anexo B, consistiu na reflexão e estratégia de enfrentamento de uma frase do cotidiano e que estava disposta em uma caixa, em que cada voluntária deveria retirar uma. Nesse sentido, foram preparados previamente ditos populares e afirmações de caráter machista e conservador e disponibilizados em uma caixa, em que as voluntárias retiravam aleatoriamente um pedaço de papel dobrado contendo uma das assertivas para ser confrontada. O intuito desta atividade foi verificar as reações e os sentimentos despertados pelas frases, bem como as formas de enfrentamento por elas adotadas.

Para dar abertura à roda de conversa, tendo indicado o tema e verificado certa dificuldade de compreensão dele, foi necessária uma breve explicação sobre o que seria moral, tradições e costumes, a fim de fornecer exemplos cotidianos e experiências relatadas em encontros anteriores. Sendo assim, foi comunicado que moral se trata daquilo que define o que é certo e errado; as tradições seriam o que é transmitido de geração em geração e costumes seriam as práticas e ações comuns que temos no nosso cotidiano.

Posteriormente, fornecidas as instruções sobre a atividade, cada voluntária retirou um pedaço de papel com uma frase e, imediatamente, as reações começaram, tais como: “*essa frase está me deixando irritada*” (Roda de conversa, 2023). Foi destinado um tempo para elas refletirem sobre aquela assertiva e, em seguida, foi solicitado que cada uma lesse sua frase em voz alta e compartilhasse sua opinião e atitude diante dela.

A primeira frase a ser discutida foi “mulher tem que se casar de branco” e a voluntária respondeu agilmente em negativa e reconheceu que é uma tradição a mulher casar-se de branco. Quando indagadas sobre o significado dessa convenção, afirmaram representar a mulher pura. Disseram ainda que, atualmente, não se casa mais, porque é muito caro, hoje é comum morar junto, antigamente, para morar junto, tinha que se casar. Outra voluntária questiona a razão do homem não ter uma cor para casar e ninguém soube responder. Então, foi feita a mediação de forma a associar ao branco da pureza, se o homem não tem uma cor definida para se casar, é porque dele não seria exigida a pureza, assim como ocorre com a mulher, logo, o homem pode ter a vida que quiser ao passo que a mulher tem o dever de ser pura e estar resguardada em casa.

Outras duas sentenças causaram reações comuns, de indignação e raiva, sendo elas: “ela deve estar dando mole pra ele” e “tem mulher que dá motivo pra apanhar”. Também, em ambas as afirmações, as participantes argumentaram que a culpa sempre acaba recaindo sobre a mulher. Foi discutido que nenhum ato ou comportamento da mulher justifica a violência contra ela.

No que tange à frase “isso sempre foi assim e nunca vai mudar”, foi associada ao sofrimento da mulher em nossa sociedade: “*mulher nasceu pra sofrer, nós não temos vantagem em nada*”, demonstrando uma forma fatalista de enxergar a realidade (Roda de conversa, 2023). Neste contexto, promoveu-se uma confrontação para trazer à tona a possibilidade da ação e da mudança, recorrendo até ao exemplo anterior, em que identificaram mudanças no casamento, portanto, nada é imutável, podemos começar por pequenos atos em nossa vida e à nossa volta e, se nos unirmos, teremos maior força e transformação.

Ademais, ao abordar sobre o dito popular “mulher tem que se dar ao respeito”, foi indicado que o respeito cabe e é bom em todo lugar. Percebendo a dificuldade de uma compreensão mais profunda, foi questionado se homem também não teria que se dar ao respeito e se o homem também não deveria respeitar a mulher. Novamente, uma voluntária indagou a razão de não fazerem isso com o homem também. Foi respondido pela mediadora de que é por causa da sociedade ser machista e por colocar o homem no seu centro.

Em seguida, foi lida outra frase muito propícia para desenvolver o assunto da sociedade machista: “Ele é um garanhão/Dom Juan/galã, cada dia está com uma mulher”. As voluntárias começaram a rir ironicamente e com tom de desprezo, a mediadora se lembrou de outra frase que coloca a mulher na mesma situação, mas que tem avaliação diferente e pergunta se alguém tinha uma frase parecida, logo vem a resposta: “*Ela é uma piriguete/biscate/sem vergonha, cada dia está com um homem*”. Foi evidenciado que a mesma

circunstância é vista para a mulher como negativo, ao passo que para o homem é positivo e, imediatamente, uma participante retorna: “*pra mulher é sempre um xingamento*” e a mediadora complementa que é para reafirmar que o homem tem direito a tudo e a mulher a nada (Roda de conversa, 2023).

Foram discutidas afirmações que visavam considerar a mulher como irracional, movida somente pela sua natureza e pelas emoções, com a intenção de desacreditar o que ela está dizendo ou agindo, tais como: “deve ser a TPM”; “mãe desnaturada”; “você está louca”. As voluntárias reconheceram que isso é falado para tirar a razão da mulher. Acrescentou-se que, além disso, também é para retirar a responsabilidade das ações deles sobre as mulheres, uma vez que “*choramos ou ficamos nervosas porque eles motivaram isso na gente, não é somente uma questão hormonal ou de natureza*”. Ainda, afirmaram que, às vezes, o humor do homem fica pior que o da mulher que sofre no período pré-menstrual, outra voluntária completou se referindo ao homem: “*imagina, se já batem na gente sem TPM, imagina se tivessem*” (Roda de conversa, 2023). Especificamente, sobre o dito “mãe desnaturada”, é como se a mulher já nascesse sabendo ser mãe e isso foi questionado às participantes e elas responderam obviamente que aprenderam, porém, a mesma lógica não é atribuída ao pai, sendo ilustrado por uma delas que a vizinha a nomeou assim, mãe desnaturada, por sair e deixar os filhos em casa com o pai. No julgamento da mulher como louca, se equipara a mulher a um animal, como se não fosse dotada de racionalidade, sendo invalidado aquilo que ela afirma.

Causaram reações e discussões semelhantes frases que possuíam conteúdo acerca de formas de controle e julgamentos sobre o comportamento da mulher, bem como padrões de beleza estabelecidos para ela. Foram indicadas e refletidas as frases: “Você nunca vai conseguir um homem agindo assim”; “Lugar de mulher é na cozinha”; “Você deveria ter sido linda quando era mais nova”; “As meninas bonitas não se comportam assim”; “Se você não se cuidar, ele vai procurar outra”; “Não use essa roupa, vai chamar muita atenção”. A partir dessas frases, foi possível observar indignação e estratégias de enfrentamento mais efetivas, de modo a se negar ao lugar de submissão imposto por esses discursos, tais como: “*eu preciso de homem para quê?*”; “*meu lugar nunca foi na cozinha, eu não gosto*”; “*vai pra cozinha quem está com fome*”; “*eu sempre fui e sou linda*”; “*menina bonita ou feia se comporta como quer*” e “*ai que eu uso a roupa mesmo*” (Roda de conversa, 2023). Contudo, ainda emergiu uma fala que indicou certa passividade e conformismo diante da realidade da mulher ser a única responsável pelos afazeres domésticos, pelo fato de os homens estarem acostumados a serem assim, pois as mulheres fazem tudo, e quando confrontadas a mudar a atitude e passar a não fazer tudo, expressaram acreditar que eles vão continuar não fazendo nada dentro de casa, ao passo que

outras manifestaram que o homem aprende a se virar quando vive sozinho ou a mulher está doente.

De caráter mais conservador, a frase “A justiça tarda, mas não falha” gerou discordâncias, mas ainda sobressaiu a consideração de que a justiça é muito falha e em várias situações, e somente confiam na justiça divina. Diante do exposto, é possível concluir que as voluntárias conseguem perceber a ineficiência da justiça, porém atribuem ao divino a transformação da realidade, manifestando novamente a passividade diante da problemática identificada. Confrontadas, então, de que podemos e devemos lutar pela justiça aqui (e não esperar somente pela divina), exemplificando com o caso da Maria da Penha, que se tivesse desistido de fazer justiça aqui, hoje não teríamos a Lei Maria da Penha, uma voluntária respondeu: *“ah, mas tem que ter cacife. Se fossem mulheres pé de chinelo como nós, não teria conseguido”* (Roda de conversa, 2023). Com a finalidade de romper o fatalismo, ainda se insistiu na importância de se recorrer a um movimento mais coletivo, reunindo mais pessoas e com o apoio de movimentos sociais, a fim de fazer mais pressão popular e alcançar maior visibilidade. Todavia, foi argumentado que, se agissem assim, seriam reprimidas pela polícia. Tentou-se contrapor pelo viés da necessidade de elaborar atos organizados para evitar esse tipo de reprimenda. Outra voluntária, indicou como solução o armamento da população feminina: *“toda mulher deveria ter um 38 carregado, queria ver qual o homem ia ter coragem”* (Roda de conversa, 2023). Mediou-se que violência somente geraria mais violência e não promoveria transformação, houve concordância de outra voluntária que manifestou que, se matassem por legítima defesa, ainda seriam consideradas erradas.

Outro dito popular também de cunho conservador, “Família vem em primeiro lugar”, outras reações emergiram em sentido de oposição. De imediato, após lida a frase foi respondido que dependeria de cada família e outra voluntária completou que família para ela é mulher e filhos. Foi aprofundada a discussão com a mediação de que geralmente esta frase é utilizada para tornar a mulher refém e submissa à família como, por exemplo, às vezes é uma família em que ocorre violência doméstica, mas a mulher tem dificuldade em sair desta condição, pois pensa que precisa conservar sua família. Nesse contexto, uma participante contou a experiência de ter sido aconselhada pelo pastor, líder religioso, a perdoar em nome da família que Deus a concedeu, ainda, que a mulher deve ser submissa ao seu marido, e expressou sua indignação ao ouvir isso.

Portanto, por meio dessa roda de conversa foi possível notar que as voluntárias conseguem enxergar, com certo grau de criticidade, algumas situações em que as mulheres são reprimidas e de conteúdo conservador, de modo a adotar algumas atitudes de enfrentamento

efetivas e outras, porém, recorrem ao uso da violência ou da atribuição ao divino como estratégia de recusa ou transformação.

4.2.9 Encontro 9

O nono e penúltimo encontro ocorreu no dia 13 de julho de 2023 e contou com a presença de 21 participantes. Foi abordado o tema “Política, militância e protagonismo social”, tendo duração total de 90 minutos. Como em todos os demais encontros, foram retomadas as regras para o bom funcionamento das discussões e foi dada maior ênfase, por se tratar de um tema que pode conter divergências, sendo fundamental o respeito.

Como disparador, foi trazido o assunto das eleições, em que se questionou como as voluntárias conduziam as escolhas de seus candidatos. prontamente foi respondido que escolhiam em razão dos benefícios concedidos, de modo a já revelar o seu candidato nas últimas eleições presidenciais, que foi o petista. Afirmaram que somente o Lula dá aumento de salário e faz alguma coisa para o pobre; consideraram, ainda, que os demais políticos candidatos à presidência nas eleições de 2022 apenas roubaram e prejudicaram os pobres. Outra voluntária expressou que não existem muitos critérios a seguir para escolha de candidato: *“de tanta coisa suja que a gente vê, não tem um candidato que é certinho, aquele lá que vai me favorecer é o que eu vou votar”* (Roda de conversa, 2023). Há concordância nessa assertiva de modo a complementar que isso ocorre em razão do dinheiro e do poder.

Duas voluntárias manifestaram que discutem sobre política em suas famílias, uma delas disse que, às vezes, saía até briga e outra revelou que na família dela era um diálogo saudável, que cada um possuía um ponto de vista, mas que se respeitavam. As outras 19 participantes não se posicionaram sobre este assunto, podendo ser sinal de uma cultura que não valoriza o debate político.

Por conseguinte, passaram a ser tecidas considerações acerca dos candidatos e dos eleitores dos últimos candidatos à presidência: Bolsonaro e Lula. Indicaram uma questão de classe na escolha do candidato ao afirmar: *“todo rico é a favor do Bolsonaro”* e *“o pior é ser pobre, não ter o que comer e votar no Bolsonaro”*. Também foi evidenciado o tensionamento político da última eleição: *“eu fiquei com medo quando o Lula ganhou. Bolsonaro mata!”* e *“Bolsonaro fez lavagem cerebral nas pessoas”*. Nesse sentido, é importante observar que a cidade em que se situou a realização desta pesquisa e onde estas voluntárias estão inseridas, teve maior número de eleitores bolsonaristas do que lulistas (Roda de conversa, 2023).

Ademais, foi trazida à tona a temática da pandemia de Covid-19, vivenciada no governo bolsonarista, e foram elaborados comentários relativos à forma como Bolsonaro, como presidente, conduziu a pandemia no país. Todas as avaliações manifestadas foram negativas, como: *“ele ria da desgraça dos outros”*; *“falou que não era coveiro enquanto morria um monte de gente”*; *“ele roubou no meio da pandemia, quantas pessoas morrendo e ele falando pro povo não tomar vacina. Até oxigênio faltou”*; *“Bolsonaro roubou a primeira vacina, demorou para comprar”* (Roda de conversa, 2023). Além disso, foram feitos relatos de perdas que ocorreram em decorrência da Covid-19 e também foi indicado como foram feitas manobras políticas, usando a vida das pessoas como um meio de obter mais lucro.

Outro questionamento proposto foi se já haviam votado alguma vez em uma candidata mulher para algum cargo político, a resposta foi afirmativa por algumas voluntárias, outras ficaram em silêncio. Neste momento, uma das participantes revelou sua pretensão em se candidatar a vereadora: *“aliás vou me candidatar para vereadora. Vou dar para gari 13º salário. Aliás, fiquei sabendo que em outras cidades, gari é registrada, nós temos que correr atrás. Sem contar que o salário é 1.520 e o nosso é 1.320 reais”* (Roda de conversa, 2023). Cabe ressaltar que, essa mesma voluntária chegou, no primeiro encontro, muito abalada emocionalmente por ter perdido recentemente o marido assassinado, segundo ela, por um traficante.

Nesse sentido, a mediação tratou de validar aquele posicionamento, indicando aquela atitude como uma forma de protagonismo social, ou seja, se reconhecer como capaz de assumir um cargo político. Outra possibilidade de protagonismo social seria via parceria e apoio a uma candidatura que incluísse em suas pautas as nossas reivindicações. A possível futura candidata à vereadora continuou: *“a gente não tem férias, não tem 13º, não tem salário-mínimo, tem cabresto no setor, é complicado, é só trabalhar. Não tem registro em carteira. É escravidão modernizada. Não aceita atestado médico”* (Roda de conversa, 2023).

Todavia, outra voluntária elucidou sobre a dificuldade de apoio entre as próprias colegas, pois algumas levavam informações ao encarregado. Foi enfatizado, então, que a militância acontece quando as pessoas se unem e se reconhecem como pertencentes à mesma classe, em situações iguais, ganhando o mesmo salário, exercendo a mesma função, e unidas enquanto classe de trabalho, são mais fortes. Outra voluntária concorda: *“se chegar sozinha na garagem, não vamos conseguir nada. Temos que nos unir, pegar um advogado que entende da lei, ele vai lá falar na prefeitura por nós, que a gente tem que ser registrada”* (Roda de conversa, 2023).

Por outro lado, foi trazida a realidade de que, se elas forem lutar por seus direitos, serão dispensadas de seu trabalho e, como elas precisam dessa fonte de renda, acabam se

silenciando. Nesse ínterim, apontou-se a necessidade da organização de uma estratégia mais elaborada que consiga confrontar essas ameaças, empoderando-se de seus direitos, buscando alianças, entre outras.

Em seguida, foi exibido um vídeo que abordava de forma breve a história de Marielle Franco, socióloga, ativista e política brasileira, eleita vereadora do Rio de Janeiro, fazia oposições políticas em defesa dos Direitos Humanos, de movimentos feministas, negros e de favelas, mas foi assassinada brutalmente no ano de 2018. Aberto para discussão sobre o vídeo, uma voluntária comentou: *“se ela tivesse viva hoje, já teria feito muita coisa, ela olhava muito pelos direitos humanos, ia em presídio, favela, atravessava o morro, ela botava a cara dela na frente”* (Roda de conversa, 2023). Portanto, foi reforçado o grande legado deixado por Marielle, que deve inspirar nosso protagonismo e nossa militância social.

A voluntária que indicou seu desejo em se candidatar à vereadora manifestou que precisa de 638 votos para se eleger nesta cidade, podendo sugerir que esta intenção talvez não tenha emergido somente no contexto dessa roda de conversa, mas que tenha sido anterior. A irmã dessa voluntária, que também estava participando do encontro, contou sua atitude frente ao mal funcionamento do serviço de saúde da cidade, que não demonstrou celeridade em um caso considerado de urgência por ser cirúrgico, em que o filho dela estava em sofrimento e precisava colocar uma prótese. Ela relatou que procurou saber sobre os seus direitos, o que o SUS oferecia e foi exigir junto à secretária da saúde que providências fossem tomadas para o caso de seu filho e ela concluiu, então, que é preciso saber com quem falar.

Assim sendo, a experiência trazida foi validada de modo a indicar que a informação é a nossa maior arma, já remetendo ao discurso frequente das voluntárias sobre armamento. Entretanto, foi apontado pela voluntária que as pessoas têm preguiça, mesmo com a informação acessível nas palmas das mãos (*smartphones*). Porém, se não buscarmos por nossos direitos e fazer valê-los, ninguém fará isso por nós.

Ademais, foi reproduzido outro vídeo relativo ao movimento feminista, em que se principiou o diálogo pela verificação do entendimento das voluntárias sobre a consideração colocada pelo vídeo de que as mulheres ocupam uma minoria. Nesse sentido, foi explicada essa assertiva demonstrando que, em número, as mulheres constituem a maioria da população, mas, em cargos de liderança, os homens são maioria, logo, a representatividade política é majoritariamente masculina, embora em termos populacionais a mulher seja maioria. Também esse fato foi associado à tradição e ao conservadorismo que reproduzem a crença de que política não é lugar para mulher. Uma voluntária manifestou que, para dar valor ao povo, somente deveria ser permitida a entrada de pessoas trabalhadoras na política e não de pessoas

enriquecidas. Imediatamente, a outra voluntária já emendou: *“não sei se vocês sabem, pra ser vereador tem que continuar trabalhando onde estava anteriormente. Sendo vereadora e continuando como gari, vou atrás de direitos nossos, tudo que que é frente de trabalho vai se beneficiar. Preciso de 638 votos”* (Roda de conversa, 2023).

O vídeo também abordou sobre o aumento da taxa de feminicídio e quando questionadas atribuíam alguma causa a essa realidade, disseram ser em virtude da Lei Maria da Penha, que foi criada, mas não terminada, pois não protege as mulheres. Argumentaram que a mulher sai da delegacia apenas com um papel relativo à medida protetiva para se proteger e que papel não segura homem violento. Mais uma vez, as voluntárias expressaram o discurso favorável ao armamento, alegando que deveria ser dada uma arma para as mulheres se protegerem dos homens.

Nessa conjuntura, realizou-se a provocação de que esse discurso pró-armamentista era utilizado pelo ex-presidente e que ele adotou medidas que facilitaram o acesso às armas, sendo indagado se elas conseguiram comprar armas. Evidentemente, elas riram e afirmaram que, naquela época, não tinham nem dinheiro para comprar comida, que dirá para comprar arma. Assim, promoveu-se a reflexão de que se o armamento da população fosse liberado, iria armar os pobres ou os ricos, bem como as consequências disso. Portanto, foi retomada a importância da informação e da militância social, porém as voluntárias se mostraram resistentes, evidenciando a ineficiência no sistema de justiça no país, que é uma realidade.

Por fim, foi realizada uma síntese do encontro e de seus objetivos, de forma a enfatizar a questão da necessidade da união como classe trabalhadora e mulheres a fim de fazer valer a lei. Ainda, que somente revolta e atos violentos não promovem mudanças efetivas, mas o conhecimento e a organização coletiva sim.

4.2.10 Encontro 10

O décimo encontro ocorreu no dia 20 de julho de 2023 contou com a participação de 21 voluntárias, que possuíam idades entre 26 e 59 anos, e teve duração de 90 minutos. Por se tratar do último encontro, teve como objetivo realizar uma síntese geral dos encontros anteriores, fornecer e solicitar devolutiva sobre a experiência das rodas de conversa, por essa razão o tema proposto foi “ser mulher”.

Inicialmente, foi reproduzida a música “Desconstruindo Amélia”, de Pitty, como um recurso disparador de discussões. A partir dela emergiu o relato de uma participante que

compartilhou que estava passando responsabilidades para os filhos, que já são adultos e ainda vivem com ela. Com base no trecho da música que diz: “Ela foi educada pra cuidar e servir/De costume esquecia-se dela/Sempre a última a sair”, essa mesma voluntária completou que ela cuidava de tudo e de todos e se deixava em último plano e que começou a pensar sobre isso e, então, decidiu colocar responsabilidades para os filhos a fim de ter mais tempo para si mesma. Tal atitude foi validada pelas demais voluntárias e pela mediadora.

Ao refletir sobre outro verso da música – “Disfarça e segue em frente/Todo dia até cansar” –, emergiram falas que demonstravam as exigências impostas às mulheres que as esgotavam e as deixavam em disparidade com as obrigações masculinas, de modo que afirmaram que elas trabalhavam fora e dentro de casa, ao passo que o homem chega em casa, vai descansar e ainda ao final da noite vem querer namorar. Nesse sentido, foi refletido acerca do significado deste “disfarçar” que a música propõe, no que tange ao comportamento da mulher de relevar, fazer vista grossa e continuar sendo submissa ao marido. Portanto, foi indicada outra frase da música para complementar essa análise – “E eis que de repente ela resolve então mudar” –, de modo a evidenciar que essa realidade só vai se alterar se a mulher mudar o seu comportamento, pois para os homens está cômodo e eles não vão mudar se as mulheres continuarem fazendo tudo sozinhas.

Por conseguinte, foi abordado o título da música “Desconstruindo Amélia”, com o intuito de demonstrar que a mudança precisa ocorrer primeiro em si mesma, no que diz respeito da mulher se ver de outra forma, se negar a esses discursos sociais que a submete a inúmeras exigências e a coloca em posição de subalternidade, para conseguir realizar mudanças dentro de si e ao seu redor. Neste ínterim, a voluntária comentou que, a partir das discussões promovidas pelas rodas de conversa, começou a pensar mais, pois era uma realidade que ela vivia e que a fazia se sentir cansada e sobrecarregada, de modo que conseguiu tirar esse fardo dela ao exigir dos filhos a divisão das responsabilidades sobre a casa e o quanto ficou aliviada após tomar essa atitude.

Outra voluntária compartilhou que também divide obrigações da casa com os filhos em termos de contas a pagar, mas que ainda assim os filhos são muito dependentes dela. Mais uma vez, outras vulnerabilidades acabam sobressaindo e ela retoma a dificuldade de os filhos superarem o assassinato recente do pai. Esta voluntária se emociona ao relatar o quanto o filho está traumatizado e tenta protegê-la para não ter o mesmo fim que seu pai. Foi promovido um acolhimento e orientação da voluntária que, aos poucos, se acalmou.

Retomado o foco, foi questionado se outras voluntárias também sentiram que os encontros as ajudaram de alguma forma. Uma delas mencionou que havia conseguido expulsar

o marido de casa e que, embora o filho dela tenha ficado comovido com a situação do pai na rua e o colocado novamente para dentro de casa, agora o seu marido está “*pianinho*”, ou seja, estava respeitando as condições e os limites impostos por ela e que, assim, conseguiu equilibrar as coisas dentro de casa (Roda de conversa, 2023). Nesse sentido, foi reforçada a importância da mudança e como nada na vida é constante, logo, não podemos olhar a realidade como imutável, e devemos ser agentes de transformação.

Posteriormente, foi reproduzida outra música, “Maria Maria”, de Milton Nascimento. Como foi percebida certa dispersão das voluntárias, optou-se pela realização da leitura da letra da música e, em seguida, realizar alguns destaques para promover o debate. Uma voluntária apontou que essa música transmite a força que a mulher tem, sendo confrontado um trecho da música que diz: “Uma mulher que merece viver e amar”, considerando que muitas mulheres não se permitem viver como desejam, isto é, segundo a canção, “E não vive, apenas aguenta”. Nesse contexto, uma voluntária desabafou: “*eu já fiz isso, só aguentar*” (Roda de conversa, 2023).

Passou-se, então, a debater a razão de a mulher sempre precisar se mostrar forte e indicaram que choram escondidas. Ao tentar refletir sobre os motivos disso, foram elencados: o julgamento, a incompreensão, o medo de se mostrar frágil, e a perda da autoridade. Assim sendo, é possível interpretar que as mulheres muitas vezes reprimem seus sentimentos, numa tentativa de se reafirmarem, de serem validadas pela sociedade, de se assemelharem à insensibilidade e rigidez dos homens. Portanto, foi asseverado que a mulher não tem o dever de ser sempre forte, que ela pode se permitir aos momentos de crise, sendo estes, aliás, propulsores de significativos desenvolvimentos. As voluntárias concordaram e compartilharam situações difíceis que vivenciaram e como saíram fortalecidas delas.

Além disso, foi percebido que uma das voluntárias cantou junto com a música e, então, foi questionado o que representa essa canção para ela. Respondeu que ouviu muito essa música na infância, quando participava de um projeto social de coral para crianças e que ela gostava de cantar. Nesse sentido, foi articulada a questão da expressão dos sentimentos por meio da música e da arte de forma geral e que também se constituiria uma forma de autocuidado e de lazer. A voluntária ainda completou que gosta de dançar e cantar, que sai em barzinhos, se distrai vendo pessoas diferentes e se diverte.

Para aprofundar a discussão, foi indagado o que significa ser mulher hoje e, mesmo após as reflexões acima, foi respondido que ser mulher é ser tudo. Novamente se confrontou se precisávamos ser tudo, replicou a voluntária: “*não né, mas às vezes é melhor do que depender dos outros*” (Roda de conversa, 2023). Outra voluntária já emendou afirmando que todos os

dias deveriam ser dia das mulheres, fazendo referência à comemoração do Dia Internacional da Mulher. Verificou-se, então, se sabiam a razão de possuímos uma data comemorativa e logo outra participante manifestou que foi por causa do patrão de uma fábrica ter trancado e colocado fogo nas suas funcionárias. A mediação completou que essas mesmas mulheres estavam reivindicando por melhores condições de trabalho, e que esta comemoração seria para marcar a luta de mulheres por direitos e por igualdade.

Foi trazida à tona como a tradição coloca a mulher como ser inferior, sendo apontado os textos bíblicos que também evidenciam o homem como o centro e a mulher como subalterna a ele, a começar pela própria história da criação da humanidade. As voluntárias concordam afirmando que isso vem de longe. Para confrontar esse lugar que a tradição atribui à mulher, foi retomado brevemente o assunto tratado nos encontros, fornecendo uma espécie de devolutiva às voluntárias:

Não somos inferiores, somos diferentes, mas temos as mesmas capacidades que os homens e queremos igualdade. Mas, tem uma sociedade que quer nos controlar. Escutamos aqui muitas histórias de muita força, sofrimento, mas muita força. Precisamos ter umas às outras pra nos apoiar. Não podemos desistir de nós mesmas (Roda de conversa, 2023).

Destarte, foi solicitado *feedback* das participantes e afirmaram que foi muito bom, que gostariam que houvesse mais encontros, e que vão sentir falta. Para encerrar a roda de conversa foi realizado um agradecimento às voluntárias pela contribuição com a pesquisa e entregue um mimo para cada uma, acompanhado de uma frase que continha termos que foram trabalhados no decorrer dos encontros: “A sociedade é patriarcal, machista e conservadora, mas a mulher é resistente e firme na luta por seus direitos, por igualdade e por mudar tudo aquilo que não pode mais aceitar”.

4.3 OS NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO E SUA CONSTITUIÇÃO

Os dados advindos da intervenção de pesquisa por meio dos grupos dialógicos e reflexivos com mulheres trabalhadoras remuneradas foram organizados, apresentados decifrados e interpretados pelo procedimento metodológico dos núcleos de significação e das categorias dialéticas com o propósito de atender a premissa do método materialista dialético de ultrapassar a aparência do objeto e alcançar a sua essência, para que se produza um conhecimento mais fiel à totalidade complexa e multideterminada do objeto. Conforme Aguiar, Soares e Machado (2015a, 2015b), os núcleos de significação possuem como raiz

epistemológica a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e constituem-se um processo dialético alicerçado nos princípios da totalidade dos aspectos objetivos e subjetivos que compõem as significações construídas pelo indivíduo; das contradições, as quais conferem o movimento e configuram a relação entre o particular e o universal; e da transformação pela atividade dos sujeitos. Nesse sentido, trata-se de um processo não linear, ainda que possua fases procedimentais, marcado pelo movimento de idas e vindas, de construções e reconstruções para a compreensão das significações.

Ademais, os núcleos de significação não podem ser tomados como um mero dispositivo de investigação, mas um instrumento auxiliador no processo de apropriação das significações formuladas pelo sujeito diante da vida concreta. É uma metodologia que possibilita o pesquisador a compreender o “processo de constituição das formas de significação”, ultrapassando os limites do empírico, “da aparência das palavras (significados)” para alcançar a sua essência, a “dimensão concreta” das palavras, os sentidos (Aguiar; Soares; Machado, 2015a).

Os pesquisadores indicaram como recursos de coleta de material entrevistas, narrativas, histórias de vida, relatos escritos, autoconfrontação, vídeo gravação, entre outros; que viabilizem o “acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e os significados” (Aguiar; Ozella, 2013, p. 308). No caso dessa investigação, optou-se pela realização de grupos dialógicos e reflexivos, com registro de áudio e de transcrição.

Conforme Aguiar e Ozella (2013) e Aguiar, Soares e Machado (2015a, 2015b), o instrumento metodológico dos núcleos de significação se organiza em quatro fases, a seguir descritas, que ocorrem de modo dialético.

FASE 1 – Os pré-indicadores

A primeira fase consiste na identificação dos pré-indicadores, a qual se dá por meio da leitura sistemática do material transcrito do registro verbal, de modo a destacar conteúdos que indiquem maior carga emocional (Aguiar; Soares; Machado, 2015b, p. 64). O trabalho do pesquisador, nessa primeira etapa, se concentra em observar e sublinhar os elementos particulares da fala das participantes, detectando as repetições, a ênfase e a entonação de certas palavras ou expressões.

Portanto, segundo Aguiar e Ozella (2013, p. 309), os pré-indicadores são “trechos de fala compostos por palavras articuladas que compõem um significado, carregam e expressam a totalidade do sujeito e, portanto, constituem uma unidade de pensamento e linguagem”. Cabe

a ressalva de que os autores sinalizam que os pré-indicadores devem ser compreendidos na tríade dialética – tese-antítese-síntese –, uma vez que são produções subjetivas mediadas por elementos históricos, culturais e sociais.

FASE 2 – Indicadores

A segunda fase é marcada pela formulação dos indicadores, que ocorre por meio do processo de aglutinação dos pré-indicadores, considerando os critérios de similaridade, complementaridade e contraposição, a fim de condensar o número de indicadores. O propósito principal dessa etapa é atingir uma abstração que possibilite maior aproximação dos sentidos edificados pelo sujeito. Tendo salientado as partes (os pré-indicadores) do todo (o discurso integral), é necessário fazer a reintegração à totalidade, com o intuito de constituir uma nova dinâmica de articulação, já que os significados só podem emergir pela inserção e relação na totalidade do que foi produzido e expresso pelo sujeito.

FASE 3 – Núcleos de significação

Este movimento procedimental é fundamentalmente dedicado à síntese, ou seja, baseado na superação do discurso aparente, daquele que é desvinculado da condicionalidade sócio-histórica, almejando alcançar, por meio da articulação dialética dos indicadores, os sentidos que integram histórica e dialeticamente a linguagem e o pensamento do sujeito, formando sua realidade concreta.

Nesse sentido, a formulação de núcleos de significação trata-se de um processo construtivo-interpretativo, porque está transpassado pelo entendimento crítico do pesquisador no tocante à realidade. Este caráter interpretativo é devido ao processo em que o pesquisador condensa e sintetiza os indicadores convertendo-os em núcleos de significação, de modo que “Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que tragam implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente e que revelem as determinações constitutivas do sujeito” (Aguar; Ozella, 2013, p. 310).

FASE 4 – Análise dos núcleos de significação

A quarta e última fase consiste na análise que principia pelo processo intranúcleo, em que se pretende compreender os conteúdos por meio de elementos singulares do sujeito, apreendendo as relações estabelecidas com outros indivíduos e eventos, e progredindo em direção a uma vinculação internúcleos, no intento de construção de sínteses mais complexas, revelando de modo mais fiel o movimento do sujeito.

Ainda, nessa etapa “realiza-se uma reflexão sobre as contribuições teóricas que se pôde alcançar, retoma-se o objetivo de pesquisa e destacam-se os resultados que permitem responder da melhor maneira a questão formulada” (Aguiar; Soares; Machado, 2015a, p. 37898-37899). Em suma, “este movimento analítico interpretativo não deve ser restrito à fala do informante, ele deve ser articulado (e aqui se amplia o processo interpretativo do investigador) com o contexto social, político e econômico, permitindo o acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade” (Aguiar; Ozella, 2013, p. 311).

Isto posto, foram constituídos os núcleos de significação para analisar os dados emergidos das dez rodas de conversa com mulheres. Vale lembrar que se trataram de encontros temáticos que abordaram a história de mulheres; a educação e a criação de mulheres; trabalho e profissão; casamento; maternidade e paternidade; corpo e sexualidade; violência doméstica; moral, tradição e costumes; política, militância e protagonismo social; e, ser mulher. A formulação dos núcleos de significação se deu por meio de um processo construtivo e interpretativo que visa captar o movimento do objeto estudado e a sua essência. Sumariamente, as fases desse processo foram compostas pela constituição de pré-indicadores – destaque de falas com maior carga emocional ou repetição; indicadores – aglutinação por similaridade, complementaridade ou contraditoriedade; núcleos de significação – síntese e superação do discurso aparente para compreensão dialética da realidade sócio-histórica. Diante disso, foi sistematizado o Quadro 1, a seguir, para melhor compreensão deste processo interpretativo e visualização dos resultados.

Quadro 1 - Constituição de Núcleos de Significação

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES	NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
1. A gente está se vendo velha.	Ser mulher	Ser mulher na sociedade capitalista burguesa
2. Eu pensei quão gata eu sou.		
3. Ninguém é perfeito.		
4. Sempre dei um jeito [de me cuidar] desde quando eles eram nenéns.		
5. Mulher nasceu pra sofrer. Nós não temos vantagem em nada.		
6. Cada um sofre de um jeito diferente.		
7. Pra mulher é sempre um xingamento.		
8. A gente mulher é muito forte.		
9. Ser mulher é ser tudo.		
10. E a gente ainda se sente culpada.		
11. É só violência pro lado da mulher.		
12. É tudo culpa nossa.		
13. Eu sou como minha mãe, minha mãe sempre fez tudo.	Representações sobre ser mãe	
14. Ser mãe é lindo, mas é pesado. Mulher tem que valer por dois.		
15. Vida de mulher é muito sofrida.		
16. Eu já quis filho, não veio. [...] Depois desisti e sempre me preservo, porque eu não quero mais.	Família concreta	Família real <i>versus</i> patriarcalismo e conservadorismo
17. Planejamento familiar é só pra quem tem dinheiro. Pobre, embucha, casa e acabou.		
18. Papel do pai? Mesmo da mãe. [...] Não acontece isso na realidade.		
19. Sou chefe de família.		
20. Minha família sou eu e meus filhos.		
21. Uma vez ouvi isso do pastor, tem que perdoar, é a família que Deus te deu.		
22. É dois caminhos: o certo e o errado.	Expressões de conservadorismo	
23. Tinha que ser pessoa de bem.		
24. Homem tem instinto.		
25. Eu gostaria de ter estudado pra ter um emprego bom.	Sentidos de trabalho	Exploração, opressão, vulnerabilidade e violência <i>versus</i> revolta,
26. Eu era doida pra ser enfermeira, mas depois fui pegando medo, fui desistindo.		

27. Trabalho é o orgulho do pobre.		emancipação e libertação
28. Não existe trabalho de homem e de mulher, hoje é tudo igual.		
29. Passar roupa é serviço de mulher.		
30. É só trabalhar. Não tem registro em carteira. É escravidão modernizada.		
31. Aquela ali oh tem mais de 12 anos trabalhando aqui sem direito a nada.		
32. O homem só trabalha fora de casa e a gente trabalha nos dois lugares.		
33. Minha companheira não tem com quem deixar a filha, aí a gente opta por vir [trabalhar] de madrugada.		
34. O outro encarregado era ruim, xingava as meninas de vagabunda, gritando na rua.		
35. A justiça é do lado dos homens.	Percepção da realidade	
36. O homem é machista por causa disso: porque a mulher começou na dependência dele, então ele se sentia o grandão e não acabou isso até hoje. [...]O erro já veio do começo pra cá.		
37. Eles acostumam que a gente faz tudo.		
38. Todo rico é à favor do Bolsonaro.		
39. O pior é ser pobre, não ter o que comer e votar no Bolsonaro.		
40. Eles estão roubando de nós.		
41. Os grandes acham que pobre é burro.		
42. A mulher vai lá na delegacia, faz o boletim, mas quem volta pra casa com ela.		
43. Tem dia que a gente sai no murro, na luta corporal [...] eu pego faca, pego tijolo, jogo panela de pressão.		
44. Eu apanhava do pai da minha filha, batia em mim e ainda me colocou na cadeia		
45. Mas infelizmente não são unidas, as novatas aí que entrou agora, são tudo linguarudas.		
46. Eu enfrento, eu sou mais eu. Eu não deixo ninguém me diminuir.	Estratégias de enfrentamento	
47. Eu não criei eles [filhos] pra bater em ninguém.		
48. Eu preciso de homem pra quê?		

49. Toda mulher deveria ter um 38 carregado, queria ver qual o homem ia ter coragem.		
50. Aquele lá que vai me favorecer é o que eu vou votar.		
51. Vou me candidatar para vereadora.		
52. Se todo mundo se unir, a gente tem que ir à garagem municipal e [...] depois invadir a prefeitura.		
53. Se o homem vier me bater, eu coloco o papel [medida protetiva] na cara dele? Tem que dar o papel e uma arma junto.		
54. Eu fazia isso, eu cuidava tudo dos outros e me deixava pra lá, eu mudei isso.		
55. Consegui equilibrar as coisas dentro de casa.		

Fonte: Informações obtidas da intervenção de rodas de conversas com mulheres (2023).

De posse dos núcleos de significação, é possível realizar a análise deles, a qual foi esquadrinhada com base na interpretação dos dados emergidos do campo interventivo e investigativo, por meio do método materialista dialético e de suas categorias teóricas. Sendo assim, foi somente após sucessivas aproximações do objeto de estudo – a atividade languageira de um grupo de mulheres em encontros temáticos –, seja pelas intervenções em si seja pela revisão e análise dos seus registros. Vale lembrar que a análise dos núcleos de significação consiste no exame intranuclear e vinculação internúcleos para construção de sínteses mais complexas e de um conhecimento mais aprofundado. Por conseguinte, conforme indicado no Quadro 1, acima, foram criados três núcleos de significação: 1) ser mulher na sociedade capitalista burguesa; 2) família real *versus* patriarcalismo e conservadorismo; e 3) exploração, opressão, vulnerabilidade e violência *versus* revolta, emancipação e libertação, os quais são decifrados a seguir.

4.3.1 Núcleo de significação 1: ser mulher na sociedade capitalista burguesa

Este núcleo de significação compreende a totalidade complexa e diversa da vivência feminina no âmbito do capital, que engloba os indicadores “ser mulher” e “representações sobre ser mãe”. Assim sendo, este primeiro núcleo de significação é composto pela categoria *mulher*, que, como dito anteriormente, corresponde à unidade mínima de análise do objeto de estudo

focalizado, ou seja, como o elemento mais essencial, síntese das multideterminações do concreto.

O acento dado à categoria mulher foi justamente por ela conseguir representar a totalidade da intrincada experiência dessas mulheres no cerne da sociedade capitalista, pois ela é tomada como uma formalização de mulher, isto é, como uma forma social que é própria e só deve ser compreendida no contexto capitalista, que estabelece modelos relacionais e relações sociais conforme as suas necessidades. Por conseguinte, a forma social mulher deve ser tratada histórica e conjunturalmente como resultante das relações capitalistas, já que é utilizada, assim como outras formas sociais (pessoa negra, por exemplo), para justificar e naturalizar o funcionamento social (Perez; Ercolano; Costa, 2024).

É possível fazer a análise intranuclear da coexistência de elementos que enaltecem e supervalorizam a natureza da mulher, bem como de aspectos que a inferiorizam e a oprimem. Especificamente, os fatores de enaltecimento da mulher parecem ser utilizados como justificativa para uma sobrecarga advinda da superexploração de mulheres. Nesse sentido, é por via da romantização dos corpos femininos, da vitalidade da mulher, que elas são capturadas e conformadas a essa condição de serem as mais expropriadas pela sociedade capitalista burguesa. Este dado empírico é confirmado por Marx e Engels (1845-1846/2007); Engels (1884/1984, 1845/2010), bem como por autoras do feminismo materialista, Saffioti (1976, 1978, 1981, 2004) Cisne (2018) e Guillaumin (2014), de modo que os primeiros indicaram a exploração das mulheres já no ambiente familiar, ao serem subordinadas ao poder patriarcal e também no contexto fabril com os menores salários; ao passo que as feministas, complementarmente, evidenciaram o acúmulo de jornadas de trabalho pela mulher (duplas e até triplas), em detrimento da desigualdade salarial e do preconceito em comparação à condição do homem no mercado de trabalho, bem como a indicação da apropriação total do corpo da mulher (sexagem), à qual ela é determinada a se colocar inteiramente à disposição da sociedade, desde os produtos de seu corpo (prole e aleitamento), até seus serviços (cuidado de dependentes e funções de conservação).

Nesse sentido, a categoria *mulher* contempla a realidade observada tanto em uma dimensão simbólica, tendo em vista crenças, educação, moral, religião e costumes típicos da vivência feminina na sociedade capitalista, quanto na esfera econômica, concernente à divisão social do trabalho, exploração e alienação. No campo do simbólico, a forma social mulher é expressa pelas voluntárias, especialmente no que tange à maternidade, aparecendo como um imperativo biológico, como se a mulher somente realizasse plenamente sua natureza pela

maternidade, mas também como uma contingência social no que tange à desigualdade social, que pode levar à prostituição e à falta de planejamento familiar, como exemplificadas pelas falas: *“Eu tenho 11 filhos, um seguido do outro. Com 11 anos fui expulsa da minha casa. Me prostituí”* e *“Planejamento familiar é só pra quem tem dinheiro. Pobre, embucha, casa e acabou”* (Roda de conversa, 2023), além do dado empírico de que das 21 voluntárias, somente 1 delas se declarou não ser mãe.

Ademais, todas as voluntárias elegeram como maior referência em sua criação, uma mulher, mãe ou avó, indicando a centralidade da mulher na conservação da vida de outras pessoas; o que está em consonância com a manifestação delas de que a mulher sempre coloca o outro como prioridade e se sente culpada caso negue ou não possa desempenhar esse cuidado do outro, sinalizando como a moral, a educação e a cultura condiciona a mulher a este papel social. Nesta seara, a categoria teórica mediação colabora na compreensão dessa culpa expressa pelas voluntárias, uma vez que esse sentimento é construído e internalizado por meio de mediadores que estiveram presentes no desenvolvimento e ao longo da vida dessas mulheres, revelando o caráter histórico e social dessa culpa. Em outras palavras, são disseminados discursos sociais e outros símbolos por meio das artes, da mídia, da educação, da religião, da moral, do conservadorismo e da cultura de forma geral, que apresentam um padrão de mulher, o qual é repassado e ensinado às meninas como um ideal a ser seguido, de modo que qualquer distanciamento desse modelo culmina na culpa vivida pela mulher.

Cabe notar que, contraditoriamente, as mulheres participantes do estudo demonstraram possuir a percepção da opressão a que são submetidas por meio da vivência de sobrecarga, acúmulo de responsabilidades e até mesmo de sofrimento, porém tomam isso como um destino natural e imutável, de modo que manifestaram culpa, por vezes não dar conta desse papel atribuído a elas. Saffioti (1976) postulou acerca desse fenômeno em seus estudos, de modo que tais teorias naturalizantes eram utilizadas para deslocar a origem das desigualdades de gênero e sociais como um todo, para aspectos biológicos, sendo, portanto, possível notar que as voluntárias reproduzem essa lógica que as aprisiona.

Saffioti (2004) também observou que esse sentimento de culpa emerge de situações em que mulheres precisam conciliar o trabalho profissional com os afazeres domésticos, de modo a se sentirem culpadas quando estão no meio laboral por estarem abandonando o lar. Ainda, a autora indicou que, quando se trata de mulheres pertencentes às camadas sociais mais baixas, torna-se um imperativo o desempenho de ambos os papéis, ao passo que em classes privilegiadas é possível uma “escolha” em não realizar algum desses tipos de trabalho e a

dedicação exclusiva a somente um papel social (Saffioti, 1981). Ademais, Saffioti (1978) apontou que a inconsistência do modelo feminino se revela na configuração social de classes e na segregação social, que a libera para o trabalho profissional, mas que continua aprisionando-a ao trabalho doméstico. Para outra teórica, a feminista norte-americana Friedan (1963/1971), esse sentimento de culpa faz parte da “mística feminina”, da incompatibilidade do padrão social de mulher com a totalidade da vivência e da potência feminina, para que a mulher fique restrita ao ambiente doméstico, conforme proposto pelo constructo social.

Outro dado que foi categorizado como condizente à forma social mulher é a adoção de postura passiva e submissa diante das suas condições, sobretudo quando comparadas às dos homens, afirmando não gostarem de discutir e assumindo um estado de paralisia ou estagnação e desesperança no que diz respeito à possibilidade de mudança. Novamente, o conceito de mediação comparece na interpretação desse fenômeno da mulher agir com passividade e submissão, pois as mulheres são bombardeadas de discursos sociais advindos da religião e do conservadorismo, que reforçam esse comportamento, como o trecho bíblico que recomenda que as “mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor” (Bíblia, 1990, Ef 5:22). É a moral conservadora que é resistente à mudança em nome dos valores que foram provados pelo tempo e que na verdade sustentam a lógica social (Souza, 2016). Foram discursos das voluntárias que indicaram tal análise: *“eu saio primeiro que ele de casa, não tira a mesa do café e fica lá, ele não tira, se a manteiga estiver na mesa, vai derreter tudo”*; *“Ah, a gente ainda acaba fazendo, porque é difícil, eu não gosto de discutir, sou inimiga de discutir”* e *“sou só eu de mulher, marido, meu pai e dois netos. Eu sozinha pra fazer tudo”* (Roda de conversa, 2023).

Cumpramos observar que o discurso religioso foi evidenciado como um mediador, no sentido marxista, que contribuiu na formação de valores e condutas de vida dessas mulheres, e atua como reforçador dessa submissão feminina, *“uma vez ouvi isso do pastor, tem que perdoar, é a família que Deus te deu”*, porém, ao mesmo tempo esta mesma voluntária reage de forma a romper com esta lógica: *“Que papo é esse que mulher tem que ser submissa ao homem!?”*, demonstrando a contraditoriedade da vivência feminina que ora é capturada pela ideologia dominante, ora consegue perceber e resistir a tais limitações e opressões impostas à mulher. No âmbito da religião, Saffioti (1976) já havia observado que a Igreja igualava mulheres e crianças, a fim de restringi-las ao máximo ao ambiente familiar e doméstico e o quanto a vivência de mulheres era moldada para atender a esses ideais religiosos. É possível afirmar, também, que esse discurso religioso e essa submissão a uma figura de autoridade, no caso das voluntárias a homens (companheiro, pai, filho e irmão), em certa medida está vinculada a uma espécie de

conservadorismo, pois preserva a ordem social vigente, a qual está ligada ao patriarcado, poder paterno, e também se vale dos princípios religiosos para se perpetuar (Netto, 2013; Souza, 2015).

Por outro lado, foi percebida uma postura diferente de voluntárias mais jovens, por conseguirem se opor de maneira mais assertiva a essa forma de mulher mais docilizada e pacata: *“lá em casa é assim, minha casa, minhas leis e minhas regras”*; *“eles têm que colocar na cabeça que a mulher não é mais dependente deles igual era antigamente, muito anos antes. O homem é machista por causa disso: porque a mulher começou na dependência dele, então ele se sentia o grandão e não acabou isso até hoje”*; *“Meu filho tem dia que fala, mãe não vai fazer janta, eu falo eu não, não estou com fome, estou vendo tv, você tem duas pernas e dois braços, vai lá e faz. Já cresceu.”* (Roda de conversa, 2023). Quando a voluntária afirmou que a mulher, a princípio, era dependente do homem, isso corresponde à divisão sexual do trabalho que foi realizada para fomentar o sistema produtivo patriarcal; logo, é uma segregação parcial e desigual que é o pilar “estruturante da exploração e opressão da mulher” que foi construída histórica e socialmente (Cisne, 2018, p. 99).

Além disso, outro aspecto que compõe este primeiro núcleo de significação, ser mulher na sociedade capitalista burguesa, e que esteve presente nas rodas de conversa foi a questão do padrão de beleza, que é mais exigido socialmente das mulheres, por ter um corpo magro e jovem, sendo possível associar a um tratamento social sexualizado da mulher, o qual deve estar sempre bem aparente e atrativo aos olhos dos homens para que eles possam usufruir delas sexualmente (Guillaumin, 2014): *“Meu namorado uma época falou que eu estava muito gorda. Fiz dieta, comi berinjela, sofri, fui no banheiro igual pato”* e *“A gente está se vendo velha”* (Roda de conversa, 2023). Somente duas voluntárias expressaram contentamento com a autoimagem, refletindo o rompimento com esse padrão cultural de beleza: *“Eu pensei quão gata eu sou”* e *“Eu gosto do meu corpo, eu sempre fui gordinha”* (Roda de conversa, 2023).

No âmbito econômico, a forma social mulher é marcada pela superexploração, conforme já analisada por estudos anteriores de Saffioti (1978), que apontou a mulher como o ser mais espoliado em razão dos baixos salários e do acúmulo de funções, e de Engels (1845/2010), sinalizando o caráter histórico da superexploração feminina, que na época era vista como uma mão de obra mais barata a ser empregada no meio fabril. Portanto, o que insere a mulher em situações de subalternidade e exploração é a ideologia racista-patriarcal-capitalista que a condiciona a este lugar social (Cisne, 2018). Nas rodas de conversa, essa superexploração da mulher ficou evidente pela manifestação da sobrecarga em que vivem as voluntárias, ao assumirem funções profissionais e domésticas, sendo esta última na maioria das vezes de forma

exclusiva ou majoritária, ou seja, sendo as principais ou únicas responsáveis por elas. Nesse sentido, elas afirmaram que “*vida de mulher é muito sofrida*” e que “*mulher nasceu pra sofrer*”, atribuindo ao sofrimento feminino uma destinação natural e esperada. Por outro lado, quando analisaram suas condições de vida em comparação com a dos homens, perceberam a discrepância, “*nós não temos vantagem em nada*”, e a maior responsabilidade imposta às mulheres, “*ser mulher é ser tudo*”, isto é, a mulher precisa dar conta de tudo, da vida profissional e da vida familiar, de modo que muitas indicaram ser até chefes de família, em razão da ausência masculina (abandono do lar ou não assumir a paternidade) ou da insuficiência masculina expressa na incapacidade de prover a família.

É importante notar que é possível analisar essa expressão “*ser mulher é ser tudo*” pelo viés da perspectiva feminista, especialmente pelo conceito de sexagem, cunhado pela teórica do feminismo materialista francófono Guillaumin (2014), para designar a apropriação integral da mulher, conforme visto anteriormente, em que os encargos destinados às mulheres, sejam esposas, mães, filhas ou irmãs, são tidos como algo natural e costumeiro, como já obrigatoriamente esperados dela tanto em âmbito privado como na esfera pública.

Também foi representante da superexploração da mulher o fato de algumas voluntárias relatarem que precisaram parar os estudos, pois eram obrigadas a desempenhar funções domésticas. Este fenômeno está atrelado ao que Marx (1859/2008) postulou sobre a força de trabalho da mulher se transformar em mercadoria, quando inserida na sociedade capitalista, já que adquire valor de uso, utilidade social por atuar na conservação da família e do homem como mão de obra principal, bem como valor de troca, como trabalho empregado na produção de bens permutáveis. Dito de outro modo, uma vez a mulher sendo a única responsável pelas funções domésticas, o homem fica mais livre para ser mais explorado também no mercado de trabalho, como expresso pelas participantes deste estudo: “*Com 12 anos parei de estudar, porque eu tinha que fazer o serviço de casa*”; “*serviço de casa é de mulher*” e “*passar roupa é serviço de mulher*” (Roda de conversa, 2023). Destarte, é indubitável a importância da contribuição da mulher para a conservação da família e, consequentemente, para a produção de riqueza social ao longo do tempo e em diversos territórios, já que a família é a primeira forma de propriedade privada e o cerne do capital (Saffioti, 1978; Marx; Engels, 1845-1846/2007).

Neste cenário, o elemento mediador da vivência dessas mulheres foi a criação e a educação de mulheres, que incute nelas essa missão social de cuidar da casa e da família, de modo que, conforme registrado por Saffioti (1976), durante um longo período, a educação era sexista de forma a possuir currículos escolares diferentes para meninas e meninos, em que a

elas era ensinado somente o coser, costurar, cuidar e bordar, e foi possível visualizar algumas voluntárias ficando restritas e reproduzindo essa lógica. Ademais, vale dizer que essa missão de zelar pela família é valorizada e reforçada socialmente por meio de diversos mediadores, entre eles o conservadorismo, em virtude do seu papel econômico da família, que, por meio da reprodução dos valores e da transmissão da herança, preserva as propriedades em determinada classe e eterniza a ordem social (Netto, 2013). Por conseguinte, a mulher é tratada como escrava e serva do lar e da família, sendo um “reservatório de força de trabalho”, uma “máquina-de-força-de-trabalho”, sempre à disposição do seu proprietário, o patriarca, o chefe de família, logo, “desposuída” de si mesma (Guillaumin, 2014, p. 33).

Todavia, algumas delas conseguem ter a percepção, ainda que não tenham uma ação transformadora, uma espécie de consciência transitiva ingênua (Freire, 1967), de que poderiam ter outro futuro se tivessem estudado: *“Hoje eu sinto falta do estudo, hoje eu poderia ser outra coisa: professora, eu gosto muito de criança, as menores”* e *“Eu gostaria de ter estudado pra ter um emprego bom”* (Roda de conversa, 2023).

Contraditoriamente a essa exploração intensificada da mulher e a esse dever social da mulher dar conta de tudo (trabalho, casa e família), o núcleo de significação ser mulher na sociedade capitalista burguesa também incorpora a ideia da fragilidade feminina, de modo que a mulher deve estar sempre tutelada por um homem. Esta suposta de fragilidade feminina corresponde ao ideário de inferioridade natural da mulher que foi veementemente combatido pelo movimento feminista (Garcia, 2011; Saffioti, 2004). Esta circunstância foi evidenciada por voluntárias de mais idade, podendo denotar a presença mais vigorosa do patriarcado, da moral, da tradição e do conservadorismo, conforme a fala:

Eles falavam que a gente tinha que saber com quem a gente casava. Eu só tive dois namorados, e casei com 21 anos. Não tinha a mesma preocupação com irmãos, porque eles eram homens né. Falava que a gente tinha que ser pessoa de bem e ter bom casamento. [...] Com mulher os pais tinham mais cuidado (Roda de conversa, 2023).

Destarte, a forma social mulher é marcada pela contradição, considerando que, ao mesmo tempo que é exaltada pelo crivo da maternidade – sendo elevada em sua natureza exclusiva quando desempenhada, de maneira a justificar, reforçar e reproduzir esse exercício da maternidade pela mulher para perpetuar a família e a sociedade –, ela também se torna aprisionada pela maternidade, visto que a manutenção da prole é tida como uma responsabilidade exclusiva da mulher, a fim de torná-la condicionada e colaborativa ao funcionamento societário. Ainda, por possuírem esse denominado dom de gerar a vida,

conseguem ter a capacidade de quase que divinamente se abdicar de si mesmas e colocar o outro como prioridade, sendo este outro não somente o filho, mas qualquer outro indivíduo. Sendo assim, as mulheres devem aceitar passiva e docilmente este dever natural e romantizado, que a condiciona ao cuidado do outro, da família e da casa. Esteticamente falando, a forma social mulher condiz com a objetificação do corpo da mulher, de modo que ela precisa estar com aparência jovial e em boa forma física, pois caso contrário não despertará o desejo e não satisfará sexualmente os homens. Na esfera econômica, a forma social mulher perde aquela superioridade da maternidade para assumir uma inferioridade natural que a incapacita de ser autônoma, pois é considerada um ser frágil, de baixa intelectual e física, e que depende da tutela masculina para se guiar, sendo atribuída a ela cargos mais operacionais a serem acumulados com funções domésticas que são próprias da mulher, já que não exigem tanto refinamento intelectual. Contraditoriamente e dialeticamente, este núcleo de significação – ser mulher na sociedade capitalista burguesa – integra inferioridade natural para o trabalho com superexploração, acarretando a fruição social da mulher em sua totalidade.

4.3.2 Núcleo de significação 2: família real *versus* patriarcalismo e conservadorismo

Este segundo núcleo de significação reúne os indicadores “família concreta” e “expressões de conservadorismo”, em que foi possível destacar, na atividade languageira das voluntárias, a contradição entre o discurso social de cunho conservador, moralizante e religioso e a realidade vivida por essas mulheres, no que diz respeito à família. Nomeadamente, notou-se a reprodução de discursos acerca da representação de família, que são próprios do conservadorismo e do patriarcalismo, de forma a enaltecer a tradição, a estrutura familiar alicerçada no poder paterno e a preservação da família a qualquer custo, indicando ser esta pertencente ao divino. Vale mencionar que este fenômeno se realiza não por uma escolha consciente dessas mulheres acerca deste padrão de família, mas por via da ideologia da classe dominante, que tem interesse de manter a ordem social que é estruturada e sustentada pela família patriarcal, e da alienação, de forma que essas mulheres tomam a realidade em que vivem como natural e imutável (Cisne, 2018).

Complementarmente, é possível verificar que essas mulheres foram criadas neste modelo de família patriarcal, de dominância masculina, em que se ensinava a ideologia, os valores e os costumes próprios do conservadorismo, com a finalidade de educar as crianças para se adaptarem à sociedade, como evidenciado pelo discurso de uma voluntária: “*Na minha família quem não queria estudar, meu pai fazia ir trabalhar na roça e na minha família não*

tem nenhum bandido, todos os meus irmãos trabalham, não tem nenhum vagabundo” (Roda de conversa, 2023). Neste relato fica explícita a autoridade paterna que é própria do patriarcado, conforme concebido por Lerner (2019, p. 390): “manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral”. Ainda, também ficou notório o valor negativo atribuído a bandido e vagabundo, que são avessos à produtividade e ao trabalho, que são tão enaltecidos pelo capitalismo e reforçados pelo conservadorismo. Ademais, nesse mesmo sentido, destaca-se a fala “*É dois caminhos: o certo e o errado. A gente quer que vai no caminho certo, porque a gente sempre foi certa, né. Honestidade é tudo*” (Roda de conversa, 2023), indicando a reprodução da ética e da moral capitalista (Weber, 1904-1905/2004).

O padrão de família propagado pelo conservadorismo e incutido nas mulheres é aquele que se fundamenta na soberania paterna, cujas decisões são tomadas exclusivamente por homens, cabendo à mulher a subalternidade e a conservação do lar e de seus membros. A família conservadora além de patriarcal, também é cristã, de modo a tomar a mulher como sinônimo de pureza, virgindade, delicadeza e fragilidade, a qual deve ser protegida e tutelada por uma figura masculina, assim como as crianças. A mulher é elevada, realizada plenamente quando exerce a maternidade, quando se torna uma “deusa-mãe”, pelo fato de dar sua vida por sua prole, sendo essa sua missão natural e divina: zelar e conservar sua família.

Por outro lado, concomitantemente, as participantes revelaram a experiência concreta de família muito oposta a esse ideário conservador de família como bem maior. A família ideal preconizada pelo conservadorismo e patriarcalismo é aquela que protege, que provê, incentiva e estimula o desenvolvimento, já a família real, o cotidiano da vivência em família, ou seja, a realidade social na qual já nasceram imersas e precisaram se adaptar a ela (Heller, 1985), se mostrou não ser tão protetora e provedora, menos ainda incentivadora, conforme o relato:

Eu parei de estudar, estudei só até a 5ª série. Responsabilidade era minha, tinha que olhar os meus irmãos. [...] Só tinha carne e refrigerante em festas. Hoje os jovens têm de tudo e só querem saber de droga ou fazer filho e acho que isso é um pouco por causa do governo, do Conselho Tutelar que passa muito a mão na cabeça. [...] Não tinha tempo para estudar. Eu sentia falta dos meus pais, não via eles durante o dia. Eu gostaria de ter estudado pra ter um emprego bom (Roda de conversa, 2023).

Outro enunciado manifestou o caráter ameaçador e violento da família real, “*Quando meu padrasto bebia, vinha querendo agredir, preferi eu sair, trabalhar, ir morar com minha tia. Meu padrasto, eu tinha ele como pai, e ele falou que não tinha eu como filha*” (Roda

de conversa, 2023). Contraditoriamente, apesar de a figura masculina ao longo das suas histórias de vida nem sempre ter se mostrado como protetora, ainda assim, todas as voluntárias afirmaram conviver com algum homem (pai, marido/companheiro ou irmão) e ter buscado construir uma família nos moldes conservadores, pois este parece ser o único destino possível para elas. Porém, a “família do comercial de margarina”, disseminada pela mídia e pelos diversos meios simbólicos, durou pouco, quase nada ou jamais se realizou na vida dessas mulheres, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social, desproteção e até de violência que enfrentam. Pelo patriarcado, a autoridade paterna, que era responsável por administrar e prover a família, porém, na vivência concreta, se manifestou a maternidade solo, assumindo a função de mulheres-mães-chefes de família, pois a paternidade de seus filhos não foi assumida ou foi de forma insuficiente.

Cabe observar que é por via do patriarcado, da dominância masculina sobre as mulheres, que elas são exploradas, até mesmo sexualmente, “*uso físico sexual*” da mulher (Guillaumin, 2014, p. 35, grifo da autora), de modo a se sentirem obrigadas a satisfazer sexualmente seus maridos e companheiros, mesmo que esse não seja seu desejo, já que sem o sexo, a chamada consumação do matrimônio, a união pode até ser anulada. Foram exemplos dessa condição: “*Ah, mas tem homem que não dá sossego. Homem não quer a velhice não. Homem tem mais disposição que a gente. Eles ficam bravos, nervoso*”; “*Aí se a gente fala que não quer [namorar], eles querem bater na gente*” e “*ainda quer namorar depois, a gente cansada*” (Roda de conversa, 2023).

Assim sendo, o que as voluntárias denominam por família diverge do preconizado pelo discurso social religioso e conservador, de modo que, ao serem confrontadas em determinada dinâmica com a frase “família vem em primeiro lugar”, a reação imediata foi de que depende da família, pois muitas vezes o conceito de família é restrito a mulher e filhos, já que outros membros abandonaram o lar ou não são reconhecidos como família, em vista dos malefícios que causam a ela. Portanto, é possível afirmar que as voluntárias tentam reproduzir os valores socialmente impostos, tendo em vista a formação da família patriarcal, considerada a família “estruturada”, porém elas são condicionadas por circunstâncias socioeconômicas de vulnerabilidade que inviabilizam esse projeto social.

É importante lembrar, como já mencionado anteriormente no capítulo que tratou sobre a temática do conservadorismo, que a preservação da família é um dos pilares do pensamento conservador, e este, por sua vez, tem como principal objetivo a manutenção intencional e estratégica do capitalismo, logo, ele é pertencente à classe dominante, mas é disseminado socialmente de forma disfarçada somente pelo viés do apreço da tradição, da moral

e dos valores validados temporalmente, sendo tomados como bom e correto, e por isso incorporados e reproduzidos pela população em geral (Souza, 2016; Netto, 2013). Isto posto, ficou evidente que as voluntárias acabam por reproduzir discursos conservadores, por essa perspectiva de alcançarem o que é bom e correto, sem perceber a real essência dessa lógica, ainda que experimentem outras circunstâncias que são contraditórias a isso. O comparecimento de mediações por meio da educação, cultura, mídia e religião, que reforçam essa lógica conservadora é tão intenso que elas tomam a família como o bem maior, ainda que na prática isso não se realize por serem muitas vezes desprotegidas, desamparadas, exploradas e até violentadas pela própria família.

De acordo com Engels (1884/1984), essa configuração familiar, patriarcal e monogâmica, que corresponde com as que as mulheres reproduzem em seus discursos, foi a que transformou o antigo lar comunista em um setor privado, o qual mantém o domínio masculino e a servidão feminina, ou seja, as voluntárias valorizam um formato familiar que as aprisiona a essa condição de submissão e subserviência. Diante disso, a família foi a primeira forma de propriedade privada e de divisão social do trabalho em que, a partir do exercício da soberania masculina, colocou a mulher como responsável por funções consideradas inferiores, como se essas atribuições fossem naturalmente próprias da mulher, a criação dos filhos, os afazeres domésticos e a manutenção dos membros (Marx; Engels, 1845-1846/2007).

Neste ínterim, as mulheres se percebem exploradas nesta lógica social que as impõe a responsabilidade exclusiva pelo lar e pelo cuidado, de modo a expressarem seu cansaço e esgotamento. Todavia, não conseguem visualizar as causas disso e compreender como um fenômeno social, esse “estado de subordinação das mulheres” (Souza-Lobo, 1991/2021, p. 38), como indicado no discurso: “*Meu marido é muito rígido, se ele chegar e ver a louça em cima da pia, ele fala ‘você não teve tempo?’ e eu falo ‘eu trabalho’, porque se dá tempo eu não deixo, eu não gosto*” (Roda de conversa, 2023). Portanto, esse patriarcado e esse modelo de família que elas reproduzem, na verdade, as aprisiona numa situação de exploração, opressão e dominação masculina (Cisne, 2018).

Marx (1846/2006) também denunciou a opressão de mulheres advinda do patriarcado por meio da análise de casos de suicídio de mulheres, registrados em Paris, que revelavam a estrutura deficiente da sociedade. As motivações para o suicídio evidenciadas por Marx foram a rigidez da autoridade paterna, o abuso do poder masculino que levou ao cárcere privado de uma mulher, praticado por seu marido, e a intransigência das regras religiosas, conservadoras e patriarcais que condenam a mulher por não seguir o preceito da virgindade pré-nupcial. Paralelamente, foi registrada pela presente pesquisa de doutorado a ideia suicida de

uma voluntária, motivada pelo assassinato de seu marido, podendo significar uma dependência tão extremada da figura masculina, em que a mulher se vê “despossuída de si mesma”, que perde a razão de sua existência diante da ausência de um homem (Cisne, 2018).

Em uma análise internúcleos, mesmo que as voluntárias percebam certas figuras sociais políticas como representantes de ricos, no caso do ex-presidente Bolsonaro, porém, elas não se dão conta de que este também se mostra estrategicamente em defesa da família e que, conseqüentemente, essa também se constitui uma forma de controle e dominação social. Em outras palavras, as participantes não compreendem que este modelo de família, patriarcal e conservadora, além de não as representar, ainda as condiciona socialmente ao capital, tornando-as “cidadãs de bem”, úteis ao capital e à classe dominante. Esta incompreensão das voluntárias acerca deste ideal de família disseminado e que elas buscam alcançar, na verdade, se dá por conta do processo de alienação, que é própria do regime produtivo capitalista, conforme proposto por Marx (1844/2004), e que leva à desintegração da consciência humana, de modo a tomar a realidade como imutável, sem questionar suas determinações e aprisionando os sujeitos a determinada condição.

Destarte, a vivência das mulheres voluntárias demonstrou uma totalidade, uma essência complexa e contraditória, que revela o movimento interno dessas mulheres, que é constituída pela reprodução da lógica social, de discursos e ideais conservadores em torno da família patriarcal, tendo em vista que elas almejam e buscam atender a este padrão familiar, todavia, são permeadas por um cotidiano, por uma realidade social em que elas se encontram imersas e que devem desenvolver estratégias para sobreviver nela (Heller, 1985), que manifesta justamente o oposto das representações sociais de família difundidas. Isto posto, as participantes deste estudo permanecem no nível da cotidianidade, ou seja, assumem uma atitude passiva e fatalista diante de suas realidades, encarando-as como natural, de modo a somente se adaptar e sobreviver sem questionar ou tentar modificar.

4.3.3 Núcleo de significação 3: exploração, opressão, vulnerabilidade e violência *versus* revolta, emancipação e libertação

Este núcleo de significação compreende os indicadores “sentidos de trabalho”, “percepção da realidade” e “estratégias de enfrentamento”, no que diz respeito às manifestações das voluntárias acerca das representações e das vivências que possuem em torno do trabalho, das interpretações que fazem do seu cotidiano e de como lidam com as circunstâncias de vida.

Para contextualizar este núcleo de significação, é importante relembrar que as participantes do presente estudo foram mulheres pertencentes ao Programa de Auxílio ao Desemprego - “Frente de Trabalho”, que trabalham no setor de limpeza dos espaços públicos da cidade, com faixa etária entre 26 e 59 anos de idade, sendo a maioria mulheres negras, provenientes da classe social baixa. No decorrer dos encontros estiveram presentes muitos relatos que evidenciaram uma realidade social, um cotidiano, marcado pela pobreza, pela violação de direitos e pelas violências por elas experienciadas. Nesse sentido, inseridas nessa cotidianidade, nessa realidade social específica de vulnerabilidade social, elas desenvolveram habilidades e práticas que são próprias desta vida e para sobrevivência nela: a reatividade, a brutalidade, a alienação, a desesperança, a vivência de vícios, de práticas ilegais ou socialmente rechaçadas.

Esta conjuntura pode ser entendida como parte de uma totalidade maior, que é a sociedade regida pelo capital, pelo sistema capitalista burguês, em que está presente a luta de classes e que tem como cerne a propriedade privada, onde poucos, como a burguesia (classe alta, concentram a riqueza e o privilégio em detrimento, via exploração e opressão de muitos; e o proletariado (classe baixa), que vende sua força de trabalho para a burguesia, a fim de garantir o mínimo para sua subsistência. O conceito de exploração sobre o qual este estudo se debruça deve ser compreendido na conjuntura do sistema capitalista de produção, logo, possui um sentido econômico. Sendo assim, a exploração ocorre quando, no processo produtivo, existe a apropriação, pelo proprietário dos meios de produção (patrão), da força de trabalho do trabalhador e daquilo que é decorrente dela (produtos). De modo estrito, a exploração se dá justamente pelo fato de que “O capital não oferece nada ao trabalhador que não lhe seja retribuído em escala enormemente ampliada” (Paro, 2022, p. 42-43). Em outras palavras, o salário pago em forma de dinheiro pela força de trabalho despendida pelo trabalhador só é suficiente para reproduzir sua condição de trabalhador, porém, ele produz em sua jornada de trabalho um valor significativamente maior, tendo um excedente que é apropriado pelo proprietário do meio de produção, o patrão.

Por conseguinte, é possível afirmar, como já dito anteriormente, que o trabalhador fica refém do proprietário dos meios de produção, pois a matéria-prima e os instrumentos não estão mais disponíveis, tornaram-se propriedade privada do capitalista, ficando o trabalhador submetido às condições do patrão, a fim de obter o mínimo para sua subsistência. Logo, este formato social prioriza o lucro e as leis de mercado, mesmo que isso empenhe a dominação, o suplício e o padecimento de determinada população proveniente das classes sociais mais baixas. Portanto, essa opressão dos pobres é uma questão histórica e própria do capitalismo, que acirra

as desigualdades sociais de modo que a classe abastada esbanja de um estilo de vida de fartura, ostentação e regalias, ao passo que os pobres mal conseguem satisfazer suas necessidades básicas de subsistência (Marx; Engels, 1844/2004; 1845-1846/2007; 1848/1960).

Complementarmente, a maioria das voluntárias, por possuírem ensino básico incompleto, pois precisaram trabalhar e consequentemente pararam os estudos muito jovens, desempenharam funções profissionais socialmente consideradas femininas e inferiores, tais como: babá, faxineira ou diarista, serviços gerais, empregada doméstica, trabalho rural, carregadora de mercadorias; além da atual, de varredora de rua. Ou seja, percebe-se uma “integração periférica” dessas mulheres no mercado de trabalho (Saffioti, 1978, p. 27). As voluntárias tomaram o labor como próprio do pobre, sinalizando para uma apreensão da sociedade dividida em classes e com acirrada desigualdade social. Ademais, também indicaram como decorrência da condição de classe o tipo de trabalho exercido, de modo que ficaram restritas, em razão da falta de oportunidades e acesso igualitário, a trabalhos pertencentes ao ramo operacional e de serviços, mesmo tendo desejo de exercer outras profissões (enfermeira e professora, por exemplo).

Sendo assim, é possível asseverar que as mulheres participantes deste estudo fazem parte do que Marx e Engels (1845-1846/2007) denominaram de proletariado, a classe social que é formada pela maioria populacional, a que depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver e que é dominada por uma minoria populacional, a classe chamada pelos autores de burguesia, que possui os meios de produção e, por isso, explora, manipula e oprime o proletariado. Portanto, é própria da sociedade capitalista a desigualdade social, onde uma classe desfruta de regalias e privilégios e a outra mal consegue obter os meios para sobreviver. Tal desigualdade social que é vivida e percebida pelas voluntárias é indicada pelo conservadorismo como natural e necessária, uma vez que a desigualdade real jamais poderia ser eliminada e a ordem civil estabelecida seria para benefício dos que a ela se sujeitarem (Netto, 2013).

Além disso, as participantes acabam por realizar um trabalho estranhado, conforme proposto por Marx (1844/2004), pois a atividade produtiva não é desenvolvedora do gênero humano e elas estabelecem uma relação de alienação com o trabalho, pois ele passa a ser somente um meio para garantia da subsistência: “*Trabalho é o orgulho do pobre. É a obrigação de cada um. Trabalho é uma necessidade. Fora varrer rua, eu faço faxina*” (Roda de conversa, 2023).

Tal exploração e opressão é percebida pelas voluntárias quando abordaram sobre as condições de trabalho a que são submetidas: “*Não tem registro em carteira. É escravidão*

modernizada” (Roda de conversa, 2023). Também explicitaram o autoritarismo e a dominação do chefe das participantes, de modo que eram frequentes as humilhações públicas:

O outro encarregado era ruim, xingava as meninas de vagabunda, gritando na rua. Antes a gente trabalhava das 7h às 16h30, a gente tinha que almoçar na rua e não forneciam marmitta. Graças à vereadora da época, Joana [nome fictício], hoje vice-prefeita, mudou nosso horário e está assim até hoje. O encarregado de hoje passa, pergunta se precisa de alguma coisa, mas com algumas ele grita. “Vocês estão aí ainda” (Roda de conversa, 2023).

Ademais, foram desnudadas as antigas condições de trabalho que as colocavam em longas jornadas de trabalho (8 horas com pausa de 1 hora para almoço) de um trabalho imensamente extenuante, sem oferecimento de infraestrutura para alimentação, tanto em refeição quanto em espaço físico para a sua realização, para receberem de remuneração um valor que é menor ao equivalente a um salário-mínimo, por não terem vínculo empregatício (Programa de Auxílio ao Desemprego). Trouxe uma melhora de tais circunstâncias, a atuação de uma vereadora mulher que enxergou a condição vivida por essas trabalhadoras e que legislou para reduzir a jornada de trabalho de 8 para 6 horas de serviço, porém, ainda não foi capaz de extinguir o abuso de poder pelo responsável por elas.

Além disso, constataram a desigualdade dentro da própria classe social, no que concerne às diferentes condições vivenciadas por homens e mulheres, sentindo-se inferiorizadas e superexploradas, conforme exposto anteriormente, dificultando a união da classe operária em razão desses conflitos vivenciados dentro dela mesma, estrategicamente causados pelo capital para sua manutenção. Outra forma de conflito dentro da mesma classe a que pertencem se expressou quando relataram que as colegas de trabalho novatas não são unidas e realizam delação das demais colegas para o encarregado.

O uso de drogas lícitas e ilícitas, e o tráfico também foram expressões dessa vulnerabilidade social. Uma das voluntárias mencionou já ter trabalhado para o tráfico de drogas, mas não deu detalhamento disso. Outras citaram o consumo de drogas lícitas e ilícitas realizado por seus netos, filhos e companheiros, representando, muitas vezes, como impulsionador da violência doméstica: *“Tive um menino que eu adotei, mas começou a mexer com droga e a roubar coisas dentro de casa”* e *“Ele só briga comigo quando bebe. [...] Bebe quase todos os dias”*. Um caso mais extremo inserido no contexto do tráfico foi a voluntária que perdeu o marido assassinado a tiros no bairro onde mora, um mês antes do início das rodas de conversa, para defender o filho dos traficantes, não deixando explícita a relação com os traficantes. Ademais, uma das participantes verbalizou a sua problemática com o alcoolismo,

percebendo-o como prejudicial, “*O alcoolismo me atrapalha a enfrentar o problema de frente.*” Por outro lado, essa mesma voluntária indicou o alcoolismo como a única alternativa de lazer, “*No bairro onde eu moro, pra ficar alegre, só bebendo*” (Roda de conversa, 2023).

Outrossim, a exploração também foi evidenciada no ambiente doméstico, como abordado anteriormente, de modo que as mulheres são exclusivamente encarregadas das funções domésticas e familiares, ao passo que os homens exercem o direito soberano do descanso e do lazer. Entretanto, algumas voluntárias demonstraram não aceitar essa condição familiar que lhes é imposta: “*Eu faço as coisas na hora que eu quero, se vier querer me mandar, vou brigar. vida de mulher é muito sofrida. Mulher tem que aprender viver, mulher fica o dia inteiro cuidando de casa e de filho, para com isso, vai curtir a vida, a família*” (Roda de conversa, 2023). Outra voluntária é ainda mais assertiva na colocação de limites para os filhos:

Meu lugar nunca foi na cozinha, não gosto. Eu não, vou quando eu quero. Quando eu não quero, vai quem tá com fome, vai lá e faça. Meu filho tem dia que fala: “Mãe, não vai fazer janta!?” , eu falo: “Eu não, não estou com fome, estou vendo tv, você tem duas pernas e dois braços, vai lá e faz. Já cresceu!” (Roda de conversa, 2023).

Esta mesma participante, quando solicitado um *feedback* das rodas de conversa realizadas, afirmou que antes dos encontros ela cuidava de tudo para os filhos e referente à casa; porém, começou a refletir e teve a iniciativa de passar responsabilidades para os filhos. Em devolutiva, também, outra voluntária afirmou ter conseguido equilibrar melhor as coisas dentro de casa, colocando limites ao companheiro.

Complementarmente, a análise que fazem da realidade demonstrou reconhecerem essa desigualdade social histórica entre os sexos e seus efeitos na atualidade, de modo a indicarem que ainda hoje as mulheres são submissas aos homens em razão de, no passado, elas terem sido dependentes deles, pois não podiam trabalhar e ter maior convívio social, levando-as a se acostumar com as mulheres executando todas as tarefas do lar, sendo uma tradição perpetuada até os dias correntes. Isso está em consonância com os postulados conservadores, os quais valorizam intencionalmente os costumes passados, com a justificativa de terem sido provados temporalmente, com o intuito de manter a lógica social vigente sob o capital, conservando os interesses da classe dominante.

Sendo assim, é possível afirmar que as voluntárias, quando têm a percepção de certa tentativa de controle sobre elas ou rebaixamento de sua condição, elas conseguem fazer confrontações. Isso ficou explícito especialmente em determinada roda de conversa, em que foi realizada uma dinâmica cujo propósito era refletir sobre ditos populares de cunho conservador

e machista. Por exemplo, frases que indicavam uma dependência ou necessidade de a mulher ter um homem para ampará-la, como “Você nunca vai conseguir um homem agindo assim”, cuja resposta para tal assertiva foi “*Eu preciso de homem pra quê?*” e, ainda, outra expressão popular “Se você não se arrumar, ele vai procurar outra”, tendo como reação “*Ah..., mas eu dou ele de presente pra quem quiser!*” (Roda de conversa, 2023). Também foi indicado o enunciado “As meninas bonitas não se comportam assim” que foi rebatido com “*Menina bonita ou feia se comporta como quer!*” (Roda de conversa, 2023).

Neste íterim, foi identificada a revolta das mulheres, isto é, a não conformação com determinada condição ou situação, o sentimento de injustiça diante uma realidade, referente ao âmbito familiar e à responsabilização pelas tarefas domésticas, uma vez que as voluntárias vivenciam e percebem a discrepância entre os encargos atribuídos e realizados pela mulher em comparação ao homem. A revolta foi compreendida por Alba Zaluar (1985/2000) como proveniente da percepção da desigualdade social: o reconhecimento do trabalho como uma exploração semelhante à escravidão mediante salários baixos e longas jornadas de trabalho para garantir o mínimo do sustento ao trabalhador, em oposição a patrões autoritários que humilham e esbanjam de sua riqueza sem ter preocupação com sua subsistência, pois esta não se encontra ameaçada. Em um cotidiano marcado pela pobreza e pela vulnerabilidade social, a revolta se manifesta quando o indivíduo, mesmo em condições tão hostis e adversas tenta se manter numa ética e moral centradas no trabalho, na honestidade e no que é tomado socialmente como certo, isto é, seguir a definição de *ethos* do capitalismo de Weber (1904-1905/2004), que é fundado na meritocracia, na competitividade e na confiabilidade. Contudo, ao se depararem com a realidade de, ainda assim, não conseguirem prover totalmente a família, em razão da baixa remuneração, se tornam “revoltados”. A revolta também se expressa pela identificação de pobres que praticam a criminalidade, pois os trabalhadores os consideram como aqueles que querem dinheiro fácil. Em contrapartida, os pobres que exercem a criminalidade enxergam os trabalhadores como pessoas tolas que trabalham cada vez mais para ganhar sempre menos. Porém, ambos, o que vive do trabalho e o que vive do crime, geralmente dividem o mesmo território, de modo que um protege o outro, a fim de zelar pela conservação da comunidade, tornando essa divisão não tão rígida e a relação entre eles ambígua (Zaluar, 1985/2000).

Isto posto, as participantes demonstraram se sentir sobrecarregadas e exauridas, visto que além das funções domiciliares também exercem o trabalho profissional, ao passo que seus companheiros desfrutam do lazer e do descanso. Todavia, ao mesmo tempo que elas se sentem injustiçadas e sobrecarregadas, não possuem perspectiva de mudança neste cenário e

encaram como uma situação natural e irremediável, vivem apenas no nível de sua cotidianidade, adaptando-se e sobrevivendo à sua realidade social, sendo possível afirmar que elas estejam ainda num primeiro nível de consciência, conforme proposto por Iasi (1999), que toma a realidade como fatalista e naturalizada, talvez, no máximo, vivenciem uma crise ideológica como forma de revolta, ao perceberem essa desigualdade entre homens e mulheres. Esta situação pode ser notada nos seguintes discursos: *“Meus irmãos não faziam nada dentro de casa, sobrava tudo pra mim, porque minha irmã também trabalhava. Serviço de casa é de mulher, eles não fazem, não adianta ficar brigando”* e *“Por isso que eu falo que mulher trabalha muito mais que o homem. Eles chegam, vão assistir jogo”* (Roda de conversa, 2023).

Ademais, parece ser uma forma de lidar com essa sobrecarga a romantização e supervalorização da natureza da mulher como justificativa para aceitarem essa condição, conforme os relatos: *“Sobra tudo pra mim, é difícil. Neto tudo cheio de sangue, fui no hospital, fiquei com ele. A gente mulher é muito forte”* e *“Ser mãe é lindo, mas é pesado. Mulher tem que valer por dois”* (Roda de conversa, 2023). Também fica evidente a cobrança advinda dos homens para a realização de todos esses afazeres domésticos, a qual é reforçada pelo patriarcado e pelo conservadorismo, que elegem a dominância masculina, e o quanto elas se sentem culpadas quando não conseguem atender às expectativas deles: *“Meu marido é muito rígido, se ele chegar e ver a louça em cima da pia, ele fala ‘você não teve tempo?’ e eu falo ‘eu trabalho’, porque se dá tempo eu não deixo, eu não gosto”* e *“quando eu não estou, o meu irmão faz as coisas em casa, mas quando eu estou, eu faço, não tem necessidade, eu me sinto mal”* (Roda de conversa, 2023). Vale lembrar que essa culpa manifestada pelas mulheres está relacionada às mediações que elas tiveram ao longo de seu desenvolvimento, uma criação que ensina as mulheres a serem boas “donas de casa”, sendo solícitas e submissas aos seus maridos, reforçando essa lógica o discurso religioso cristão que prega a autoridade paterna e a servidão feminina ao lar e à família como um todo, além da cultura de forma geral e a mídia, que sempre dissemina a imagem da mulher à conservação do lar e dos membros da família bem como a produtos de limpeza e outros utensílios domésticos.

Outro campo em que a revolta se expressou entre as voluntárias foi concernente ao mercado de trabalho, visto que, ao serem confrontadas pela pesquisadora com manchetes de notícias que indicavam a discriminação e a desigualdade social que as mulheres sofrem no mercado de trabalho em comparação aos homens em termos de cargos, salários e escolaridade, elas teceram os seguintes comentários:

Pesquisadora: *Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens. Mulher tem maior escolaridade e ganha menos que o homem.*

T: *Isso é um abuso!*

S: *Eles ganham mais do que nós, e nós temos que estudar mais.*

M: *Vou chegar em casa dando ordem* (Roda de conversa, 2023).

Além disso, elas argumentaram sobre as próprias condições de trabalho, demonstrando indignação: *“A gente não tem férias, não tem 13º, não tem salário-mínimo, tem cabresto no setor, é complicado, é só trabalhar. Não tem registro em carteira. É escravidão modernizada. Não aceita atestado médico”*. Entretanto, quando questionadas sobre o que poderiam fazer para mudar este cenário, novamente adotaram um posicionamento fatalista afirmando que *“se a gente se junta e luta por nossos direitos, manda embora, você precisa, então fecha a boca e vai embora”*. Tomando-se por base esta última sentença, é possível observar o fenômeno da alienação, uma vez que, na situação de trabalhadoras, são despossuídas de meios produtivos, logo, de produtos e instrumentos para obter sua subsistência, ficando reféns de condições indignas oferecidas pelos empregadores, já que não existe outra forma de se conseguir o mínimo para sobreviver.

Quando o assunto é relativo ao corpo da mulher e à vivência da sexualidade, foi possível perceber tanto comentários com teor de revolta quanto de submissão, como exemplificado no diálogo abaixo:

A: *Quem manda no meu corpo sou eu, vou usar a roupa que eu quero.*

G: *Eu troquei, coloquei vestido até no pé. Eu quis fazer o gosto dele.*

Pesquisadora: *Às vezes a gente agrada o outro.*

G: *Ah, eu gostei.*

Pesquisadora: *E se você não tivesse gostado?*

G: *Eu ia colocar o outro.*

T: *Acho que foi por respeito.*

Pesquisadora: *Por que homem se sente no direito de falar isso pra gente?*

T: *Porque eles olham as outras e não querem que outros olhem a gente.*

Pesquisadora: *Por que homens sempre falam demais e querem mandar no corpo da mulher?*

A: *Machismo* (Roda de conversa, 2023).

Na conversação acima, fica evidente que a voluntária representada pela inicial “A” possui um posicionamento mais crítico, de modo a conseguir até mesmo nomear o fenômeno focalizado (“machismo”) bem como ter uma ação de confrontação (*“quem manda no meu corpo sou eu, vou usar a roupa que eu quero”*), se aproximando mais de uma “consciência em si” (Iasi, 1999) ou de uma “consciência transitiva crítica” (Freire, 1967). Por outro lado, as participantes anteriormente denominadas “T” e “G” sinalizaram estar, respectivamente, numa espécie de primeiro nível de consciência (Iasi, 1999) ou “consciência intransitiva” (Freire,

1967) e em “crise ideológica” (Iasi, 1999) ou “consciência transitiva ingênua” (Freire, 1967), visto que “T” se mostrou totalmente submissa aos desejos masculinos (“*Acho que foi por respeito*”) ao passo que “G” manifesta ainda que parcialmente a realização de sua vontade em detrimento ao do marido (“Pesquisadora: *E se você não tivesse gostado?* / G: *Eu ia colocar o outro*”).

Complementarmente, também foi manifestada uma percepção naturalizada da sexualidade masculina, segundo a qual o homem teria uma espécie de “instinto por sexo”, um desejo insaciável por relações sexuais, “*Meu marido vai pro forró, só me dá trabalho, bebida, bagunça e tudo. Às vezes ele se faz de solteiro. [...] uma vez ele arrumou uma mulher lá em Minas, foi com o emprego. Ele já traiu outras vezes. Ele não tem melhora*” (Roda de conversa, 2023). Essa mesma voluntária relatou que permanece refém do marido, que ainda convive com ele por não ter estrutura financeira para sair desse relacionamento: “*Eu não tenho pra onde ir. Vou aguentando até eu ter uma casa pra morar. Aí vou separar*” (Roda de conversa, 2023). Portanto, é possível observar que, muitas vezes, a submissão feminina está vinculada a uma dependência econômica que a mantém em situações de opressão e violência.

No que tange ao contexto de violência doméstica, a revolta também se mostrou presente, pois as voluntárias relataram já terem vivenciado ou testemunhado situações de agressão, em que as mulheres não têm proteção jurídica e nem social, sendo a justiça ineficiente no amparo à mulher violentada. Para comprovar esta conclusão delas acerca do mal funcionamento da justiça brasileira, deram depoimentos de casos de violência doméstica em que a mulher, mesmo tomando as medidas legais de fazer boletim de ocorrência e de estar com medida protetiva, na prática, ainda fica exposta ao agressor: “*A polícia prendia o rapaz que agredia minha filha, daí a pouco saía, dava um mês, estava solto. [...] Esse negócio de medida protetiva, é tudo mentira viu. Eles fica pro lado do homem. A justiça é só pro homem*”; “*Eles prende o homem, fica lá um tempo, aí sai, vai lá e mata aquela mulher*” e “*Meu ex-marido puxou faca pra mim, entrei com medida protetiva [...]. Outra vez que eu chamei a polícia, ele saiu correndo e a polícia falou que não ia correr atrás, que da próxima vez era pra eu amarrar ele e chamar a polícia que aí eles vêm prender ele*” (Roda de conversa, 2023). Tratando-se de uma cidade de pequeno porte, em que as pessoas se conhecem mais, e sendo a maioria das ocorrências atendidas por policiais homens, ficou nítido o descaso e, até mesmo, o deboche com a mulher violentada.

O marido da minha filha, saía pra trabalhar e trancava minha filha dentro de casa, falava ainda que se descobrisse que ela tivesse pulado o muro, ia bater nela. Ai descobri, chamei a polícia. A polícia conhecia ele, falou que dessa vez ia passar, vou te aliviar porque te conheço, mas para ele não fazer mais isso (Roda de conversa, 2023).

Desse modo, a violência doméstica também integrou o cenário social dessas mulheres sendo comum e frequente nos relatos, tornando pertinente a inclusão deste tema, conforme solicitado inicialmente pela instituição. Muitas voluntárias se reconheceram como vítimas de violência doméstica ou identificaram pessoas próximas a elas como vítimas (filha), e foi percebido nesses discursos que a violência doméstica contra a mulher ocorria para prevalecer a dominância masculina sobre a mulher, reproduzindo a lógica patriarcal, conservadora e machista que coloca a mulher em posição de inferioridade e subalternidade. Especialmente, houve uma situação de violência que foi descrita em ambiente público e com o agravante da mulher estar grávida: *“Ele me bateu na rodoviária de [nome da cidade], me bateu comigo grávida”* (Roda de conversa, 2023). Mais de uma voluntária contou ter sofrido agressão do companheiro estando grávida.

Ainda, a violência doméstica também foi identificada como meio de coerção para realização de prática sexual, de modo que afirmaram ceder aos desejos do parceiro para não agravar a situação e, também, em razão de um sentimento de obrigação sexual via matrimônio ou união conjugal. Pode-se perceber que as mulheres acabam se conformando com essa condição, por terem sido criadas por exemplos e ensinamentos que colocam a mulher como serva e escrava, incluindo, também, o âmbito sexual, em que é praticado o uso físico e sexual da mulher (Guillaumin, 2014).

Diante dessas experiências de violência e da constatação de que a justiça não funciona, sentindo-se, então, ameaçadas, as mulheres indicaram tomar as próprias providências para se proteger do agressor, no que diz respeito a também recorrerem à violência para se defenderem: *“Lei não funciona no Brasil”*; *“Lá em casa a Maria da Penha já está dentro de casa, eu dou paulada, eu dou facada, corro atrás do meu marido, porque lei não faz nada”*; *“Se me acordar, eu quebro prato, quebro tudo. O segredo é dormir. Se me tocar sem eu querer, aí é estupro”*; *“Tem dia que a gente sai no murro, na luta corporal, eu não sou obrigada a aguentar ele. Quando ele bebe, entro em luta corporal com ele, eu pego faca, pego tijolo, jogo panela de pressão”* e *“Pai da minha filha, juntei, arrumamos filha, a gente saía no soco também”* (Roda de conversa, 2023). Uma das voluntárias relatou uma situação de violência mais intensa que acarretou a morte do agressor: *“Eu estava grávida e ele queria me bater, aí matei ele. Até deu legítima defesa, mas teve outras coisas. A primeira facada quem me deu foi ele e aí eu dei trinta*

e duas facadas nele” (Roda de conversa, 2023). Portanto, é possível concluir que tais estratégias das participantes deste estudo são pertencentes à cotidianidade, próprias do senso comum e como uma forma de sobrevivência neste meio social.

Ademais, as voluntárias associam essa incompetência da justiça no que concerne aos casos de violência doméstica, ao fato de as legislações e a política no Brasil serem regidas majoritariamente por homens: *“Tem que ter deputado e deputada para lutar pelas mulheres. [...] A justiça é só pro homem”* e *“Até o juiz fazer alguma coisa, eu já morri”* (Roda de conversa, 2023). Nesta seara, é possível considerar que a vivência dessas mulheres nessa cotidianidade levou-as a desenvolver estratégias com os recursos que elas tinham disponíveis, resultando em uma forma de enfrentamento menos refinada, mantendo-se no nível da reatividade e da brutalidade; atitudes que, na maioria das vezes, não resolvem a situação. Complementarmente, este enfrentamento também é resultado da constatação feita por elas referente à ineficiência de vias legais: *“Por que cresceu tanto o feminicídio? Eu acho que é por causa da lei Maria da Penha, é uma lei que favoreceu as mulheres, mas só no papel, dão um papel na mão da mulher, mas não protege”*; *“Se o homem vier me bater, eu coloco o papel na cara dele? Tem que dar o papel e uma arma junto”* e *“A mulher vai lá na delegacia, faz o boletim, mas quem volta pra casa com ela? Teve uma mulher que fez o B.O. e quando ela voltou o marido matou ela”* (Roda de conversa, 2023).

Ficou evidente, na atividade languageira das voluntárias, o quanto a dominação masculina sobre a mulher é tão perversa e desmedida, de modo que os agressores não somam esforços e criam estratégias para ter a mulher sobre seu controle e fazer valer a sua vontade sobre a delas:

Eu apanhava do pai da minha filha, batia em mim e ainda me colocou na cadeia. Ele queria voltar e eu não queria. Ai ele colocou droga na minha bolsa e chamou a polícia e eu com duas crianças pequenas. Por isso que eu não dou valor em homem hoje. [...] Fiquei 1 ano presa e 1 ano de carteirinha, queriam colocar meu filho para adoção. Polícia me tirou de dentro do circular com meus filhos nos braços. Hoje eu sou assim devido a isso (Roda de conversa, 2023).

No âmbito político, a revolta também se manifestou na análise da gestão da pandemia de Covid-19, de modo que as voluntárias reproduziram com grande indignação e ressentimento jargões do presidente do Brasil da época, tais como *“Ele ria da desgraça dos outros. Falou que não era coveiro”* (Roda de conversa, 2023). Especialmente uma das participantes teceu seu comentário de forma mais enfática, pois foi trabalhadora da saúde na pandemia:

Ele roubou no meio da pandemia, quantas pessoas morrendo e ele falando pro povo não tomar vacina. Até oxigênio faltou. Cada paciente que morria por Covid, ele ganhava. Aqui não tem treinamento certo para entubar pessoa, aqui não se sabia fazer isso, era entubar e morrer. Eu trabalhei no posto de saúde na época da pandemia, a gente não podia ficar em casa, os profissionais de saúde são desvalorizados, não tinha recurso. Bolsonaro roubou a primeira vacina, demorou para comprar (Roda de conversa, 2023).

Novamente, nesses últimos discursos relativos à pandemia, observa-se um posicionamento crítico acerca da realidade, o qual permite uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos e de seus determinantes. Além disso, um outro depoimento que conteve um sentimento de revolta, mas, dessa vez, resultou em uma práxis em que não houve conformação e buscou-se a transformação. Também foi num contexto de saúde em interface com a política, em que a voluntária contou que seu filho precisava de uma prótese por ter fraturado a perna e havia urgência de acordo com a médica, todavia, era necessário elaborar um processo para solicitação da prótese, podendo levar até um mês para finalizar. Esta voluntária foi a mesma do relato acima e detalhou como conseguiu obter a prótese para seu filho sem precisar de tanta espera:

Esses dias meu filho passou por uma cirurgia, aí esse povo que é um pouco mais alto que a gente, que acha que a gente que é pobre é burro e idiota, né. Eu fui lá no jurídico, lá no hospital. Porque no Júlia [hospital municipal] estava marcado para eu conversar com o advogado, porque eu precisava passar pelo jurídico. Ele falou, falou, falou, falou bonito e eu fui lá, fingi que entendi, tem coisa que realmente eu não entendi. Pensei ‘ah, ele não vai resolver nada, preciso conversar com a Maria [nome fictício], ela não é a chefe das ESF de [nome da cidade], eu preciso conversar com ela’. Fui atrás, ela estava em horário de almoço. Falei então que queria falar com a Paula [nome fictício], ela é a secretária da saúde. Entrei e conversei com a Paula [nome fictício], rapidinho ela pegou o telefone e rapidinho ela agendou a cirurgia do meu filho. Você tem que saber com quem falar, porque te jogam pra lá, te jogam pra cá e não ia resolver o meu problema. Porque quando ele ia fazer a cirurgia, eu perguntei pra médica ‘Essa prótese, é cedida pelo SUS?’ ela falou ‘É, mas aqui em [nome da cidade] nunca precisou, nunca teve uma cirurgia que precisasse dessa prótese’. Eu falei ‘não, era só isso que eu precisava saber’. Ela me informou que o SUS fornecia e eu fui atrás, porque vi que era direito meu (Roda de conversa, 2023).

Além disso, foram identificadas manifestações mais explícitas de emancipação e libertação de duas voluntárias, já citadas anteriormente, aquela que havia perdido o marido por assassinato recentemente, e a outra, sua irmã, que trabalhou na saúde na época da pandemia. No caso da viúva, ela afirmou com intensidade que iria se candidatar à vereadora para lutar por melhores condições de trabalho para elas, demonstrando ter propriedade no que falava:

Aliás vou me candidatar para vereadora! Vou dar para gari 13º salário. Aliás, fiquei sabendo que em outras cidades, gari é registrada, nós temos que correr atrás. Sem contar

que o salário é 1520 e o nosso é 1320. [...] não sei se vocês sabem, pra ser vereador tem que continuar trabalhando onde estava anteriormente. Sendo vereadora e continuando atrás de gari, vou atrás de direito, tudo que que é frente de trabalho vai se beneficiar. Preciso de 638 votos (Roda de conversa, 2023).

Contraditoriamente, em outras temáticas como, por exemplo, sobre a violência doméstica, a mesma voluntária teve um posicionamento menos elaborado ao constatar, segundo ela, que a lei no Brasil não funciona, e por esse motivo a solução para acabar com a violência doméstica seria o armamento de mulheres.

A irmã dessa participante e uma outra indicaram ter o hábito de discutir sobre política com os familiares, podendo ser um indício de uma ação mais libertadora ou ao menos reflexiva, isto porque para conseguirem debater minimamente, é preciso buscar informações e conhecimento sobre o assunto: *“Eu e meu irmão a gente discutia sobre política. Às vezes sai briga”* e *“Todo almoço de domingo começava uma discussão sobre política. Era uma discussão saudável. Cada um pensava de um jeito”* (Roda de conversa, 2023).

Vale lembrar que, de acordo com Marx e Engels (1845-1846/2007), a emancipação e libertação somente será viabilizada por meio de uma revolução que deve findar com a fragmentação do trabalho, a divisão de classes e a dominação social, bem como realizar a transformação radical das forças produtivas e a extinção da propriedade privada para culminância do comunismo. Portanto, emancipação e libertação correspondem com eliminação da opressão e com viabilização da autonomia, da autoatividade, do trabalho como práxis, que transforma a natureza e que potencializa e enriquece o gênero humano. Assim sendo, o protagonismo político no cerne do capital, conforme apresentado pela voluntária, é um caminho longo e ardiloso para subverter o sistema a partir da atuação em seu interior, nas brechas e contradições do regime social, tencionando rupturas maiores até sua derrocada.

Ainda, também sinalizou como uma forma de enfrentamento e com tendência libertadora, a coletividade das voluntárias na gestão do trabalho em relação ao horário da jornada de trabalho, bem como de faltas, já que não é aceita a apresentação de atestado médico como abono de falta. Nesse sentido, as participantes afirmaram fazer um combinado entre elas a fim de se ajudarem mutuamente: *“Temos que trabalhar unidas, se uma chega de cara feia, é chato. Trabalhamos em dupla. Tem um combinado entre a gente, hoje é ela que precisa, amanhã pode ser nós. Mas fica entre a gente para não prejudicar ninguém”* (Roda de conversa, 2023). Por outro lado, ao mesmo tempo, uma das voluntárias denunciou que as colegas mais novas de serviço não estão em harmonia com esse espírito coletivo: *“[...] as novatas aí que entrou agora, são tudo linguarudas. Eu parei 10 minutinhos para eu fumar e tomar um café,*

eu tenho o meu vício, elas não têm. Mas aí ela parou junto comigo, só que a outra parceira foi lá dedar pro encarregado” (Roda de conversa, 2023). A vivência desse conflito pode ser analisada pelo viés marxista, o qual postulou ser próprio do capitalismo a segregação e o isolamento dos indivíduos, a fim de impossibilitar a união da classe operária e a revolução social (Marx; Engels, 1845-1846/2007).

Por fim, cabe observar que, em contradição com todo esse contexto de vulnerabilidade, também se manifestou a resiliência dessas mulheres e a potência delas em se reerguerem para reconstruírem suas vidas, como, por exemplo, o caso citado anteriormente da voluntária que perdeu o marido assassinado, manifestando, no primeiro encontro, tristeza profunda e até ideia suicida, e no último encontro ela já falou *“Estou aprendendo a lidar com a dor”*. Ainda, outra participante, aquela mesma que o marido forjou uma situação para que ela fosse presa, também indicou de forma mais explícita esta resiliência: *“Eu sou superação: consigo ainda suportar muita coisa, por causa dos meus filhos que não desisti. [...] A vida tem altos e baixos, o importante é nunca desistir”* (Roda de conversa, 2023).

Cumprido notar que, no próximo capítulo, dedicado às considerações finais, foi realizado o movimento de retorno à unidade complexa do objeto multideterminado, conforme preconizado pelo método materialista dialético, isto é, após realizada a decomposição do objeto de estudo – a vivência de mulheres na sociedade capitalista burguesa –, e conhecidas as suas especificidades constitutivas, retorna-se ao todo de forma a integrar as suas particularidades, a fim de construir um conhecimento mais fiel à totalidade deste objeto. Portanto, é possível dizer que foi percorrido o caminho do simples (categoria mulher) ao complexo, abordado a seguir, como *“ser mulher na sociedade capitalista burguesa”*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar pesquisa acadêmico-científica e elaborar uma tese de doutorado em um território em que a educação e a ciência não são valorizadas se constitui uma missão árdua e desafiadora; assim como concluir e encerrar esse longo processo de investigação e estudo, em que se criaram afetos com a temática, com as pessoas, com o estudo e com a escrita, dando um sentido ao fazer acadêmico, também é muito difícil. Foi um período de 5 anos intensos (2020 a 2025), que incluiu crise sanitária e pandêmica do Covid-19, gestão política genocida, negacionismo científico, perdas significativas, terror e pânico, além de retrocessos sociais que não só atrasaram a produção deste manuscrito como perturbaram o processo de sua construção. Mesmo com tudo isso, nasceu esta tese, como um ato de resistência, já que foi semeada e cultivada em tempos tão nefastos.

É importante elucidar, para melhor compreensão deste manuscrito que, inicialmente, o objetivo desta pesquisa era compreender as manifestações de conservadorismo entre mulheres trabalhadoras expressas em atividades languageiras, a partir da realização de práticas grupais, levando em conta a intensificação de discursos sociais de cunho moralizante, conservador e até preconceituoso, especialmente após a ascensão de governos populistas radicais de direita e reacionários, isto é, que possuem uma liderança considerada carismática a qual faz apelo ao povo contra a elite, sendo o representante nacional visto como herói antissistema que vem negar o modelo vigente para restaurar a ordem perdida, baseada na autoridade, na família, na propriedade privada e na religião (Lynch; Cassimiro, 2022). Todavia, posteriormente à realização da intervenção de grupo com mulheres, a realidade concreta expressa por elas apresentou uma totalidade mais abrangente, contendo também outros determinantes além do conservadorismo, levando, com recomendação de orientador e da banca de qualificação, à alteração do título desta pesquisa e de seus objetivos, a fim de contemplar mais fidedignamente o objeto de estudo: os diálogos com mulheres trabalhadoras no cerne do capital.

Consequentemente, houve uma ampliação dos objetivos, assumindo sua forma final como: compreender a vivência de mulheres trabalhadoras no cerne da sociedade capitalista burguesa de modo a (re)conhecer os seus aspectos e movimentos constitutivos. Os objetivos específicos, por sua vez, conforme descritos na introdução deste texto, consistiram em: 1) realizar revisão de literatura de produções que abordaram a vivência de mulheres na sociedade regida pelo capital e apresentar o processo histórico de desenvolvimento do feminismo; 2) compreender historicamente o conservadorismo como defesa e manutenção

intencional e estratégica do capitalismo, bem como, consequentemente, da condição social da mulher de inferioridade; 3) promover o processo grupal entre mulheres para discussão, acolhimento e reflexão tendo em vista a identificação e conscientização dos determinantes que as constituem; e 4) viabilizar a desnaturalização, a reflexão e a criticidade diante da realidade a fim de proporcionar transformação, empoderamento e libertação das voluntárias.

Para alcançar tais objetivos foram realizados dez encontros de rodas de conversa temática com mulheres, fundamentados na Psicologia Social de abordagem materialista, que preconizou o processo grupal como elementar para a compreensão sócio-histórica, com seus determinantes econômicos, ideológicos e institucionais, bem como o processo histórico do próprio grupo, na Psicologia Histórico-Cultural, a qual trata os aspectos psicológicos como constituídos por uma dialética subjetividade-objetividade em que sujeito e sociedade se encontram em movimento contraditório; e, nos postulados freirianos sobre círculos de leitura e conscientização, que têm como princípio a educação dialógica, a problematização crítica e a transformação da realidade social, tendo em vista a libertação.

Ademais, amparou teoricamente e metodologicamente esta investigação a vertente filosófica e social do Materialismo Histórico Dialético, que apoiou na compreensão do objeto de estudo em sua totalidade, situada em um processo histórico e social, sendo unidade de multideterminações em movimento. Nesse sentido, o Materialismo Histórico Dialético forneceu importantes categorias para a aproximação e o desvelamento sucessivo do objeto, de modo a ultrapassar os limites da aparência fenomênica e alcançar a sua essência em seu movimento interno, todavia, em momento algum houve a abstenção da aparência, mas partiu-se dela para chegar até a essência, pois elas estão em relacionamento mútuo. Portanto, seguindo a filosofia materialista dialética, esta investigação, antes de promover qualquer idealização, teve como ponto de partida o concreto, o real – que é síntese de multideterminações, justificando a mudança dos objetivos da pesquisa supramencionada –, o qual se constituiu atividade linguageira das mulheres voluntárias.

Vale lembrar que as rodas de conversa foram previamente planejadas, de modo a eleger temas pertinentes aos objetivos da pesquisa e uma sequência temática do amplo e simples ao mais específico e complexo, contemplando os seguintes assuntos: 1) quem sou eu e qual a minha história; 2) criação e educação de mulheres; 3) trabalho e profissão; 4) casamento; 5) maternidade e paternidade; 6) corpo e sexualidade; 7) violência doméstica; 8) moral, tradição e costumes; 9) política, militância e protagonismo social; e, 10) ser mulher.

Percorrendo o caminho metodológico materialista, os encontros iniciais com as mulheres e seus discursos foram marcados pelos sentimentos e afetos advindos da pesquisadora, de esgotamento, confusão, aflição e impotência diante de intensa demanda expressa pelas voluntárias por escuta, por verbalização de seus sofrimentos e por reconhecimento social, ao mesmo tempo em que ainda se construía a relação, se fazendo presente o receio e a desconfiança. Em sua forma aparente, foi perceptível nas manifestações das voluntárias a simplicidade no comportamento, fala e vestimentas, a impulsividade e reatividade nas respostas às intervenções, bem como a brutalidade e a trivialidade em seus posicionamentos. No desenrolar dos encontros, com o vínculo mais bem estabelecido, foram se revelando outros elementos nos discursos, como a desproteção social, a superexploração, a violência, a revolta, o enfrentamento e a resiliência, compondo uma unidade complexa contraditória e multideterminada.

Com aproximações sucessivas a este objeto de estudo, a partir do processo grupal em dez encontros e da leitura analítica dos registros dele, foi possível decompor esta realidade pelas mulheres demonstrada, esta unidade do universal e do particular, da homogeneidade e da heterogeneidade, em seus elementos constitutivos, que foram interpretados a partir dos núcleos de significação e das categorias teóricas da vertente materialista dialética. Isso foi possível por meio da identificação da unidade mínima de análise, a qual permite isolar e examinar a totalidade complexa, a fim de encontrar suas determinações mais simples, sendo no caso deste estudo indicada como “mulher”. Por conseguinte, a categoria mulher foi compreendida como forma social mulher, significando que ela é característica e só deve ser compreendida na conjuntura da sociedade capitalista, que institui padrões relacionais e relações sociais segundo as suas necessidades. Logo, a forma social mulher foi tratada historicamente e como resultante das relações capitalistas, sendo utilizada, assim como outras formas sociais, para justificar e naturalizar as relações sociais. Isso ficou evidente na manifestação das voluntárias pela normalização da maternidade como realização plena da mulher, da submissão e passividade da mulher diante de suas condições e do poder masculino, do sentimento de culpa quando reconhecem não cumprir seu papel social de subserviência e da superexploração expressa pela sobrecarga feminina.

Outro elemento presente que compôs este objeto concreto foi a condição de vulnerabilidade social exteriorizada pela miséria econômica, entendida pelos aportes do Materialismo Histórico Dialético como decorrente da desigualdade social que é própria da sociedade de classes, da sociedade capitalista burguesa, a qual segrega a população em classes opostas, em que uma minoria concentra riquezas e os meios produtivos, exercendo dominação

sobre a maioria que fica submetida a vender sua força de trabalho para obter o mínimo para sua subsistência. Sendo assim, as mulheres voluntárias compõem essa maioria populacional denominada proletariado, que não usufrui das mesmas oportunidades da classe dominante, tendo até seus direitos mais básicos negados, como demonstrado por elas pela interrupção dos estudos, pela precariedade e insegurança habitacional, bem como pela ocupação de cargos profissionais subalternos e até degradantes. Ademais, foi evidenciado um cotidiano, uma realidade social muito hostil e violenta, justificando o comportamento reativo e de brutalidade das voluntárias, pois se constituiu uma forma de adaptação e de enfrentamento dessa realidade em que estão inseridas. Por outro lado, também ficou explícita a resiliência dessas mulheres, até mesmo porque não existe qualquer alternativa para elas a não ser continuar lutando, se reerguerem após duros golpes de exploração, violência, injustiça e perdas, para manterem vivas a si mesmas e a seus dependentes.

A revolta, como era de se esperar diante deste cenário, também compareceu nesta totalidade concreta. Mesmo diante de tantas adversidades, ainda foi notado um discurso fundado na ética e na moral capitalista, que se baseia na produtividade, na honestidade e na meritocracia, demonstrando revolta quando confrontadas com sua realidade paupérrima ainda que tenham se esforçado em serem “cidadãs de bem”. A revolta permeou o campo doméstico ao identificarem sua sobrecarga ao mesmo tempo que os homens desfrutavam de lazer e descanso; econômico quando notaram a própria vivência de “escravidão modernizada” (Roda de conversa, 2023); da sexualidade ao serem tomadas como objeto sexual em função do considerado instinto masculino; da desproteção social quando se constituem vítimas de violência doméstica e percebem que a justiça não funciona para defendê-las e ampará-las e, por último, o político ao analisarem a má gestão da pandemia no território nacional.

A exploração, que atravessou os demais elementos, foi abordada em seu sentido econômico, em que o valor pago em forma de remuneração ao trabalhador representa uma quantidade ínfima em comparação ao que este produz de valor como mercadoria ao empregador. Assim, ao serem submetidas à condição de exploração via condições de trabalho inferiores, identificadas pela baixa remuneração, pelo abuso de poder, pelas longas jornadas de trabalho e insuficiente infraestrutura, almejavam emancipação e libertação, expressas pela luta política (“vou me candidatar a vereadora”) para busca de direitos e pelo estabelecimento de certa coletividade a partir da qual realizavam combinados para, em certa medida, romperem com limitações impostas (Roda de conversa, 2023).

Destarte, tendo feito a decomposição dos determinantes que constituem o concreto, retornou-se ao todo complexo, como preconizado pelo método materialista dialético e

identificado nessa pesquisa como sendo “ser mulher na sociedade capitalista burguesa”, que envolveu a vivência essencialmente contraditória da mulher no cerne do capital. Isto posto, ser mulher na sociedade capitalista burguesa consiste, a partir dos resultados desta pesquisa, em conviver com a coexistência de elementos que parecem enaltecer a natureza feminina pela capacidade exclusiva de gerar outra vida, mas que na verdade são utilizados como estratégias de controle e dominação, ao passo que a exploração na vivência feminina é ampliada e intensificada. Nesse sentido, a mulher é subjetivada na sociedade capitalista burguesa, por mediadores ligados ao conservadorismo, ao patriarcalismo, ao machismo, à religiosidade e à cultura capitalista de modo geral, para assumir a sua missão dita natural de geradora e mantenedora da vida, desde a concepção até a finitude, no que tange a ser a única responsável pelas práticas de cuidado e de conservação da vida, de modo, até mesmo, a abster-se de si mesma em prol do outro.

Em outras palavras, foi possível observar que a mulher é criada por meio de uma educação sexista, que diferencia os ensinamentos e valores a serem transmitidos a meninas e meninos, de modo que elas são condicionadas ao ambiente doméstico e familiar, a serem protegidas e a ficarem tuteladas por uma figura masculina, a servir e serem prestativas às necessidades do outro. Por outro lado, os meninos são criados para exercer a dominância sobre as mulheres, para administrar o lar e atribuir os papéis aos demais membros familiares. Portanto, ficou evidente nos discursos das voluntárias a busca por esse ideal de mulher difundido socialmente que a coloca em posição inferior e subalterna e o sentimento de culpa por não corresponder a ele. Sendo assim, as participantes deste estudo mostraram se esforçar por construir uma família nos moldes do patriarcado, do conservadorismo e da religião, porém, contraditoriamente, a família real dessas mulheres se revelou oposta a tais princípios, de forma a equivaler a desproteção, desamparo, exploração e opressão.

Complementarmente, inseridas em um cotidiano caracterizado pela desigualdade social e pela conseqüente miséria, ser mulher na sociedade capitalista burguesa também significou a conciliação da função reprodutora com a atividade produtiva, a fim de contribuir economicamente, além do empenho da força física e do seu tempo à existência do outro, e resultando no processo de alienação dessas mulheres. Em razão disso, é possível afirmar que ser mulher na conjuntura analisada representou ser superexplorada, ser desapropriada de seu corpo e dos produtos dele, de seu tempo e de si mesma, conforme apontado pela feminista Guillaumin (2014), ao denominar esse fenômeno de sexagem.

Por conseguinte, faz parte do ser mulher, no âmbito do capital, o sentimento de sobrecarga e esgotamento, que ora se manifestou acompanhado de culpa por não conseguir cumprir todas as funções, ora de revolta quando comparada à vivência masculina, e ora de

desesperança por não visualizarem possibilidade de mudança, levando ao aprisionamento dessas mulheres a tal condição, afinal “*ser mulher é ser tudo*” ou “*mulher é muito forte*” (Roda de conversa, 2023). Assim sendo, a mulher se mostra mais tolerante à dor, se adequa melhor a um cotidiano adverso e hostil, mas isso na verdade se deve ao fato de historicamente ela estar marginalizada socialmente e submetida a essas condições opressoras. Sincronicamente, ser mulher no contexto do capital também contemplou atitudes de questionamento e oposição a certas reprimendas e arbitrariedades fundamentadas na indignação das circunstâncias por elas vividas bem como em um resquício de amor e respeito a si própria.

Diante disso, esta pesquisa proporcionou um espaço de escuta, validação e reconhecimento social, de discussão, problematização e reflexão para essas mulheres que se encontram em situação de marginalidade e vulnerabilidade social, que possuem histórias de vida tão sofridas e marcadas pela violação de direitos, desproteção social, opressão, miséria, hostilidade e violência, que as limitaram e impediram de ter outras perspectivas de vida. Ademais, esta investigação oportunizou a expressão das condições de vida dessas mulheres, seus sentimentos e pensamentos, de modo a identificarem e reconhecerem no grupo vivências semelhantes, que são próprias de mulheres no marco do capital, podendo assim refletir sobre as causas histórico-sociais dessa realidade que vivem, reconsiderar seus comportamentos e suas convicções. Portanto, a prática interventiva do presente estudo convidou, estimulou e enfatizou o exercício da problematização e da criticidade diante das situações corriqueiras e dos discursos sociais como uma forma de questionar, romper e transformar a realidade.

Nesse sentido, na condução desta pesquisa, parafraseando Martín-Baró (1997), fundiram-se o “*que fazer*” de pesquisadora com o “*que fazer*” de psicóloga e com o “*que fazer*” de mulher, com o intuito de, simultaneamente, atender às exigências científicas e aos propósitos investigativos, tencionar e contribuir para a conscientização dessas mulheres, bem como se reconhecer e somar à delas também a própria experiência de mulher na sociedade capitalista burguesa, evidentemente, com o diferencial de não ter vivido a mesma precariedade econômico-social, podendo ter servido para abrandar ou intensificar, a depender do ponto de vista, tais tensionamentos sociais.

No que tange ao nível de consciência dessas mulheres, foi possível perceber a oscilação entre ao que Iasi (1999) concebeu como primeira forma de consciência, em que ocorre a ultrageneralização e a naturalização das relações e circunstâncias sociais que leva à adoção do fatalismo, e o segundo nível de consciência, a consciência em si, pela qual há o reconhecimento no outro das mesmas injustiças sofridas e percebidas, no primeiro momento, individualmente, viabilizando uma reivindicação imediata. Em termos freirianos, foram identificadas a consciência

intransitiva, de modo a ficarem voltadas somente para as suas necessidades mais vitais, tendo uma compreensão limitada da sua existência e do seu meio, e a consciência transitiva ingênua, em que foi possível notar uma abertura a entrar em contato com outras perspectivas e possibilidades de diálogo e de relações humanas, porém, ainda se ficou na superficialidade da análise dos problemas, pela inconsistência na argumentação, pelo apreço às explicações fabulosas e pelo exercício da polêmica em vez do diálogo (Freire, 1967).

Isto posto, o processo grupal com mulheres conduzido por esta investigação consistiu também numa tentativa de refinamento da consciência dessas mulheres para que elas consigam enxergar sua realidade com base em outras perspectivas e organizar estratégias de enfrentamento e transformação mais elaboradas e eficientes. Entretanto, deve-se reconhecer os limites dessa pesquisa, pois a intervenção foi realizada num período que sequer completou um trimestre e, inseridas em uma realidade dominante e totalizadora, muito provavelmente essas mulheres serão ou já foram engolidas pela lógica do capitalismo, almejando que algum resquício do que foi trabalhado nas rodas de conversa tenha ficado nelas e possa ser redespertado por outras experiências conscientizadoras e emancipadoras. Neste ínterim, este estudo conclama a realização de futuras pesquisas e projetos científicos interventivos, além de práticas educativas e sociais que possam estabelecer um compromisso mais longínquo e frequente, tendo em vista a conscientização da população para desvelamento dos determinantes dos conflitos sociais e, assim, enfrentamento e transformação deles para emancipação e libertação dos sujeitos.

Enfim, é dada a conclusão desta pesquisa com desalento e dissabor por ter registrado a perversidade e a engenhosidade do capital na vida de mulheres de forma a dominá-las, controlá-las e condicioná-las, até mesmo em suas crenças, valores e pensamentos, para realizar o seu aprisionamento e sua superexploração. Concomitantemente, também se presentifica o revigoramento e o anseio pela modificação de tal realidade, diante da constatação da resiliência e da potência feminina, que não se deixa abater mesmo num contexto extremamente adverso. Todavia, mostra-se um fazer necessário para o escancaramento desta lógica social que é tão hostil e depredadora do desenvolvimento humano, revelando os seus determinantes históricos, de modo a desmistificar o capitalismo como único regime social possível. Ademais, que esta pesquisa possa incorporar às outras tão potentes produções feministas e acadêmicas de maneira geral, com a finalidade de fortalecer o movimento de mulheres e valorizar o saber científico. Com inspiração nos valiosos postulados freirianos, encerra-se este trabalho tomando a convocação de se mover na esperança: movimento, que também é tão caro à vertente materialista dialética e que circunscreve os fenômenos e a

humanidade em fases históricas mutáveis, apontando para a transformação da natureza humana; e esperança, que não significa passividade e submissão, pelo contrário, representa luta, diálogo, pensar e fazer crítico. Este movimento na esperança não deve ser solitário, mas realizado na coletividade, pois é a partir da identificação no outro de condições semelhantes e do reconhecimento de classe que se torna possível atacar as estruturas capitalistas, que são a raiz da desumanização da população, para, finalmente, promover a transformação radical das forças produtivas, das relações sociais e políticas, bem como a emancipação e libertação humana.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, dez. 2000.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqq4zjP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta metodológica em constante movimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC-PR, 2015a. p. 37889-37900.
- AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, jan./mar. 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cJgwjVtjwQ4thrMbxB4ZPFm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2020.
- ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. 2. ed. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- AULETE, C. **Dicionário Aulete Digital**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2020. Disponível em: http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital. Acesso em: 21 out. 2020.
- BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BEAUVOIR, S. (1949). **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BENSÄID, D. (2007). Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. Tradução de Mariana Echalar. In: MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélio Schneider e Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11-73.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, Edição Pastoral, 1990.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Trabalhadores domésticos**: direitos e deveres. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/cartilha-trabalhadores-domesticos-direitos-e-deveres>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BROCHADO, C. C. *A querelle des femmes* e a política sexual na Idade Média. **Brathair**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 63-91, 2019. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/2278/1583>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BULHÕES, L. F. S. S.; SILVA, M. M. da. O conceito de unidade mínima de análise como eixo articulador do método marxiano e da psicologia concreta. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 24, n. 3, p. 346-353, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/72788/42634>. Acesso em: 06 abr. 2025.

BURKE, E. (1790). **Reflexões sobre a revolução em França**. Tradução de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CIRYL LYNCH, C. E. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 313-364, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/673/67350696010.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras: (novamente) explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Edições 70, 2024.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. A Lei da Igualdade salarial entre homens e mulheres, Lei nº 1.085, de 2023. **Síntese Especial - Subsídios para Debate**, São Paulo, n. 13, 03 jul. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2023/sinteseEspecial13.html> Acesso em: 25 jul. 2024.

ENGELS, F. (1845). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: Segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, F. (1884). **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ERCOLANO, R. S. **Entre grades: o trabalho do professor na prisão**. 2019. 211 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

ERCOLANO, R. S.; PEREZ, D.; CODO, W. Expressões de um conservadorismo histórico: leituras críticas acerca da realidade social brasileira em tempos de pandemia e fascismo bolsonarista. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO*, 21., 2021, Online. **Anais [...]**. São Paulo: ABRAPSO, 2021. p. 40-42.

ERCOLANO, R. S.; PEREZ, D. A essência em função da existência: compreensão do trabalho estranhado e suas repercussões. *In: SIMÕES, M. C. D. et al. (org.). Psicologia Social: análises críticas sobre histórias interditas e práticas resistentes*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019. p. 111-122.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun./jul./dez. 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, J. P.; SILVA, C. G. da. Christine de Pizan e a construção da autoridade feminina na *Querelle de la Rose*. **Revista Mythos**, Imperatriz, v. 16, n. 4, p. 26-46, 2022.

FREIRE, P. (1979). **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRIEDAN, B. (1963). **Mística feminina**. Tradução de Áurea Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. **O conservadorismo e as questões sociais**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>. Acesso em: 02 jun. 2020.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GERALDO, P. H. B. O utilitarismo e suas críticas: uma breve revisão. *In: FEITOSA, R. J.; MEZZARROBA, O.; GRECO, L. do. (coord.). Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

GOLDMAN, E. (1906). A Tragédia da Emancipação da Mulher. **Revista Marxismo e Autogestão**, v. 8, n. 11, p. 1-9, 2020.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, A. I. A. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GONZÁLEZ, W. A. Historia del feminismo. **Revista de la Universidad Autónoma de Yucatán**, v. 2, n. 225, p. 30-45, 2003.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V. *et al.* (org.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-99.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

HEGEL, G. W. F. (1807). **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. Tradução de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo? **Blog da Boitempo**. 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

IASI, M. L. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, Brasília, n. 38, p. 1-12, 08 jun. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese dos indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf?fbclid=IwAR1wGDiwXCgEdDGAABmBY3Iwlv98uuwWaXXXxo03j7CE-u4Ia7iimCj024s>. Acesso em: 02 jun. 2020.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Aumenta o grau de conservadorismo no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/aumenta-o-grau-de-conservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

KELLER, S. B. A. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista**: implicações profissionais ao serviço social. 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KOLLONTAI, A. **Marxismo e revolução sexual**. Tradução de Ana Corbisier. São Paulo: Global, 1982.

KONDER, L. (1977). **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, L. (1998). **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

KOPNIN, P. V. (1969). **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Tradução de P. Bezzerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANE, S. (1984). O processo grupal. In: LANE, L.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 78-98.

LEONTIEV, A. (1904-1979). **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LEONTIEV, A. N. (1974). **Atividade. Consciência. Personalidade**. Tradução de Priscila Marques. Bauru: Mireveja, 2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, D. Quais as origens do Dia Internacional das Mulheres? **Blog da Boitempo**, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/03/08/quais-sao-as-origens-do-dia-internacional-das-mulheres/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LÖWY, M. Um Marx insólito. Tradução de Maria Orlanda Pinassi e Daniela Jikings. In: MARX, K. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 13-19.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 23 jul. 2024.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACHADO, R. O interminável junho de 2013. **IHU On-line - Revista do Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo, ed. 524, 18 jun. 2018. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7324-o-interminavel-junho-de-2013>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, p. 7-27, 1996.

MARX, K. (1842). *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. Tradução de Nélcio Schneider, Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. (1844). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. (1846). *Sobre o suicídio*. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. (1851). **O 18 brumário de Luis Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. (1859). **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. (1867). **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção de capital**. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (org.). **Marx e Engels: história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36).

MARX, K.; ENGELS, F. (1848). **Manifesto do partido comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1960.

MARX, K.; ENGELS, F. (1845-1846). **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELO, A. H. **O conservadorismo, léxico da filosofia política**. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MIÑOSO, Y. E. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. **Masp Afterall**, São Paulo, v. 8, p. 1-12, 2020.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução e organização de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MUSTO, M. Revisitando a concepção de alienação em Marx. In: ROIO, M. D. (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 61-93. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4>

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

NOSELLA, P.; AZEVEDO, M. L. N. A educação em Gramsci. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180/10526>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PARO, V. H. **O capital para educadores ou aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B. B. **Práticas grupais: espaço de diálogo e potência**. São Carlos: Pedro & João, 2020.

PEREZ, D. Psicologia social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. **Revista Psicologia em Movimento**, Santo André, v. 3, p. 15-24, out. 2020. Disponível em: <http://www.ipabc.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S. Da aparência para a essência: a instrução ao sósia e a dialética marxiana. In: TAMBORIL, M. I. B.; LIMA, M. L.; NEVES, A. L. M. (org.). **Psicologia Social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019. p. 57-72.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S. Notas sobre palhaços sérios: os casos de Luís Bonaparte e Bolsonaro. In: ERCOLANO, R. S.; SOUZA, R. T.; PEREZ, D. **Conservadorismos e retrocessos contemporâneos: ponderações da Psicologia Social para resistências**. Bauru: Gradus, 2023. v. 1, p. 23-27.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S.; COSTA, T. S. Machismo e racismo como estratégias do capitalismo para a conservação e reprodução sociais. In: SCHMIDT, M. L. G. (org.). **Processos psicológicos e desenvolvimento humano em diferentes contextos: teoria e pesquisa**. Curitiba: CRV, 2024. v. 1, p. 141-158.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S.; ROCHA, L. C. Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In: PEREZ, D.; SILVA, E. P.; SIMÕES, M. C. D. (org.). **Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. p. 172-182.

QUADROS, M. P. dos R. **Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade**. 2015. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Barreiras, v. 1, n. 3, p. 57-76, 2021.

ROCHA, C. **“Menos marx, mais Mises”**: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, M. V. *et al.* Gramsci e educação. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 2, n. 5, p. 1-26, maio/ago. 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. **Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher. Um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

SILVA, A. O. da. O Pensamento Conservador. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 107, p. 53-55, abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9912/5472>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SOUZA, J. M. A. de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 1-22, abr./jun. 2015.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA-LOBO, E. (1991). **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2021.

TOCQUEVILLE, A. (1981). **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Livro 1).

TRISTÁN, F. (1843). **União operária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WEBER, M. (1904-1905). **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZALUAR, A. (1985). **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXO A – PLANO DE TRABALHO ESTABELECIDO COM A INSTITUIÇÃO

A proposta deste plano de trabalho a ser desenvolvido no Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM) da cidade de Bebedouro (SP) é oriundo de pesquisa de doutorado em Psicologia e representa uma tentativa de contribuir com o reconhecimento e a identificação de fatores que compõem os processos concretos e simbólicos que têm levado considerável número de trabalhadoras brasileiras à adesão ao conservadorismo. A hipótese levantada para esta pesquisa é de que, por meio do processo dialógico e reflexivo proporcionado pelo grupo interventivo e mediado com mulheres, se tencione um desvelamento dos determinantes históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais que as conduziram à adesão ao conservadorismo, de modo a promover a desnaturalização dos fenômenos sociais, a criticidade frente à realidade, o empoderamento e a resistência a discursos, práticas e lógicas opressores.

Os grupos a serem desenvolvidos com mulheres serão orientados pelos pressupostos teóricos e práticos da Psicologia Social, preconizados e denominados por Silvia Lane (1984/2012) de processo grupal. Sumariamente, este conceito conduz a premissas relativas ao conhecimento de um grupo que envolve a compreensão sócio-histórica com seus determinantes econômicos, ideológicos e institucionais, bem como o processo histórico do próprio grupo, ou seja, o processo grupal. Consequentemente, todo e qualquer grupo desempenha uma função histórica de conservar ou transformar as relações sociais.

Para a referida autora, o grupo social é condição de conscientização do sujeito, porém, por outro lado, nota-se a sua potência nas intervenções institucionais, na reprodução e manutenção das relações sociais e de produção dominantes. Ainda, a análise do grupo por si próprio como tal é fundamental para a superação das contradições existentes.

Isto posto, pretende-se realizar em torno de dez encontros com um grupo de mulheres, com o objetivo de dialogar, de maneira crítica e reflexiva, sobre temáticas do cotidiano, tais como: trabalho, planejamento familiar, maternidade, relacionamentos, política, tradição e costumes, machismo, feminismo, entre outros temas que possam ser de interesse das participantes. Para estimular o debate acerca desses assuntos, serão utilizados recursos audiovisuais (filmes, vídeos, músicas, podcasts), recursos gráficos como imagens, notícias, charges, textos, relatos de casos, etc.; e também técnicas grupais como a mediação e a aplicação de dinâmicas de grupo.

É importante frisar que será estabelecido entre a pesquisadora e cada voluntária do estudo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme previsto no capítulo

IV, itens 1 a 8, da Resolução nº 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde (2012) e segundo as orientações para investigação com seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FCL/UNESP *campus* de Assis-SP, e que todo o processo de trabalho respeitará as diretrizes e normativas competentes aos profissionais da Psicologia, sobretudo no que concerne ao seu Código de Ética.

Ao final do trabalho, espera-se contribuir para a melhoria das condições de vida dessas mulheres, mediante a ampliação do conhecimento de mundo, da construção do senso crítico e questionador, da desnaturalização das relações interpessoais, sociais e institucionais, da resistência e do combate à opressão, e, por fim, do protagonismo e da emancipação social.

Bebedouro, 22 de novembro de 2022.

Ruchelli Stanzani Ercolano
Psicóloga CRP 06/131813
Doutoranda em Psicologia

ANEXO B – CRONOGRAMA E ROTEIROS DE RODAS DE CONVERSA

Estas rodas de conversa serão dedicadas a construir um processo de aprendizagens, reflexões e compartilhamento de experiências e saberes relativos à temática de como é ser mulher em nossa sociedade contemporânea. Nesse sentido, serão desenvolvidos grupos operativos em que cada dia será proposto um tema do cotidiano, a partir de disparadores, tais como músicas, dinâmicas, notícias, entre outros, para estimular discussão e reflexão com o intuito de promover um exame situado e crítico da realidade contextual. Por fim, as rodas de conversa terão fundamentação teórico-prática na Psicologia Social e no método de Paulo Freire, tencionando a problematização do social, ampliação de horizontes e melhorias na vida das participantes.

Cronograma

DATA	TEMA	HORÁRIO
04/05/23	Quem sou eu e qual a minha história	14h às 16h
11/05/23	Criação e educação de mulheres	14h às 16h
18/05/23	Trabalho e profissão	14h às 16h
25/05/23	Casamento	14h às 16h
01/06/23	Maternidade e paternidade	14h às 16h
15/06/23	Corpo e sexualidade	14h às 16h
22/06/23	Violência doméstica	14h às 16h
29/06/23	Moral, tradição e costumes	14h às 16h
06/07/23	Política, militância e protagonismo social	14h às 16h
13/07/23	Ser mulher	14h às 16h
20/07/23	Encerramento	14h às 16h

Roteiros

ENCONTRO 1: QUEM SOU EU E QUAL A MINHA HISTÓRIA

a) Apresentação pessoal e da roda de conversa

A proposta desta roda de conversa é voltada para discutirmos como é “Ser mulher na sociedade atual”, a fim de compartilharmos experiências, vivências, problemas, reflexões e de melhorarmos nosso modo de ver e compreender as situações, assim como nossa forma de agir no cotidiano.

Elucidação do TCLE e sua assinatura. Solicitação de permissão para gravação em áudio.

Teremos algumas regras: 1) quando uma falar, as demais devem permanecer em silêncio e ouvir com atenção; 2) devemos nos empenhar na realização das atividades; 3) devemos ter empatia (se colocar no lugar do outro) e respeito (ao outro que é diferente de mim e isso não significa que é pior ou melhor); 4) não devemos fazer julgamentos (dizer o que é certo ou errado); 5) devemos manter o sigilo (não contar histórias e vivências que não nos pertencem a outros).

Serão dez encontros no total, e em cada encontro vamos trabalhar um tema. O tema de hoje é “Quem sou eu e qual a minha história”, que tem o objetivo de nos conhecermos melhor (a si mesma e umas às outras) e nos aproximarmos.

b) Quem sou eu e qual minha história

Dinâmica “DNA/Herança Genética”

Objetivo: Descobrir as heranças familiares

Material: 1 Folha A4 para cada participante, canetas hidrocor, lápis de cor ou giz de cera.

Música ambiente.

O coordenador reflete com o grupo as características genéticas que herdamos de nossos parentes mais próximos. Às vezes, um comportamento ou atitude revela uma característica do avô, do pai, da tia... Este exercício irá promover no grupo uma apresentação grupal baseada nas qualidades da árvore genealógica de cada um.

Entregue uma folha A4 para cada participante. Dobre-a em 4 partes e nomeie as partes com as letras A, B, C e D. Coloque música ambiente.

Cada participante deverá escolher três pessoas que considera muito importantes. Em cada parte da folha (A, B e C), vamos desenhar livremente como enxergamos cada pessoa escolhida (colorindo bem o desenho) e ao lado de cada um vai anotar uma qualidade e uma falha que percebe em cada um.

Na parte D, vamos desenhar um autorretrato (como você se vê), observando as qualidades e falhas da família, deverá anotar que características herdou e de quem herdou. Escrever também na folha o nome e a idade.

Após o término dos desenhos, vamos compartilhar nossas produções e conversar sobre elas.

A análise deste jogo se dá pela valorização que damos à genética, à nossa história de vida pessoal baseada nos valores e comportamentos familiares. Da percepção que temos do espaço social chamado Família (não necessariamente a de laço sanguíneo, mas a que nos criou e vivemos juntos). Que personagem da família foi mais fácil desenhar? Por quê? O que você herdou? Do que você não gosta de ter herdado? O que você percebe que é transmitido de geração em geração? Existe alguma tradição, costume ou valor que permanece ao longo do tempo? Se sim, qual ou quais? Que sentimentos este exercício trouxe à tona?

Dinâmica “Quem sou eu”

- 1- Cada um recebe uma folha com o título: “Quem sou eu?”
 - 2- Durante 10 minutos cada um escreve ou desenha cinco itens em relação a si mesmo, que facilitem o conhecimento.
 - 3- A folha escrita será fixada na blusa dos participantes.
 - 4- Os componentes do grupo circulam livremente e em silêncio pela sala, ao som de uma música suave, enquanto leem a respeito do outro e deixam que os outros vejam o que se produziu a respeito de si.
 - 5- Reunir 2 a 3 colegas, com as quais gostariam de conversar para se conhecerem melhor. Nesse momento é possível lançar perguntas que ordinariamente não fariam.
- Avaliação: Para que serviu o exercício? Como nos sentimos?

ENCONTRO 2: CRIAÇÃO E EDUCAÇÃO DE MULHERES

a) Dinâmica: Recordações da infância

Objetivo: Proporcionar o conhecimento e a reflexão da infância e da criação de cada integrante.

Fazer questionamentos: Como foi a sua infância? Do que você costumava brincar? Como foi sua criação? O que você imaginava ser quando crescer? Quem era o seu exemplo e por quê? O que diziam para você de como se tornar uma “boa mulher”? O que diziam para você a respeito do estudo?

b) Vídeo: Mulheres na história - As mulheres e o acesso à educação no Brasil

<https://www.youtube.com/watch?v=oGbvZZlvq7Q>

Discussão do vídeo: qual o nível de escolaridade; como foi o acesso à educação; o que os estudos representam para você...

c) *Música: Princesa – Kell Smith*

<https://www.vagalume.com.br/kell-smith/princesa.html>

ENCONTRO 3: TRABALHO E PROFISSÃO

a) *Conversando sobre trabalho*

Quem aqui trabalha? Trabalha com o quê? O que é trabalho? O que o trabalho representa/significa em sua vida? Vocês acham que existe trabalho de homem e de mulher? Se sim, o que seria trabalho de mulher? E de homem?

b) *Técnica de conhecimento de si mesmo*

Dividir uma folha em seis partes, e em cada uma delas vamos escrever de acordo com nossas atividades diárias: 1) O que gosto e faço; 2) O que gosto e não faço; 3) O que não gosto e faço; 4) O que não gosto e não faço; 5) O que gostaria de fazer; 6) O que não gostaria de fazer. Em seguida, discutiremos o que colocamos em cada item e as razões. Como você avalia sua satisfação no trabalho? Você acha que recebe uma remuneração equivalente à atividade que exerce? Por quê? Gostaria de realizar outro trabalho? Se sim, qual e o que a impede de realizar?

c) *Projeção/Impressão de notícias e problematização*

Projetar ou levar impressas notícias que evidenciem a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, tais como: salarial, cargos, nível de instrução, tipos de atividade.

Posteriormente, projetar ou levar impressos trechos de Saffioti e Cisne que explicam esse fenômeno.

ENCONTRO 4: CASAMENTO

a) *Dinâmica da Construção da casa*

Material: palitos de sorvete, cola, papel, caneta, tesoura, durex.

Dividir o grupo em equipes e distribuir o material com o objetivo de construir uma casa em 15 minutos. No minuto três, retirar um material de cada subgrupo. No minuto 7, impedir que um subgrupo se comunique verbalmente, na outra equipe deixar apenas um trabalho, e em outra retirar outro material, etc. Fazer a troca dos impedimentos no minuto 12. No minuto 14 voltar tudo como no começo. E no minuto 15 encerrar a atividade, tendo concluído ou não. Todas as equipes devem mostrar suas produções e indicar qual momento foi de maior dificuldade.

b) Conversando sobre casamento

Quem aqui é casada? Quem não é, mas gostaria de ser ou planeja? Por quê? O que mudou na vida de vocês desde que foram morar juntos? Como imaginou que fosse o casamento e como realmente é? O que gostaria que fosse diferente? Como são desempenhadas as tarefas domésticas? Para vocês, qual o papel do homem e da mulher dentro de um casamento? Como é a relação entre vocês? Quando existe algum conflito, geralmente como resolvem? Deixam de fazer algo que desejam só para agradar ou não aborrecer o companheiro? Existe ciúmes na relação e, se sim, como se manifesta?

c) Problematização

Desnaturalização das relações conjugais: projetar cenas ou imagens de homens desempenhando tarefas consideradas femininas X mulheres sobrecarregadas, de relação de cooperação e igualdade X submissão de mulheres aos homens, casal ideal X casal real, e intercalar com reflexões teóricas.

ENCONTRO 5: MATERNIDADE E PATERNIDADE

a) Vídeo sobre planejamento familiar

<https://www.youtube.com/watch?v=zw0JIVWqNEA>

Abrir para discussão com o intuito de refletir se fizeram ou fazem um planejamento familiar e como ele é feito, como as decisões sobre a família são tomadas.

b) Vídeo sobre maternidade – a partir 5min49seg

<https://www.youtube.com/watch?v=wi9IDhWCZ54>

Discussão: o que entendem por maternidade e por paternidade; como vivem a maternidade; o que é mais difícil na maternidade; como é a participação do pai na criação do filho; o que mudou na vida de vocês com a maternidade; conseguem estabelecer limites entre a maternidade e a individualidade; o que pensam a respeito de métodos contraceptivos.

ENCONTRO 6: CORPO E SEXUALIDADE

a) Dinâmica do espelho

Objetivo: Despertar para a valorização de si. Encontrar-se consigo e com seus valores.

Material: Um espelho escondido dentro de uma caixa, de modo que, ao abri-la, o integrante veja seu próprio reflexo.

Descrição: O coordenador motiva o grupo: “Cada um pense em alguém que lhe seja de grande significado. Uma pessoa muito importante para você, a quem gostaria de dedicar a maior atenção em todos os momentos, alguém que você ama de verdade... com quem estabeleceu

íntima comunhão... que merece todo seu cuidado, com quem está sintonizado permanentemente... Entre em contato com esta pessoa, com os motivos que a tornam tão amada por você, que fazem dela o grande sentido da sua vida...” Deve ser criado um ambiente que propicie momentos individuais de reflexão, inclusive com o auxílio de alguma música de meditação. Após estes momentos de reflexão, o coordenador deve continuar: “...agora vocês vão se encontrar aqui, frente a frente com esta pessoa que é o grande significado de sua vida.” Em seguida, o coordenador orienta para que os integrantes se dirijam ao local onde está a caixa (um por vez). Todos devem olhar o conteúdo e voltar silenciosamente para seu lugar, continuando a reflexão sem se comunicar com os demais. Finalmente, é aberto o debate para que todos compartilhem seus sentimentos, suas reflexões e conclusões sobre esta pessoa tão especial. É importante debater sobre os objetivos da dinâmica. Refletir sobre como se veem, autoestima, estereótipos, aparência.

b) Dinâmica da taponagem

Solicitar que elas se toquem – elas mesmas –, em diferentes partes do corpo, se sintam, se acariciem, se olhem e tenham este tempo consigo mesmas.

Discussão: o que o seu corpo representa para você; você acha que conhece o seu corpo; como você cuida do seu corpo; como você lida com a sua sexualidade; você sabe onde sente mais prazer; como é e o que representa para você o ato sexual; quando você diz “não” o seu parceiro respeita.

ENCONTRO 7: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Video: “Como você reage à violência contra mulher?”

<https://www.youtube.com/watch?v=aRgjLynG9jo>

Video: “Violência contra mulher: dados e definições”

<https://www.youtube.com/watch?v=SLfF9aAntQU>

Video: Maria da Penha: um caso de litigio internacional (partes em espanhol)

<https://www.youtube.com/watch?v=NB-hglQil-w>

Dinâmica do papel: entregar um pedaço de papel para cada participante e solicitar que o descrevam. Em seguida, pedir para que façam uma bola com o papel. Depois, pedir para abrirem o papel e tentarem fazê-lo voltar à forma inicial. Estabelecer analogia com as marcas físicas e psicológicas da violência e discutir sobre isso.

ENCONTRO 8: MORAL, TRADIÇÃO E COSTUMES

a) Dinâmica dos ditos populares

Organizar uma caixinha, com vários ditos populares e passá-la de mão em mão. As pessoas vão pegando um e depois que todos pegaram, a coordenadora do encontro deve abrir a discussão pedindo para que quem se sentisse à vontade, lesse e falasse sobre o que tinha na caixinha.

Possíveis frases: “Deve ser a TPM”; “Lugar de mulher é na cozinha”; “Mulher tem que se dar ao respeito”; “Mulher no volante, perigo constante”; “Você está louca”; “Isso é coisa de mulherzinha”; “Ruim com ele, pior sem ele”; “Você não quer ter filhos? Nossa...”; “Você deveria ter sido linda quando era mais nova”; “Não use um vestido tão curto. Vai chamar muita atenção”; “Isso é coisa de homem”; “Você cortou o cabelo!? Mas seu marido deixou?”; “Se você não se cuidar, ele vai procurar outra”; “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”; “Isso é falta de sexo”; “As meninas bonitas não se comportam assim”; “Tem mulher que dá motivo para apanhar”; “Essa é a minha mulher”; “Vai dar trabalho pro seu pai quando for mais velha”; “Que comida gostosa, já pode casar agora”; “Toda mulher nasceu para ser mãe”; “Boca fechada não entra mosca”; “Essa mulher é mal-amada”; “Nem parece, mas é bonita e inteligente”; “Vocês precisam me ajudar no serviço de casa”; “Mulher de malandro”; “Ela deve estar dando mole pra ele”; “E aí cara, está de babá hoje?”; “O que ela quis dizer é que...”; “Queria eu ser sustentado pela minha mulher”; “Você sempre dá piti”; “Você nunca vai conseguir um homem agindo assim”; “Mãe desnaturada”; “Família vem em primeiro lugar”; “Bela, recatada e do lar”; “Na minha época isso jamais teria acontecido”; “Hoje está tudo liberado, tudo pervertido”; “Faça por merecer”; “Estude, trabalhe, se esforce e você terá sucesso”; “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”; “Só não trabalha quem não quer”; “Ele é um garanhão/Dom Juan/galã, cada dia está com uma mulher”; “Ela é uma piriguete/biscate/sem vergonha, cada dia está com um homem”; “Mulher tem que casar de branco”; “Mulher é sexo frágil”; “Ele foi preso, porque não andava no caminho certo”; “Não adianta, isso sempre foi assim e nunca vai mudar”; “A justiça tarda, mas não falha”;

Após discutir cada frase, solicitar para que criem respostas (enfrentamentos) para cada uma delas.

Música: “Triste, louca e má”

ENCONTRO 9: POLÍTICA, MILITÂNCIA E PROTAGONISMO SOCIAL

a) Eleições

Como vocês escolhem os candidatos de vocês em épocas de eleição? Como foi para vocês as últimas eleições (presidencial)? Em quem votaram e por qual ou quais motivos? Como vocês avaliam os mandatos passados de Bolsonaro e de Lula? Vocês já votaram em alguma mulher? Por quê?

b) Mulheres na política nacional, estadual e municipal

Pensem em mulheres que vocês consideram importantes, inspiradoras, que têm a admiração de vocês. Escrevam ou desenhem o que vocês admiram nessas mulheres. Qual foi o impacto delas na sua vida?

c) História Mariele Franco

https://www.youtube.com/watch?v=1uQjrQzERMw&list=PLSSSAzB_O7iMfzTuEcMS4odeT63hL99t7&index=3

d) Movimento feminista

<https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc90>

Movimentos sociais, populares e feministas na cidade

Música: Maria Maria – Milton Nascimento.

ENCONTRO 10: SER MULHER

Solicitar feedback

Como foi participar desses encontros? Qual foi o impacto dessas rodas de conversa na vida de vocês? Houve alguma mudança (pensamento/visão de mundo/comportamento)? Se sim, quais?

Ser mulher

Hoje, o que representa ser mulher na sociedade em que vivemos? O que difere a condição do homem e da mulher? Como isso afeta você? Como podemos enfrentar essa desigualdade?

Música: “Desconstruindo Amélia”

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Capítulo IV, itens 1 a 8 da resolução 466/2012 - Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**Manifestações do conservadorismo entre mulheres trabalhadoras**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Ruchelli Stanzani Ercolano, RG nº 48.997.990-7 e orientada pelo Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - *campus* de Assis. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/*campus* de Assis. Quaisquer dúvidas quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br. Ainda, você poderá entrar em contato diretamente com a pesquisadora no telefone (18) 98150-0145 ou e-mail ruchelliercolano@hotmail.com e com o seu orientador - deivis@assis.unesp.br e (18) 98102-5282.

I. A pesquisa

Esta pesquisa se dedicará a investigar os fatores que têm levado parcela significativa de trabalhadoras brasileiras à adesão ao conservadorismo, por meio da realização de grupos com mulheres trabalhadoras no Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM), da cidade de Bebedouro - SP. Pretende-se identificar, examinar, compreender e refletir sobre aspectos do cotidiano, do trabalho, das relações sociais, da cultura, da religião, da política, da educação, da mídia, entre outros que podem ter contribuído para a reprodução do conservadorismo entre mulheres. A pesquisa terá três objetivos integrados:

- a) Promover espaço de discussão, acolhimento e escuta, no intuito de haver trocas de saberes, construção de conhecimentos coletivos e identificação e reconhecimento social e coletivo.
- b) Possibilitar a percepção, identificação e conscientização dos conteúdos, significados e efeitos dos discursos e comportamentos conservadores reproduzidos.
- c) Proporcionar a transformação, uma mudança positiva e construtiva na vida das voluntárias, a fim de conduzir para um desenvolvimento humano, empoderamento e libertação de discursos e práticas limitantes, estigmatizantes, moralizantes e opressoras.

II. Procedimentos

Você participará de uma pesquisa com o aporte teórico e metodológico da Psicologia Social, em que a intervenção consistirá na realização de rodas de conversa com mulheres trabalhadoras, com o propósito de dialogar, de maneira crítica e reflexiva, sobre temáticas do cotidiano. Para estimular o debate acerca desses assuntos, serão utilizados recursos audiovisuais (filmes, vídeos, músicas, podcasts), recursos gráficos como imagens, notícias, charges, textos, relatos de casos e etc. além de técnicas grupais como a mediação e a aplicação de dinâmicas de grupo que serão preparados cuidadosamente com antecedência à realização.

As rodas de conversa serão realizadas no Centro de Referência e Atendimento da Mulher (CRAM), da cidade de Bebedouro - SP, no decorrer de aproximadamente um semestre, com a frequência de uma vez por semana e, ao final do processo, será realizada uma devolutiva às voluntárias. Para fins de registro, estudo e análise de dados, as rodas de conversa serão gravadas em áudio e ficarão sob a guarda da pesquisadora até o encerramento da pesquisa e, posteriormente, com o professor orientador desta pesquisa no Departamento de Psicologia Social e Educacional da UNESP.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios

O procedimento de registro em áudio, o contato com visões de mundo e opiniões diferentes, além da interação com certos temas poderão mobilizar desconfortos na participante. Cumpre observar que estes incômodos, normalmente de caráter psicológico, tendem a ser reduzidos pelo diálogo intenso que se estabelecerá entre a pesquisadora e as voluntárias.

A despeito disso, você poderá solicitar a interrupção ou encerramento de quaisquer procedimentos de pesquisa, em qualquer momento da atividade, transferindo a recolha dos dados para data posterior, ou, se preferir, poderá encerrar a sua participação na pesquisa sem que lhe sejam conferidos prejuízos ou solicitações posteriores. Em caso de desistência da sua parte, todos os dados recolhidos serão desconsiderados e não mais serão usados nesta investigação. Vale observar que, em caso de desconforto, a pesquisadora se responsabiliza em realizar acolhimento e escuta qualificada da voluntária, de modo a sanar possíveis danos emergidos pelas intervenções.

No que diz respeito aos benefícios, com o desenvolvimento desta pesquisa, cumpre destacar que, espera-se contribuir para a melhoria das condições de vida dessas mulheres, a partir de uma ampliação do conhecimento de mundo, da construção do senso crítico e

questionador, da desnaturalização das relações interpessoais, sociais e institucionais, da resistência e do combate à opressão, e, por fim, do protagonismo e da emancipação social.

IV. Liberdades/Garantias

Destacamos, novamente, que a participante tem todo direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo e sem penalização, também tem liberdade de não responder a alguma questão que não achar pertinente ou decidir os momentos da realização das gravações em áudio. Também tem total liberdade de pedir a desconsideração de determinados áudios que não achar relevante para a coleta de dados. A participante poderá se negar em participar de qualquer parte da pesquisa que possa lhe causar constrangimento ou desconforto.

V. Sigilo/Anonimato

Deixamos bem claro que será mantido o anonimato da participante durante e após a pesquisa, e que em qualquer parte da redação final a participante poderá ser mencionada apenas com letras ou códigos, sem, em momento sequer, citar seu nome.

Vale notar que os registros em áudio das rodas de conversa permanecerão arquivados por 5 anos em equipamento digital (HD externo), com o professor orientador desta pesquisa, no Departamento de Psicologia Social e Educacional da UNESP. Nenhuma imagem ou áudio será divulgado sob quaisquer pretextos.

VII. Publicação

A presente pesquisa fará parte de uma tese de doutorado, podendo ser publicada na totalidade ou em partes, no formato de artigos, assegurando o item V do presente termo, que garante o anonimato dos participantes voluntários.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo-assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “**Manifestações do conservadorismo entre mulheres trabalhadoras**”. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Ruchelli Stanzani Ercolano sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de

minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Local e data _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante

Eu, Ruchelli Stanzani Ercolano, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Pesquisadora Responsável